



Assembleia Municipal de Caminha

MINUTA

Alínea c)- Documento de Prestação de Contas do Exercício de 2018

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de quinze de abril de dois mil e dezanove, relativa ao “Documento de Prestação de Contas do Exercício de 2018”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea l) do n.º2 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal apreciar o inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais e a respetiva avaliação, bem como apreciar e votar os documentos de prestação de contas, **propõe-se** que este órgão deliberativo aprecie e aprove o “Documento de Prestação de Contas do Exercício de 2018”.

Esta proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 24 votos a favor, 11 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

Assembleia Municipal de Caminha, 26 de abril de 2019

P.^a A Segunda Secretária

O Primeiro Secretário

O Presidente da Mesa da Assembleia

Luís Paredes



MUNICÍPIO DE CAMINHA

CÓPIA DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAMINHA REALIZADA NO DIA 15 DE ABRIL DE 2019.-----

-----PARTE RESPETIVA-----

PROPOSTA N.º 2 – APROVAR SUBMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL O DOCUMENTO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2018;

Nos termos da alínea i), do n.º 1, do art.º 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal elaborar e aprovar os documentos de prestação de contas e submetê-los à apreciação e votação do Órgão Deliberativo.

Assim, são presentes todos os documentos de prestação de contas, referidos no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro (POCAL), bem como os elencados na Resolução n. 6/2013 – 2º Secção, de 21 de novembro, do Tribunal de Contas, integralmente elaborados e ficarão devidamente arquivados para consulta quando para tal forem solicitados, dos quais se extrai que a execução da receita atingiu o montante de € 17.132.812,24 (dezassete milhões cento e trinta e dois mil oitocentos e doze euros e vinte e quatro cêntimos), a execução da despesa no montante de € 16.800.452,73 (dezasseis milhões oitocentos mil quatrocentos e cinquenta e dois euros e setenta e três cêntimos) e o resultado líquido do exercício negativo em € 1.516.771,44 (um milhão quinhentos e dezasseis mil setecentos e setenta e um euros e quarenta e quatro cêntimos).

Apreciado o processo composto pelos documentos de prestação de contas do exercício de 2018 acima referidos, **propõe-se** que a Câmara Municipal delibere:

1 – Aprovar todos os documentos da prestação de contas apresentados, e com ele, os valores apurados nas diversas contas, designadamente o saldo de gerência de 2018 no valor de € 1.038.957,48 (um milhão trinta e oito mil novecentos e cinquenta e sete euros e quarenta e oito cêntimos), dos quais € 332.359,51 (trezentos e trinta e dois mil trezentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e um cêntimos) reportam-se a operações orçamentais e € 706.597,97 (setecentos e seis mil quinhentos e noventa e sete euros e noventa e sete cêntimos) a operações de tesouraria;



MUNICÍPIO DE CAMINHA

2 – Submeter à Assembleia Municipal para apreciação e votação do processo de prestação de contas do exercício de 2018, ao abrigo da alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

A presente proposta foi aprovada com 4 votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Guilherme Lagido, Liliana Ribeiro e Rui Lages, 3 votos contra dos Senhores Vereadores Paulo Pereira, Liliana Silva e Manuel Marques e 0 abstenções.

-----ESTÁ CONFORME-----
***A ATA ONDE CONSTA A PRESENTE PROPOSTA FOI APROVADA EM MINUTA
NO DIA 15 DE ABRIL DE 2019, POR UNANIMIDADE.***-----

Paços do Município de Caminha, 15 de Abril de 2019

A COORDENADORA TÉCNICA

Teresa Maria Gonçalves Palma Amorim Fernandes



Handwritten signature and initials in blue ink.

Declaração de Voto dos Vereadores do PSD

RELATORIO E CONTAS DE 2018

Na declaração de voto sobre a proposta de orçamento para 2018 alertamos e dissemos que votávamos contra porque pelo que era possível ler naquele documento seria mais um orçamento irrealista, falseador, omissivo, teatral e na linha do que foram os planos e orçamentos anteriores da responsabilidade dos executivos liderados pelo Dr. Miguel Alves, com preâmbulos de muita acusação política e na realidade de pouca ação na defesa dos reais interesses dos cidadãos do concelho de Caminha.

Nos últimos anos temos assistido à maior encenação política de que há memória.

Este executivo tem sido campeão em falar do passado, porque não sabe como justificar 5 anos de má gestão e de incompetência.

Fala neste relatório de contas dos processos judiciais como se fossem a causa de prejuízos, mais uma vez, de forma pueril e irresponsável para não assumir culpas de decisões políticas que tomaram e que levaram à ruína da Câmara.

Tem vindo a falar de milhões de euros para processos, como se falasse de trocos de bolsos, tal é a imaturidade e a maldade política.

Falando, ironicamente, na linguagem deste executivo então vejamos: contrataram mais de 4 milhões de empréstimos para processos judiciais segundo as notas de imprensa que têm enviado para a comunicação social ao longo destes 5 anos, só pagaram cerca de 500 mil euros, o que fizeram aos outros 3 milhões e 500 mil euros?!

Terá uma resposta para isto, certamente, mas a sua retórica e narrativa política é esta mesmo, com falsas premissas e com a maldade de quem só quer denegrir o passado e não faz nada para alterar o presente caótico em que nos colocou. Mal estaria uma empresa que tivesse um gestor a apresentar prejuízos durante 5 anos seguidos. O rótulo de incompetente e irresponsável era logo colocado.

O PSD na oposição, em janeiro de 2014, apelava a que os compromissos da Quinta da Barrosa, fossem respeitados pelos senhores, já que o acordo do tribunal dizia que tinham que ser efetuados até 31 Dezembro 2013. Já em janeiro de 2014 alertávamos para facto de ter que entregar 3 apartamentos ou os respetivos 240 mil euros e que isso teria de estar incluído no orçamento daquele ano, conforme a deliberação de câmara de 3.05.2013, onde tudo foi acordado e tudo era para ser respeitado, resolvendo assim um imbroglío com quase 30 anos!



Mas este executivo não acatou aquela deliberação e vem repetidamente, nomeadamente nestas contas, com mentira por omissão de parte da deliberação de 3.05.2013, dizer que pagou ou está a pagar 240 mil euros!

O caso do Dr Dionisio Marques é mais um caso paradigmático onde foram preciso 6 anos para concluir a resolução de um diferendo judicial, cuja decisão final ficou conhecida em 2012 e que o executivo PSD não teve tempo para resolver porque perdeu as eleições mas incluiu em 2012 em provisões o valor da decisão judicial, da altura.

V.Exas mais uma vez arrastaram para as contas de 2018 um litigio judicial que se fosse resolvido em 2014 teriam poupado aos cofres do município muitos milhares de euros de juros!

A verdade, meus senhores, custa a ser transmitida, mas ela é como o azeite, mais cedo ou mais tarde vem sempre ao de cima.

De resto, e para que fique registado para a posteridade, também o PSD em 2006 teve de restituir cerca de 400 mil euros ao FSE por processos judiciais com muitos anos, advindos das câmaras do PS, e sem estar relevados nas contas de 2001, também teve que os assumir.

E não foi por isso que andou com linguagem grosseira, ano após ano a comprar espaços em jornais para propalar o ódio contra anteriores executivos ou partidos.

Podemos dizer que as contas de 2018 relevam duas coisas muito tristes, uma é o facto de ser a única câmara do distrito que apresenta contas de exploração negativas, de milhões de euros, neste caso 1,515 milhões e a acrescer aos 2.087 milhões de 2017 o que dá a assustadora nota de má gestão com cerca de 4 milhões de prejuizos, só para referir estes dois ultimos anos.

Mas se os prejuizos não têm preocupado este executivo, tão pouco se nota preocupação pelo aumento anual das dividas nas contas de 2017 e 2018, mas deixa-nos a nós, oposição, estarecidos com o aumento brutal das dívidas, fruto da vossa má gestão.

Agora em 2019 os cidadãos são chamados a pagar a fatura de 5 anos de gestão PS, que à fartazana gastou, e de forma irresponsavel reduziu receita, tanto em IRS como em IMI e não conseguiu fazer face à despesa que tinha.

Desde 2014, pelas nossas contas, este executivo deixou de receber cerca de 4 milhões de euros por via das decisões de diminuição dos impostos supra citados, que assumiu como uma politica do município para devolver rendimentos depois dos anos da crise.

E agora ?! O que vão, agora, sofrer os nossos comerciantes e famílias quando em 2019 as faturas da água, a conta do IMI e a restituição do IRS forem dores de cabeça será a maior brutalidade social de que há memória.

A corda ao pescoço e a bola de chumbo está colocada agora nos munícipes e empresas do concelho que terão que pagar os devaneios políticos deste executivo.

Aliás, reconhecidamente neste relatório, os Prazo médios de pagamentos deste Concelho passaram para 269 dias, quando o executivo PSD deixou o município com um PMP inferior a 90 dias, dentro dos prazos estabelecidos na lei.

Estranhamente, pagando a mais de 90 dias, não respeita as recomendações do governo, ultrapassando os limites ao endividamento da câmara. Nestas situações não poderia sequer, lamentavelmente, lançar obras, mas este executivo, continua a atuar como se tudo estivesse cor de rosa.

E não está.

Tanto assim é que o Relatório dos Revisores alerta e aponta procedimentos que o executivo estranhamente não cumpre.

Por tudo isto, e :

- porque o município em 2019 terá um enorme encargo financeiro com o acordo de pagamento das dívidas das águas ao longo de 25 anos, hipotecando o futuro de Caminha não com equipamentos que ficarão para o futuro, mas com dívidas puras e duras.
- porque a acrescer à dívida da água têm ainda todos os contribuintes que pagar os cerca de 3 milhões de euros de juros da mesma dívida de água feita por este executivo, e porque terá que começar a pagar à nova empresa as suas próprias faturas de água (consumos do município), e não tem almofadas financeiras consolidadas nestes últimos 5 anos de gestão socialista.
- porque foram sempre anos de elevados prejuízos de exploração;

Os vereadores do PSD não podem aprovar as contas de 2018, porque elas revelam o desajuste dos orçamentos face à realidade das execuções orçamentais, que de floridas passaram a murchas, preocupantes e catastróficas em termos de gestão do município.

Caminha, 15 de Abril de 2019





MUNICÍPIO DE CAMINHA

Handwritten signature and initials in blue ink.

DESPACHO

Revolta - no documento de feitorias de contas 2018
fare aprovaes em nome de Câmara e
municípios fronte à Assembleia Municipal

10/4/19

De: Chefe da Divisão de Finanças e Administração

Para: Senhor Presidente

ASSUNTO: DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS – EXERCÍCIO 2018

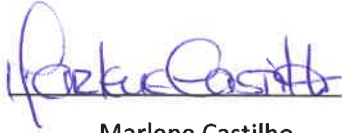
São presentes todos os documentos de prestação de contas, referidos no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro (POCAL), bem como os elencados na Resolução n. 6/2013 – 2ª Secção, de 21 de novembro, do Tribunal de Contas, integralmente elaborados e ficarão devidamente arquivados para consulta quando para tal forem solicitados, dos quais se extrai que a execução da receita atingiu o montante de € 17.132.812,24 (dezassete milhões cento e trinta e dois mil oitocentos e doze euros e vinte e quatro cêntimos), a execução da despesa no montante de 16.800.452,73 (dezasseis milhões oitocentos mil quatrocentos e cinquenta e dois euros e setenta e três cêntimos) e o resultado líquido do exercício negativo em € 1.516.771,44 (um milhão quinhentos e dezasseis mil setecentos e setenta e um euros e quarenta e quatro cêntimos).

Apreciado o processo composto pelos documentos de prestação de contas do exercício de 2018 acima referidos, propõe-se que a Câmara delibere:

1. Aprovar todos os documentos da prestação de contas apresentados, e com ele, os valores apurados nas diversas contas, designadamente o saldo de gerência de 2018 no valor de € 1.038.957,48 (um milhão trinta e oito mil novecentos e cinquenta e sete euros e quarenta e oito cêntimos), dos quais € 332.359,51 (trezentos e trinta e dois mil trezentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e um cêntimos) reportam-se a operações orçamentais e € 706.597,97 (setecentos e seis mil quinhentos e noventa e sete euros e noventa e sete cêntimos) a operações de tesouraria;

2. Submeter à Assembleia Municipal para apreciação e votação do processo de prestação de contas do exercício de 2018, ao abrigo da alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Caminha, 9 de abril de 2019



Marlene Castilho



MUNICÍPIO DE CAMINHA

Handwritten initials and signature in blue ink.

DESPACHO

Handwritten signature and date: J. Amuniz 7/10/19

De: Chefe da Divisão de Finanças e Administração

Para: Senhor Presidente

ASSUNTO: Declaração - PRESTAÇÃO DE CONTAS – EXERCÍCIO 2018

Para cumprimento do estipulado na Resolução do Tribunal de Contas n.º 44/2015, de 25 de novembro, os municípios, aquando do envio do documento de prestação de contas para o referido Tribunal, devem ainda remeter uma declaração de responsabilidade, conforme modelo em anexo, decorrente das obrigações de aprovação e de aplicação de princípios e norma contabilísticas e de controlo interno (n.º 8).

O n.º 9 da mesma resolução ressalva que um responsável identificado pode subscrever condicionalmente a declaração ou manifestar a sua discordância ou total oposição, nos termos que igualmente devem constar da declaração anexa.

Caminha, 9 de abril de 2019

Handwritten signature of Marlene Castilho

Marlene Castilho



MUNICÍPIO DE CAMINHA

Handwritten initials in blue ink, possibly 'A.F.' and '2'.

No âmbito do processo de prestação de contas da gerência do exercício de 2018 do Município de Caminha declaramos, sob compromisso de honra, enquanto titulares de órgãos responsáveis pela elaboração, aprovação e remessa das contas individuais ao Tribunal de Contas, que adotámos, fizemos aprovar e executar de forma continuada os princípios, normas e procedimentos contabilísticos e de controlo interno a que estamos vinculados por imperativo legal ou contratual e que garantem e asseguram, segundo o nosso conhecimento, a veracidade e sinceridade das respetivas demonstrações financeiras e a integralidade das transações subjacentes, pelas quais assumimos a responsabilidade de que as mesmas, designadamente:

- a) não contêm erros ou omissões materialmente relevantes quanto à execução orçamental e de contabilidade de compromissos, à gestão financeira e patrimonial e, bem assim, ao registo de todas as operações e transações que relevem para o cálculo do défice e da dívida pública, atendendo, nos termos aplicáveis, ao direito europeu da consolidação orçamental;
- b) identificam completamente as partes em relação de dependência e registam os respetivos saldos e transações;
- c) não omitem acordos quanto a instrumentos de financiamento direto ou indireto;
- d) evidenciam com rigor e de forma adequada a dimensão, extensão e relevação contabilística dos passivos efetivos ou contingentes, designadamente os compromissos decorrentes de benefícios concedidos ao pessoal e aos membros dos órgãos sociais, bem como as responsabilidades decorrentes de litígios judiciais ou extrajudiciais;
- e) incluem os saldos de todas as contas bancárias no IGCP e/ou noutras instituições financeiras;
- f) foram publicitadas de acordo com as disposições legais e comunicadas às entidades competentes.

Assumimos ainda a responsabilidade de que, por aplicação dos princípios, normas e procedimentos acima referidos e segundo o nosso conhecimento, as transações subjacentes:

- g) respeitaram as normas da contratação pública aplicáveis;
- h) asseguram o cumprimento pontual e tempestivo todos os acordos e contratos com terceiros;
- i) respeitaram as normas dos regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas e do código do trabalho e observaram as incompatibilidades e limitações previstas nesses diplomas, no estatuto de aposentação, no código contributivo da segurança social e em estatutos específicos, designadamente de carreiras especiais.

Os responsáveis subscritores:

x *Luis Miguel de Sousa Dondosca Alves*

Os responsáveis que condicionam a subscrição, total ou parcialmente, nos termos e pelas razões constantes das declarações juntas:

2018

PRESTAÇÃO DE CONTAS



MUNICÍPIO DE CAMINHA

VOLUME I | RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Handwritten signature or initials in blue ink, possibly reading "R. F. 7".



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2018

Durante o ano de 2018, o executivo camarário deu continuidade a uma política de investimento na economia e nas pessoas, concretizando políticas de curto prazo - sobretudo no desenvolvimento de setores como o Turismo, fator primordial de criação de emprego, a Cultura e o Desporto, apostas para a sustentação da cidadania mas, também, da atratividade, a Proteção Civil como exigência de segurança pessoal e comunitária e a Solidariedade, resposta aos desequilíbrios sociais a carecer de atuação urgente – mas afirmando linhas e ação de médio e longo prazo, com destaque para a ampliação das redes de infraestruturas, os avanços no sector da Educação e as questões ligadas ao ordenamento e ao desenvolvimento sustentável do território. Num ano, como os anteriores, ainda muito marcado pela grave situação financeira da Câmara Municipal de Caminha, a ação do executivo pautou-se por uma maior contração naquilo que tem a ver com as despesas correntes (que diminuíram 400 mil euros relativamente ao ano anterior) e uma maior capacitação para o investimento (que aumentou 57%) de modo a aproveitar, da melhor forma, a chegada visível dos fundos comunitários. No relatório que agora se apresenta, seguimos as linhas do programa eleitoral sufragado em 2017 para poder explanar, ainda que de forma resumida, o trabalho realizado pelo Município ao longo do ano através de seis pilares fundamentais: (1) Economia, Emprego e Desenvolvimento Económico, (2) Educação, Cultura, Desporto e Juventude, (3) Solidariedade, Bem-Estar e Coesão Social, (4) Ordenamento, Ambiente, Espaço Público e Proteção Civil, (5) Organização, Finanças e Freguesias e (6) Cidadania e Participação. No final, apresentamos de forma cronológica um conjunto de ações desenvolvidas pelo Município nas mais diversas áreas que julgamos poder condensar bem parte substantiva do trabalho de toda a equipa municipal a quem aproveito para agradecer o empenho e profissionalismo sempre demonstrado.



I – ECONOMIA, EMPREGO E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

Como é sabido, o Município de Caminha tem vindo a apostar fortemente na indústria do Turismo como veículo de fortalecimento da economia e fator de criação de emprego. Foi assim desde 2013, de modo a inverter os sinais de declínio que esta área económica estava já a dar no concelho de Caminha (2013 teve menos turistas do que 2012, por exemplo), minimizando-se a sazonalidade (em 2013 a maioria dos turistas chegavam nos meses de verão, em 2017 a maioria dos turistas chegam fora dos meses de Julho, Agosto e Setembro) e aproveitando o contexto de crescimento do país e do Alto Minho numa vertente menos explorada pelos nossos vizinhos e com mais condições de ser potenciada no nosso resultado. Neste contexto, os números que conhecemos em 2018 são absolutamente paradigmáticos. De acordo com o Anuário Estatístico da Região Norte para 2017, publicado no final de 2018 pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), o concelho de Caminha teve 43.694 hóspedes alojados nos diversos estabelecimentos hoteleiros e de alojamento local do seu território, crescendo 13,7% relativamente ao ano anterior. O mesmo sucedeu com o número de dormidas, que cresceu 13,4%, tendo sido registadas 84.052, o segundo maior valor do Alto Minho e o maior de sempre no concelho de Caminha. O número recorde publicados pelo INE vêm comprovar o acerto da aposta do concelho na indústria do Turismo, uma das maiores do mundo que tem, também na nossa terra, uma forte influência na criação de riqueza e no fomento do emprego. Importa, neste fórum, destacar duas vertentes menos visíveis destes valores: em primeiro lugar, o facto desta tendência de crescimento se vir mantendo desde 2013 deste sector ter estagnado e, em alguns casos, regredido, em anos anteriores; em segundo lugar, a espetacular subida do número de hóspedes nos últimos cinco anos (87,7%) e a impressionante subida dos proveitos desta indústria no mesmo período (112%). A Câmara Municipal de Caminha congratula todos os empresários e o conjunto da população pelos números alcançados no Turismo, mantendo firme a sua aposta no sector, quer através do investimento na qualificação do espaço público ou na realização de eventos, quer ainda através da divulgação e reforço do prestígio do concelho de Caminha.

Para estes números contribuiu, certamente, o trabalho feito na valorização dos Caminhos de Santiago. No ano de 2018 consolidou-se a parte que faltava na divulgação dos percursos, com a publicação de um livro da Câmara Municipal de Caminha intitulado Caminho de Santiago – O Caminho Português da Costa através do Concelho de Caminha, que contou com a coordenação de Carla Novo e o contributo de Aurora Rego e dos fotógrafos Patrick Esteves, Rui Carvalho, Luís Valadares e Giovanni Dondi e com a realização de diversas ações de promoção, quer com a presença em feiras, quer com a aparição na comunicação social. Não será estranho, por isso, o fenómeno em causa. O número de peregrinos registados nos Postos de Turismo de Caminha e Vila Praia de Âncora durante o ano que findou cresceu 21,3% face a 2017. Estes valores vêm confirmar a tendência que já se verificava no final do primeiro semestre, traduzindo a procura crescente e consolidada do concelho também por este tipo de turismo. É de referir que o número dos que pernoitaram no Albergue de Caminha (gerido pela Associação dos Amigos do Caminho de Santiago de Viana do Castelo) cresceu 30,5% relativamente a 2017. Em termos de nacionalidades, a Alemanha é o país que mais peregrinos coloca no nosso concelho. Nos nossos Postos de Turismo, a procura por parte dos alemães cresceu 44% relativamente ao ano anterior, assumindo a liderança da tabela de nacionalidades, seguidos da Espanha, Portugal, Itália e Reino Unido. O aumento do movimento de peregrinos representa um fenómeno consolidado e que vem subindo de ano para ano. Por exemplo, em 2018, no Albergue, dormiram o triplo de peregrinos relativamente a 2015. Mais: nos últimos cinco anos, o número de pessoas que pernoitaram no Albergue cresceu 656%!





Face a este trabalho de todo o concelho de Caminha, não será estranho perceber o que aconteceu em 2018 ao nível do desemprego. Depois de um primeiro semestre marcado por quedas mensais consecutivas do número de desempregados no concelho de Caminha, os últimos números oficiais deste ano, divulgados pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), relativos ao mês de julho e agosto confirmaram a tendência e estabeleceram novos mínimos históricos daquele indicador. De facto, segundo o boletim das Estatísticas Mensais por Concelhos publicado pelo IEFP, o concelho de Caminha registou em agosto de 2018 um total de 300 pessoas sem emprego, um novo mínimo em matéria de número de desempregados no concelho de Caminha que corresponde também ao valor mais baixo deste século e ao menor de sempre desde que há registo oficial. O ano terminou com 361 desempregados inscritos o que representa uma diminuição de 27% face ao final do ano de 2017. Recorde-se que, em 2013, o IEFP registava em Caminha mais de mil pessoas desempregadas. A partir daí, esse indicador tem descido sustentadamente e de forma contínua.

Estes números, apesar da sua positividade, não descansam o Município e obrigam a um trabalho redobrado. Isso vê-se através da promoção de eventos, da criação de novas formas de atrair visitantes e moradores, na capacidade para nos distinguirmos do ponto de vista comunicacional. Ao longo deste relatório, são encontrados muitos exemplos disso, quer na exposição dos melhoramentos promovidos no espaço público, quer na conquista de galardões que nos distinguem (como as 5 bandeiras azúis nas nossas praias), que ainda no cuidado tido na política de ordenamento e preservação da paisagem. Gostava, no entanto, de deixar aqui algumas notas que permitem conhecer do trabalho continuado. Desde logo, na formação, dando como exemplo as sessões de Mentoring e Coaching que tiveram lugar em Caminha, uma iniciativa da AEP – Associação Empresarial de Portugal que contou com a CEVAL – Confederação Empresarial do Alto Minho como entidade copromotora e com o apoio do GAE - Gabinete de Apoio ao Empresário de Caminha. Estas sessões foram frequentadas por 23 participantes (empresários e empreendedores) e tiveram como objetivo ajudar os empreendedores a pôr em prática

uma ideia de negócio, quer seja um novo serviço (para os empreendedores com empresa já constituída) ou mesmo ajudar no desenvolvimento de uma nova ideia de negócio. Outro exemplo, aconteceu logo no início do ano - de 31 de janeiro a 4 de fevereiro - quando Caminha esteve presente na 19ª edição do Xantar - Feira Internacional de Turismo Gastronómico, em Ourense, com o objetivo de dar a conhecer o concelho como destino turístico-gastronómico. A ETAP – Escola Profissional, o Âncora Praia Futebol Clube e a Baleeira Pescas integraram a programação do certame com a realização de vários showcookings promocionais: “O Rio Minho – Degustação com lampreia”, a Festa do Mar e da Sardinha – Vila Praia de Âncora” e o Festival Gastronómico do Bife de Espadarte – Vila Praia de Âncora”, respetivamente. O Grupo de Cavaquinhos da ARA Riba de Âncora também mostrou um pouco da cultura do concelho. Igualmente com a presença na BTL de Lisboa, enquadrada no espaço do Turismo Porto e Norte de Portugal.

Exemplo maior, no entanto, deste investimento numa dinâmica de promoção e valorização da marca concelhia como destino turístico de excelência, foi a gravação e exibição em horário nobre da RTP, da série televisiva "Verão M". O início foi assinalado no dia 28 de maio, num encontro que juntou a Câmara Municipal de Caminha, a RTP a TV Galiza e os atores principais, portugueses e galegos. A série foi gravada a partir de Moledo, de todo o concelho de Caminha, mas mostrou este cenário do Minho, do Alto Minho e da Galiza, um cenário da nossa terra que partilhamos com os nossos irmãos galegos. Na verdade, esta série partiu de Moledo, das suas histórias e das suas paisagens, mas também serviu para divulgar todo concelho de Caminha, todas as suas praias, as tradições, as gentes, os monumentos, a gastronomia. Este projeto foi uma oportunidade para a divulgação nacional e internacional do concelho de Caminha e uma oportunidade para a dinamização do comércio local, tendo consumido, de forma direta, mais de 3 mil noites dormidas da equipa e mais de 6 mil refeições. O concelho de Caminha entrou na casa de todos os portugueses, das ilhas, do continente de todo o mundo, de todos os galegos através da TV Galiza Internacional e vai ser exibida na RTP Internacional para poder dar a volta às 4 partidas do mundo. Verão M foi um grande projeto, mas também uma forma de serviço público, que foi possível construir com base numa parceria que junta a RTP, a TV Galiza as empresas Skydreams e Santa Rita Filmes, a Câmara de Caminha



e o Turismo Porto e Norte. A Maya Booth, Graciano Dias, Isabel Blanco, Matilde Breyner, Pedro Almendra, Ana Cristina Oliveira, Bárbara Lourenço, Júlia Palha, entre outros atores, foram alguns dos atores e atrizes que fizeram parte do elenco.



Entretanto, prepara-se o futuro, que do ponto de vista da captação de novos mercados turísticos, quer na valorização do território, também, através da cooperação entre as duas margens do Rio Minho. Por isso, Caminha recebeu uma reunião sobre temas transfronteiriços que juntou o Alcalde de A Guarda, António Lomba, a Alcaldesa do Rosal, Maria del Carmen Alonso e os responsáveis do recém-criado Agrupamento Europeu de Cooperação Transfronteiriça Rio Minho (AECT Rio Minho) e especialistas da Universidade de Vigo, da Fundação Centro de Estudos Euroregionais Galiza-Norte de Portugal e da CIM Alto Minho. Este encontro internacional serviu para ultimar a elaboração da Estratégia de Cooperação do Rio Minho Transfronteiriço, no que ao território do estuário do rio Minho diz respeito e para definir as propostas conjuntas a incluir no Plano de Ação que vai ser elaborado. Este encontro juntou-se a outros que já tiveram lugar e que têm como objetivo aprofundar a relação entre as duas margens, concretizando-a em ações concretas que beneficiem o território e as pessoas, procurando encontrar um espaço de financiamento próprio no contexto do próximo quadro comunitário que terá início do ano de 2020. Na reunião de Caminha consolidou-se um Plano de Ação Conjunto que passa por agir em cinco eixos estratégicos: os setores produtivos, as redes de governança, a mobilidade e serviços partilhados, o turismo sustentável e a cultura e comércio tradicional.



II – EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E JUVENTUDE

Educação

A educação das crianças que frequentam os jardins de infância e escolas básicas e secundárias da rede pública do concelho continua a ser uma prioridade para o Município de Caminha. Para o ano letivo 2018/2019, em linha com os anos anteriores, o Município investiu mais de 1 milhão de euros em transportes e refeições escolares, em ação social escolar, em material, em apoio à autonomia do Agrupamento, em atividades e em recursos humanos associados à escola. Este ano, a Câmara Municipal de Caminha foi ainda mais longe e reforçou o investimento na educação com a prossecução de programas de combate ao insucesso escolar, nomeadamente com o projeto School4All - Caminha, com o objetivo de promover o sucesso escolar no concelho de Caminha. Este projeto resulta de uma candidatura aprovada no âmbito do Programa Operacional Regional do Norte, Norte 2020, submetido ao eixo prioritário 8: educação e aprendizagem ao longo da vida, no montante 265,905 mil euros (financiado em 85% pelo Fundo Social Europeu). O objetivo é melhorar a qualidade das aprendizagens dos alunos de forma a promover o sucesso escolar e reduzir a taxa de insucesso e abandono, isto é, investir na redução e prevenção do abandono escolar precoce e no estabelecimento de condições de igualdade no acesso à educação infantil, primária e secundária. O School4All - Caminha apresenta como ações estratégicas o desenvolvimento de sistemas de sinalização e atuação precoce; a criação de equipa multidisciplinar; a aquisição de equipamentos inovadores mais apelativos e motivadores; a promoção de ações de capacitação e sensibilização destinadas aos diferentes elementos da comunidade escolar; a implementação de práticas de reflexão e autocontrolo nas salas de aula; visitas de estudo e trabalho de campo; a criação do currículo de base local e de uma plataforma de partilha; a distribuição de kit's experimentais e criação de guias para as atividades; o alargamento da prática musical; a realização de workshops e seminários; a criação do programa/canal 'A Ciência no Alto Minho'; a implementação de ações de envolvimento e formação parental; a promoção do trabalho em rede; a realização de concursos; e a



aposta no desenvolvimento de competências transversais (educação para a sustentabilidade, TIC/programação, música). Com este projeto temos como metas atingir o envolvimento de todos os níveis de ensino (desde o pré-escolar até ao ensino secundário), a implementação de 100% das medidas de cada operação, a redução, em pelo menos 15%, dos alunos com níveis inferiores a 3 e a redução, em pelo menos 25%, da taxa de retenção e desistência. O School4All - Caminha engloba 5 subprojetos: 'Terra Educa', 'Música no Alto Minho', 'Experimenta brincando e aprende experimentando', 'Bom é saber calar até ser tempo de falar' e 'Laboratório de aprendizagens ativas'.

Ao lado da atividade ordinária, embora reforçada, de apoio a este setor tão importante, cumpre sublinhar o trabalho desenvolvido para a melhoria do parque escolar, condição importante para a qualidade do ensino. Por exemplo, para Caminha, a Câmara aprovou, por unanimidade, a abertura de concurso público para a empreitada de requalificação e ampliação da Escola Básica e Secundária Sidónio Pais, um investimento que ronda os 3.5 milhões de euros e que corresponde a uma aspiração da comunidade escolar. Trata-se de um avultado investimento que o município faz em prol da escola pública de qualidade, dando melhores condições e oportunidades aos alunos, professores e auxiliares. A obra tem por objetivo reabilitar os edifícios existentes, respeitando a estrutura original, restaurando os revestimentos interiores, substituindo caixilharias e cobertura, entre outros aspetos. O complexo escolar será ampliado, sem prejuízo dos espaços ao ar livre, e dotado de mais 15 salas de aula, sendo duas delas laboratórios. Da intervenção resultará um conjunto funcional, moderno e sustentável, onde a comunidade escolar encontrará condições de conforto facilitadoras do ensino e da aprendizagem. A Escola situa-se num lote desnivelado de 22.340m², na freguesia de Vilarelho, adjacente à estrada nacional. A intervenção nesta escola estava prevista pela Parque Escolar e deveria ter acontecido numa fase adiantada das intervenções a nível nacional. Com o abandono da estratégia delineada anteriormente, pelo Governo de então, Caminha acabou por não beneficiar das melhorias. Depois de um primeiro concurso deserto, foi lançado um segundo que está em fase de ultimate. O investimento global ronda os 3.5 milhões de euros, sendo que 2.4 milhões são financiados por fundos comunitários, cabendo a parte restante ao Ministério da Educação e ao Município de Caminha.

Por outro lado, em Vila Praia de Âncora, foi construído o abrigo de recreio na Escola Básica e Secundária, obra reclamada há já algum tempo pela comunidade escolar. Com a realização de obras naquele equipamento há dois anos, que levaram à criação de novas salas de aulas, ao melhoramento das condições acústicas e ao apetrechamento dos laboratórios, foi detetada a necessidade de criar um espaço coberto na zona de recreio da escola de modo a que os alunos pudessem usufruir da vivência ao ar livre, mesmo em dias de intempérie ou muito calor. A obra teve um custo global de € 47.350 a que se somou o pagamento de IVA, valores assegurados integralmente pelo Ministério da Educação.

Não cabendo, neste espaço, uma explanação exaustiva de toda a ação municipal no setor da Educação, gostaríamos de deixar elencados alguns projetos que mobilizaram toda a comunidade escolar com o forte empenho da Câmara Municipal:

Desde logo, o projeto de educação financeira 'No poupar é que está o ganho', uma iniciativa da Fundação Dr. António Cupertino de Miranda que o Município promoveu. O objetivo foi o de consciencializar os alunos da importância do dinheiro, para que possam tomar decisões corretas e informadas no futuro, contribuindo para que sejam consumidores mais responsáveis. No concelho, aderiram ao projeto 126 alunos do 3º e 4º das Escolas Básicas de Caminha, Dem, Moledo e do Vale do Âncora. O projeto 'No poupar é que está o ganho' vai na sua 8ª edição. Trata-se de um projeto de continuidade, com a duração de um ano letivo, cujos objetivos são: mudar atitudes e comportamentos, capacitar os jovens a tomar decisões financeiramente corretas, incluir a educação financeira nos projetos educativos e criar uma nova geração de consumidores informados. Para além de 'criar' consumidores mais responsáveis, este projeto vai de encontro aos objetivos e temas definidos no Referencial de Educação Financeira promovido pelo Plano Nacional de Formação Financeira e pelo Ministério da Educação e dá resposta à necessidade de formação sentida pelos professores que, desde o ano passado, viram a educação financeira ser incluída no âmbito do curriculum nacional. Este projeto inclui formação aos professores, visita ao Museu do Papel Moeda e acesso a uma plataforma

A

de e-learning, tanto para os professores como para os alunos inscritos, que disponibiliza todos os conteúdos programáticos (adequados a cada um dos ciclos de ensino e de acordo com o Referencial de Educação Financeira, aprovado pelo Ministério da Educação), formação online, fichas didáticas, planos de aula e filmes de animação temáticos, entre outros recursos.



Outro projeto interessante foi aquele que nasceu do protocolo subscrito (e este ano reforçado) com a Associação de Ação Social ETHOS cujo objetivo é prestar acompanhamento especializado aos alunos do Agrupamento de Escolas Sidónio Pais com necessidades educativas especiais, nomeadamente através de atividades terapêuticas assistidas por cães. Tendo em conta que nos estabelecimentos de ensino do concelho existem crianças com necessidades educativas especiais que exigem a ativação de apoios especializados, para o Município de Caminha é fundamental apoiar a promoção de um processo de ensino/aprendizagem inclusivo, que permita responder à diversidade de características e necessidades de todos alunos, sem exceção. Para além do sucesso educativo, através deste protocolo pretende-se melhorar a qualidade de vida de crianças e jovens com deficiência, incapacidades, em risco de exclusão social, expostos a episódios traumáticos, hospitalizados de longa duração, ou outras necessidades especiais suscetíveis de intervenção, no âmbito da educação, da saúde ou da assistência social. A ETHOS é uma Associação de Ação Social sem fins lucrativos, que foca a sua atividade na intervenção educativa e terapêutica assistida por cães. Mediante este protocolo, para além do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido, a ETHOS está a realizar mais quatro sessões semanais de educação e terapia assistida por cães a alunos

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

do Agrupamento de Escolas Sidónio Pais, cujas características individuais assim o exijam. Estas sessões decorrem nos estabelecimentos de ensino do concelho e em estreita articulação com o Agrupamento de Escolas Sidónio Pais.

Um terceiro projeto a destacar, tem relação direta com o desporto e com as características do nosso território. No concelho de Caminha, as crianças do 3º e 4º anos de escolaridade do Agrupamento de Escolas Sidónio Pais têm aulas de remo, de stand-up padle e canoagem e de surf. A aposta e desenvolvimento na náutica já no 1º ciclo foi uma das novidades implementadas no concelho no passado ano letivo. As aulas de surf foram frequentadas por 334 crianças e decorreram nas Piscinas Municipais de Vila Praia de Âncora, numa primeira fase, para depois serem na praia de Vila Praia de Âncora. O grupo foi orientado por professores das escolas de Surf Koala e Âncora Point. Como foi anteriormente referido, estas aulas resultam de um protocolo estabelecido entre a Câmara Municipal de Caminha, o Agrupamento de Escolas Sidónio Pais e o Surf Clube Praia d'Âncora. Já as aulas de remo foram frequentadas 226 alunos dos 3º e 4º anos de escolaridade e acontecem nas instalações do Sporting Clube Caminhense. São possíveis em virtude do protocolo estabelecido entre o Câmara Municipal de Caminha, Agrupamento de Escolas Sidónio Pais e o Sporting Club Caminhense (SCC). Relativamente às aulas de stand-up padle foram frequentadas por 226 alunos nas Piscinas Municipais de Vila Praia de Âncora, fruto do protocolo assinado entre a Câmara Municipal de Caminha, o Agrupamento de Escolas Sidónio Pais e a Nautiminho.





Cultura

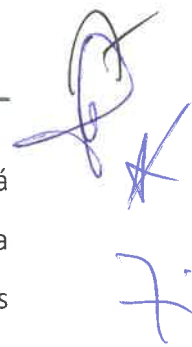
A Cultura tem sido uma aposta forte e evidente do Município de Caminha nos últimos anos. O desiderato tem vindo a ser alcançado através de uma política de proximidade que “puxa” pelos agentes locais, pelo envolvimento da escola, pela organização de eventos de cariz nacional e internacional e até pela produção criativa. O trabalho passa por potenciar os espaços culturais existentes – com destaque para o Teatro Municipal Valadares e o Cineteatro dos Bombeiros Voluntários de Vila Praia de Âncora – e pela dinamização do espaço público, passa pelo apoio à atividade cultural, passa pelo estabelecimento de parcerias e por uma notabilização, do ponto de vista do país, do concelho como montra de eventos e de animação virada para o crescimento cultural ou, simplesmente, para o lazer. Aproveitando a parte final deste relatório que deixa clarão qual o conjunto de todas as atividades realizadas, vamos passar rapidamente por alguns exemplos do que se fez nas diversas áreas culturais.

Na preservação do património. A Cidade de Âncora / Afife está finalmente no caminho certo para a classificação, enquanto património arqueológico de valor reconhecido. O processo foi liderado pela Câmara Municipal de Caminha e a publicação em Diário da República, pela Direção-Geral do Património Cultural, no dia 3 de maio, formaliza a abertura do procedimento de classificação da Cidade de Âncora, freguesia de Âncora, concelho de Caminha, e freguesia de Afife, concelho de Viana do Castelo, distrito de Viana do Castelo. É o Anúncio n.º 66/2018, na II Série, e corresponde a um momento muito importante para a história, mas sobretudo para o futuro, do povoado fortificado, que remonta à Idade do Ferro/Época Romana. Assinado pela diretora-Geral do Património Cultural, Paula Araújo da Silva, o anúncio sublinha que o referido sítio “está em vias de classificação, de acordo com o n.º 5 do artigo 25.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro”. Diz ainda que “o sítio em vias de classificação e os bens imóveis localizados na zona geral de proteção (50 metros contados a partir dos seus limites externos) ficam abrangidos pelas disposições legais em vigor, designadamente, os artigos 32.º, 34.º, 36.º, 37.º, 42.º, 43.º e 45.º da referida lei, e o n.º 2 do artigo 14.º e o artigo 51.º do referido decreto-lei”.

A Cidade de Âncora é neste momento uma ruína e boa parte do seu espólio está depositado no Museu Municipal de Caminha. Situa-se numa elevação montanhosa, na margem esquerda do rio Âncora, e insere-se no conjunto dos grandes povoados castrejos da Idade do Ferro. Este povoado fortificado, que dispõe de três linhas de muralha, sofreu algumas intervenções pontuais.

Ainda no Património, nota para a abertura do Forte da Lagarteira, em pleno Portinho de Vila Praia de Âncora, no dia 9 de junho, com uma exposição sobre o monumento e com o 'Cantinho do Peregrino'. Até 30 de setembro, este espaço acolheu múltiplas atividades inseridas na programação de verão com entrada gratuita. O Forte da Lagarteira abriu portas à população e visitantes mais aprazível tendo a Câmara Municipal requalificado o espaço, de modo as que pessoas usufruam com mais qualidade de um dos ícones do concelho. Dos trabalhos de beneficiação fizeram parte: a reparação das paredes das salas de exposição, a beneficiação da casa de banho, o restauro do telhado, a reparação da caixilharia, a colocação de nova iluminação nas salas e o ajardinamento do espaço. Os trabalhos foram executados pelos funcionários do Município.

No cinema. O Cineteatro de Vila Praia de Âncora, em grande medida, tem contribuído para a retorno do gosto pelo cinema, no concelho, junto do grande público. Filmes premiados, sucessos de bilheteria, obras sempre atuais, têm passado pela maior vila do concelho levando milhares ao cinema e contribuindo para ajudar a Associação Humanitária. Também a ação da Locus Cinemae em Caminha, apoiada pela Câmara Municipal, tem sustentado uma política mais vocacionada para os apreciadores da sétima arte de todos os tempos, segurando um público fiel e erudito do concelho. Mas há muitas outras ações e de todas gostava de destacar a Mostra de Cinema sobre os Caminhos de Santiago que a Câmara Municipal promoveu no passado mês de maio com a exibição de quatro filmes: 'O Caminho', de Emilio Esteves; 'Camino de Santiago', de Jonas Frey; 'O Apóstolo', de Fernando Cortizo e 'A Caminho de Santiago', de Roberto Santiago. Esta iniciativa inseriu-se no âmbito da candidatura da valorização dos Caminhos de Santiago – Caminho Português da Costa que o Município submeteu ao programa Norte 2020, onde sublinha a importância patrimonial e identitária destes trajetos que foram já classificados pelo Conselho da Europa como Primeiro Itinerário Cultural Europeu. Neste âmbito, a





Câmara Municipal promoveu ainda as visitas de autor “Caminho da História ‘Caminha e o Caminho Português da Costa” e várias outras iniciativas, com destaque para o Art Gallery Wall, com José Rosinhas, o percurso pedestre “Caminho da Natureza”, o concerto “Sons do Caminho” e, ainda, o Ciclo de Conversas com vários escritores conhecidos do grande público.

Na literatura, para além da hora do conto, do lançamento e apresentação de livros de autos, das ações do Dia Mundial da Poesia e do investimento na animação dos diversos espaços, cumpre sublinhar a organização da II Festa do Livro que decorreu na Biblioteca Municipal de Caminha. Leituras dramatizadas, música, lançamento de livros, cinema, ateliês e exposição e venda de novidades literárias, foram algumas das iniciativas que deram o mote a esta edição. A Festa do Livro foi uma organização da Câmara Municipal de Caminha, Agrupamento de Escolas Sidónio Pais, Rede de Bibliotecas de Caminha e uma parceria da Livraria Bertrand Viana do Castelo. Com um programa vasto e variado, esta edição destacou os recursos locais, como a natureza, o rio e a paisagem, o património construído e o quotidiano desenhado pela mão do Eduardo Salavisa e, ainda, os jovens caminhenses que estimulados e orientados pelos professores deram a conhecer as suas aprendizagens na área da literatura, da música e do cinema.

No teatro, para além do apoio dado às associações do concelho de Caminha, da promoção desta arte através das Atividades de Ocupação dos Tempos Livres e da contratação de peças que se exibem nos nossos espaços, cumpre salientar a estreia da peça de teatro “A Curva”, de Tankred Dorst apresentada pela Krisálida – Associação Cultural do Alto Minho. Depois da estreia, à semelhança de anos anteriores, esta peça de teatro entrou em digressão pelas freguesias do concelho. Esta peça de teatro foi promovida no âmbito de um protocolo celebrado entre a Câmara Municipal de Caminha e a Krisálida – Associação Cultural do Alto Minho que garantiu que, à semelhança de anos anteriores, a Krisálida levásse um espetáculo às 14 freguesias do concelho, conduzindo o teatro ao encontro do público nas salas das juntas de freguesia, nas ruas e nas pequenas praças, ao mesmo tempo que prosseguirá o projeto pedagógico em íntima articulação com a criação e produção artísticas, dirigidos às comunidades de crianças, jovens e suas

famílias. “A Curva” é uma farsa sobre a comercialização da morte. Sobre a peça, diz-se ‘dois irmãos vivem num lugar remoto junto a uma curva perigosa onde já aconteceram muitos acidentes mortais: 24 mais precisamente. Os irmãos encontraram formas engenhosas de conviver bem com esta situação e a vida decorre com relativa tranquilidade. Até que um dia o inesperado acontece...’. “A Curva” apresentou na direção artística e produção Carla Magalhães; na encenação Nelma Nunes; na interpretação Alexandre Martins, Nuno J. Loureiro e Rui Barbosa; na cenografia e figurinos Grácia Cordeiro e no desenho de luz Rui Gonçalves. À semelhança de anos anteriores, a Krisálida e a Câmara Municipal organizaram, no mês de dezembro, com enorme sucesso, o Festival Luso-Galaico da Marioneta.



Na música, o Município aposta na formação, na divulgação, na valorização dos talentos e na apresentação de espetáculos de qualidade. A formação é apoiada através das parcerias instituídas com a Academia de Música Fernandes Fão, o apoio dado a diversas iniciativas e a realização de eventos como o AMFF in concert que sempre acontece em cima do verão. Este ano que passou, a formação chegou com mais intensidade ao Agrupamento de Escolas através dos projetos de combate ao Insucesso Escolar que se baseiam na abordagem musical e no despertar para a música. Na divulgação, através do apoio financeiro e logístico dado a diversas instituições do concelho, com destaque para a Academia, com certeza, mas também para a Banda de Lanhelas, o Grupo Etnográfico e o Orfeão de Vila Praia de Âncora, sem esquecer todas as outras instituições que preservam a nossa raiz cultural. Em termos de eventos, para além do Âncora Folk e de



outras exposições ligadas à etnografia, é através da realização do Encontro de Tocadores Entre Margens que a Câmara de Caminha tem vindo a contribuir para a valorização e conhecimento público da música tradicional portuguesa e de origem galaica. A valorização de talentos é feita com o apoio dado a concursos de piano e viola organizados pela Academia de Música e, também, com o suporte que é dada a eventos de captação de talentos organizados, sobretudo, pelo Agrupamento de Escolas. Do mesmo modo, o financiamento à Escola de Música da Banda de Lanhelas e do Centro de Instrução e Recreio Vilarmourense, bem como o apoio de cedência de instalações e logística dada a diversos músicos de Caminha, assim como a contratação de artistas locais e a sua chamada a eventos de cariz nacional – nomeadamente, levando-os à rádio e televisão – são parte importante desse trabalho. Finalmente, a apresentação de espetáculos de qualidade, objetivo do Município de Caminha que, para além dos artistas nacionais e internacionais que trouxe ao concelho através do Festival de Vilar de Mouros ou do Sonicblast, permitiu, no ano passado, ouvir na nossa terra, artistas de mais diversas origens musicais e públicos-alvo diferentes.

Na pintura e escultura. O Museu Municipal de Caminha teve patente ao público a exposição ÂNGELO DE SOUSA: QUASE TUDO O QUE SOU CAPAZ, realizada a partir de obras da Coleção de Serralves, até ao dia 7 de outubro. Esta exposição decorreu no âmbito da integração do município de Caminha como Fundador de Serralves, em 2016. A cerimónia de inauguração decorreu no dia 24 de julho, e contou com as presenças de Ana Pinho, presidente da Fundação de Serralves, João Ribas, diretor do Museu de Serralves, Miguel de Sousa, Paula Fernandes, Curadora de exposição, entre outros. Esta iniciativa integrou-se num programa de exposições e apresentação de obras da Coleção de Serralves especificamente selecionadas para os locais de exposição, com o objetivo de tornar o acervo acessível a públicos diversificados de todas as regiões do país. Ângelo de Sousa (Lourenço Marques, Moçambique, 1938 - 2011, Porto), além de ser uma das figuras mais influentes da arte portuguesa da segunda metade do século XX, é um dos artistas melhor representados na coleção de Serralves, com trabalhos realizados entre os anos 1960 e 2010, e que abarcam todos os meios artísticos a que ele se dedicou ao longo da sua prolífica carreira: desenho, pintura, escultura, instalação, filme e fotografia.



“Ângelo de Sousa: Quase tudo o que sou capaz” junta uma parcela muito considerável destas obras - a quase totalidade dos desenhos, pinturas e esculturas - com o objetivo de sublinhar a importância da contaminação entre aquelas disciplinas para a evolução da sua prática artística: ao reunir cerca de 26 obras de vários períodos da sua carreira, esta exposição combate a imagem dominante do pintor Ângelo, mostrando que o desenho e a escultura são não apenas facetas fundamentais da sua obra como aquelas em que porventura é mais evidente o espírito experimentalista da sua obra. Caracterizados por uma aparente simplicidade — o artista tenta obter, nas suas palavras, “o máximo de efeitos com o mínimo de recursos, o máximo de eficácia com o mínimo de esforço, e o máximo de presença com o mínimo de gritos” —, os desenhos, pinturas e esculturas de Ângelo de Sousa não ilustram conceitos, nunca partem de ideias, mas da ânsia de fazer e pensar com as mãos. A exposição sublinha esta vontade de trabalhar com elementos simples, ao apresentar as primeiras obras de Ângelo de Sousa, ainda figurativas, mas apontando já para a depuração que viria a caracterizar o artista, lado a lado com os exercícios abstrato-geométricos — nomeadamente desenhos, telas e esculturas — que o impuseram como um dos maiores estudiosos da cor e da luz. A curadoria foi da responsabilidade de Paula Fernandes e a produção da Fundação de Serralves — Museu de Arte Contemporânea, Porto.

Além desta exposição, de 11 de novembro a 14 dezembro, Caminha promoveu a iniciativa “Do Armistício da Grande Guerra ao Assassinato de Sidónio Pais”, composta por múltiplas atividades, com destaque para a Homenagem aos Mortos da Grande Guerra, que decorreu no dia 17 de novembro. Esta iniciativa teve como objetivo assinalar dois factos históricos, o Armistício e o Assassinato de Sidónio Pais. A cerimónia Homenagem aos Mortos da Grande Guerra iniciou com a inauguração do “Largo dos Combatentes”, em pleno Centro histórico de Caminha, seguida da inauguração da mostra bibliográfica ‘A Livraria do Coronel Júlio Torres’ e da exposição “Da Batalha de Lalys ao Armistício”. A mostra bibliográfica ‘A Livraria do Coronel Júlio Torres’ foi composta por quatro painéis e poderá ser visitada na Biblioteca Municipal de Caminha até 14 de dezembro. Júlio Augusto Valadares Torres nasceu a 13 de abril de 1890, no Porto, filho de Júlio Augusto Valadares, negociante, natural de Caminha e de Maria

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Adelaide Araújo Alves, natural de Monção. Era neto paterno de Manuel Gavinho Torres e de Maria Quitéria Valadares e materno de Domingos José Alves e Maria Emília de Araújo Cunha. Muito cedo, por doença e falecimento do pai, veio viver com a mãe para casa do avô paterno, na Rua de S. João nº 52, em Caminha. Participou na Primeira Guerra Mundial, inicialmente na Campanha de Moçambique, de maio a outubro de 1916, e depois em França de janeiro de 1918 a junho de 1919. Em 1940 casou em Portalegre com Aura Adelaide de Araújo Cunha, natural de Monção, com quem teve duas filhas, Isolina Isabel da Cunha Torres e Maria Adelaide da Cunha Torres. Faleceu a 10 de janeiro de 1960 na sua casa da Rua de São João e está sepultado no cemitério de Caminha no jazigo de família. Sobre a 'A Livraria do Coronel Júlio Torres' importa referir: 'em fevereiro de 2015 o Município de Caminha recebeu das mãos da Senhora D. Isolina Macedo 630 livros pertencentes à sua biblioteca pessoal, legada pelo seu pai, Coronel Júlio Valadares Torres. Trata-se de uma coleção que foi constituída ao longo da vida do Coronel e que o terá acompanhado pelas diversas residências, designadamente: Valença; Braga; Porto; Lisboa e Caminha. 1876 e 1949 são as datas extremas que as edições apresentam. A Livraria do Coronel Júlio Valadares Torres, desde 2015 património do Município de Caminha, é gerida pela Biblioteca Municipal. Todos os exemplares foram catalogados e estão disponíveis para o público, em sala reservada. Os temas predominantes nestes volumes são: literatura portuguesa e estrangeira, sobretudo francesa; história; geografia; política; filosofia; estratégia militar e viagens. Os autores são de renome e alguns já raros ou mesmo ausentes nos catálogos do sec. XXI. O afeto do Coronel Júlio Torres por cada um dos seus livros evidencia-se pelas encadernações personalizadas, com peles naturais e têxteis, maioritariamente manufaturadas pelo cidadão de Vilar de Mouros, Mário Pontes, pelas anotações sistemáticas manuscritas, pelos recortes de imprensa que intercalava, de modo oportuno e frequente, entre as páginas dos volumes e pelo evidente carácter metódico que estabeleceu para conduzir a seleção das obras e a constituição da coleção. Em 2018, atendendo a este legado, alcançamos a intemporalidade dos livros e o reconhecimento pelo seu dom para perpetuar e renovar o saber e a cultura. Da cerimónia ainda fez parte, como referimos atrás, a inauguração da exposição "Da Batalha de Lalys ao Armistício", patente no Museu Municipal de Caminha, que homenageia os caminhenses que combateram na Primeira Grande

Handwritten signature and initials in blue ink.

Guerra. A exposição é composta por três núcleos. O primeiro dá enfoque à Batalha de Lalys. O segundo, dá a conhecer os Caminhenses na Grande Guerra, onde se podem ver os rostos e percurso de vida dos cerca de 150 homens que combateram na Primeira Grande Guerra e, por último, um núcleo dedicado a Sidónio Pais, um Presidente da República natural de Caminha. No dia 16 de novembro decorreu a conferência “A Maçonaria e a Loja Ancorense Vedeta do Norte”, com Paulo Torres Bento e um convidado da Maçonaria. No dia 23 de novembro, teve lugar a conferência “A Pneumónica no Concelho de Caminha”, com Aurora Rego e Luís Belo. E, no dia 8 de dezembro, decorreu o colóquio “Do Armistício da Grande Guerra ao Assassinato de Sidónio Pais”, composto por dois painéis “O CEP e os Militares do Concelho de Caminha”, orientado pelo sargento José Santos e Paulo Torres Bento, e “Sidónio, a Guerra e a Política”, com Armando Malheiro e Fernando Rosas.



Junto com estas exposições estiveram todas aquelas organizadas pelo Museu Municipal, quer nas suas instalações, quer na Galeria Guntilanis, em Vila Praia de Âncora, quer no espaço existente na Praça Conselheiro Silva Torres, contribuindo para uma valorização do concelho com espaço de manifestação artística e valia cultural.

Nos eventos, muito há a sublinhar. Ao longo dos últimos anos tem vindo a crescer de forma notável a atividade do concelho de Caminha, afirmando-se já como uma referência nacional nesta matéria. Para além dos eventos realizados em época alta, que tem vindo a aumentar – casos evidentes do Artbeerfest, do Entre Margens, da Feira



Medieval, do Arte na Leira, do Festival do Espadarte, da Festa do Mar e da Sardinha, do Sonic Blast e do Festival de Vilar de Mouros – temos aqueles que crescem ainda mais e se situam numa época considerada castigada pela sazonalidade, como é o caso da Passagem do Ano, do Carnaval ou do Vila Praia em Flor. Além disso, em todo o ano, existem parcerias fortes com o associativismo local levando à criação de grandes momentos culturais como os espetáculos organizados com o Orfeão de Vila Praia de Âncora, os concertos de Ano Novo com a Banda Musical Lanhelense, o Âncora Folk organizado com o Etnográfico de Vila Praia de Âncora ou os Concursos de Música e o espetáculo AMFF in Concert organizados com a Academia de Música Fernandes Fão. Pela sua dimensão e impacto – trouxe até ao concelho mais de 30 mil espetadores e transmitiu 35 horas em direto, através da SIC, para todo o país - permito-me destacar a edição de 2018 do EDP Vilar de Mouros que contou com várias artistas de renome nacional e internacional: Incubus, Human League, John Cale, Los Lobos, Peter Murphy 40 years of BAUHAUS celebration featuring DAVID J, PIL e The Pretenders, Crystal Fighters, David Fonseca, GNR e Plastic People foram alguns dos nomes que marcaram a melhor e maior edição desde o seu regresso. O Festival de Vilar de Mouros é uma marca fortíssima do concelho de Caminha que, recuperada depois de muito esforço, terá continuidade ao longo dos próximos anos. É o símbolo máximo da política de eventos do Município de Caminha que contribuiu para que o concelho de Caminha tivesse vivido, em 2018 um dos melhores verões de sempre.





Desporto

O Desporto tem um papel extremamente relevante na sociedade atual e o acesso à prática desportiva constitui um direito, contribuindo fortemente para a melhoria da qualidade de vida da população. Tal facto justifica uma maior atenção por parte dos responsáveis autárquicos, nomeadamente no que diz respeito ao planeamento dos espaços existentes e ao investimento realizado.

Para além do apoio concedido às Associações, Clubes e Coletividades para a realização da prática desportiva regular, o Município de Caminha tem apostado na realização de eventos de grande monta que são, eles mesmos, um espelho daquilo que pretendemos que o concelho de Caminha seja conhecido, uma verdadeira *TERRA QUE MEXE!* Vamos sublinhar aqui alguns, de modo telegráfico e exemplificativo, sem esquecer todo o trabalho efetuado em conjunto com outros setores da Câmara Municipal, com destaque natural para a Educação:

Apostando numa descentralização de eventos, fora dos dois grandes centros urbanos, Caminha e Vila Praia de Âncora, apostamos logo no início do ano (20 janeiro) no apoio à realização do VI Raid TT de Gondar e Orbacém. Este evento teve 240 participantes, de várias nacionalidades, sendo já um evento que marca a atividade desportiva motorizada.

XIX Taça Presidente da República - que decorreu no dia 4 de fevereiro, onde estiveram presentes tripulações do 8+ Veterano (4000m), 4X Feminino Absoluto e 8+ Masculino Absoluto (6000m). Marcaram presença nesta XIX edição da Taça Presidente da República, um total de 8 Clubes Nacionais e estrangeiros, numa organização do Sporting Club Caminhense (SCC), com o apoio da autarquia.

Corta Mato Distrital do Desporto Escolar – A Câmara Municipal na prossecução das suas atribuições e competências tem apoiado de forma sólida e consistente o desporto escolar. Assim, foi também em mais uma edição do Corta Mato Distrital do D.E que decorreu no dia 6 de fevereiro, no *Estádio Morber* em Caminha, onde estiveram presentes as escolas dos 10 municípios do Alto Minho.



Campeonato Regional de Natação (Infantis) – As Piscinas de Vila Praia de Âncora foram palco do campeonato regional de natação nos dias 24 e 25 de fevereiro e contou com a presença de 80 atletas. Também nestes dias as Piscinas de Vila Praia de Âncora acolheram o Torneio Técnicas Simultâneas.

Regata Troféu Remo Jovem/Master/Adaptado – uma organizada do SCC, com o apoio da Câmara Municipal, na qual participaram cerca de 200 atletas de vários clubes portugueses e três da vizinha Espanha. A regata decorreu no dia 31 de março, no rio Minho (junto a Lanhelas).

III Trail Rota das Capelas - Gondar - A freguesia de Gondar e Orbacém acolheu no dia 15 de abril o *III Trail Rota das Capelas*, numa organização conjunta da Câmara Municipal e da junta de Freguesia. Esta edição contou com a participação de mais de 500 atletas oriundos de várias partes do país, afirmando a importância do concelho de Caminha no que respeita à prática de desportos de montanha.

Jogo treino Seleção Nacional feminina sub-18 de futsal – O Pavilhão Municipal de Caminha foi palco de mais um jogo promovido pela FPF. Este jogo treino decorreu entre os dias 24 e 25 de abril e contou com o apoio da Câmara Municipal.

Dia Mundial da Dança – No dia 29 de abril decorreu mais um grande evento organizado pelo *JUCaminha* e com o apoio da Câmara Municipal. O evento decorreu no Pavilhão Municipal de Caminha e foi aberto a toda a comunidade.

Treinos pista Rally de Portugal – o concelho de Caminha foi palco, no dia 15 de março, dos testes das viaturas e reconhecimento de pista Rally de Portugal.

Rally de Portugal – No dia 18 de março o concelho de caminha recebeu mais uma edição do Rally de Portugal. Esta prova levou aquém e além-fronteiras o nome da nossa terra, atraindo inúmeros visitantes e turistas.

[Handwritten signature]
[Handwritten star]
[Handwritten number 7]

Portugal Ultra Triathlon – O Município de Caminha recebeu no dia 31 de maio o primeiro triplo ironman em Portugal, que ligou o Rio Minho ao Cabo da Roca. *O Portugal Ultra Triathlon* foi uma aventura solidária única que constituiu o maior desafio desportivo já realizado em Portugal e um dos mais difíceis a nível mundial. A iniciativa contou com o apoio institucional da Federação de Triatlo de Portugal, das Câmaras Municipais de Caminha, Cartaxo e Sintra, bem como o patrocínio da Berg Outdoor e do portal Flead.pt.

IV Zumbathon – O Pavilhão Municipal de Vila Praia de Âncora recebeu no dia 2 de junho, mais um evento promovido pelo C.C.D. Ancorense e com o apoio da Câmara Municipal de Caminha, denominado Zumbathon. O evento contou com dezenas de participantes de todas as idades e de vários pontos do distrito.

Protocolo com o Clube Andebol de Caminha – No dia 8 de junho o Município de Caminha assinou um protocolo com o CAC, o Agrupamento de Escolas Sidónio Pais e a F.P de Andebol por forma a dinamizar e a promover a modalidade, nas camadas mais jovens e na formação.

IV Meia Maratona Sunset – Realizou-se no dia 9 de junho mais uma edição da Meia Maratona Sunset que contou com a participação de centenas de participantes nas várias provas.





Vólei Gira-Praia – Decorreu no dia 12 de junho, na praia de Moledo o Gira Praia, uma organização da F.P de Voleibol e com o apoio da Câmara Municipal. Foram dezenas os jovens até aos 18 anos de idade que estiveram presentes nesta fase do campeonato.

XTrem Challenge – Entre os dias 14 e 17 de junho decorreu no concelho de Caminha mais um desafio motorizado, todo o terreno – XtremChallenge. Este evento contou com a presença de mais de duas dezenas de pilotos, nacionais e estrangeiros, que demonstraram toda a sua perícia aos espectadores que se encontravam nos postos de visualização.

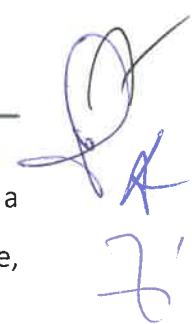
Âncora MTB Challenge – O concelho de Caminha tem condições de excelência para a prática de desportos de natureza. Nesse espírito apoiamos a realização de uma prova de ciclismo na freguesia de Âncora que decorreu no dia 23 de junho.

Preparação Campeonato Europeu de Basquetebol - O Pavilhão Municipal de Caminha recebeu a preparação do campeonato europeu de basquetebol nos dias 29 e 30 de junho.

IV Triatlo Longo de Caminha – Decorreu no dia 1 de julho mais uma edição do triatlo longo de Caminha. Este é mais um vento de renome internacional que atrai centenas de participantes para o nosso concelho. Uma prova que supera o esforço humano e que divulga o nosso território em inúmeros países.

Minho Sup Race - organizada pela Escola Lalo&Wind e com o apoio da Câmara Municipal de Caminha, o evento decorreu entre os dias 21 e 22 de julho, no rio Minho, e na praia de Moledo. Tal como nos anos anteriores, o evento apresentou duas vertentes: competitiva e lúdica.

RowersFest, Festa do Remo – O 22 de julho, foi dia de festa do Remo, com mais uma edição do ROWERS FEST, que decorreu em Caminha, no Parque Municipal e Pista de Entrepontes. A organização foi da responsabilidade do Sporting Club Caminhense, que contou com o apoio da Câmara Municipal. Regata de remo entre pontes e o convívio



foram os pontos fortes desta festa, que celebra a tradição do Remo no concelho e a própria história do Sporting Club Caminhense, que já conta quase um século de atividade, marcada pelo sucesso e por muitas vitórias.

II Trail Noturno Monte de Santo Antão – Decorreu no dia 28 de julho o II Trail noturno Monte de Santo Antão. Uma organização do Desnível Positivo que conta com o apoio da Câmara Municipal.

III Open Remo de Mar – Numa organização conjunta entre o SCC, a F.P. Remo, com o apoio da Câmara Municipal realizou-se mais uma edição do Open Remo de Mar. A Travessia de Vila Praia de Âncora até Caminha foi a quarta etapa do Circuito Nacional de Remo de Mar em 2018.

Futebol Clube do Porto – Foi no dia 30 de agosto que o município de Caminha recebeu, nos paços do concelho, a comitiva de hóquei do FCP. Entre os dias 30 de agosto e 1 de setembro a equipa de hóquei do FCP fez de Vila Praia de Âncora o seu quartel general, num estágio que culminou com um treino aberto à população.

II Encontro de escaladores – Arga de Cima – O concelho de Caminha tem apostado na divulgação do seu território e das suas paisagens. A forte adesão e participação de escaladores neste encontro é facto notório da excelência de condições para a prática desportiva de desportos de montanha. O II encontro decorreu no dia 1 de setembro.

Jogo de Basquetebol FCP vs Obras Sanitárias (Argentina) – O Pavilhão Municipal de Caminha recebeu no dia 6 de setembro a equipa profissional de Basquetebol do FCP e a equipa Argentina Obras Sanitárias num jogo treino.

Grande Trail da Serra D'Arga – Entre os dias 21 e 23 de setembro decorreu o emblemático Trail da Serra D'Arga. Este é já um evento consolidado que tem atletas dos 4 cantos do mundo, com cada vez mais participantes, de diversas faixas etárias.

W52 FCP – No dia 20 de outubro a equipa de ciclismo do FCP esteve presente em Caminha, onde realizamos um passeio familiar em bicicleta que uniu Caminha a Vila Praia de Âncora.

Liga Europeia de Hóquei – No dia 20 de outubro o Pavilhão Municipal de Vila Praia de Âncora foi palco do jogo para a Liga Europeia que colocou frente a frente o FCP e o Saint-Omer de França.

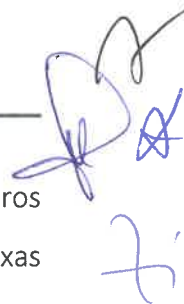
I Convívio Spinning Robalos do Minho – Decorreu na praia de Vila Praia de Âncora, no dia 24 de novembro o primeiro convívio de spinning Robalos do Minho.

I São Silvestre de Caminha – Foi no dia 8 de dezembro que Caminha acolheu os atletas da São Silvestre. Esta foi uma organização da ATC com o apoio da Câmara Municipal.

III – SOLIDARIEDADE, BEM-ESTAR E COESÃO SOCIAL

Como tem vindo a ser política do Município, a primeira frente de batalha do setor social faz-se a montante das ações corretivas, ou seja, passa por fomentar e manter uma economia forte, potenciadora da criação de emprego, uma política que diminua a taxa de desempregados, promova as oportunidades, alivie situações de pressão familiar ao nível dos gastos com transportes ou refeições escolares, enfim, uma ação que evite situações de desgaste e de dificuldade para as famílias. De todo o modo, há dificuldades que surgem, situações que continuam por resolver ou que ainda não estão suficientemente atenuadas e, nessa perspetiva, é necessário promover uma comunidade mais solidária e valorizar as instituições no terreno. É disso que se trata quando trabalhamos com a Rede Social do Concelho de Caminha, foi isso que foi feito ao longo do ano.

Cumpramos salientar a capacidade, por isso, desde logo, a capacidade de diálogo existente entre o Município e as instituições que permitiu, no ano passado, obter a garantia de financiamento comunitário FEDER (sujeita a pareceres) para a Santa Casa da Misericórdia



de Caminha (remodelação e ampliação do Lar de Santa Rita) na ordem dos 32 mil euros e subter candidaturas ao mesmo fundo, por parte do Centro de Bem Estar Social de Seixas (remodelação e adaptação das infraestruturas do 1º piso e instalação de equipamentos de eficiência energética), Centro Paroquial e Social de Santa Maria de Riba de Âncora (adaptação da antiga escola EB1 para instalação do equipamento social CPS Riba de Âncora nas valências de SAD e CD), Casa de Repouso da Confraria do Bom Jesus dos Mareantes (obras de ampliação, remodelação e adaptação de infraestruturas e equipamentos para Estrutura Residencial de Idosos) e Centro Social Paroquial de Moledo (Remodelação e modernização de mobiliário do refeitório e equipamentos de cozinha).

Outras ações há que merecem o destaque do ano anterior

Desde logo, o contrato de comodato feito com o Município de Caminha que permitirá que o concelho venha a ter um novo equipamento social, fruto do entendimento com a APPACDM de Viana do Castelo. Trata-se de um CAO – Centro de Atividades Ocupacionais, com resposta para 30 cidadãos com incapacidade ou deficiência. A nova valência funcionará no edifício da antiga Escola de Vilarinho, em Vila Praia de Âncora. O imóvel vai ser cedido pela Câmara e intervencionado. Com esta decisão, além de se criar um novo equipamento de que o concelho carecia (havendo 24 cidadãos identificados em Caminha com esta necessidade), passa a haver resposta para a questão da deficiência. O CLAS Caminha apoia unanimemente esta iniciativa.

Ao longo de 2018, o concelho de Caminha ganhou mais uma valência na área da saúde. Desde o dia 26 de março, o Instituto São João de Deus - Unidade da Gelfa passou a integrar uma Unidade de Média Duração e Reabilitação, com 20 camas. A inauguração desta nova unidade contou com a presença do Secretário de Estado Adjunto e da Saúde, Fernando Araújo, do presidente do Instituto São João de Deus, Vítor Lameira, do presidente da ARS – Norte, Pimenta Marinho, da diretora do Centro Distrital da Segurança Social de Viana do Castelo, Cristina Oliveira, entre outras individualidades. Recorda-se que este equipamento já dispunha, desde 2013, de uma Unidade de Longa Duração e Manutenção (20 camas) e agora passou a contar com a Unidade de Média



Duração e Reabilitação (20 camas), com o objetivo de dar resposta a pessoas com doenças ou processos crónicos, que precisem de cuidados clínicos e de apoio psicossocial. A criação desta Unidade de Média Duração e Reabilitação destina-se a pessoas que necessitem de cuidados clínicos, de reabilitação e de apoio psicossocial, e que cumpram determinados pressupostos, permitindo uma intervenção em situações de dependência. Esta resposta social traduz-se num investimento anual de 600 mil euros.



Sobre atividade desenvolvida ao longo do ano, é de assinalar o ‘Mês de Prevenção dos Maus Tratos na Infância’ que decorreu em abril. A Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Caminha (CPCJ), em parceria com a Câmara Municipal, dinamizou um conjunto de atividades cujo objetivo é sensibilizar e alertar a comunidade para a prevenção dos maus tratos a que muitas crianças e jovens são sujeitos. A campanha arrancou a 4 de abril, com a distribuição de Laços Azuis. À semelhança de anos anteriores, a CPCJ, sempre com o apoio da Câmara Municipal, levou a cabo várias iniciativas tais como: distribuição de Laços Azuis, “Operação Stop aos Maus Tratos”, “Correr com os Maus Tratos” (Corrida\Caminhada) e, ainda “Workshop: As rotinas do sono” com Filipa Sommerfeldt Fernandes. O workshop dirigiu-se a pais com bebés até 6 meses identificados pelo Centro de Saúde e terá lugar no dia 26 de abril, pelas 15h30, no Centro de Saúde de Caminha. Esta ação contou com a parceria do Centro de Saúde de Caminha.

[Handwritten signature and initials]

Caminha promoveu também mais uma Semana dos Direitos da Criança de 23 de maio a 1 de junho. Conferência 'Educar com o Coração', 'GNR por um dia', open day 'Emoções' tertúlia 'Tempo para ser Criança' e Dia Mundial da Criança, foram algumas das atividades que deram o mote a esta XII edição. Esta atividade foi organizada pela Comissão e Proteção de Crianças e Jovens de Caminha em parceria com a Câmara Municipal.

De destacar, também, o modo invulgar como a Câmara Municipal de Caminha assinalou o Dia Mundial da Criança na Mata Nacional do Camarido, Estádio Municipal Morber e Praia da Foz do Minho. Esta atividade juntou mais de 800 crianças do concelho e todas as Forças de Segurança, Defesa e Paz do nosso país, a Proteção Civil, GIPS, SEPNA, SEF, Escola de Serviços do Exército, INEM, Cruz Vermelha Portuguesa, Polícia Marítima de Caminha e de Viana do Castelo, Corporações de Bombeiros de Caminha e de Vila Praia de Âncora, PSP e GNR..O Dia Mundial da Criança foi organizado pela Câmara Municipal de Caminha, Comissão e Proteção de Crianças e Jovens de Caminha, Agrupamento de Escolas Sidónio Pais e contou com o apoio da Olá, Delta, Petinga Doce, Vianacer, Escola de Surf AnchorPoint e Super Bock Group.



Além destas atividades, ao longo de todo o ano, a Câmara Municipal de Caminha celebrou diversos momentos com as instituições do concelho de Caminha que apoiam os nossos idosos e os seus utentes. Lembram-se as celebrações de Carnaval, Santos Populares, Magusto ou Natal, os concursos de sabedoria e tradição, os jogos com fronteiras, os

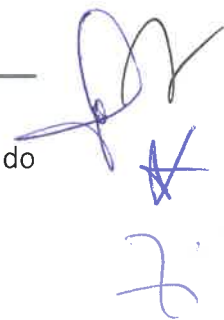


passeios no ferryboat e outras atividades que envolvem diferentes camadas geracionais e melhoram a autoestima da população mais envelhecida e, sobretudo, a que é utente dos Centros de Dia, Lares e Convivo do Concelho.

Do lado etário diametralmente oposto, a Câmara mantém uma forte atividade no apoio aos mais novos. Mais de quatro dezenas de crianças do Pré-escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico do Agrupamento de Escolas Sidónio Pais frequentaram os OTL promovidos pelo Município de Caminha em momentos diferentes do ano. À semelhança de anos anteriores, a Câmara Municipal de Caminha apostou num plano de atividades diversificado, de acordo com o grau de ensino, com o objetivo de proporcionar momentos divertidos e diferentes do dia a dia às crianças. Os dias, ainda que de forma distinta e adaptada à época e condições climatéricas, foram dedicadas à prática desportiva, que inclui natação (surf, canoagem, SUP, jogos aquáticos), dança e jogos de motricidade, mas também à componente lúdica, através de ateliês, filmes e, ainda, visitas à fábrica de chocolate em Vila Verde, às Portas de Lamas de Mouro, em Melgaço. Os objetivos foram os de proporcionar umas férias divertidas às crianças e, ao mesmo tempo, dar uma resposta às famílias caminhenses. O OTL tem como objetivo principal o bem-estar das crianças, assim como o seu desenvolvimento de forma saudável, divertida e harmoniosa. Para tal, o Município ultimou um conjunto de atividades lúdicas, enriquecedoras do ponto de vista educativo, afetivo, cultural, desportivo e lúdico, de modo a proporcionar-lhes não só a simples ocupação do seu tempo livre, mas sobretudo um período de férias agradável e feliz. Para além de querer proporcionar férias memoráveis, o OTL é uma solução para as famílias caminhenses que trabalham e não têm com quem deixar os filhos nas pausas letivas.

Para além deste trabalho, a Câmara Municipal apoiou diversas famílias do concelho com o pagamento total, integral ou a possibilitação de pagamento em prestações, de despesas associadas às despesas com água, luz, renda de casa e outras consideradas fundamentais para a gestão doméstica. O mesmo faz relativamente a ligações a saneamento, em zonas sujeitas recentemente a intervenção e no que se refere à limpeza da floresta em zonas adjacentes à habitação, no caso de situação de carência

devidamente comprovada. Além disso, dez alunos do ensino superior tiveram o apoio do Município através de bolsa de estudo.



IV – ORDENAMENTO, AMBIENTE, ESPAÇO PÚBLICO E PROTEÇÃO CIVIL

O trabalho de ordenamento do território feito a partir da revisão do PDM concluída em 2017, começa a ter expressão nas diferentes opções concretas, quer do ponto de vista das obras particulares, quer na perspetiva das obras públicas, aquelas que exigem a direção ou, pelo menos, a participação do Município. Um concelho mais sustentável é aquele que prevê o seu crescimento com base em premissas que permitam proteger a paisagem, o leito dos rios, as dunas, os campos rurais e a sua floresta. Nessa perspetiva, a ação direta no ambiente, cruza-se com o cuidar do espaço público – rural e, com especial intensidade de ação, o urbano – e com o trabalho aturado na proteção civil, especialmente no que significa de prevenção e combate a incêndios florestais, desígnio municipal e nacional.

Destacamos algumas das obras públicas que consideramos mais importantes e que contribuíram para cumprir com os objetivos elencados, servindo aí como fator de atratividade para aqueles que nos visitam ou ponderam viver no concelho de Caminha.

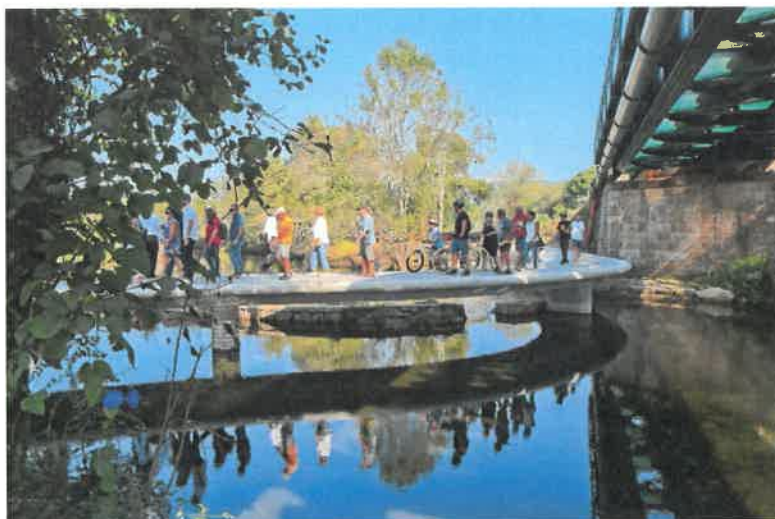
A obra de modernização do Cais dos Pescadores, em plena marginal da vila de Caminha, foi inaugurada a 14 de maio. Esta foi a primeira intervenção de fundo na marginal do concelho, em mais de três décadas que veio, finalmente, dar resposta aos anseios da classe piscatória. A inauguração desta obra contou com as presenças dos ministros do Mar, Ana Paula Vitorino, e da Administração Interna, Eduardo Cabrita, assim como do Secretário de Estado das Pescas, José Apolinário. A modernização do cais de pesca (designado também como Cais dos Pescadores, Cais da Rua ou Cais da Vila) integra o projeto de requalificação da marginal de Caminha, e permitiu, especificamente, o aumento da área útil do cais, o prolongamento da ponte-cais, a reparação/beneficiação da rampa-varadouro e das estruturas para amarração as embarcações e recuperação das

2

escadas para acesso às embarcações, a instalação de um novo guincho na rampa e o incremento da capacidade de atracação dos barcos. O Cais da Rua era uma estrutura completamente degradada, cuja modernização foi recorrentemente reivindicada pelos pescadores, mas sem resposta durante décadas. Os pescadores foram finalmente escutados e chegou o momento de colocar o século XXI ao serviço dos homens do mar e rio. O valor global de investimento foi de 725 mil euros + IVA e as fontes de financiamento foram provenientes do Programa Operacional Mar 2020 em 75% e Docapesca restantes 25%.



A 29 de setembro foi inaugurado o “Passeio Francisco Sampaio”, uma obra no âmbito da Ecovia do Litoral Norte. A sessão foi presidida pelas Secretárias de Estado do Turismo, Ana Mendes Godinho, e do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza, Célia Ramos. O “Passeio Francisco Sampaio” faz a ligação entre a parte sul da ecovia, em Vila Praia de Âncora, e a freguesia de Âncora. A obra sobre o Rio Âncora constitui a segunda fase da empreitada “Infraestruturas para valorização e visitação de áreas classificadas no concelho de Caminha”, no âmbito da Polis Litoral Norte. A primeira fase, o troço entre a Capela de Santo Isidoro e as Camboas, permitiu a ligação de Moledo a Vila Praia de Âncora.



[Handwritten signature in blue ink]

A Câmara Municipal concluiu as obras de qualificação do Lugar da Rocha, em Vila Praia de Âncora. Tratou-se de uma obra orçada em 125.440.20€+IVA, que vai por fim a inúmeros problemas de inundações. Esta obra inclui intervenções na rua Jacob Afonso Martins Pinheiro, desde a rua do Bulhente até à rua de Vales. Tratou-se de uma obra de grande importância para os moradores daquelas artérias, já que vai terminar com as torrentes de águas pluviais que, vindas dos montes, inundavam as ruas e as casas das pessoas. Os trabalhos incluíram a execução de uma rede de águas pluviais e repavimentação dos referidos arruamentos.

Foi feita também a requalificação da Zona Sul da Rua D.ª Urraca, na freguesia de Vilarelho. A empreitada de requalificação da Zona Sul da Rua D.ª Urraca era uma obra desejada por uma larga maioria dos habitantes da União de Freguesias de Caminha e de Vilarelho, em especial pelos moradores da zona envolvente da Rua D.ª Urraca. Recorda-se que o primeiro projeto para esta obra surgiu no âmbito do Orçamento Participativo do Município de Caminha. Esta obra no montante de 19.913,32€ + IVA vem por cobro ao desgaste do pavimento e às infraestruturas deficitárias. Os trabalhos incluíram pavimentação e renovação das infraestruturas hidráulicas, nomeadamente a drenagem de águas pluviais, onde se inclui a supressão de valas existentes junto às habitações, e a execução da rede de abastecimento de água e saneamento.

Ao lado destas intervenções já concluídas, teve início no mês de novembro a intervenção estrutural na zona da Sandia, em Vila Praia de Âncora que se deverá prolongar-se por cerca de um ano. Trata-se de um investimento de larga escala, orçado em mais de 1,2 milhões de euros, que permitirá requalificar um espaço amplo da Vila e resolver questões de escoamento de águas pluviais. Esta é a obra de requalificação urbana, em zona residencial, mais importante dos últimos anos, quer em Vila Praia de Âncora, quer no concelho de Caminha. Estamos a falar de uma zona importante de Vila Praia de Âncora que cresceu sem planeamento e que apresenta graves problemas de infraestruturas e de ordenamento de trânsito automóvel e pedonal. Trata-se de uma obra desejada por todos ancorenses, em especial pelos moradores da zona da Sandia, tendo sido uma intervenção amplamente participada e que teve em atenção as preocupações da população, que se arrastavam há longos anos. A área inserida no projeto, designado “Ação de Reabilitação Urbana – Sandia – Rede Viária e Espaço Público, Acessibilidade a Pessoas com Mobilidade Reduzida” compreende as ruas Luís de Camões, Sandia, António Aleixo, Vista Alegre (desde o topo Norte até ao entroncamento com a Rua António Aleixo), Eça de Queirós, Gontinhães (desde o topo Norte até ao entroncamento com a Trav. 5 de Outubro) e Rua Júlio Dinis (desde o entroncamento com a Rua da Vista Alegre até ao entroncamento com Rua Eça de Queirós). Serão contempladas redes hidráulicas de Águas Pluviais nas ruas: Luis de Camões, Sandia, António Aleixo e Gontinhães. Prevê-se a reformulação das redes de drenagem de Águas Residuais Domésticas nas ruas Luís de Camões, António Aleixo e Vista Alegre. Prevê-se também a construção da passagem pedonal e clicável erguida sob a EN 13, para ligar a Rua 25 de Abril e a Póvoa ao centro da vila, através da Rua Luís de Camões. Os trabalhos têm a duração prevista de 360 dias e visam promover a melhoria do ambiente urbano e do espaço público, através da melhoria do mobiliário urbano, da pavimentação de arruamentos e passeios, condução de águas, da introdução de elementos arbóreos, da eliminação de barreiras arquitetónicas e visuais. A empreitada é financiada por duas candidaturas denominadas “Rede viária e espaço publico (Sandia)” e “Acessibilidade a pessoas com mobilidade reduzida (Sandia)”, submetidas ao Aviso Planos de Ação de Regeneração Urbano do Programa Operacional Regional do Norte – NORTE2020.

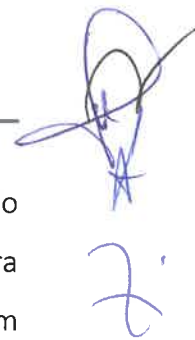


Noutra linha de obras que beneficiam de parcerias com outros institutos, públicos e privados, não poderíamos deixar de salientar a empreitada da instalação da fibra ótica no concelho de Caminha. Iniciada em várias freguesias do concelho, a obra da fibra ótica foi alargada em 2018 às freguesias de Argela e Vilar de Mouros. O protocolo de colaboração para a execução de estudo base “Survey” no território das freguesias de Vilar de Mouros e Argela para implementação de uma rede de comunicações eletrónicas em fibra ótica, entre o Município de Caminha, a Juntas de Freguesia de Vilar de Mouros e Argela foi assinado no passado dia 11 de junho, fator essencial para se cumprir uma das promessas eleitorais das últimas eleições autárquicas, pois cerca de 80% da população do concelho terá acesso à fibra ótica. Este é um dos projetos mais importante para o concelho nos últimos anos. Está em causa um investimento que ronda os 1,5 milhões de euros, que abrange 10 mil alojamentos e 5 mil famílias. O Município já comparticipa com 180 mil euros a instalação da fibra e, agora, as juntas de freguesia de Vilar de Mouros e Argela acrescentaram 10.500 euros. A 1ª fase da execução instalação da rede de fibra ótica no concelho de Caminha terminou no primeiro trimestre de 2018 e, agora, vai avançar uma segunda fase, que vai abranger as freguesias de Vilar de Mouros e Argela. É de referir que a primeira fase abrangeu 9 freguesias: Caminha e Vilarelho; Vila Praia de Âncora, Moledo e Cristelo; Azevedo e Venade; Seixas; Lanhelas; Riba de Âncora; Vile e Âncora, alcançando 8175 casas e 5 mil famílias. A segunda fase, como foi referido, está a abranger as freguesias de Vilar de Mouros e Argela. Vão ser instaladas 825 UAS (576 em Vilar de

Mouros e 249 em Argela) e vai abranger 400 famílias, 130 em Argela e 271 em Vilar de Mouros. O projeto também permitiu identificar 28 pontos de interesse dos seus próprios edifícios que vão ser contemplados também com fibra ótica e com ligação à Internet, dando como exemplo: o Gabinete de Apoio Municipal de Vila Praia de Âncora; os Postos de Turismo, o Forte da Lagarteira; os jardins de infância, as escolas básicas e as escolas secundárias do concelho de Caminha.

Ainda no trabalho em conjunto com a Administração Central, cumpre salientar duas grandes obras em curso no concelho de Caminha que são dirigidas pela Infraestruturas de Portugal (IP). Uma acontece na EN301, no troço entre Caminha e Vilar de Mouros. Esta empreitada de conservação corretiva é da responsabilidade das IP que conta com o contributo físico e financeiro, das Águas do Norte e até na Câmara Municipal, naquilo que tem a ver com a ligação da rede de saneamento na freguesia de Lanhelas e com a gestão logística. A obra visa a melhoria das condições de circulação e segurança rodoviária, ao longo de 5,3 quilómetros, entre Caminha e o nó de ligação com a A28, vai custar 386.518,00€ e deverá estar executada até ao final de maio. A empreitada “EN 301 (kmo+50) e ligação ao IC1/A28 Beneficiação.IPV2018” engloba trabalhos pavimentação, reposição e reforço da sinalização horizontal e intervenções de correção do sistema de drenagem da via, com o principal objetivo de melhorar o desempenho funcional e prolongar o tempo de vida útil do pavimento, mantendo as características geométricas da via e restringindo os trabalhos de pavimentação à plataforma existente. Esta intervenção incide também ao nível da drenagem longitudinal e transversal, assegurando melhorias de funcionamento da drenagem, quer interna quer superficial. Na sequência dos trabalhos de pavimentação está ainda prevista a marcação rodoviária das vias, de modo a garantir a circulação com o máximo de fluidez e segurança.

Mas outra obra, uma obra de enorme envergadura, também a cargo da IP, está em curso no concelho de Caminha. Tal como anunciado pela Câmara Municipal de Caminha há cerca de um ano, está em curso a obra de modernização da Linha do Minho entre Viana do Castelo e Valença que, entre outras coisas, permitirá avançar com a realização da obra da passagem desnivelada da Travessa do Teatro em Vila Praia de Âncora. De acordo com



o que tem vindo a ser explicado pelo Município, nesta obra de modernização da Linha do Minho está incluída a reivindicação do Presidente da Câmara Municipal de Caminha para concretização de uma passagem desnivelado naquela que foi conhecida com a Passagem do Zorro, em Vila Praia de Âncora. A empreitada geral, que se inicia imediatamente, tem um investimento global superior a 100 milhões de euros cofinanciado por fundos comunitários e vai permitir a eletrificação de toda a Linha do Minho desde Viana do Castelo até à fronteira com Espanha. O concelho de Caminha, para além da eletrificação de toda a sua linha, vai ter a esperada obra da Travessa do Teatro, a impermeabilização do túnel de Caminha, o rebaixamento da linha em alguns locais como os túneis de Seixas e uma complexa intervenção na ponte sobre o Coura de modo a permitir a implementação da catenária

Mas a qualidade do espaço público e a sustentabilidade do território, obrigam à realização de investimento em redes de água mais eficientes e em novas redes de saneamento que permitam proteger a salubridade e dar melhores condições de vida à população. Desse ponto de vista, o ano de 2018 foi particularmente marcante.

Por um lado, a Câmara Municipal começou a executar empreitada da rede de distribuição de água e saneamento na freguesia de Argela. Trata-se de uma obra muito importante e que vai dotar de infraestruturas básicas a freguesia de Argela. A obra de instalação da rede de distribuição de água e saneamento vai custar cerca de 1,4 milhões de euros e foi garantida pelo executivo através de candidatura ao Portugal 2020. Por outro lado, também arrancaram as obras de execução da rede de saneamento de Vilar de Mouros que estão concluídos, neste momento, em quase 60 por cento. Trata-se de um investimento que ronda os 800 mil euros. A natureza geológica do solo não tem permitido avançar mais rapidamente, mas, ainda assim, os trabalhos têm progredido a bom ritmo, estando um pouco mais de metade da rede já colocada. Não esquecer a obra, em fase de acabamento, realizada durante o ano na freguesia de Âncora, a 2ª fase de intervenção nos lugares de Igreja, Aspra, Viso e Currais que tiveram um valor aproximado de meio milhão de euros.



Dotar as freguesias do concelho das infraestruturas necessárias para melhorar a qualidade de vida dos munícipes é uma das apostas do executivo caminhense. São muitas as obras já efetuadas nos últimos anos como, por exemplo, a execução da rede de drenagem da Ribeira das Preces, em Moledo, a rede de saneamento zona Sul Vila Praia de Âncora, Vile e Riba de Âncora, a execução da rede de saneamento da Meia Légua em Moledo, a execução da 1ª fase da "Infraestrutura em "baixa" do subsistema de Aspra, Viso e Currais ", na freguesia de Âncora, entre outras. Na sequência do trabalho desenvolvido no ano passado para adesão à Parceria Pública Águas do Alto Minho, prevê-se que no ano de 2019 possam arrancar obras de rede de abastecimento de água e saneamento nas freguesias de Moledo e Cristelo, Venade e Azevedo e, ainda, Âncora.

A esse propósito, o Município de Caminha foi um dos sete Municípios subscritores do Contrato de Parceria para a criação da empresa pública Águas do Alto Minho, para gestão dos sistemas de água e saneamento no concelho e na região. A assinatura dos documentos aprovados, no final de 2017, na Assembleia Municipal de Caminha, permitirá criar escala na gestão do sistema sem que os Municípios percam capacidade de decisão nas questões fundamentais. A nova parceria tem como objetivo articular competências entre sistemas, promover uma maior eficácia através da redução das perdas de rede, garantir a qualidade da água e possibilitar o investimento de 75 milhões de euros nos próximos cinco anos, no conjunto dos sete Municípios aderentes. Com o Contrato de

Parceria, foi também firmado um Protocolo entre as partes que permitirá organizar uma candidatura conjunta a fundos comunitário, no âmbito do POSEUR – Ciclo Urbano da Água que já foi efetuada no passado mês de fevereiro. Do ponto de vista do Município, a criação desta Parceria Pública vem dar uma resposta conjunta e articulada a várias questões fundamentais. Primeiro e mais importante, garante o que os Municípios já têm dificuldade em garantir: a qualidade impecável da água que chega às nossas casas e um serviço de saneamento cada vez mais alargado. Para além disso, permitirá estancar o flagelo das perdas de água (em 2017, o Município de Caminha pagou 44,5% de água não faturada, ou seja, de toda a água que foi preciso comprar para o Município, apenas metade foi paga pelos consumidores, o restante foi água paga e deitada fora). Além do referido, a parceria permitirá continuar a investir na qualificação e alargamento da rede de abastecimento de água e saneamento. A concretização desta Parceria Pública decorrerá durante os próximos meses e terá impacto nos serviços de cada autarquia e no tarifário do sistema. Serão criadas lojas especializadas na região e introduzidas novas metodologias de controlo, passando o pagamento dos serviços, reparações e investimentos a ser efetuadas pela nova empresa Águas do Alto Minho.

Uma referência, agora, ao trabalho desenvolvido no âmbito da Proteção Civil que, como é sabido, é uma das grandes apostas do Município de Caminha. A Câmara Municipal conta com uma nova equipa de Sapadores Florestais. A Câmara de Caminha acompanhou, ao longo de todo o ano, as ações de limpeza efetuadas tendo vindo, publicamente, a apelar para que todos façam a limpeza dos seus terrenos localizados em áreas urbanas, dos seus terrenos que são limítrofes de casas, de indústrias. Foi assinado em janeiro o contrato de financiamento para a obra de Execução da Rede Primária e Secundária de Faixas de Gestão de Combustíveis, que permitiu o arranque, a 1 de fevereiro, da obra de Execução da Rede Primária e Secundária de Faixas de Gestão de Combustíveis que vai permitir a criação de zonas de descontinuidade (sem floresta e sem combustível) em diversas áreas do concelho, de modo a poder travar os incêndios ao longo do território. Esta é a maior operação de limpeza da floresta que alguma vez aconteceu no concelho de Caminha e está a avançar num investimento de meio milhão de euros. A nova equipa de sapadores

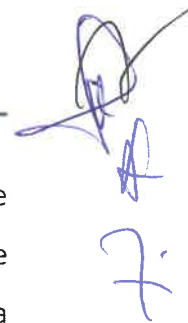




florestais vai custar, durante o primeiro ano do seu funcionamento, cerca de 80 mil euros, cofinanciada pelo Fundo Florestal Permanente. É constituída por 5 elementos, todos do concelho de Caminha, recrutados entre 36 candidatos. A Câmara Municipal garante a constituição e manutenção da equipa através de um protocolo celebrado com a Associação de Produtores Florestais do Vale do Minho, no âmbito o Programa de Sapadores Florestais estabelecido pelo Instituto de Conservação da Natureza e Florestas. E, ainda assegura o pagamento de vencimentos, formação profissional, encargos com a viatura e equipamentos, fardas, combustíveis, reparações e seguros. Esta equipa vai ter um papel importante no território, já que vai desempenhar ações de silvicultura preventiva, ações de gestão florestal, vigilância, primeira intervenção em incêndios florestais e apoio a rescaldo e vigilância pós-incêndio. Esta equipa faz parte da estratégia que o Município está a desenvolver no concelho no âmbito da prevenção e combate dos incêndios florestais, dando como exemplos o PDM de Caminha revisto há muito pouco tempo e que permitiu acautelar situações de construção dentro e em zonas limítrofes de floresta; o apoio na constituição de duas equipas de Intervenção Permanente que vão ficar sedeadas junto das duas corporações de bombeiros existentes no concelho (Caminha e Vila Praia de Âncora).



O Município, sobre esta matéria, tem estado muito perto das instituições e da população, deixando o máximo de informação. Destaca-se a sessão informativa que reuniu mais de



três dezenas de entidades no âmbito da defesa da floresta contra incêndios, que decorreu no dia 10 de fevereiro, em Caminha, promovida pela Câmara Municipal de Caminha. O objetivo desta reunião foi esclarecer e mobilizar os presentes para a aplicação do Decreto-lei nº124/2006, de 28 de junho, alterado pela Lei nº76/2017, de 17 de agosto, e para o previsto no Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios. A sessão decorreu na Biblioteca Municipal de Caminha e juntou Juntas de Freguesia, Unidades de Baldios, Corporações de Bombeiros, Autoridade Nacional de Proteção Civil – ANPC, Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas – ICNF, GNR, caçadores, organizações de Produtores Florestais, elementos da Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, para além de outras entidades com responsabilidades na Defesa da Floresta Contra Incêndios, como a EDP, REFER, EP, Norte Litoral, entre outras, e entidades envolvidas no Projeto Piloto Cadastro Florestal, entre elas a Ordem Solicitadores, Ordem Advogados e Conservadora Registo Predial. Esta sessão de esclarecimento centrou-se na problemática da execução das Faixas de Gestão de Combustível de proteção às edificações e as novas regras introduzidas pela Lei nº 114/2017 de 29 de dezembro, nomeadamente a alteração dos prazos para a sua execução e das sanções e coimas a ser aplicadas. De facto, o Município procurou responder às questões: O que é que é preciso fazer? O que é que acontece a quem não fizer? e ainda identificar em cada uma das freguesias, em cada um dos baldios onde é que se deve atuar. Nos dias que se seguiram, decorreram sessões de esclarecimento idênticas nas freguesias de Moledo; Lanhelas, Âncora e Seixas.

Além do trabalho de limpeza da floresta e da sensibilização, o Município de Caminha intervencionou os estradões florestais e procedeu à limpeza de espaços contíguos ao longo do trajeto do rally, num investimento do Município superior a 80 mil euros. Um investimento virtuoso, porque também defende o território e as populações, numa altura em que se aproxima o tempo mais quente e o perigo de ocorrência de incêndios aumenta. A limpeza dos estradões e dos espaços adjacentes envolveram a equipa de sapadores florestais 25-111. O arranjo do piso, por seu lado, foi adjudicado por 83.884,43 € e abrangeu pouco mais de 18 km, beneficiando diretamente as freguesias de Caminha e Vilarelho, Riba de Âncora, Vile, Venade e Azevedo, Dem, Gondar e Orbacém e Argela.



Caminha é um dos nove concelhos pioneiros em mais um importante passo para a defesa da floresta, o Programa Nacional de Redução de Ignições. Estes municípios integram o projeto piloto de desenvolvimento de um sistema de avaliação de queimas de amontoados de combustível florestal e autorização de queimadas. O projeto piloto avança já nos nove municípios alargando-se aos prioritários até final de junho. Além de Caminha, os primeiros concelhos a integrarem o projeto são Monchique (Algarve), Mafra (distrito de Lisboa), Valongo e Arouca (Porto), Portalegre (Alentejo), Fornos de Algodres e Figueira de Castelo Rodrigo (Guarda) e Oleiros (Castelo Branco). O resto dos concelhos serão integrados no projeto do sistema de avaliação de queimas e autorização de queimadas até outubro, segundo o programa.

Durante o ano, foram criadas duas Equipas de Intervenção Permanente (EIP), compostas por cinco elementos cada, reforçam desde o dia 15 de maio, os efetivos das corporações de bombeiros de Caminha e Vila Praia de Âncora. Estas equipas, profissionais, destinam-se ao cumprimento de missões que, no âmbito da Proteção Civil, estão confiadas aos bombeiros. As EIP estão sediadas em permanência nos quartéis de bombeiros, no caso em Caminha e em Vila Praia de Âncora, prontas para ocorrer a qualquer situação de urgência e/ou emergência registada no concelho. As Equipas de Intervenção Permanente são, de facto, equipas de bombeiros profissionais que se destinam ao cumprimento de missões no âmbito da Proteção Civil. De acordo com a legislação, as equipas têm por missão assegurar, em permanência, o socorro às populações, designadamente nos casos de combate a incêndios, mas também quando ocorram desabamentos, abalroamentos; em todos os acidentes ou catástrofes; socorro a náufragos; socorro complementar, em segunda intervenção, desencarceramento ou apoio a sinistrados; no âmbito da urgência pré-hospitalar, não podendo substituir-se aos acordos com a autoridade nacional de emergência médica – Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM); minimização de riscos em situações de previsão ou ocorrência de acidente grave; colaboração em outras atividades de proteção civil, no âmbito do exercício das funções específicas que são cometidas aos corpos de bombeiros.



Em termos estruturais, Caminha continuou a trabalhar para identificar o seu território e obteve boas notícias no ano de 2018. O concelho de Caminha foi aquele que maior percentagem de identificação de território conseguiu durante o ano em que o Projeto Piloto do Cadastro Simplificado esteve em vigor. Com 91,96% do território identificado até à data, Caminha contribuiu muito para o sucesso de um programa nacional que abrangeu mais nove municípios – Alfândega da Fé, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Góis, Pampilhosa da Serra, Penela, Proença-a-Nova e Sertã – e que permitiu conhecer 47,47% do território envolvido e localizar 678 mil matrizes. O concelho de Caminha envolveu neste projeto sete trabalhadores dos seus quadros e trabalhou em estreita articulação com a Conservatória do Registo Predial de Caminha. Para além dos recursos humanos disponibilizados para o projeto-piloto, a Câmara Municipal investiu 125 mil euros numa Unidade Móvel que percorreu as freguesias e permitiu a identificação formal e informal de um conjunto de terrenos no local. Beneficiando de um conjunto de dados pré-existent e da organização do território em grandes blocos a partir das diversas associações de baldios, os números de Caminha colocam este concelho no primeiro lugar deste pódio de identificação do território, à frente do Município de Alfândega da Fé (79,56%) e de Castanheira de Pera (70,21%). Se conhecermos melhor o nosso território, se soubermos quem são os seus proprietários, vamos poder juntar energias e propor planos alargados de potenciação do território. Vamos saber quem é quem no nosso monte e nos nossos vales e isso pode fazer toda a diferença durante os invernos em que preparamos os verões. A Proposta de Lei que propõe a expansão do projeto do Cadastro Simplificado a todo o país já foi aprovada em Conselho de Ministros e também já foi assinado um despacho de prorrogação dos prazos



do Projeto-Piloto que permitirá os 10 Municípios envolvidos dar continuidade, desde já, ao trabalho efetuado.

Duas últimas palavras para evidenciar o trabalho de mérito que a autarquia tem vindo a efetuar. Desde logo com a manutenção das 5 bandeiras azúis da Europa, 4 na fachada atlântica (Forte do Cão, Vila Praia de Âncora, Moledo e Foz do Minho) e uma fluvial (Vilar de Mouros). Mas também com a nota de que a Câmara Municipal de Caminha foi galardoada com a Bandeira Verde ECOXXI, galardão máximo, no âmbito do programa Município ECOXXI 2018. Este galardão reconhece o trabalho realizado pelo município em prol do desenvolvimento sustentável, durante o ano 2017. O Município obteve um índice de 62,2%. O Galardão ECOXXI visa reconhecer e divulgar boas práticas como forma de concretizar uma ação pedagógica “pela positiva”, neste caso concreto junto dos Municípios, considerados como agentes privilegiados de promoção do desenvolvimento sustentável. É de salientar que a “Bandeira Verde ECOXXI” só é atribuída quando a avaliação global atinge ou ultrapassa os 50%. O Município de Caminha obteve um Índice ECOXXI 2018 de 62,2%. Este programa avalia o desempenho, mas também o caminho a percorrer no trabalho de construção da sustentabilidade. As metas estabelecidas são revistas anualmente e baseiam-se, de uma forma geral, na legislação nacional e comunitária, ou na existência de convenções e protocolos internacionais, objeto de ratificação pelo Estado Português. Nesta perspetiva, o ECOXXI apresenta-se como uma ferramenta útil à gestão municipal, ao contribuir para a monitorização e aferição de ações e políticas em diversas áreas da sustentabilidade.





V – ORGANIZAÇÃO, FINANÇAS E FREGUESIAS

Como é sabido, a Câmara Municipal enfrenta uma situação financeira particularmente difícil devido a um desequilíbrio estrutural entre a receita e a despesa criado desde 2005 e piorado com a contração de sucessivos empréstimos, resgates financeiros e imobilidade na atualização tarifárias de bens como a água ou de serviços ligados aos processos de urbanismo, espaço público, etc., associados à venda de património para pagamento de despesas correntes e a criação de uma PPP ruinosa que obriga o Município até 2033.

Sendo a situação ainda muito negativa, como as contas indicam, a maior parte dos indicadores demonstram melhoria: o resultado líquido de exercício, sendo negativo melhorou, as despesas correntes diminuíram, a dívida a terceiros de médio e longo prazo diminuiu e o passivo também. De todo o modo, há muito caminho a percorrer e as decisões que tiveram que ser tomadas em 2018, relativamente ao tarifário da água, mas também relativamente ao IMI, surgem numa perspetiva de reforço da capacidade de atuação do Município e são mais uma peça, no momento possível, para inverter as dificuldades da Câmara. Não cabe aqui abordar a questão financeira, isso pertence ao capítulo posterior, mas é importante sublinhar alguma ação política feita a este propósito que vai explicando a frieza dos números e a incapacidade de aceitar ou levar por diante projetos que, estando previstos, ainda não foram concretizados. Destaco, a este propósito, o resgate da honradez da edilidade, afirmando-a como pessoa de bem. A Câmara Municipal liquidou a meados do mês de março do ano passado mais uma "fatura" de 250 mil euros, relativa a indemnizações, nos casos "Dionísio Marques" e Quinta da Barrosa. A situação do imóvel de Vila Praia de Âncora ficou definitivamente encerrada, com a propriedade a passar para o Município, mas no que se refere ao edifício do Centro Histórico de Caminha, os cofres municipais tiveram ainda de despender mais uma tranche de 200 mil euros neste ano de 2019 (já foi feito). Esta dívida resultou de uma sentença transitada em julgado em 2012, que condenou a Câmara a pagar 500 mil euros por uma "trapalhada" judicial que se arrastou durante mais de uma década. O caso da Quinta da

Barrosa é antigo, mas em 2013, o Executivo de então comprometeu-se a entregar três apartamentos de tipologia dois, até 31 de dezembro desse ano, o que nunca aconteceu. Como o Município também não dispunha, nem dispõe, desses imóveis, o Município viu-se obrigado a encetar negociações com os herdeiros do antigo proprietário, com sucesso. O caso ficou parcialmente resolvido com o pagamento de uma compensação de 240 mil euros, em duas prestações. Posteriormente a Câmara chegou a acordo com o último dos herdeiros, já em 2017, a quem se comprometeu a pagar 75 mil euros em duas tranches. Foram então pagos imediatamente 25 mil euros e os restantes 50 mil euros acabam de ser liquidados. Entretanto, o litígio judicial que se arrastou durante mais de uma década refere-se a uma pesada condenação da Câmara de Caminha, no chamado caso "Dionísio Marques". O Executivo de 2005 decidiu deixar de pagar as rendas do prédio e envolveu-se numa contenda judicial com o proprietário, que não aceitou a devolução do prédio por não ter sido cumpridas as cláusulas contratuais, que obrigavam a Câmara a restituir o imóvel no final do contrato, nas mesmas condições em que o tomou em arrendamento. Além de uma indemnização de 500 mil euros e das custas processuais, a Câmara foi também condenada a executar as obras, que custaram cerca de 110 mil euros ao Município. Como o relatório e contas indica, a Câmara deteta riscos de pagamento de mais de 2 milhões de euros se as ações judiciais existentes, no momento, contra a Câmara Municipal tiverem provimento.

Sobre organização, gostava de evidenciar aqui a Unidade Móvel de Atendimento da Câmara Municipal de Caminha começou a funcionar no dia 10 de abril, passando a deslocar-se às freguesias todas as semanas, no mesmo dia de semana e no mesmo horário. Esta é mais uma forma de promover a proximidade com as populações e a inclusão, já que estarão disponíveis os serviços normalmente disponibilizados nos balcões municipais. Pretende-se, assim, alavancar o município para um novo patamar, sendo o foco desta operação os serviços aos munícipes, aos cidadãos e às empresas. O objetivo deste equipamento é aproximar e facilitar o relacionamento dos cidadão e empresas com a Administração Pública, aproveitando as potencialidades simplificadoras das novas tecnologias de informação e comunicação, ao mesmo tempo que se promove a inclusão digital. A Unidade Móvel de Atendimento da Câmara Municipal de Caminha permitirá às

populações mais afastadas dos principais núcleos urbanos, aceder de forma prática e cómoda aos serviços prestados no balcão de atendimento da Câmara Municipal. Este serviço facilitará também o acesso de cidadão com mobilidade reduzida aos serviços públicos. O equipamento permitirá, gradualmente, tratar dos mesmos assuntos disponíveis nos balcões de atendimento municipal, nomeadamente: Urbanismo; Águas, esgotos, despejo de fossas; Comunicação de leituras de contador; Resíduos sólidos; Publicidade e ocupação de espaço público; Apresentação de opiniões, sugestões ou reclamações; Informação sobre situações de intervenção urgente a decorrer no concelho (rede viária, águas e esgotos ou resíduos sólidos); Informação sobre a oferta cultural, desportiva, turística e de lazer. Atualmente existem no município dois balcões de atendimento, um situado em Caminha no Edifício Técnico Administrativo outro no Gabinete de Atendimento ao Munícipe em Vila Paia de Âncora. Este modelo de atendimento poderá igualmente funcionar em situações pontuais onde se preveja aumento da densidade populacional, como por exemplo, zonas de praias e até durante eventos ou espetáculos. O itinerário seguirá dois critérios: território geográfico e densidade populacional, ou seja, o mesmo deverá ser elaborado tendo em conta os princípios da eficácia e da eficiência e o tempo de atendimento terá em consideração o número de habitante de cada freguesia. O veículo foi devidamente adaptado na parte interna e externa, nomeadamente com patim elétrico exterior deslizante e toldo elétrico, está dotado de duas secretárias, seis cadeiras e quatro cadeiras para o exterior, gerador de corrente insonorizado encastrado no exterior do veículo com comandos no interior do mesmo, equipamento de ar condicionado e quadro elétrico estabilizado, proporcionando todas as condições necessários a um atendimento de qualidade.





No que respeita às freguesias, e apesar de explanado no Relatório e Contas, nunca é de mais recordar o esforço municipal em acompanhar a vontade e o empenho de cada uma das Juntas de Freguesia na concretização das tarefas, funções e competências que lhes estão atribuídas. Ao longo dos últimos anos tem sido possível trabalhar com critérios transparentes e democráticos, sabendo cada Junta de Freguesia com o que conta à partida sempre, mais sempre, com a certeza que não é o seu posicionamento político que influencia a atribuição dos montantes de financiamento. No ano de 2018, de forma direta, a Câmara Municipal transferiu para as Juntas de Freguesia 402.064,61 mil euros para despesas correntes e 317.186,83 mil euros para investimento em obras (despesas de capital), num total de 719.250,74 mil euros. Este foi o ano, deste executivo, em que se transferiu uma maior quantia para o conjunto das freguesias do concelho de Caminha. Desde 2014 até ao final do ano transato, o Município transferiu 2.867.121,18 milhões de euros, de forma direta, para as freguesias do concelho de Caminha.

A este propósito de apoio às freguesias, cumpre destacar a medida aplicada, pela primeira vez em 2018 (e replicada já este ano) de adiantar, no primeiro trimestre, o montante global das despesas correntes a todas as freguesias de modo a que possam gerir essa bolsa de acordo com os critérios definidos pelos próprios. Esta foi uma fórmula baseada na confiança institucional que tem surtido efeito e valorizado o trabalho de cada Junta de Freguesia junto das suas populações.

VI – CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO

Marca deste executivo, ao longo dos anos, tem sido o incentivo à participação cívica e ao envolvimento dos cidadãos, a abertura das portas da Câmara Municipal aos seus Municípios e a recuperação paulatina do prestígio de Caminha, não nos conformando com uma visão pequenina da nossa terra. Nesse sentido tem vindo a ser desenvolvido trabalho que tem deixado já pegada no conjunto do concelho.

Na área da participação, como é sabido, foi suspensa a fase de proposta e escolha no âmbito do Orçamento Participativo até que uma esmagadora parte das propostas vencedoras possam estar no terreno já concretizadas. A materialização da vontade dos

Municípios é condição fundamental para a credibilidade do processo e, face às dificuldades encontradas, quer por deficiente avaliação dos serviços sobre a admissibilidade das propostas e a sua orçamentação, quer pelos entraves burocráticos que tem surgido, entendeu-se, no ano de 2018, não avançar para a escolha e debate de novas propostas. O processo segue para concretização dos projetos já votados mas está suspenso na sua fase anterior. De todo o modo, Caminha não deixou de estar na vanguarda nacional dos fóruns de participação cidadã. Prova disso foi que no passado dia 11 de abril, Caminha recebeu um encontro participativo no âmbito do OPP – Orçamento Participativo de Portugal, que contou com a presença da então Secretária de Estado Adjunta e da Modernização Administrativa, Graça Fonseca. Esta foi a segunda vez que Caminha acolheu um encontro a nível nacional, nesta que é também a segunda edição desta iniciativa, segundo a qual os cidadãos candidatam propostas de investimento e votam nos projetos a realizar pelo Governo. As novidades, em 2018, conforme reforçou Graça Fonseca, foram o aumento de três para cinco milhões de euros da dotação do OPP, que pela primeira vez é alargado a todas as áreas da governação e a possibilidade de submissão dos projetos online. Em Caminha, o contributo foi de 12 projetos: Rio Minho - Rota da Lampreia; Criação de um Centro de Interpretação do Sapal dos Rios Coura e Minho; A Arte do Linho; Orquestra Mi Menor; Pluralidades do Sorriso - Encontros Científicos de Saúde Oral e Espaço Público; Percurso Pedonal da Margem do Rio Coura; Pluralidade - Universidade de Saberes; Centro Interpretativo do Estuário dos Rios Coura e Minho; Rotas do Contrabando do Rio Minho; Laços Continuados; Velhice - Cuidados Informais e Reciclagem da Arquitetura Urbana 7 - Mobilidade.

Mas os jovens do concelho de Caminha contribuíram, também, com três projetos para o Orçamento Participativo Jovem de Portugal (OPJP). O encontro de participação decorreu no dia 16 de julho, em pleno areal da praia de Vila Praia de Âncora. Na ocasião foi também assinado o protocolo que oficializa a operacionalização, no concelho, do Minhotocleta. Marta Silva e Joana Amorim são as autoras do Minhotocleta, que prevê a aquisição de bicicletas em regime de partilha de utilização, que serão disponibilizadas em locais a designar, nos territórios de Viana do Castelo e Caminha, para uso gratuito. Recorde-se que as áreas temáticas elegíveis este ano são o desporto inclusivo, diálogo





intergeracional, inovação cultural e sustentabilidade ambiental, podendo cada projeto atingir um montante máximo de 100 mil euros. Os projetos apresentados pelos jovens caminhenses incidiram em duas das áreas, o desporto inclusivo e a sustentabilidade ambiental. Um dos grupos de jovens que se formaram pretende (re)florestar o Minho, em ligação com o Foundation Fest - Nature, Love & Music, um novo festival cuja primeira edição decorrerá no próximo ano, e que foi apresentado recentemente na praia das Azenhas, em Vilar de Mouros. É descrito como um evento de cariz social e de consciencialização ecológica, onde uma percentagem da bilheteira reverterá a favor da reflorestação das zonas ardidas do concelho de Caminha. Outro grupo de jovens, unidos já pelo desporto e pela prática do remo (pertencem ao Sporting Clube Caminhense) pretendem condições para alargar a prática da modalidade, sobretudo na área da formação, e o seu projeto passa pela aquisição de novas embarcações. O terceiro grupo quer aproveitar as condições naturais do território e “desenhar” percursos por terra, mas também aquáticos. Hoje sabemos já que o primeiro projeto denominado “(re)florestar o Minho” foi um dos vencedores da segunda edição do OPJ. Em duas edições, duas vitórias para o concelho de Caminha, o que denota bem da marca deixada já no território.



Noutra vertente, de abertura da Câmara Municipal ao exterior, foi lançado o novo sítio oficial do Município de Caminha. Trata-se de mais uma peça da estratégia adotada nos últimos anos de projetar a Câmara Municipal para além das suas paredes, com total transparência e incentivando a participação. O novo sítio municipal, dominado pelos tons



de azul inspirados pelo mar e pelos rios que abraçam o território, está dividido em quatro grandes áreas: Viver, Visitar, Investir e Participar. Esses são os pontos de partida para um manancial enorme de informação e de conteúdos em geral, pelos quais é agora bem mais fácil “navegar”, ao contrário do que acontecia com o sítio anterior, que estava ultrapassado e obsoleto. O investimento no nosso sítio oficial fez-se com recurso a uma candidatura, no quadro do Portugal 2020, suportando o Município 15% do custo, orçado em cerca de 25 mil euros. É moderno, responsivo (adapta-se aos vários dispositivos), onde os conteúdos podem ser acedidos em diversos idiomas (tradução) e que está preparado para pessoas de visibilidade reduzida. O trabalho foi desenvolvido por uma empresa externa, e trabalhado em conexão com os funcionários e colaboradores do próprio Município. A Câmara tem uma atividade de alguma envergadura e o novo sítio será alimentado em permanência pelos diferentes serviços. Mais clareza, mais assertividade e mais inteligibilidade são agora características do sítio oficial, uma peça fundamental da política de participação e transparência, de que fazem parte, entre outros, as reuniões descentralizadas, a transmissão em direto e online das sessões das Assembleias Municipais, o Orçamento Participativo, o Provedor do Município, ou mesmo a capacidade de dinamizar as redes sociais, o que dá hoje ao Município uma presença destacada entre os dez do Alto Minho.

Ainda num sentido de abertura do Município ao exterior, mas já para além do próprio concelho de Caminha, cumpre destacar o reforço da atividade no âmbito da geminação de Caminha com Pontault-Combault. Em Caminha, a Biblioteca Municipal acolheu a exposição de fotografia ‘A minha terra em Movimento’, fruto do concurso de fotografia promovido pelos municípios de Caminha e Pontault-Combault, cidade geminada com a Vila de Caminha, e a Associação Portuguesa Cultural e Social (A.P.C.S.). Laura Pires e Jorge Meira foram os premiados pelo júri. A mostra ‘A minha terra em movimento’ é composta por 24 fotografias dos fotógrafos Natália Maria Lopes Gomes; Laura Pires; Jorge Meira; Amine Amour; António Garrido; Mário da Cruz Rocha; Angela Sanchez; Elsa Pires; Benjamin Martins; Olivier Girard; Carlos Viana; Manuel António Rodrigues; Vitor Ferreira e Leão Fernandes. Em Pontault-Combault também se assinalou o 40º aniversário da geminação com várias iniciativas naquela cidade francesa, no último fim de semana de

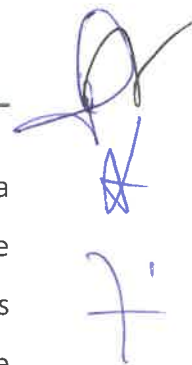
novembro. O Município de Caminha fez-se representar pela Vereadora Liliana Ribeiro, por Emília Roda, professora do Agrupamento de Escolas Sidónio Pais, responsável pela geminação no âmbito escolar e José Luís Presa, representante da Associação Portuguesa Cultural e Social (A.P.C.S.) no concelho. O 40º aniversário ficou marcado por reuniões de trabalho entre os representantes das duas localidades, a comemoração do Centenário do Armistício da Grande Guerra com a inauguração de uma exposição de Homenagem aos Combatentes da Grande do Concelho e, ainda, um Festival de Solidariedade. Recordar-se que Caminha e Pontault-Combault assinaram o Protocolo da Amizade em 1978, em França, sob a égide da "Federação Mundial das Cidades Geminadas - Cidades Unidas", que promove os laços de amizade entre os dois países, em especial entre as populações das duas vilas. Mais tarde, a 8 de junho de 2003, no 25º aniversário, foi assinado um verdadeiro protocolo de geminação entre as duas Câmaras Municipais. Um documento que veio renovar e reforçar a relação entre as duas localidades, no sentido de tornar mais dinâmicas as diversas ações conjuntas de âmbito cultural, turístico, social e económico.

Finalmente, embora reconduzido a uma eleição individual, não é possível deixar de lado desta revista à atividade e aos resultados alcançados em 2018, dois factos que, distinguindo o Presidente da Câmara Municipal, são a prova evidente da recuperação do prestígio do Município e da valia que o nosso concelho tem no contexto da região e do país, do reconhecimento público ao trabalho efetuado e à notoriedade alcançada, pelos bons motivos, ao longo dos últimos anos. O primeiro foi o facto da eleição do Presidente da Câmara Municipal de Caminha como novo Presidente da Comissão Distrital de Proteção Civil de Viana do Castelo. Depois de auscultados os Municípios da CIM Alto Minho, a Associação Nacional de Municípios Portugueses designou o Presidente da Câmara Municipal de Caminha para presidir à Comissão Distrital de Proteção Civil do Distrito de Viana do Castelo. Compete à Comissão Distrital de Proteção Civil acompanhar as políticas diretamente ligadas ao sistema de proteção civil, promover o acionamento dos Planos Distritais de emergência sempre que tal se justifique, diligenciar pela realização de exercícios, simulacros ou treinos operacionais que contribuam para a eficácia de todos os serviços intervenientes em ações de proteção civil. Ao novo Presidente da Comissão Distrital de Viana do Castelo competirá coordenar toda esta ação

e articular todos os agentes no terreno. Para além de três Presidentes de Câmara Municipal, compõe a Comissão Distrital o Comandante Operacional, um representante de cada Ministério, os responsáveis máximos das forças de segurança do distrito, os capitães de porto e representantes do INEM, Liga dos Bombeiros Portugueses e Associação nacional dos Bombeiros Profissionais. A primeira reunião da Comissão Distrital decorreu no passado dia 10 de maio, na Biblioteca Municipal de Caminha e contou com a participação do Secretário de Estado da Proteção Civil, Eng. José Artur Neves. O segundo facto, ainda mais relevante, é a notícia de que o Conselho Regional do Norte, órgão consultivo da CCDR Norte que reúne todos os Presidentes das Câmaras do norte de Portugal, bem como diversos representantes da sociedade civil - Universidades, Institutos Politécnicos, Freguesias, organizações não-governamentais, associações de desenvolvimento local e outras - elegeu no passado dia 22 de maio, em Felgueiras, por larga maioria, a sua Comissão Permanente presidida pelo Presidente da Câmara Municipal de Caminha. Com o subscritor deste escrito, foi eleito Vice-Presidente Aires Pereira, Presidente da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim e doze outros autarcas dos distritos de Aveiro, Braga, Bragança, Porto, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu. Esta eleição atribui a imensa responsabilidade de representar o Norte junto do país e da Europa. O Conselho Regional do Norte tem entre as suas competências, o acompanhamento das atividades da CCDR e da execução dos fundos comunitários, a pronúncia sobre projetos de relevância nacional a instalar na região, a elaboração de propostas de investimento ou dar parecer sobre as medidas de descentralização ou desconcentração administrativa.

CONCLUSÃO

Ao terminar este documento, como temos vindo a fazer, damos testemunho dos diferentes eventos, ações ou atividades que tiveram o envolvimento de todos os pelouros da Câmara Municipal de Caminha, seja na organização, seja no apoio ou numa parceria simples. Aqui está uma amostra telegráfica do imenso trabalho que é feito e nem sempre é valorizado pelo conjunto da população, tendo em conta a naturalidade com que os factos acontecem e fazem já parte integrante de uma certa normalidade. Este trabalho






só é possível graças ao forte empenhamento de cada um dos trabalhadores da Câmara Municipal ou prestadores de serviço que, muitas vezes em condições difíceis e ainda com situações remuneratórias injustas ou desadequadas, dão tudo pelo bom nome do Município e de toda a equipa que lidero. O mesmo se pode dizer de todas as instituições públicas e privadas que conosco trabalham, as Juntas e Assembleias de Freguesia, todos os autarcas, as associações culturais, recreativas e desportivas, as paróquias, as IPSS, as empresas, o Agrupamento de Escolas, as instituições ligadas à administração estatal, o Governo e os que nele trabalham, a CCDR-norte, a CIM Alto Minho e todos os Municípios com quem lidamos, do lado de cá da fronteira e do lado espanhol, com a participação e o envolvimento de todos os Municípios e daqueles que nos visitam ou aqui passam férias prolongadas.

Ao longo de 2018 foram estas as mais relevantes atividades de índole cultural, recreativa e desportiva organizadas ou apoiadas pela Câmara Municipal de Caminha que aqui se explicitam por ordem cronológica da sua concretização:

- Organização do Concerto de Ano Novo protagonizado pela Sociedade Musical Banda Lanhelense, na Igreja Matriz de Caminha (1 de janeiro);
- Apoio nas Comemorações do 101º Aniversário dos Bombeiros Voluntários de Vila Praia de Âncora (1 de janeiro);
- Apoio na realização da Oficina de Teatro para Adultos (5, 12, 19 e 26 de janeiro e 2 e 9 de fevereiro);
- Apoio na realização do Concerto de Reis e Ano Novo protagonizado pela UNITUNA – Tuna da Universidade Sénior do Rotary Club de Caminha (6 de janeiro);
- Organização do Feirão de Tradições – Os Sabores do Campo (13 e 27 de janeiro, 10 de fevereiro);
- Organização do certame Lampreia do Rio Minho – Um prato de excelência – nos restaurantes aderentes do concelho de Caminha (15 de janeiro a 15 de abril);
- Organização das Mãos d’Arte – Feira de Artesanato do Concelho de Caminha (20 e 21 de janeiro);
- Apoio na organização da Feira de Antiguidades e Colecionismo (21 de janeiro);




- Organização do Encontro de Grupos de Janeiras no Valadares, Teatro Municipal de Caminha (27 de janeiro);
- Apoio na promoção da Taça Presidente da República (4 de fevereiro);
- Apoio na realização da Oficina de Teatro para Crianças (6, 13, 20 e 27 de janeiro, 3 e 10 de fevereiro);
- Organização do Baile de Carnaval das IPSS's, no Centro Social Paroquial de Moledo (8 fevereiro);
- Apoio na realização do Corso Carnavalesco das Escolas (9 fevereiro);
- Organização do Trilho do Cabeço do Meio Dia (10 de fevereiro);
- Apoio na realização do Baile do Assalto Valadares, Teatro Municipal de Caminha (10 de fevereiro);
- Apoio na realização do Desfile de Carnaval Noturno 'A famosa cegada é o Carnaval em Caminha' (12 de fevereiro);
- Organização das comemorações do Dia dos Namorados (14 de fevereiro).
- Exposição Permanente de Arqueologia (Museu Municipal de Caminha);
- Organização do certame 'Lampreia do Rio Minho – Um Prato de Excelência' (até 15 de abril);
- Apoio na realização da Oficina de Teatro para Adultos (2, 9, 16 e 23 de março; 6 e 13 de abril);
- Apoio na realização da exposição 'O Papel da Mulher na Sociedade Contemporânea' patente na Galeria de Arte Caminhese (2 a 15 de março);
- Organização do Fim de Semana Gastronómico (9 a 11 de março);
- Organização do Feirão de Tradições – Os Sabores do Campo (10, 24 e 31 de março; 14 de abril);
- Organização da conferência 'Rota do Megalitismo' inserida no projeto 'Alto Minho 4D – Viagem no tempo' (10 de março);
- Apoio na realização do espetáculo comemorativo do 60º aniversário do Orfeão de Vila Praia de Âncora (17 de março);
- Apoio na realização da peça de teatro 'Quero ir para a Ilha' (17 de março);
- Organização da Feira de Artesanato do Concelho de Caminha 'Mãos d'Arte' (17 e 18 de março);



RELATÓRIO DE ATIVIDADES

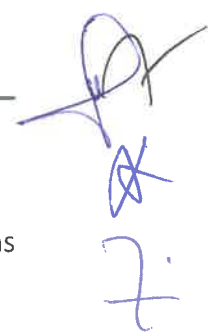
- Apoio na realização da Feira de Antiguidades e Colecionismo de Caminha (18 de março);
- Organização do sarau poético 'Poesia é Arte' (21 de março);
- Apoio na realização da atividade de limpeza ambiental e manutenção das praias (Põe o teu) Pé na Praia (24 e 25 de março);
- Apoio na realização do Piano Fórum 2018 (24 a 28 de março);
- Apoio na realização das Celebrações da Semana Santa (24 a 28 de março);
- Organização da apresentação do livro 'Raízes', de Pedro Armando Freitas Marques dos Santos (24 de março);
- Apoio na realização da Encenação ao Vivo da Via Sacra em Vila Praia de Âncora (25 de março);
- Apoio na realização das Férias da Páscoa no Teatro (26 a 29 de março; 3 a 6 de abril);
- Apoio na realização da Festa de São Bento de Inverno (27 de março);
- Organização do Dia Nacional dos Centros Históricos (28 de março);
- Apoio na realização da Maior Mesa de Páscoa do País (31 de março);
- Organização de Andainas 'Trilhos do Passadiço do Vez' (14 de abril);
- Organização do concerto 'Vozes da Rádio' (14 de abril);
- Apoio na realização do III Trail Rota das Capelas (15 de abril);
- Organização do Dia Internacional dos Monumentos e Sítios (18 de abril);
- Exposição Permanente de Arqueologia (Museu Municipal de Caminha);
- Exposição fotográfica 'Viver Abril' patente no Museu Municipal de Caminha (até 18 de maio);
- Exposição 'Da fotografia ao azulejo. Povo, monumentos e paisagens de Portugal na primeira metade do século XX, patente no Museu Municipal de Caminha (até 14 de julho);
- Organização do Vila Praia em Flor (27 de abril a 1 de maio);
- Organização do Concerto do Trabalhador protagonizado pela Sociedade Musical Banda Lanhelense (1 de maio);
- Apoio na realização da 15ª Mostra de Trabalhos da Universidade Sénior do Rotary Club de Caminha 'Olhar Sobre...', patente no Posto de Turismo de Vila Praia de Âncora (2 a 15 de maio);

- Apoio na realização da 'Oficina de Teatro para Adultos' (4, 11, 18 e 25 de maio; 1, 8 e 15 de junho);
- Organização da apresentação do livro 'Os Portugueses', de Sobrinho Simões (5 de maio);
- Apoio na realização da Oficina de Teatro para Crianças (5 a 26 de maio);
- Organização da iniciativa - Caminho da História 'Caminha e o Caminho Português da Costa', visita de autor com o historiador Joel Cleto (5 de maio e 16 de junho);
- Organização do Seminário Caminho de Santiago 'Caminho Português da Costa: oportunidades e desafios' (12 de maio);
- Apoio na realização da exposição 'A Mãe e a Noiva na Praça', patente na Galeria de Arte Caminhense (12 a 17 de maio);
- Apoio na realização do Torneio XLII – Aniversário da Escola Desportiva de Viana, nas Piscinas Municipais de Vila Praia de Âncora (12 e 13 de maio);
- Organização do Feirão de Tradições – Os Sabores do Campo (12 e 26 de maio; 2, 9 e 16 de junho);
- Apoio na realização da exposição de Rios Pacheco 'O que o rio Âncora dá', patente no Posto de Turismo de Vila Praia de Âncora (15 a 30 de maio);
- Apoio na realização do WRC Vodafone Rally de Portugal 2018 (18 de maio);
- Organização do Dia Internacional dos Museus (18 a 20 de maio);
- Organização da II Festa do Livro (22 a 27 de maio);
- Organização do 'Concert de L'Amitié Européenne' realizado na Capela de Nossa Senhora da Bonança, em Vila Praia de Âncora (24 de maio);
- Organização do Caminho da Natureza – percurso pedestre (26 de maio);
- Apoio na estreia da peça de teatro 'A Curva', de Tankred Dorst, realizada no Valadares, Teatro Municipal de Caminha (26 de maio);
- Apoio na realização da XII Semana dos Direitos da Criança (27 de maio a 1 de junho);
- Organização do Dia Mundial da Criança (1 de junho);
- Apoio na realização da Solenidade do Corpo de Deus – Tapetes Floridos (30 e 31 de maio);
- Apoio na realização da peça de teatro 'A Curva', de Tankred Dorst realizada no Centro Social Paroquial de Moledo (1 de junho);





- Organização do Entre Margens – Encontro de Tocadores 2018 (1 a 3 de junho);
- Apoio na realização do concerto da Escola de Música Amadeus ‘Jazz in Amadeus’ (8 de junho);
- Apoio na realização da Mostra dos Trabalhos dos Alunos do Curso de Artes Visuais e de Educação Visual, patente na galeria de Arte Caminhense (8 a 14 de junho);
- Apoio na realização da Semana do XXVI Arraial Minhoto (8 a 15 de junho);
- Apoio na realização da IV Meia Maratona de Caminha – A única meia maratona sunset do país (9 de junho);
- Apoio na realização da Festa de São Gonçalo, em Dem (9 e 10 de junho);
- Apoio na realização da II caminhada da Padroeira (10 de junho);
- Apoio na realização das Comemorações do Dia de Portugal em Vila Praia de Âncora (10 de Junho);
- Apoio na realização do Concerto de Verão protagonizado pela Unituna e Convidados (13 de junho);
- Apoio na realização do XTREM CHALLENGE PORTUGAL (13 a 17 de junho);
- Apoio na realização da peça de teatro ‘Quero ir prá ilha’, com Carlos Areia (15 de junho);
- Apoio na realização da Festa de Santo António de Caminha (15 de junho);
- Apoio na realização do 2º Concurso Internacional de Cordas ‘Artur Fernandes Fão’ (15 a 17 de junho);
- Apoio na realização da exposição de pintura de António Porto e Michael Mahesh, patente no Posto de Turismo de Vila Praia de Âncora (15 a 30 de junho);
- Apoio na realização do Arraial de Santo António, no Forte da Lagarteira, em Vila Praia de Âncora (16 de junho);
- Apoio na realização do Arraial de Santo António, em Lanhelas (16 de junho);
- Apoio na realização do 42º aniversário do Etnográfico de Vila Praia de Âncora (16 de junho);
- Apoio na realização da peça de teatro ‘A Curva’, de Tankred Dorst realizada no Centro Cultural de Argela (16 de junho);
- Organização do concerto ‘Sons do Caminho – peregrinação pela música com o grupo Capella Duriensis’, na Igreja Matriz de Caminha (16 de junho).



- Exposição Permanente de Arqueologia (Museu Municipal de Caminha);
- Organização da exposição 'Da fotografia ao Azulejo. Povo, monumentos e paisagens de Portugal na primeira metade do século XX' (até 14 de julho);
- Apoio na realização do VI Triatlo Longo de Caminha (1 de julho);
- Organização da sessão fotográfica 'Caminha medieval a Caminho de Santiago' (1 de julho);
- Organização das atividades 'A nossa praia sempre limpa' (2 a 6 de julho);
- Apoio na realização das Festas de São Bento (2 a 11 de julho);
- Apoio na realização da Oficina de Teatro de verão para crianças (2 a 19 de julho);
- Apoio na realização da Semana Cultural da Universidade Sénior do Rotary Club de Caminha (3 a 8 de julho);
- Apoio na realização do workshop de *felting* com Fátima Han (5 de julho);
- Apoio na realização da peça de teatro 'A Curva' de Tankred Dorst (6 de julho);
- Apoio na realização da exposição 'Cachi', patente na Galeria de Arte Caminhense (6 a 12 de julho);
- Organização do Feirão de Tradições – Os Sabores do Campo (7, 14, 21 e 28 de julho; 4, 11, 18 e 25 de agosto; 1, 8 e 15 de setembro);
- Apoio na realização do 'Be Fit Be Forte' (7, 14 e 28 de julho);
- Organização do 94º Aniversário da Elevação de Vila Praia de Âncora (8 de julho);
- Apoio na realização do TVDA – II Trail do Vale do Âncora (8 de julho);
- Promotor do Artbeerfest – Festival Internacional de Cerveja Artesanal (12 a 15 de julho);
- Apoio na realização da exposição 'Rego Meira', patente na Galeria de Arte Caminhense (13 a 19 de julho);
- Promotor da DIRCK – Descida Internacional do Rio Coura em Kayak (14 de julho);
- Apoio na realização da 3ª Mikkeler World Beer Run (14 de julho);
- Apoio na realização da Arte na leira – 20ª edição by Mário Rocha (14 de julho a 19 de agosto);
- Apoio na realização da Festa em Honra de São Sebastião (14 e 15 de julho);
- Organização do Documentário Ventura Terra 'Projetar a Modernidade' (14 de julho);
- Apoio na realização do XI Encontro de Motinhas da SIRA (15 de julho);



RELATÓRIO DE ATIVIDADES

- Apoio na realização da Feira de Antiguidades e Colecionismo de Caminha (15 e 28 de julho; 19 de agosto e 16 de setembro);
- Apoio na realização do AMFF *in concert pop rock* (20 de julho);
- Apoio na apresentação da peça de teatro 'Comédias da Vida' (20 e 21 de julho);
- Apoio na realização da Festa de Santa Marinha (20 a 22 de julho);
- Apoio na realização da exposição 'Puskas', patente na Galeria de Arte Caminhense (20 a 26 de julho);
- Organização do percurso interpretativo 'Flora Dunar – Sistemas Dunares' (21 de julho);
- Apoio na realização da Festa em Honra de Nossa Senhora da Rocha (21 e 22 de julho);
- Apoio na realização da prova 'Minho Sup Race' (21 e 22 de julho);
- Apoio a realização do 'Rowers Fest' (22 de julho);
- Organização da exposição de Ângelo de Sousa 'Quase tudo o que sou capaz' (24 de julho a 7 de outubro);
- Organização do Aposta Bacalhau (24 de julho a 5 de agosto);
- Organização da XV Feira Medieval de caminha (25 a 29 de julho);
- Apoio na realização do 56º aniversário do Âncora Praia Futebol Clube (26 de julho);
- Apoio na realização da exposição 'Vitor Carneiro', patente na Galeria de Arte Caminhense (27 de julho a 2 de agosto);
- Apoio na realização do II Trail Noturno Monte de Santo Antão (28 de julho);
- Apoio na realização do FOLK Monção – O Mundo a Dançar (1 de agosto);
- Apoio na realização da Festa em Honra de Nossa Senhora ao Pé da Cruz (3 a 5 de agosto);
- Apoio na realização da Festa em Honra da Senhora das Neves e São Silvestre (3 a 5 de agosto);
- Apoio na realização do Arraial Solidário dos Bombeiros Voluntários de Vila Praia de Âncora (3 a 5 de agosto);
- Apoio na realização da exposição 'Rosário Pedro', patente na Galeria de Arte Caminhense (3 a 9 agosto);
- Organização da sessão de Astronomia na Serra d'Arga (4 de agosto);
- Apoio na realização da 3ª edição Summer Market Moledo (4 e 5 de agosto);



- Apoio na realização da Festa em Honra de São Domingos (8 de agosto);
- Apoio na realização do Festival Internacional de Folclore 'Âncora Folk'18' (9 a 12 de agosto);
- Apoio na realização do Festival Gastronómico do Bife de Espadarte (9 a 19 de agosto);
- Apoio na realização do Arraial de Futsal (10 a 12 de agosto);
- Apoio na realização do Festival de Música 'SonicBlast Moledo' (10 e 11 de agosto);
- Apoio na realização da Festa em Honra da Senhora da Agonia (10 a 19 de agosto);
- Apoio na realização da exposição 'Dacha', patente na Galeria de Arte Caminhense (10 a 16 de agosto);
- Apoio na realização do I Festival de Folclore de Orbacém (11 de agosto);
- Apoio na realização da Festa em Honra de Nossa Senhora dos Remédios (13 a 15 de agosto);
- Apoio na realização da Festa em Honra de Nossa Senhora da Assunção (13 a 15 de agosto);
- Apoio na realização da noite do emigrante – arraial minhoto (14 de agosto);
- Apoio na realização da Festa em Honra de Nossa Senhora da Assunção (15 de agosto);
- Apoio na realização da Festa do Rio (14 e 15 de agosto);
- Apoio na realização da Festa em Honra de Nossa Senhora Rosário (17 a 19 de agosto);
- Apoio na realização do XV Encontro Motard de Vilar de Mouros (17 a 19 de agosto);
- Apoio na realização da exposição 'David Lopes', patente na Galeria de Arte Caminhense (17 a 23 de agosto);
- Apoio na realização do sunset party 'Mocean Sunset' (18 de agosto);
- Apoio na realização do Mercado de Verão 'Sensations Market' (18 e 19 de agosto);
- Apoio na realização do III Open de Remo de Mar (19 de agosto);
- Apoio na realização do Festival EDP Vilar de Mouros (23 a 25 de agosto);
- Apoio na realização da exposição 'Santarelli', patente na Galeria de Arte Caminhense (24 a 30 de agosto);
- Apoio na realização da Feira de Antiguidades e Colecionismo (25 de agosto);
- Apoio na realização da Festa em Honra de Nossa Senhora do Amparo (25 e 26 de agosto);
- Apoio na realização do percurso pedestre 'Romaria a São João d'Arga (28 de agosto);



- Apoio na realização Romaria de São João d'Arga (28 e 29 de agosto);
- Organização da Festa do Mar e da Sardinha (29 de agosto a 2 de setembro);
- Apoio na realização da Festa das Solhas (31 de agosto a 2 de setembro);
- Apoio na realização do 2º Encontro de Escaladores da Serra d'Arga (31 de agosto a 2 de setembro);
- Apoio na realização da exposição 'Maria Cândida Enes', patente na Galeria de Arte Caminhense (31 de agosto a 6 de setembro);
- Apoio na realização da Cestada de Venade – Festa em Honra do Senhor da Saúde e Nossa Senhora das Dores (1, 14, 15, 16 e 23 de setembro);
- Apoio na realização da Festa em Honra de Nossa Senhora da Bonança (6 a 9 de setembro);
- Apoio na realização da Festa em Honra de Nossa Senhora da Peneda (7 a 9 de setembro);
- Apoio na realização da exposição 'Maria Mondim Pereira', patente na Galeria de Arte Caminhense (7 a 13 de setembro);
- Apoio na realização da exposição '4M – Madalena Macedo, Monteiro da Silva, Mário Rebelo de Sousa e Miranda', patente na Galeria de Arte Caminhense (14 a 27 de setembro);
- Apoio na realização do Krisálida Akolhe (15 de setembro);
- Apoio na apresentação do Plantel Futsal 2018/2019 do Âncora Praia (15 de setembro);
- Apoio na realização do Sunset 'Cool Pool' (16 de setembro).
- Exposição Permanente de Arqueologia (Museu Municipal de Caminha);
- Organização da exposição 'Quase tudo o que sou capaz'. Obras da coleção Serralves patente no Museu Municipal de Caminha (até 07 de outubro);
- Organização das Jornadas Europeias do Património (28, 29 e 30 de setembro);
- Apoio na realização da exposição de pintura 'Célia Rebelo Silva' patente ao público na Galeria de Arte Caminhense (28 de setembro a 04 de outubro);
- Organização do Feirão de Tradições – Os Sabores do Campo (29 de setembro; 06 e 20 de outubro; 03 e 17 de novembro; 01 de dezembro);



- Apoio na realização da peça de teatro 'Comédias da Vida', pela Krisálida – Associação Cultural do Alto Minho (29 de setembro);
- Apoio na realização do Concerto Comemorativo do Dia Mundial da Música (01 de outubro);
- Apoio na realização das sessões de cinema 'Ciclo de Saúde Mental' (04, 12, 19 e 26 de outubro);
- Apoio na realização da exposição de pintura 'João Barros' patente ao público na Galeria de Arte Caminhense (05 a 18 de outubro);
- Apoio na realização da peça de teatro 'A Curva' de Tankred Dorst, pela Krisálida – Associação Cultural do Alto Minho, nas freguesias de Gondar, Riba de Âncora, Lanhelas e Azevedo (12, 19, 20 e 26 de outubro);
- Apoio na realização da peça de teatro 'Divorciadas, evangélicas & vegetarianas', a cargo da Varazim Associação Cultural, no Valadares, Teatro Municipal de Caminha (13 de outubro);
- Apoio na realização da exposição de arte 2018 'ARTE(S) LIONS' patente ao público na Galeria Guntilanis (13 a 17 de outubro);
- Apoio na realização da Feira de Antiguidades e Colecionismo de Caminha (21 de outubro; 18 de novembro);
- Apoio na realização da Feira de Antiguidades e Colecionismo em Vila Praia de Âncora (27 de outubro);
- Apoio na realização da exposição 'Fios de Memória', artesanato em lã, patente no Posto de Turismo de Vila Praia de Âncora (02 a 15 de novembro);
- Organização da exposição de fotografia 'A minha vila em movimento' patente na Biblioteca Municipal de Caminha (02 a 30 de novembro);
- Apoio na realização do Dia da Comunidade Seixense (09 de novembro);
- Apoio na realização da exposição de artesanato 'Márcia Barbosa e Rosa Calisto, patente na Galeria de Arte Caminhense (09 a 22 de novembro);
- Realização do evento 'Do Armistício da Grande Guerra ao Assassinato de Sidónio Pais (11 de novembro a 14 de dezembro);
- Organização da Semana Europeia da Prevenção de Resíduos (11 a 25 de novembro);



RELATÓRIO DE ATIVIDADES

- Apoio na realização do concerto 'Trevor Gordon Hall' no Valadares, Teatro Municipal de Caminha (15 de novembro);
- Apoio na realização da exposição 'Presépios em Serradura de Cortiça', patente no Posto de Turismo de Vila Praia de Âncora (16 a 30 de novembro);
- Apoio na realização da exposição de artesanato 'Joana Rita Nogueira Rodrigues', patente na Galeria de Arte Caminhense (23 a 29 de novembro);
- Apoio na realização do concerto "Vamos dar voz ao silêncio com os CONTRAPONTO" no Valadares, Teatro Municipal de Caminha (25 de novembro);
- Apoio na realização da exposição de artesanato 'Ernestina Lima', patente na Galeria de Arte Caminhense (30 de novembro a 06 de dezembro);
- Apoio na realização da exposição 'Presépios em Serradura de Cortiça', patente no Posto de Turismo de Vila Praia de Âncora (16 a 30 de novembro);
- Apoio na realização da exposição 'Bordados e Rendas, patente no Posto de Turismo de Vila Praia de Âncora (03 a 13 de dezembro);
- Organização da Inauguração da Iluminação de Natal em Caminha e Vila Praia de Âncora (01 de dezembro);
- Organização da Rota da Rabanada (01 a 31 de dezembro);
- Apoio na realização da IV Festa da Marioneta Luso-Galaica (01 e 02 de dezembro);
- Exposição Permanente de Arqueologia (Museu Municipal de Caminha);
- Organização da exposição 'Mostra Bibliográfica Livraria do Coronel Júlio Torres na Biblioteca Municipal de Caminha (até 31 de janeiro);
- Organização da exposição 'De La Lys ao Armistício: os Caminhenses na Grande Guerra' no Museu Municipal de Caminha (até 31 de janeiro);
- Apoio na realização da exposição de pintura 'Licomda Daniela Amorim', patente ao público na Galeria de Arte Caminhense (14 a 27 de dezembro);
- Apoio na realização da exposição 'Bonecas em Pasta de Papel', patente no Posto de Turismo de Vila Praia de Âncora (14 a 31 de dezembro);
- Organização do Feirão de Tradições – Os Sabores do Campo (15 e 22 de dezembro; 12 e 26 de janeiro; 9 de fevereiro);
- Apoio na realização do Concerto de Natal protagonizado Tuna da Academia Sénior de Caminha (15 de dezembro);

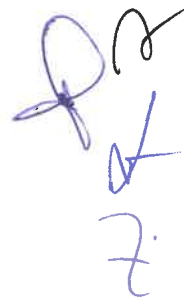


- Apoio na realização da Feira de Antiguidades e Colecionismo de Caminha (16 de dezembro; 20 janeiro);
- Apoio na realização do Concerto de Natal protagonizado pelo Orfeão de Vila Praia de Âncora, na Igreja de São Bento, em Seixas (16 de dezembro);
- Apoio na realização do concerto 'Festada Portuguesa com Orquestra Popular de Sopros de Outeiro', no Valadares, Teatro Municipal de Caminha (21 de dezembro);
- Apoio na realização do Passeio de Pai Natal em Bicicleta (22 de dezembro);
- Apoio na realização do Concerto de Natal protagonizado pela Academia de Música Fernandes Fão, na Igreja Matriz de Caminha (22 de dezembro);
- Apoio na realização do Concerto de Natal protagonizado pelo Orfeão de Vila Praia de Âncora, na Igreja Paroquial de Riba de Âncora (22 de dezembro);
- Apoio na realização do Concerto de Natal protagonizado pelo Orfeão de Vila Praia de Âncora, na Igreja Matriz de Vila Praia de Âncora (23 de dezembro);
- Organização da Festa de Passagem de Ano 'Caminha, onde o Norte passa o ano' com Paulo Baixinho.

[Handwritten signature]
[Handwritten mark]

VOLUME II | RELATÓRIO DE GESTÃO





Índice

1.	INTRODUÇÃO.....	2
2.	ANÁLISE ORÇAMENTAL	2
2.1	- EXECUÇÃO DA RECEITA	2
2.1.1	- RECEITAS CORRENTES.....	2
2.1.2	- RECEITAS CAPITAL	3
2.1.3	- EVOLUÇÃO DA RECEITA.....	4
2.2	- EXECUÇÃO DA DESPESA	5
2.2.1	- DESPESAS CORRENTES.....	6
2.2.2	- DESPESAS DE CAPITAL	6
2.2.3	- EVOLUÇÃO DAS DESPESAS	7
2.2.4	- EXECUÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO	8
2.3	- PRINCIPAIS RÁCIOS/INDICADORES	9
2.4	- DISPOSIÇÕES FINAIS – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL.....	11
3.	ANÁLISE PATRIMONIAL	12
3.1	- BALANÇO.....	12
3.1.1	- ATIVO LÍQUIDO.....	12
3.1.2	- ATIVO BRUTO	15
3.1.3	- AMORTIZAÇÕES /PROVISÕES	15
3.1.4	- FUNDOS PRÓPRIOS.....	16
3.1.5	- PASSIVO.....	17
3.2	DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS.....	18
3.2.1	CUSTOS E PERDAS	19
3.2.2	- PROVEITOS E GANHOS.....	19
3.3	– PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....	20
3.4	– RÁCIOS PATRIMONIAIS.....	20
3.5	– DISPOSIÇÕES FINAIS – EXECUÇÃO PATRIMONIAL	21

1. INTRODUÇÃO

Em cumprimento do regulamentado no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro que aprova o POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das autarquias Locais, o executivo camarário apresenta o presente relatório, referente ao ano de 2018, elaborado em conformidade com o estabelecido no ponto 13 do POCAL, sendo as contas anuais certificadas pela sociedade de Revisores Oficiais de Contas “Carlos Teixeira, Noé Gomes & Associado, SROC, Lda..”

Ao longo deste documento será apresentada uma análise da situação financeira do Município de Caminha à data de 31 de dezembro de 2018, com incidência nas áreas Orçamental, Patrimonial e de Resultados, reportando os níveis de Limite Total da Dívida.

Importa referir que até à aprovação do Orçamento Municipal para o ano de 2018, 26/01/2018, pelo órgão deliberativo, a gestão foi feita através de duodécimos com os valores do Orçamento Municipal para o ano de 2017. Deste modo, nos mapas surgem como dotações iniciais o montante referente ao OM de 2017 e dotações corrigidas com o valor do OM de 2018 acrescido da incorporação do saldo de gerência.

2. ANÁLISE ORÇAMENTAL

2.1 - EXECUÇÃO DA RECEITA

O orçamento inicial da receita para 2018 foi aprovado com uma previsão de € 22 789 956,00, tendo sofrido uma revisão, por via da aprovação do saldo da gerência anterior, passando o seu valor para € 22 927 782,15.

A *receita cobrada líquida* no exercício económico de 2018 fixou-se nos € 17 132 812,24, ficando por arrecadar € 318.470,52, conforme se verifica no mapa *Controlo Orçamental da Receita*, a que corresponde a uma execução de 74,70%.

A diferença entre a receita prevista e a cobrada resulta, essencialmente, da rubrica receitas de capital, dado que a previsão de receitas correntes atingiu cerca de 91% do valor orçado.

A receita cobrada líquida é constituída por **receitas correntes e receitas de capital**.

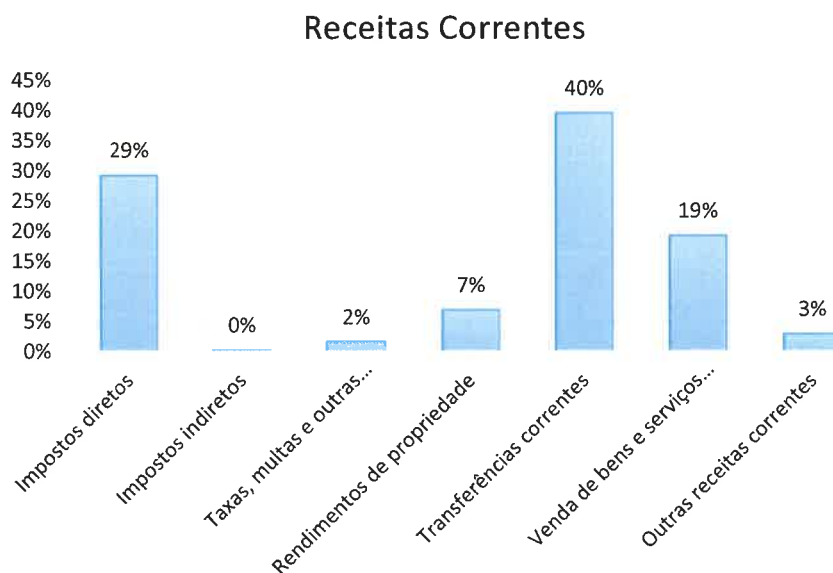
2.1.1 - RECEITAS CORRENTES

A execução das **Receitas Correntes** no final do exercício económico de 2018 foi de € 14 819 876,56 (catorze milhões oitocentos e dezanove mil oitocentos e setenta seis euros e cinquenta seis cêntimos), correspondendo a 86 % do total da receita arrecadada e 91% da previsão efetuada.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

As receitas próprias perfazem 60% da Receita Corrente e os restantes 40% correspondem às transferências do OE.

Sendo o gráfico abaixo elucidativo da tipologia de receitas correntes arrecadadas em 2018 e a sua percentagem.



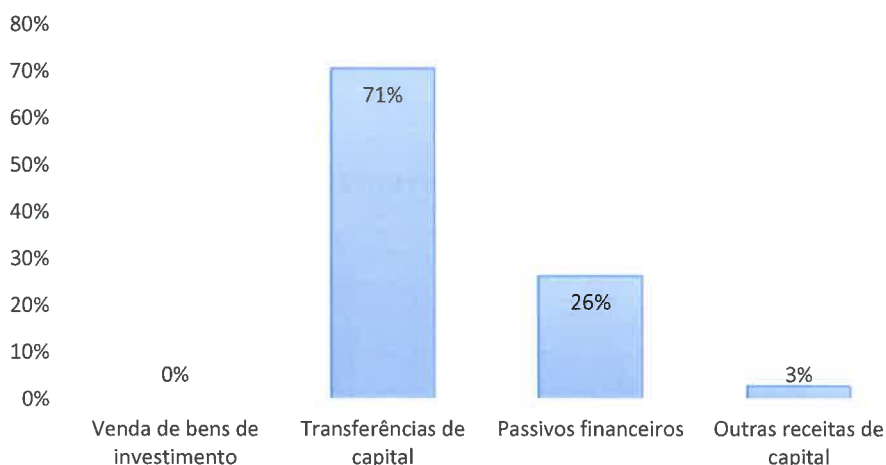
Dentro do universo das *Receitas Correntes*, as receitas com maior significado foram, e tem sido ao longo dos anos, as Transferências Correntes de origem do Estado que representaram 39,61% do total da execução das receitas correntes, seguindo-se os impostos diretos com cerca de 29,32% e em último os Impostos Diretos e Taxas, multas e outras penalidades, representando estas duas fatias perto dos 2%.

2.1.2 - RECEITAS CAPITAL

No final de dezembro de 2018, o montante arrecadado referente a **Receitas de Capital** ascendeu a € 2 175 109,53 (dois milhões cento e setenta e cinco mil cento e nove euros e cinquenta e três cêntimos), representando apenas 33% de execução relativamente ao valor previsto. A não execução e a baixa execução de alguns investimentos cofinanciados durante o ano de 2018 esteve na base desta baixa execução das receitas de capital.

As *Receitas de Capital* correspondem 12,70% do total da receita arrecadada e são constituídas maioritariamente pelas transferências provenientes do Orçamento de Estado que representam 70,75% do total das receitas de capital.

Receitas de Capital



Importa salientar relativamente às receitas de capital que em 2018, o Município recorreu ao crédito de curto prazo, no valor de € 434 500,00 (quatrocentos e trinta e quatro mil e quinhentos euros) para fazer face ao pagamento de despesas processos judiciais e outros processos (processo 14/06.7 TBCMNM denominado por “Dr. Dionísio Marques” no valor de € 200 796,54€ e acordo de compensação pela alteração do destino de parcela de terreno na Quinta da Barrosa no valor de € 50 000,00) e ainda para fazer um adiantamento às freguesias por conta dos acordos de execução celebrados no valor de € 184 500,00.

Para além do crédito de curto prazo também o Município viu aprovado um empréstimo de médio e longo prazo, num montante máximo de € 1 180 630,25 (um milhão cento e oitenta mil seiscentos e trinta euros e vinte e cinco cêntimos), para suportar a despesa não cofinanciada nos investimentos aprovados. Os montantes deste empréstimo são disponibilizados de acordo com a execução dos investimentos tendo sido utilizado em 2018 o montante de € 139 862,71 (cento e trinta e nove mil oitocentos e sessenta e dois euros e setenta e um cêntimos).

2.1.3 - EVOLUÇÃO DA RECEITA

A evolução das receitas correntes e de capital nos últimos 5 anos (figura abaixo), demonstra o maior peso das receitas correntes.

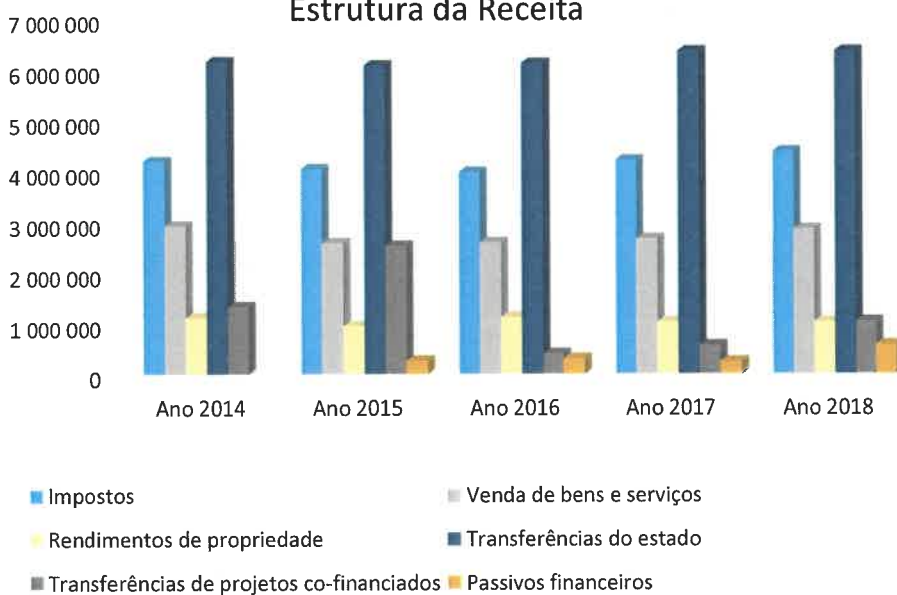
O aumento das receitas correntes deve-se à alteração da repartição dos valores recebidos a título de FEF, que desde o Orçamento de estado para 2013 passaram a representar cerca de 90% desse valor e à crescente diminuição dos valores recebidos oriundos de fundos comunitários que estão também dependentes da execução dos investimentos por parte do município.

Evolução da Receita



Da análise dos diferentes tipos de receitas existentes, constata-se que, ao longo destes cinco anos, as transferências do Estado constituíram a principal fonte de receita do Município (figura abaixo). Sendo notório também o acréscimo dos Passivos Financeiros nesta estrutura.

Estrutura da Receita



2.2 - EXECUÇÃO DA DESPESA

O orçamento inicial da despesa para 2018 foi aprovado com uma previsão de € 22 789 956,00, tendo sofrido uma revisão, por via da incorporação do saldo da gerência anterior, passando o seu valor para € 22 927 782,15.

Do valor orçamentado foram assumidos compromissos no montante de € 21 221 175,56 e pagos € 16 800 452,73 (dezasseis milhões oitocentos mil quatrocentos e cinquenta e dois euros e setenta e três centimos), resultando uma taxa de realização de cerca de 73%.

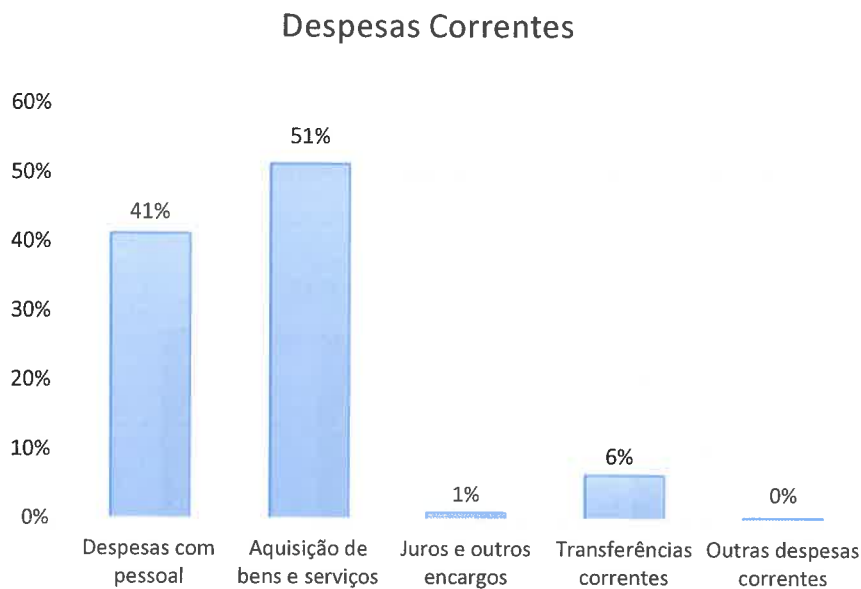
2

RELATÓRIO DE GESTÃO

A execução das *despesas correntes* corresponde a 72% da execução da despesa total e a execução das *despesas de capital* corresponde a 28% a execução total da despesa.

2.2.1 - DESPESAS CORRENTES

Ao longo do ano transato, a despesa que o município realizou com **Despesas Correntes** ascendeu a € 12 073 323,86 (doze milhões e setenta e três mil, trezentos e vinte e três euros e oitenta e seis cêntimos), o que corresponde a uma taxa de execução de 84,36% da despesa verificada no final de dezembro de 2018.



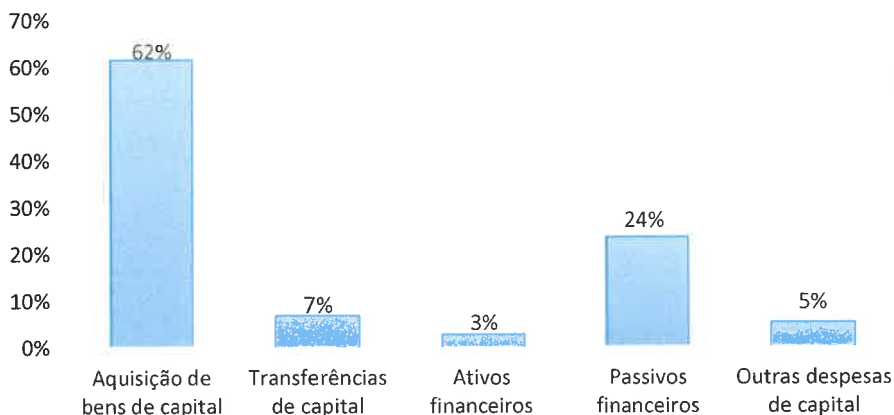
Verifica-se um peso mais significativo nas Aquisições de bens e serviços, cerca de 51%, das Despesas com pessoal, cerca de e 41%.

2.2.2 - DESPESAS DE CAPITAL

No exercício económico de 2018 as **Despesas de Capital** realizadas pelo município fixaram-se nos € 4 727 128,87 (quatro milhões setecentos e vinte e sete mil cento e vinte oito euros e oitenta sete cêntimos), correspondendo a uma execução perante o valor previsto de 55%, e representam 28% da despesa total paga no final de dezembro de 2018. Esta execução de particamente metade do orçamentado está relacionado com a execução dos investimentos cofinanciadas, tendo uma relação direta com a baixa execução das receitas de capital, como vimos anteriormente.

As rubricas com maior peso são as **Aquisições de bens de capital** representando 62% das despesas de capital e os **Passivos financeiros** têm um peso de 24%.

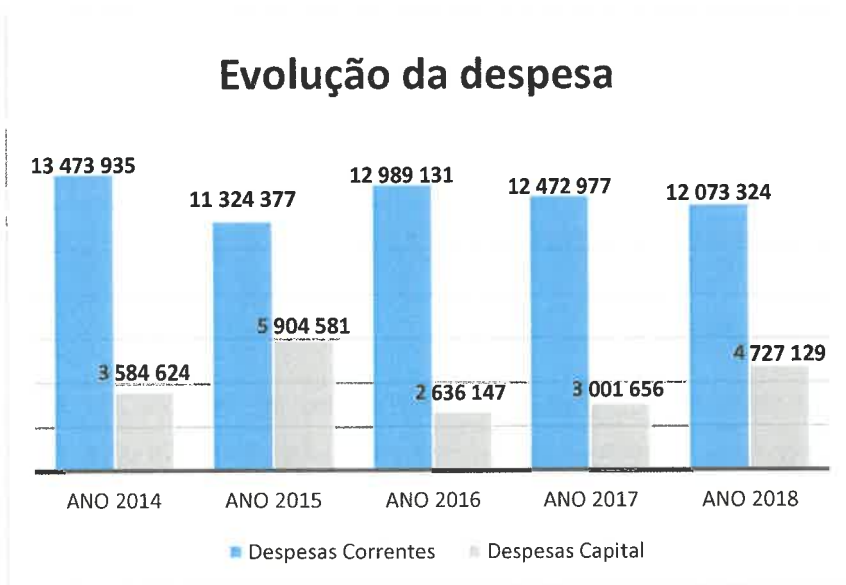
Despesas de Capital



2.2.3 – EVOLUÇÃO DAS DESPESAS

Verifica-se que as despesas correntes foram sempre ao longo de cinco anos predominantes, tendo-se em 2015 verificado um decréscimo e um aumento das despesas de capital muito por via do fecho do quadro comunitário anterior.

Em 2018 assistimos a um novo aumento das despesas de capital face aos dois anos anteriores.

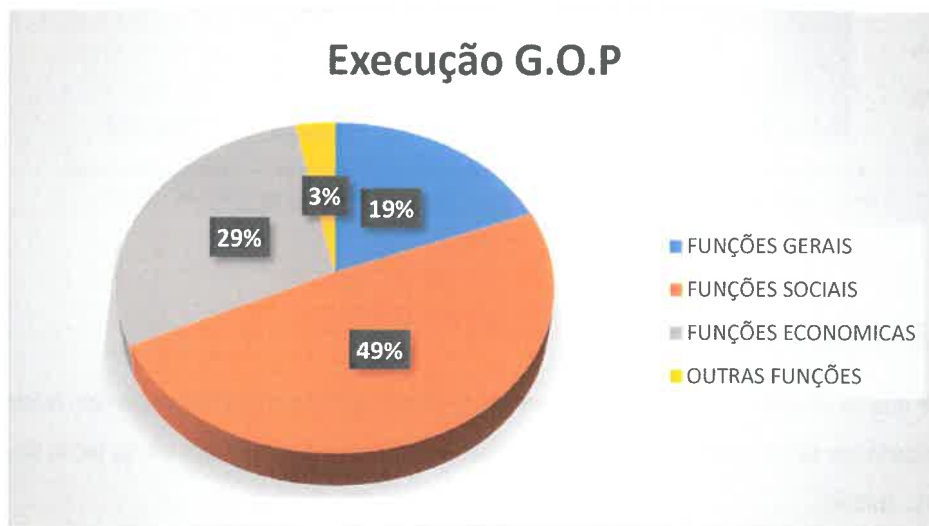


R.

2.2.4 - EXECUÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO

As Grandes Opções do Plano foram aprovadas com o valor de € 7 885 128,00, tendo sofrido uma revisão, passando para € 8 160 624,94. Do valor previsto foram executados € 3 854 273,01 representando uma taxa de execução de 47,23%.

Vejam as despesas divididas por funções.



Analisando o gráfico acima percebemos que as Funções Sociais, assim como aconteceu no ano de 2017, são as que representam uma maior fatia, subdividindo-se nas seguintes áreas:

EDUCAÇÃO

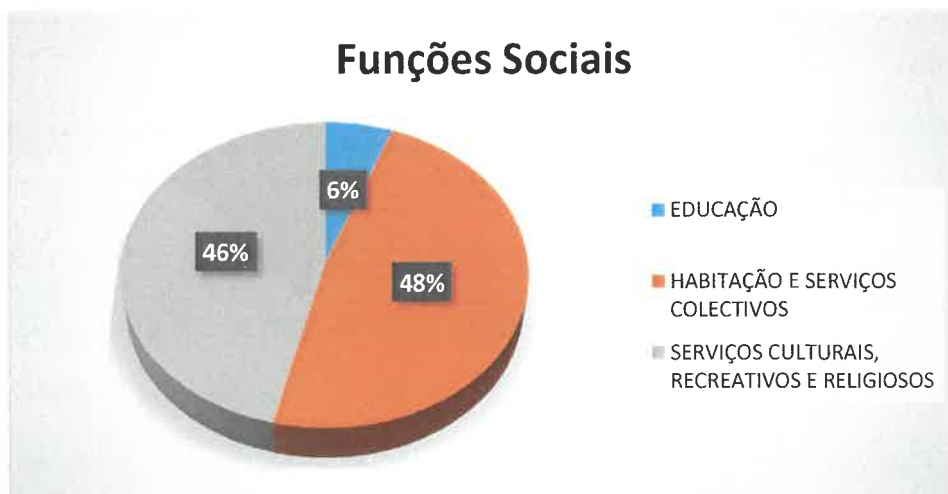
Na **Educação**, foram investidos 6% da execução obtida nas funções sociais.

HABITAÇÃO E SERVIÇOS COLETIVOS

Os investimentos realizados em despesas de **Ordenamento do Território**, de **Saneamento**, de **Abastecimento de Água, Resíduos Sólidos e Proteção do Ambiente e Conservação da Natureza** corresponderam a 48% das despesas pagas neste capítulo, devendo-se a maior parte do investimento nas infraestruturas de saneamento, nomeadamente nas empreitadas em Vilar de Mouros, Âncora (lugares Aspra, Viso e Currais e Igreja) e Argela.

SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS

O investimento efetuado na **Cultura, Desporto, Recreio e Lazer** correspondeu a 46% do total investido em despesas inseridas nas funções sociais.



2.3 - PRINCIPAIS RÁCIOS/INDICADORES

RECEITA

	Ano 2018	Ano 2017	Ano 2016	Ano 2015	Ano 2014	obs:
<i>Impostos diretos/Receitas correntes</i>	29%	29%	27%	29%	28%	1
<i>Transferências correntes/Receitas correntes</i>	40%	41%	39%	41%	40%	2
<i>Venda de bens e serviços/Receitas correntes</i>	19%	19%	18%	19%	20%	3
<i>Receitas correntes/Receitas totais</i>	86%	91%	91%	80%	84%	4
<i>Receitas capital/Receitas totais</i>	13%	9%	9%	19%	11%	5

OBS.:

- 1- Mede o peso da receita obtida com a cobrança dos Impostos Diretos sobre a execução da Receita Corrente;
- 2- Mede o peso da receita proveniente de Transferências Correntes sobre a execução da Receita Corrente;
- 3- Mede o peso da receita obtida com a Venda de Bens e Serviços correntes sobre a execução da Receita Corrente;
- 4- Mede o peso das receitas correntes sobre a execução da Receita Total;
- 5- Mede o peso das receitas capital sobre a execução da Receita Total.

RELATÓRIO DE GESTÃO

DESPESA

	Ano 2018	Ano 2017	Ano 2016	Ano 2015	Ano 2014	obs:
<i>Despesas pessoal/Despesas correntes</i>	41%	40%	39%	45%	40%	1
<i>Aquisição de bens e serviços/Despesas correntes</i>	51%	53%	52%	45%	52%	2
<i>Aquisição de bens de capital/Despesa total</i>	17%	8%	7%	27%	14%	3
<i>Despesas correntes/Despesa total</i>	72%	81%	83%	66%	79%	4
<i>Despesas capital/Despesa total</i>	28%	19%	17%	34%	21%	5

Obs.:

- 1- Mede o peso da despesa paga com Despesas com o Pessoal sobre a execução da Despesa Corrente;
- 2- Mede o peso da despesa paga com Aquisição de Bens e Serviços Correntes sobre a execução da Despesa Corrente;
- 3- Mede o peso da despesa paga com a Aquisição de Bens de Capital – Investimento - sobre a execução da Despesa Total;
- 4- Mede o peso da despesa paga com Despesas Correntes sobre a execução da Despesa Total;
- 5- Mede o peso da despesa paga com Despesas de Capital sobre a execução da Despesa Total.

RÁCIOS DE GESTÃO

	Ano 2018	Ano 2017	Ano 2016	Ano 2015	Ano 2014	obs:
<i>Despesas pessoal/Receitas correntes</i>	34%	35%	35%	37%	37%	1
<i>Aquisição de bens de capital-investimentos/Receitas totais</i>	17%	7%	7%	27%	14%	2
<i>Receitas correntes/Despesas correntes</i>	123%	114%	111%	122%	107%	3

Obs.:



- 1- Mede o peso da despesa paga com Despesas com o Pessoal em função da Receita Corrente obtida;
- 2- Mede o peso da despesa paga com Aquisição de Bens de Capital – Investimento em função do total das receitas arrecadadas;
- 3- Mede o peso das Receitas Correntes sobre a execução da Despesa Corrente.

2.4 - DISPOSIÇÕES FINAIS – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

SALDO PARA A GERÊNCIA SEGUINTE

O saldo para a gerência seguinte de execução orçamental é € 332.359,51 (trezentos e trinta e dois mil trezentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e um cêntimos).

LEI Nº 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO

Verifica-se, na execução orçamental de 2018, o cumprimento do o estabelecido no artigo 40º da Lei nº 73/2013 de 3 de setembro.

COMPROMISSOS PLURIANUAIS A 31/12/2018

Exercício N+1 € 4 616 314,98 (quatro milhões seiscentos e dezasseis mil trezentos e catorze euros e noventa oito cêntimos),

Exercício N+2 € 3 050 829,41 (três milhões e cinquenta mil oitocentos e vinte e nove euros e quarenta um cêntimo),

Exercício N+3 € 3 447 054,96 (três milhões quatrocentos e quarenta e sete mil e cinquenta quatro euros e noventa e seis cêntimos),

Exercícios seguintes € 13 135 855,56 (treze milhões cento e trinta e cinco mil oitocentos e cinquenta e cinco euros e cinquenta e seis cêntimos).

3. ANÁLISE PATRIMONIAL

3.1 - BALANÇO

O **Balanço** reflete a situação financeira e patrimonial da autarquia verificada a 31 de dezembro de 2018.

Compara-se o ativo com o passivo para apurar o valor e natureza dos fundos próprios.

Abaixo segue a evolução nos últimos 5 anos, tendo-se verificado uma diminuição do ativo e fundos próprios face ao ano anterior (2017).

	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018
Ativo	63 342 823	65 517 257	60 714 066	60 545 254	58 548 814
Passivo	38 116 416	41 908 964	39 672 010	41 750 644	41 389 511
Fundos Próprios	25 226 407	23 608 293	21 042 056	18 703 610	17 159 303

3.1.1 - ATIVO LÍQUIDO

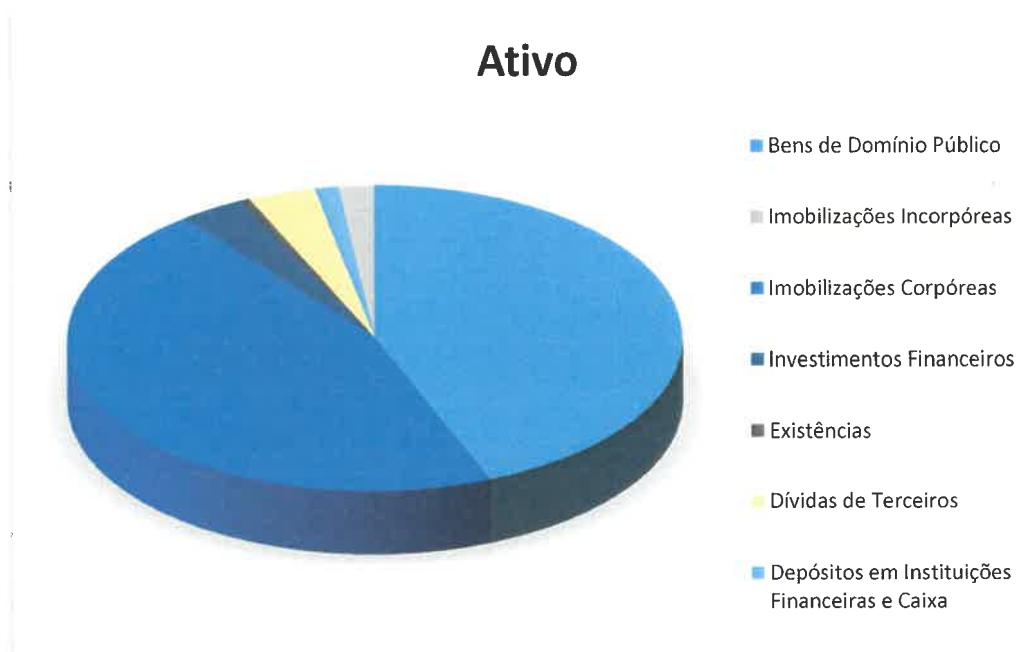
O **Ativo Líquido** da autarquia no final de dezembro de 2018 fixou-se nos € 58 548 814 (cinquenta e oito milhões quinhentos e quarenta e oito mil oitocentos e catorze euros).

A estrutura do **Ativo** é composta pelo **Ativo Imobilizado** (bens de domínio público, imobilizações incorpóreas, imobilizações corpóreas, investimentos financeiros) e **Ativo Circulante** (existências, dívidas de terceiros, títulos negociáveis, depósitos em instituições financeiras e caixa e acréscimos e diferimentos).

De relevar que na sua composição, se observa a ausência de títulos negociáveis.

	Dez./2017	Dez./2018
ATIVO LÍQUIDO	60 545 254	58 548 814
Ativo Imobilizado	56 102 347	54 713 178
<i>Bens de Domínio Público</i>	26 454 434	25 557 026
<i>Imobilizações Incorpóreas</i>	24 737	137 102
<i>Imobilizações Corpóreas</i>	27 534 009	27 221 399
<i>Investimentos Financeiros</i>	2 089 167	1 797 650
Ativo Circulante	4 351 907	3 835 636
<i>Existências</i>	291 444	274 907
<i>Dívidas de Terceiros</i>	2 123 433	1 728 989
<i>Depósitos em Instituições Financeiras e Caixa</i>	829 908	1 038 957
<i>Acréscimos e Diferimentos</i>	1 107 122	792 783

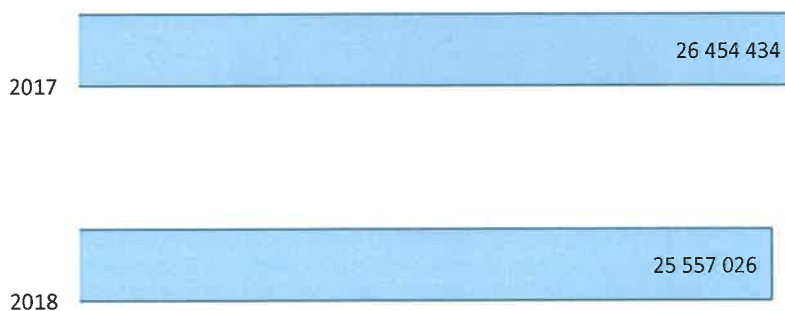
A
 [Handwritten signature]
 Z



A estrutura do **Ativo Líquido** demonstra uma predominância do *Ativo Fixo ou Imobilizado* o qual representa cerca de 94% do total do ativo.

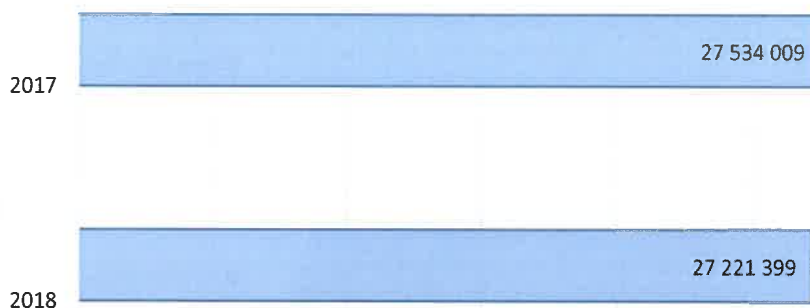
Os **Bens de Domínio Público** da autarquia representam 47% do total do ativo fixo ou ativo imobilizado, valores muito idênticos aos do ano anterior.

Bens de domínio público



As **Imobilizações Corpóreas** representam 44% do total do ativo fixo ou ativo imobilizado e face ao ano anterior verificou-se uma diminuição de € 312 610.

Imobilizações corpóreas

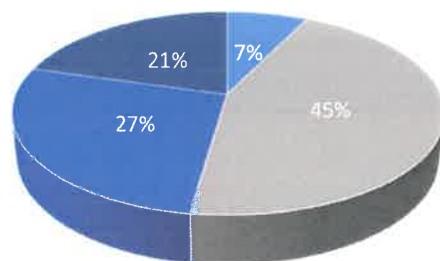


As **Imobilizações Incorpóreas** e os **Investimentos Financeiros** têm uma representatividade muito baixa no valor total do Ativo Imobilizado.

O **Ativo Circulante** do município representa 6% do total do ativo.

No final de dezembro de 2018 o valor do ativo circulante fixou-se nos € 3 835 636 (três milhões oitocentos e trinta cinco mil seiscentos e trinta seis euros), valor inferior ao verificado na execução do exercício anterior.

Ativo circulante



- Existências
- Dívidas de Terceiros
- Depósitos em Instituições Financeiras e Caixa
- Acréscimos e Diferimentos

As **Existências** representam 7% do ativo circulante. No final de dezembro de 2018, o valor de encerramento € 274 907,11 (duzentos e setenta e quatro mil novecentos e sete euros e onze cêntimos)

corresponde essencialmente as matérias primas afetas a trabalhos desenvolvidos por administração direta e a algum material de consumo corrente.

As **Dívidas de Terceiros** ao município representam 45% do ativo circulante.

Os **Depósitos em Instituições Financeiras e Caixa** registados no final do exercício económico de 2018 representaram 27% do ativo circulante, face à execução de 2017 verificou-se um aumento deste valor.

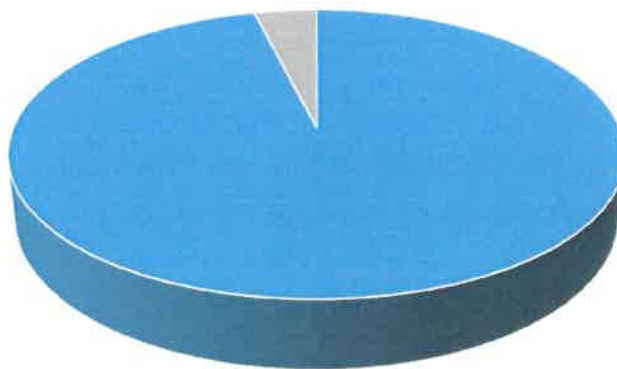
Os **Acréscimos e Deferimentos** apurados corresponderam a 21% do ativo circulante.

3.1.2 - ATIVO BRUTO

O **Ativo Bruto** do município no final do ano de 2018 fixou-se nos € 102 839 244,63 (cento e dois milhões oitocentos e trinta e nove mil, duzentos e quarenta quatro euros e sessenta e três cêntimos), valor superior ao apurado no exercício económico do ano anterior.

É constituído por *Ativos Fixos* e *Ativos Circulantes*. No final de dezembro de 2018, o valor apurado em ativos fixos ou imobilizados foi de € 98 881 884 (noventa e oito milhões oitocentos e oitenta e um mil e oitocentos e oitenta quatro euros), o qual representa 96% do total do ativo bruto.

Ativo bruto



■ Ativo fixo ■ Ativo circulante

3.1.3 - AMORTIZAÇÕES /PROVISÕES

As **Amortizações Acumuladas** apuradas no exercício em análise ascenderam a € 44 290 430,68 (quarenta quatro milhões duzentos e noventa mil quatrocentos e trinta euros e sessenta e oito cêntimos).

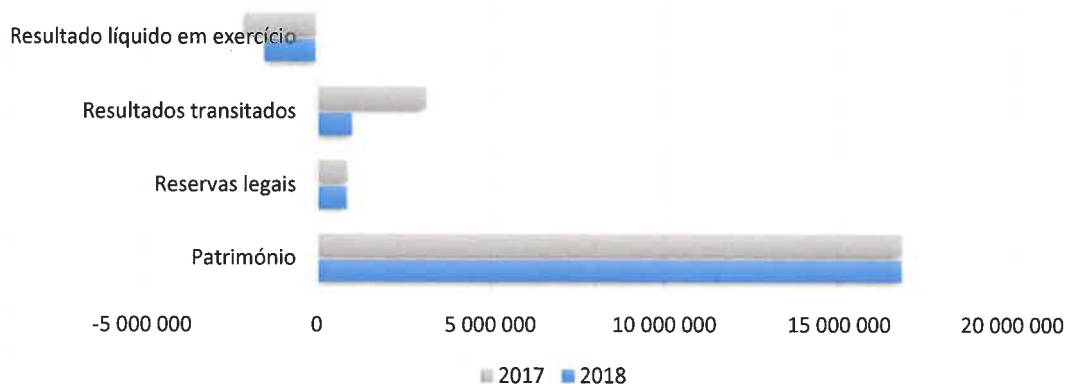
O total de **Provisões** registado no final de dezembro de 2018 foi € 121 725,05 (cento e vinte e um mil setecentos e vinte e cinco euros e cinco cêntimos).

3.1.4 - FUNDOS PRÓPRIOS

Os **Fundos Próprios** da autarquia totalizaram no final de dezembro de 2018 o montante de € 17 159 303,45 (dezassete milhões, cento e cinquenta nove mil trezentos e três euros e quarenta e cinco cêntimos).

A estrutura dos **Fundos Próprios** do município assenta no *Património, nas Reservas Legais, nos Resultados Transitados e no Resultado Líquido do Exercício*.

Fundos próprios



O valor registado na conta **51 - Património** no final de dezembro de 2018 correspondeu a 98% dos fundos próprios da autarquia, não sendo alvo de qualquer aumento ou diminuição face ao valor verificado no final de 2017.

O valor das **Reservas Legais** também não sofreu qualquer alteração face à execução de 2017, correspondendo a 5% do valor dos fundos próprios verificado no final do exercício económico de 2018.

O peso dos **Resultados Transitados** nos fundos próprios da autarquia foi de 6%.

O **Resultado Líquido do Exercício** obtido no final de dezembro de 2018 foi de - € 1 516 771,44 (um milhão quinhentos e dezasseis mil setecentos setenta e um euros e quarenta quatro cêntimos).

3.1.5 - PASSIVO

O **Passivo** da autarquia, no final de dezembro de 2018, atingiu os € 41 389 510,50 (quarenta e um milhões trezentos e oitenta nove mil quinhentos dez euros e cinquenta cêntimos), valor inferior em cerca de 1% face ao verificado no final de 2017.

O **Passivo** é constituído pelas *Provisões para Riscos e Encargos*, pelas *Dívidas a Terceiros de Curto e Médio e Longo prazos* e pelos *Acréscimos e Diferimentos*.

Analisando a sua estrutura verificou-se que as *Provisões para Riscos e Encargos* não têm representatividade no total do Passivo, as *Dívidas a Terceiros de Médio e Longo Prazos* representam 27%, as *Dívidas a Terceiros de Curto Prazo* 28% e os *Acréscimos e Diferimentos* 45%.



As **Dívidas a Terceiros de Médio e Longo Prazo** totalizaram no final de dezembro € 11 154 785,43 (onze milhões cento e cinquenta e quatro mil setecentos e oitenta e cinco euros e quarenta três cêntimos).

Correspondem às dívidas à banca de médio e longo prazo, aos acordos de pagamento celebrados com os fornecedores da autarquia e ao registo do Fundo de Apoio Municipal. Relativamente aos acordos de pagamento celebrados com as Águas do Norte em 2015 e 2017 o valor diminuiu, devendo-se em parte à correção efetuada na contabilização de juros não vencidos, uma vez que o valor não deveria constar no passivo na autarquia e por conseguinte da dívida total do Município.

Analisando a sua estrutura, concluímos que 35% são dívidas à banca, 34,4% correspondem a acordos de pagamento celebrados com fornecedores, 30,4% à dívida à Caminhaequi e os restantes 0,2% ao Fundo de Apoio Municipal.

RELATÓRIO DE GESTÃO

Face a 2017, verificou-se uma diminuição das **Dívidas a Terceiros de Médio e Longo Prazos** por força à redução progressiva das contribuições para o Fundo de Apoio Municipal, de acordo com o artigo 303.º da Lei do Orçamento do Estado para 2018.

As **Dívidas a Terceiros de Curto Prazo**, no final de dezembro de 2018, totalizam € 11 486 488,81 (onze milhões quatrocentos oitenta seis mil quatrocentos e oitenta oito euros e oitenta e um cêntimos). Correspondem essencialmente às dívidas de curto prazo à *Banca*, a *Fornecedores*, acordo de pagamento celebrado, ao *Estado* e a *Outros Credores*.

Os **Acréscimos e Diferimentos** apurados no final de dezembro de 2018 fixaram-se nos € 18 748 236,26 (dezoito milhões setecentos e quarenta e oito mil duzentos e trinta e seis euros e vinte seis cêntimos). São constituídos por **Acréscimos de Custos** e por **Proveitos Diferidos**.

Os **Acréscimos de Custos** apurados no final de dezembro de 2018 totalizaram € 1 335 659,40 (um milhão trezentos e trinta e cinco mil seiscentos e cinquenta e nove euros e quarenta cêntimos) e representam 7% do total verificado de *Acréscimos e Diferimentos*. Correspondem à especialização de diversos custos cuja a sua contabilização não aconteceu no ano económico de 2018.

Os **Proveitos Diferidos** verificados em 2018 ascenderam € 17 412 576,86 (dezassete milhões quatrocentos e doze mil quinhentos e setenta seis euros e oitenta e seis cêntimos), representam 93% do total obtido no final de dezembro de 2018 em *Acréscimos e Diferimentos*. Este montante refere-se à totalidade dos financiamentos recebidos pela autarquia, com os devidos diferimentos, até ao final de dezembro de 2018, cujo o proveito só será reconhecido em anos futuros à medida da amortização dos investimentos financiados.

3.2 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

O **Resultado líquido do exercício** de 2018 foi negativo em € 1 516 771,44 (um milhão quinhentos e dezasseis mil setecentos e setenta e um euros e quarenta e quatro cêntimos). Na origem deste resultado estão, como nos anos anteriores, os elevados custos de funcionamento da autarquia.

Em relação ao ano de 2017 registou-se um decréscimo na ordem dos € 570 mil euros, resultante de um aumento dos proveitos de € 214 mil euros e uma diminuição dos custos na ordem dos € 356 mil euros.

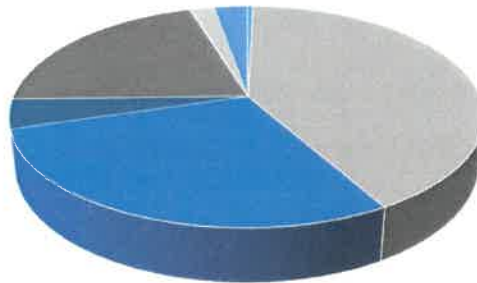
Importa referir que o indicador financeiro EBITDA, que analisa o resultado das atividades da entidade, é positivo em € 1 513 332,15 (um milhão quinhentos e treze mil e trinta e dois euros e quinze cêntimos).

3.2.1 CUSTOS E PERDAS

Ao contrário de igual período do ano de 2017, em que os custos e perdas registaram um aumento de € 1 455 452,80, no ano de 2018 houve uma diminuição de € 356 649,84, influenciada, essencialmente, pela diminuição dos custos financeiros (diminuição das transferências de capital) e extraordinários (reclassificação de movimentos relacionados com a Caminhaequei).

Nestes custos as principais rúbricas com fluxos financeiros são: *fornecimentos e serviços externos* – registando um aumento de cerca de 0,7% face a 2017, *custos com pessoal* uma diminuição na ordem dos 1,5% e *transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais* um aumento de aproximadamente 4,5%.

Estrutura de custos e perdas



- CMVMC
- Custos com pessoal
- Amortizações do exercício
- Outros custos operacionais
- Custos e perdas extraordinários
- FSE
- Transferências e subs. Correntes e prestações sociais
- Provisões do exercício
- Custos e perdas financeiras

3.2.2 - PROVEITOS E GANHOS

Confirmando a tendência dos últimos exercícios, os proveitos vêm aumentando, cifrando-se no ano de 2018 em € 16 418 511,66, mais € 213 669,62 que em 2017.

O peso das rúbricas dos proveitos não difere de exercícios económicos anteriores, isto é, a ordem de grandeza mantem-se com as “Transferências e subsídios obtidos” (39,37%), “Impostos e taxas” (28,44%) e “Prestações de serviços” (21,23%).

A

Estrutura dos proveitos e ganhos



3.3 – PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Conforme disposto no ponto 2.7.3.1. do POCAL, a aplicação do **Resultado Líquido do Exercício** é aprovada pelo órgão deliberativo mediante proposta fundamentada do órgão executivo.

Face ao exposto, propõe-se:

- Que o **Resultado Líquido do Exercício** seja transferido para a conta 59 – Resultados Transitados.

O **Resultado Líquido do Exercício** de 2018 apurado, através da prestação de contas, foi **negativo em € 1 516 771,44.**

3.4 – RÁCIOS PATRIMONIAIS

RÁCIOS DE AUTONOMIA FINANCEIRA

Fundos próprios	41%	Mede a autonomia financeira da autarquia - quando inferior a 50%, a entidade está dependente dos credores
Passivo		
Fundos próprios	29%	Mede a solvabilidade do município através da proporção dos ativos que são financiados com capitais próprios
Ativo líquido		

RÁCIOS DE LIQUIDEZ

Ativo circulante	28%	Mede o grau em que as dívidas de curto prazo estão cobertas pelo ativo circulante
Passivo circulante		
Disponibilidades	10%	Mede o grau de cobertura do passivo circulante por disponibilidades
Passivo circulante		

RÁCIOS DE ENDIVIDAMENTO

Dívidas a curto, médio e longo prazo	39%	Mede o grau de utilização de capitais alheios para o financiamento das atividades
Fundos próprios + Passivo		
Dívidas a terceiros de curto prazo	20%	Mede o peso das dívidas de curto prazo no total do passivo
Fundos próprios + Passivo		

3.5 – DISPOSIÇÕES FINAIS – EXECUÇÃO PATRIMONIAL

LIMITE DA DÍVIDA TOTAL

Para o ano de 2018, o **Limite da Dívida Total**, apurado nos termos do n.º 1 do artigo 52.º da Lei 73/2013 de 3 de setembro, com as devidas alterações, é de € 21 207 294 (vinte e um milhões duzentos e sete mil e duzentos e noventa e quatro euros).

No final de 2018, o valor apurado correspondente à dívida total ascendeu a € 21 859 906,29 (vinte e um milhões oitocentos e cinquenta e nove mil novecentos e seis euros e vinte e nove cêntimos). Deste modo, no ano de 2018, o Município não cumpriu com o limite previsto no n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, excedendo em € 652 612,29 o referido limite.

PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS

O **Prazo Médio de Pagamentos** apurado no final de dezembro de 2018 era de 269 dias, de acordo com a ficha do município emitida pela DGAL em 22/02/2019.

4 DE ABRIL DE 2019

Handwritten signature and initials in blue ink.

VOLUME III | CONTAS





Índice

1 – BALANÇO - CÓDIGO POCAL 5	1
2 – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS - CÓDIGO POCAL 6	2
3 – MAPAS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL - CÓDIGO POCAL 7	3
PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS – CÓDIGO POCAL 7.1	4
RESUMO DO ORÇAMENTO E ORÇAMENTO – CÓDIGO POCAL 7.2	5
RESUMO DO ORÇAMENTO	5
ORÇAMENTO	5
CONTROLO ORÇAMENTAL DA DESPESA – CÓDIGO POCAL 7.3.1	6
CONTROLO ORÇAMENTAL DA DESPESA	6
CONTROLO ORÇAMENTAL DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA	6
CONTROLO ORÇAMENTAL DA RECEITA – CÓDIGO POCAL 7.3.2	7
EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS – CÓDIGO POCAL 7.4	8
RESUMO DA EXECUÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO	9
EXECUÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO	10
FLUXOS DE CAIXA E CONTAS DE ORDEM – CÓDIGO POCAL 7.5	11
RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA E CONTAS DE ORDEM	11
FLUXOS DE CAIXA	11
MAPA DE CONTAS DE ORDEM	11
OPERAÇÕES DE TESOURARIA – CÓDIGO POCAL 7.6	12

R

CONTAS

1. BALANÇO – CÓDIGO POCAL 5

DOCUMENTO CONSTITUÍDO POR 4 PÁGINAS – NUMERADAS DE 1 A 4

CÓDIGO DAS CONTAS	ATIVO	EXERCÍCIOS			
		N			N - 1
		AB	A/P	AL	AL
	Imobilizado:				
	Bens de domínio público				
451	Terrenos e recursos naturais	110.979,56		110.979,56	110.979,56
452	Edifícios	4.246.731,91	643.563,75	3.603.168,16	3.657.625,09
453	Outras construções e infra-estruturas	38.640.173,78	19.342.445,31	19.297.728,47	20.973.625,26
455	Bens do patrimônio histórico, artístico e cultural	604.378,90	22.796,35	581.582,55	591.556,83
459	Outros bens de domínio público	247.800,28	201.780,32	46.019,96	55.012,04
445	Imobilizações em curso	1.917.547,55		1.917.547,55	1.065.635,00
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público				
		45.767.611,98	20.210.585,73	25.557.026,25	26.454.433,78
	Imobilizações incorpóreas				
	Despesas de instalação				
431	Despesas de investigação e de desenvolvimento				
432	Propriedade industrial e outros direitos				
433	Imobilizações em curso	137.101,95		137.101,95	24.736,53
443	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas				
449		137.101,95		137.101,95	24.736,53
	Imobilizações corpóreas				
	Terrenos e recursos naturais				
421	Edifícios e outras construções	4.572.242,37		4.572.242,37	4.572.242,37
422	Equipamento básico	28.135.488,26	10.709.736,90	17.425.751,36	18.699.706,10
423	Equipamento de transporte	10.836.481,43	7.958.559,31	2.877.922,12	2.963.419,44
424	Ferramentas e utensílios	2.416.716,51	1.994.095,82	422.620,69	449.367,09
425	Equipamento administrativo	203.251,96	185.043,23	18.208,73	23.826,53
426	Taras e vasilhame	3.264.072,35	2.969.029,97	295.042,38	395.397,72
427	Outras imobilizações corpóreas	186.578,43	141.654,67	44.923,76	50.410,53
429	Imobilizações em curso	1.564.687,88		1.564.687,88	379.639,34
442	Adiantamento por conta de imobilizações corpóreas				
448		51.179.519,19	23.958.119,90	27.221.399,29	27.534.009,12
	Investimentos financeiros				
	Partes de capital				
411	Obrigações e títulos de participação	1.295.389,50		1.295.389,50	1.295.389,50
412	Investimentos em imóveis	482.071,50		482.071,50	749.887,68
414	Outras aplicações financeiras				
415	Imobilizações em curso	20.189,43		20.189,43	43.890,03
441	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros				
447		1.797.650,43		1.797.650,43	2.089.167,21
	Circulante:				
	Existências:				
	Matérias Primas, subsidiárias e de consumo				
36	Produtos e trabalhos em curso	274.907,11		274.907,11	291.443,74
35	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos				
34	Produtos acabados e intermédios				
33	Mercadorias				
32	Adiantamentos por conta de compras				
37		274.907,11		274.907,11	291.443,74

BALANÇO

ANO 2018

ENTIDADE

CMC

MUNICIPIO DE CAMINHA

2018/01/01 a 2018/12/31

PAG. 2

CÓDIGO DAS CONTAS	ACTIVO	EXERCÍCIOS			
		N			N - 1
		AB	A/P	AL	AL
	Dívidas de terceiros - Medio e longo prazos: (a)				
282	Empréstimos concedidos de m/l prazo				
	Dívidas de terceiros - Curto prazo:				
28	Empréstimos concedidos				
211	Clientes c/c				
212	Contribuintes c/c	4.873,94		4.873,94	3.772,54
213	Utentes c/c	224.495,31		224.495,31	303.529,54
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	126.343,99	121.725,05	4.618,94	3.209,03
251	Devedores pela execução do orçamento				
229	Adiantamentos a fornecedores	153.750,00		153.750,00	153.750,00
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado				
24	Estado e outros entes públicos	23.173,62		23.173,62	138.145,65
264	Administração autárquica				
262+263+267+268	Outros devedores	1.318.076,82		1.318.076,82	1.521.026,37
		1.850.713,68	121.725,05	1.728.988,63	2.123.433,13
	Títulos negociáveis:				
151	Acções				
152	Obrigações e títulos de participação				
153	Títulos de dívida pública				
159	Outros títulos				
18	Outras aplicações de tesouraria				
	Depósitos em instituições financeiras e Caixa:				
12	Depósitos em instituições financeiras	1.035.412,66		1.035.412,66	827.062,02
11	Caixa	3.544,82		3.544,82	2.846,37
		1.038.957,48		1.038.957,48	829.908,39
	Acréscimos e diferimentos:				
271	Acréscimos de proveitos	785.300,96		785.300,96	567.916,77
272	Custos diferidos	7.481,85		7.481,85	539.204,89
		792.782,81		792.782,81	1.107.121,66
	Total de amortizações		44.168.705,63		
	Total de provisões.....		121.725,05		
	Total do activo	102.839.244,63	44.290.430,68	58.548.813,95	60.454.253,56

CÓDIGO DAS CONTAS	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	EXERCÍCIOS	
		N	N - 1
51	Fundos próprios:		
	Património	16.820.206,41	16.820.206,41
55	Ajustamento de partes de capital em empresas		
56	Reservas de reavaliação		
	Reservas:		
571	Reservas legais	848.751,84	848.751,84
572	Reservas estatutárias		
573	Reservas contratuais		
574	Reservas livres		
575	Subsídios		
576	Doações		
577	Reservas decorrentes de transferências de activos		
59	Resultados transitados	1.007.116,64	3.121.742,33
88	Resultado líquido em exercício	-1.516.771,44	-2.087.090,90
		17.159.303,45	18.703.609,68
	Passivo:		
292	Provisões para riscos e encargos		
	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazos (a)		
2312	Empréstimo de Medio e Longo Prazo	3.899.006,27	4.329.748,18
223002	Acordos de Pagamento - AML		
225	FORNECEDORES C/CORRENTE-COM FACTORING		
26887	Credores diversos - MLP	26.781,75	321.379,68
223004	Acordos de Pagamento - AN		
26152	CaminhaEqui - Médio Longo prazo	3.390.927,17	3.652.960,73
223006	Acordo de Pagamento - AN	3.838.070,24	5.754.255,60
223008	Acordo de Pagamento - Suma		
		11.154.785,43	14.058.344,19
	Dívidas a terceiros - Curto Prazo		
2311	Empréstimos de Curto Prazo	569.126,79	676.261,44
269	Adiantamentos por conta de vendas	24.808,83	50.509,43
22	Fornecedores c/c		
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	1.068.590,05	159.783,31
252	Credores pela execução do orçamento		
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		
261	Fornecedores de imobilizado c/c	1.797.582,23	1.915.669,22
24	Estado e outros entes públicos	422.132,75	508.306,91
264	Administração autárquica		
262+263+267+268	Outros credores	353.749,25	697.561,33
217	Clientes e utentes c/cauções	381.076,27	384.664,83
223003	Acordos de Pagamento - AN		
223005	Acordo de Pagamento - AN	2.648.385,78	1.725.000,94
223007	Acordo de Pagamento - Suma		
		7.265.451,95	6.117.757,41
221	Fornecedores conta corrente	4.221.036,86	2.282.559,98
222	Fornecedores conta corrente		
223001	Acordos de Pagamento - AML		
224	Fornecedores - Facturas em apreciação		
225	FORNECEDORES C/CORRENTE-COM FACTORING		
		4.221.036,86	2.282.559,98

BALANÇO

ANO 2018

ENTIDADE

CMC

MUNICIPIO DE CAMINHA

2018/01/01 a 2018/12/31

PAG. 4

CÓDIGO DAS CONTAS	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	EXERCÍCIOS	
		N	N - 1
273	Acréscimos e diferimentos:		
274	Acréscimos de custos	1.335.659,40	1.664.779,05
	Proveitos diferidos	17.412.576,86	17.627.203,25
		18.748.236,26	19.291.982,30
	Total do passivo	41.389.510,50	41.750.643,88
	Total dos fundos próprios e do passivo	58.548.813,95	60.454.253,56

ORGÃO EXECUTIVO

Em ___ de ___ de ___

ORGÃO DELIBERATIVO

Em ___ de ___ de ___

PK
7'

2. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS – CÓDIGO POCAL 6

DOCUMENTO CONSTITUÍDO POR 1 PÁGINA NUMERADA

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

ANO 2018

ENTIDADE

CMC

-

MUNICÍPIO DE CAMINHA

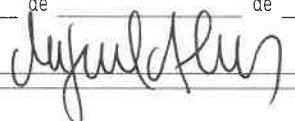
2018/01/01 a 2018/12/31

PÁG. 1

Código de Contas		Exercício			
		N		N - 1	
61	Custos e perdas				
	Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:				
	Mercadorias				
	Matérias	80.290,78	80.290,78	95.999,51	95.999,51
62	Fornecimentos e serviços externos:		7.420.184,23		7.363.455,93
	Custos com o pessoal:				
641+642	Remunerações	3.996.533,11		3.953.127,35	
643 a 648	Encargos sociais	1.135.381,80	5.131.914,91	1.259.110,15	5.212.237,50
63	Transferências e subs. correntes concedidos e prestações sociais		770.360,13		737.105,95
66	Amortizações do exercício		3.691.027,55		3.625.473,46
67	Provisões do exercício		21.045,22		25.338,14
65	Outros custos operacionais		2.011,24		433,42
	(A)		17.116.834,06		17.060.043,91
68	Custos e perdas financeiros		331.878,06		576.243,74
	(C)		17.448.712,12		17.636.287,65
69	Custos e perdas extraordinários		486.570,98		655.645,29
	(E)		17.935.283,10		18.291.932,94
88	Resultado líquido do exercício.....		-1.516.771,44		-2.087.090,90
	(X)		16.418.511,66		16.204.842,04
	Proveitos e ganhos				
	Vendas e prestações de serviços:				
7111	Venda de mercadorias	1.072.921,96		1.069.138,05	
7112+7113	Venda de produtos	1.186,58		4.220,14	
	(B)				
712	Prestações de serviços	2.412.105,22	3.486.213,76	2.413.177,41	3.486.535,60
	()		3.486.213,76		3.486.535,60
72	Impostos e taxas		4.669.950,53		4.339.845,06
(a)	Variação da produção				
75	Trabalhos para a própria entidade				
73	Proveitos suplementares		256,32		38,32
74	Transferências e subsídios obtidos		6.463.863,75		6.408.248,51
76	Outros proveitos e ganhos operacionais		297.809,08		273.071,22
	(B)		14.918.093,44		14.507.738,71
78	Proveitos e ganhos financeiros		43.207,58		107.243,74
	(D)		14.961.301,02		14.614.982,45
79	Proveitos extraordinários		1.457.210,64		1.589.859,59
	(F)		16.418.511,66		16.204.842,04
Resumo:	Resultados Operacionais: (B - A)		-2.198.740,62		-2.552.305,20
	Resultados Financeiros: (D - B) - (C - A)		-288.670,48		-469.000,00
	Resultados Correntes: (D - C)		-2.487.411,10		-3.021.305,20
	Resultado Líquido do Exercício: (F - E)		-1.516.771,44		-2.087.090,90

ORGÃO EXECUTIVO

Em ___ de _____ de _____



ORGÃO DELIBERATIVO

Em ___ de _____ de _____



3. MAPAS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL – CÓDIGO POCAL 7

PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

RESUMO DO ORÇAMENTO E ORÇAMENTO

CONTROLO ORÇAMENTAL DA DESPESA

CONTROLO ORÇAMENTAL DA RECEITA

EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

RESUMO DA EXECUÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO

EXECUÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO

FLUXOS DE CAIXA E CONTAS DE ORDEM

OPERAÇÕES DE TESOURARIA

R

PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS – CÓDIGO POCAL 7.1

DOCUMENTO CONSTITUÍDO POR 5 PÁGINAS – NUMERADAS DE 1 A 5

2

OBJETIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÔMICA	CÓDIGO/ANO/MESES DO FOC. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	PORTE DE FINANCIAMENTO			RECURSOS	DADOS		RECORRIDO	DESEMPENHO DE INVESTIMENTO (R\$ MIL)					TOTAL PERFEITO	
					AC	FA	FC		INÍCIO	FIM		ANO EM CURSO (R\$ MIL)		2019	2020	2021		OUTROS
												REALIZADO	NÃO REALIZADO					
					1-01-2017	01-07-2017	01-07-2017		01-07-2017	01-07-2017		01-07-2017	01-07-2017	01-07-2017	01-07-2017	01-07-2017		01-07-2017
A TRANSFERIR ...																		
2.4.2.	02/4703011	920	2015/21	02/4703011	OPERA	100.0	100.0	0000	2015/01/02	2015/12/31	0	1.245.000,00	2.450.000,00	500.000,00	4.195.000,00			
2.4.2.	02/4703011	310	2015/18	02/4703011	OPERAÇÃO	100.0	100.0	0000	2015/01/02	2015/12/31	0	435.500,00	1.550.000,00	500.000,00	1.985.500,00			
2.4.2.	02/4703011	088	2017/8	02/4703011	OPERAÇÃO	100.0	100.0	0000	2017/01/02	2017/12/31	0	60.000,00	60.000,00	60.000,00	75.000,00			
2.4.2.	02/4703011	003	2018/3	02/4703011	OPERAÇÃO	15.0	85.0	0000	2018/01/02	2018/12/31	1	30.000,00	500.000,00	30.000,00	60.000,00			
2.4.2.	02/4703011	354	2019/4	02/4703011	OPERAÇÃO	100.0	100.0	0000	2019/01/02	2019/12/31	0	80.000,00	580.000,00	80.000,00	580.000,00			
2.4.2.	02/4703011	305	2019/5	02/4703011	OPERAÇÃO	100.0	100.0	0000	2019/01/02	2019/12/31	0	30.000,00	20.000,00	30.000,00	20.000,00			
2.4.2.	02/4703011	015	2019/15	02/4703011	OPERAÇÃO	100.0	100.0	0000	2019/01/02	2019/12/31	0	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00			
2.4.2.	02/4703011	016	2019/20	02/4703011	OPERAÇÃO	15.0	85.0	0000	2019/01/02	2019/12/31	0	110.000,00	790.000,00	110.000,00	810.000,00			
2.4.3.	02/4703011	019	2016/6	02/4703011	OPERAÇÃO	15.0	85.0	0000	2016/01/02	2016/12/31	1	60.000,00	390.000,00	60.000,00	410.000,00			
2.4.3.	02/4703011	031	2016/13	02/4703011	OPERAÇÃO	15.0	85.0	0000	2016/01/02	2016/12/31	2	2.693.500,00	150.000,00	2.843.500,00	2.843.500,00			
2.4.3.	02/4703011	032	2016/20	02/4703011	OPERAÇÃO	15.0	85.0	0000	2016/01/02	2016/12/31	3	2.481.000,00	130.000,00	2.611.000,00	2.611.000,00			
2.4.3.	02/4703011	033	2016/21	02/4703011	OPERAÇÃO	15.0	85.0	0000	2016/01/02	2016/12/31	1	1.411.000,00	160.000,00	1.571.000,00	1.571.000,00			
2.4.3.	02/4703011	041	2016/28	02/4703011	OPERAÇÃO	100.0	100.0	0000	2016/01/02	2016/12/31	1	700.000,00	50.000,00	750.000,00	750.000,00			
2.4.3.	02/4703011	048	2017/9	02/4703011	OPERAÇÃO	100.0	100.0	0000	2017/01/02	2017/12/31	0	370.000,00	370.000,00	370.000,00	370.000,00			
2.4.3.	02/4703011	049	2017/12	02/4703011	OPERAÇÃO	15.0	85.0	0000	2017/01/02	2017/12/31	0	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00			
2.4.3.	02/4703011	058	2017/12	02/4703011	OPERAÇÃO	100.0	100.0	0000	2017/01/02	2017/12/31	0	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00			
2.4.3.	02/4703011	061	2017/12	02/4703011	OPERAÇÃO	100.0	100.0	0000	2017/01/02	2017/12/31	0	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00			
2.4.3.	02/4703011	069	2018/13	02/4703011	OPERAÇÃO	15.0	85.0	0000	2018/01/02	2018/12/31	0	130.000,00	130.000,00	130.000,00	130.000,00			
2.4.4.	02/4703011	028	2015/23	02/4703011	OPERAÇÃO	100.0	100.0	0000	2015/01/02	2015/12/31	0	142.500,00	142.500,00	142.500,00	142.500,00			
2.4.4.	02/4703011	023	2015/28	02/4703011	OPERAÇÃO	100.0	100.0	0000	2015/01/02	2015/12/31	0	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00			
2.4.4.	02/4703011	011	2017/13	02/4703011	OPERAÇÃO	100.0	100.0	0000	2017/01/02	2017/12/31	0	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00			
2.4.4.	02/4703011	014	2017/14	02/4703011	OPERAÇÃO	100.0	100.0	0000	2017/01/02	2017/12/31	0	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00			
2.4.4.	02/4703011	010	2018/14	02/4703011	OPERAÇÃO	15.0	85.0	0000	2018/01/02	2018/12/31	0	110.000,00	110.000,00	110.000,00	110.000,00			
2.4.5.									A TRANSFERIR ...			2.000,00	4.150.000,00	500.000,00	9.367.500,00			

Handwritten signature and initials.

OBJETIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÔMICA	CÓDIGO/ANO/IMPENSO DO PROJ. AÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTES DE FINANCIAMENTO			RECURSOS	RECURSOS	RECURSOS		RECURSOS	TOTAL		
					R.C.	R.A.	R.F.C.			R.M.C.	R.F.M.C.			DESPESAS DE INVESTIMENTO (PREVISÃO)	
														DESEMPENHADO	LIQUIDADAS
A TRANSFERÊNCIAS ...															
2.4.5.	02/0703013	024	2016/06	Reabilitação/repavimento de condutores enterrados	OUTRA	100.0	100.0	IMPE	2016/01/02	2018/12/31	2.000,00	2.000,00	2.000,00		
2.4.6.	02/0703012	043	2015/07	Proteção do solo ambiente e conservação de matas	EMPREitada	300.0	300.0	IMPE	2015/01/02	2018/12/31	21.400,00	21.400,00	21.400,00		
2.4.6.	02/0703015	026	2016/02	Beneficiário construído de Canteira	OUTRA	100.0	100.0	IMPE	2016/01/02	2018/12/31	1.000,00	1.000,00	1.000,00		
2.4.5.	02/070311	028	2016/02	Beneficiário de espaços verdes no consólio	OUTRA	100.0	100.0	IMPE	2016/01/02	2018/12/31	5.000,00	5.000,00	5.000,00		
2.4.5.	02/0703016	025	2016/02	Beneficiário de espaços recreativos e religiosos	OUTRA	100.0	100.0	IMPE	2016/01/02	2018/12/31	15.000,00	15.000,00	15.000,00		
2.5.1.	02/070305	027	2016/05	Reconstrução do ponto do Lobo - ARES	EMPREitada	100.0	100.0	IMPE	2016/01/02	2018/12/31	4.500,00	4.500,00	4.500,00		
2.5.1.	02/070305	057	2017/05	Beneficiário de espaços públicos culturais	EMPREitada	100.0	100.0	IMPE	2017/01/02	2017/12/31	5.000,00	5.000,00	5.000,00		
2.5.1.	02/070315	061	2017/04	Centro de recreação de Megalito - Bólen de Barrona	EMPREitada	15.0	85.0	IMPE	2017/01/02	2018/12/31	607.500,00	607.500,00	607.500,00		
2.5.1.	02/070306	006	2018/05	Infraestruturas culturais e recreativas	OUTRA	100.0	100.0	IMPE	2018/01/02	2018/12/31	25.000,00	25.000,00	25.000,00		
2.5.1.	02/070302	005	2018/06	Infraestruturas culturais e recreativas	OUTRA	100.0	100.0	IMPE	2018/01/02	2018/12/31	15.000,00	15.000,00	15.000,00		
2.5.1.	02/070309	005	2018/06	Infraestruturas culturais e recreativas	OUTRA	100.0	100.0	IMPE	2018/01/02	2018/12/31	5.000,00	5.000,00	5.000,00		
2.5.1.	02/070302	005	2018/06	Infraestruturas culturais e recreativas	OUTRA	100.0	100.0	IMPE	2018/01/02	2018/12/31	20.000,00	20.000,00	20.000,00		
2.5.1.	02/070309	030	2018/06	Sede Etnográfico - VTA	EMPREitada	100.0	100.0	IMPE	2018/01/02	2018/12/31	1.000,00	1.000,00	1.000,00		
2.5.1.	02/070309	031	2018/06	Casa das Associações - VTA	EMPREitada	100.0	100.0	IMPE	2018/01/02	2018/12/31	55.500,00	55.500,00	55.500,00		
2.5.2.	02/070315	029	2016/01	Manutenção/quisição de parques infantis e equipamentos geriatricos	OUTRA	100.0	100.0	IMPE	2016/01/02	2018/12/31	25.000,00	25.000,00	25.000,00		
2.5.2.	02/070306	007	2018/08	Infraestruturas de desporto, recreio e lazer	OUTRA	100.0	100.0	IMPE	2018/01/02	2018/12/31	30.500,00	30.500,00	30.500,00		
2.5.2.	02/070306	007	2018/08	Infraestruturas de desporto, recreio e lazer	OUTRA	100.0	100.0	IMPE	2018/01/02	2018/12/31	25.000,00	25.000,00	25.000,00		
3.	02/070302	007	2018/08	Infraestruturas de desporto, recreio e lazer	OUTRA	100.0	100.0	IMPE	2018/01/02	2018/12/31	2.000,00	2.000,00	2.000,00		
3.1.	02/070302	007	2018/08	Infraestruturas de desporto, recreio e lazer	OUTRA	100.0	100.0	IMPE	2018/01/02	2018/12/31	315.000,00	315.000,00	315.000,00		
3.1.0.	02/070304	045	2015/09	Templos comunitários	OUTRA	100.0	100.0	IMPE	2015/01/02	2018/12/31	125.000,00	125.000,00	125.000,00		
3.1.0.	02/070304	045	2015/09	Templos comunitários	OUTRA	100.0	100.0	IMPE	2015/01/02	2018/12/31	125.000,00	125.000,00	125.000,00		
3.1.0.	02/070304	045	2015/09	Templos comunitários	OUTRA	100.0	100.0	IMPE	2015/01/02	2018/12/31	125.000,00	125.000,00	125.000,00		
3.2.	02/070304	045	2015/09	Templos comunitários	OUTRA	100.0	100.0	IMPE	2015/01/02	2018/12/31	125.000,00	125.000,00	125.000,00		
3.2.0.	02/070304	045	2015/09	Templos comunitários	OUTRA	100.0	100.0	IMPE	2015/01/02	2018/12/31	125.000,00	125.000,00	125.000,00		
3.3.	02/070304	045	2015/09	Templos comunitários	OUTRA	100.0	100.0	IMPE	2015/01/02	2018/12/31	125.000,00	125.000,00	125.000,00		
3.3.0.	02/070304	045	2015/09	Templos comunitários	OUTRA	100.0	100.0	IMPE	2015/01/02	2018/12/31	125.000,00	125.000,00	125.000,00		
3.3.1.	02/070304	045	2015/09	Templos comunitários	OUTRA	100.0	100.0	IMPE	2015/01/02	2018/12/31	125.000,00	125.000,00	125.000,00		
3.3.1.	02/070304	045	2015/09	Templos comunitários	OUTRA	100.0	100.0	IMPE	2015/01/02	2018/12/31	125.000,00	125.000,00	125.000,00		
3.3.1.	02/070304	045	2015/09	Templos comunitários	OUTRA	100.0	100.0	IMPE	2015/01/02	2018/12/31	125.000,00	125.000,00	125.000,00		
3.3.1.	02/070304	045	2015/09	Templos comunitários	OUTRA	100.0	100.0	IMPE	2015/01/02	2018/12/31	125.000,00	125.000,00	125.000,00		
3.3.1.	02/070304	045	2015/09	Templos comunitários	OUTRA	100.0	100.0	IMPE	2015/01/02	2018/12/31	125.000,00	125.000,00	125.000,00		
3.3.1.	02/070304	045	2015/09	Templos comunitários	OUTRA	100.0	100.0	IMPE	2015/01/02	2018/12/31	125.000,00	125.000,00	125.000,00		
3.3.1.	02/070304	045	2015/09	Templos comunitários	OUTRA	100.0	100.0	IMPE	2015/01/02	2018/12/31	125.000,00	125.000,00	125.000,00		
3.3.1.	02/070304	045	2015/09	Templos comunitários	OUTRA	100.0	100.0	IMPE	2015/01/02	2018/12/31	125.000,00	125.000,00	125.000,00		
3.3.1.	02/070304	045	2015/09	Templos comunitários	OUTRA	100.0	100.0	IMPE	2015/01/02	2018/12/31	125.000,00	125.000,00	125.000,00		
3.3.1.	02/070304	045	2015/09	Templos comunitários	OUTRA	100.0	100.0	IMPE	2015/01/02	2018/12/31	125.000,00	125.000,00	125.000,00		
3.3.1.	02/070304	045	2015/09	Templos comunitários	OUTRA	100.0	100.0	IMPE	2015/01/02	2018/12/31	125.000,00	125.000,00	125.000,00		
3.3.1.	02/070304	045	2015/09	Templos comunitários	OUTRA	100.0	100.0	IMPE	2015/01/02	2018/12/31	125.000,00	125.000,00	125.000,00		
3.3.1.	02/070304	045	2015/09	Templos comunitários	OUTRA	100.0	100.0	IMPE	2015/01/02	2018/12/31	125.000,00	125.000,00	125.000,00		
3.3.1.	02/070304	045	2015/09	Templos comunitários	OUTRA	100.0	100.0	IMPE	2015/01/02	2018/12/31	125.000,00	125.000,00	125.000,00		
3.3.1.	02/070304	045	2015/09	Templos comunitários	OUTRA	100.0	100.0	IMPE	2015/01/02	2018/12/31	125.000,00	125.000,00	125.000,00		
3.3.1.	02/070304	045	2015/09	Templos comunitários	OUTRA	100.0	100.0	IMPE	2015/01/02	2018/12/31	125.000,00	125.000,00	125.000,00		
3.3.1.	02/070304	045	2015/09	Templos comunitários	OUTRA	100.0	100.0	IMPE	2015/01/02	2018/12/31	125.000,00	125.000,00	125.000,00		
3.3.1.	02/070304	045	2015/09	Templos comunitários	OUTRA	100.0	100.0	IMPE	2015/01/02	2018/12/31	125.000,00	125.000,00	125.000,00		
3.3.1.	02/070304	045	2015/09	Templos comunitários	OUTRA	100.0	100.0	IMPE	2015/01/02	2018/12/31	125.000,00	125.000,00	125.000,00		
3.3.1.	02/070304	045	2015/09	Templos comunitários	OUTRA	100.0	100.0	IMPE	2015/01/02	2018/12/31	125.000,00	125.000,00	125.000,00		
3.3.1.	02/070304	045	2015/09	Templos comunitários	OUTRA	100.0	100.0	IMPE	2015/01/02	2018/12/31	125.000,00	125.000,00	125.000,00		
3.3.1.	02/070304	045	2015/09	Templos comunitários	OUTRA	100.0	100.0	IMPE	2015/01/02	2018/12/31	125.000,00	125.000,00	125.000,00		
3.3.1.	02/070304	045	2015/09	Templos comunitários	OUTRA	100.0	100.0	IMPE	2015/01/02	2018/12/31	125.000,00	125.000,00	125.000,00		
3.3.1.	02/070304	045	2015/09	Templos comunitários	OUTRA	100.0	100.0	IMPE	2015/01/02	2018/12/31	125.000,00	125.000,00	125.000,00		
3.3.1.	02/070304	045	2015/09	Templos comunitários	OUTRA	100.0	100.0	IMPE	2015/01/02	2018/12/31	125.000,00	125.000,00	125.000,00		
3.3.1.	02/070304	045	2015/09	Templos comunitários	OUTRA	100.0	100.0	IMPE	2015/01/02	2018/12/31	125.000,00	125.000,00	125.000,00		
3.3.1.	02/070304	045	2015/09	Templos comunitários	OUTRA	100.0	100.0	IMPE	2015/01/02	2018/12/31	125.000,00	125.000,00	125.000,00		
3.3.1.	02/070304	045	2015/09	Templos comunitários	OUTRA	100.0	100.0	IMPE	2015/01/02	2018/12/31	125.000,00	125.000,00	125.000,00		
3.3.1.	02/070304	045	2015/09	Templos comunitários	OUTRA	100.0	100.0	IMPE	2015/01/02	2018/12/31	125.000,00	125.000,00	125.000,00		
3.3.1.	02/070304	045	2015/09	Templos comunitários	OUTRA	100.0	100.0	IMPE	2015/01/02	2018/12/31	125.000,00	125.000,00	125.000,00		
3.3.1.	02/070304	045	2015/09	Templos comunitários	OUTRA	100.0	100.0	IMPE	2015/01/02	2018/12/31	125.000,00	125.000,00	125.000,00		
3.3.1.	02/070304	045	2015/09	Templos comunitários	OUTRA	100.0	100.0	IMPE	2015/01/02	2018/12/31	125.000,00	125.000,00	125.000,00		
3.3.1.	02/070304	045	2015/09	Templos comunitários	OUTRA	100.0	100.0	IMPE	2015/01/02	2018/12/31	125.000,00	125.000,00	125.000,00		
3.3.1.	02/070304	045	2015/09	Templos comunitários	OUTRA	100.0	100.0	IMPE	2015/01/02	2018/12/31	125.000,00	125.000,00	125.000,00		
3.3.1.	02/070304	045	2015/09	Templos comunitários	OUTRA	100.0	100.0	IMPE	2015/01/02	2018/12/31	125.000,00	125.000,00	125.000,00		
3.3.1.	02/070304	045	2015/09	Templos comunitários	OUTRA	100.0	100.0	IMPE	2015/01/02	2018/12/31	125.000,00	125.000,00	125.000,00		
3.3.1.	02/070304	045	2015/09	Templos comunitários	OUTRA	100.0	100.0	IMPE	2015/01/02	2018/12/31	125.000,00	125.000,00	125.000,00		
3.3.1.	02/070304	045	2015/09	Templos comunitários	OUTRA	100.0	100.0	IMPE	2015/01/02	2018/12/31	125.000,00	125.000,00	125.000,00		
3.3.1.	02														

2

[Handwritten signature]

MUNICÍPIO DE CAMIÃO
PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS
DOAÇÕES VINCULADAS
2016 A 2018

PÁGINA: 14

OBJETIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONOMICA	CÓDIGO/ANO/NÚMERO DO PROJ. AÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	PORTE DE FINANCIAMENTO			ANOS		DESPESAS DE INVESTIMENTO (PROJEÇÃO)			TOTAL PROPOSTO	
					AC	IA	FC	JULHO	AGO	TOTAL	DESENVOLVIMENTO	ANOS SEQUENCIAIS		
												2019		2020
A TRANSFERÊNCIA ...														
3.3.1.	02/0703001	004	Requalificação do Rio da Serra Verde	EMPRESARIAL	100.0			2016/06/01	2018/12/31	4.991.940,00	607.430,00	4.380.000,00	500.000,00	10.479.101,00
3.3.1.	02/0703001	005	Alargamento do caminho do Eládio - Cambiar - Cambaê	EMPRESARIAL	100.0			2017/01/01	2018/12/31	632.000,00				632.000,00
3.3.1.	02/0703001	007	Requalificação/Requalificação rua do Café - Anora	EMPRESARIAL	100.0			2017/01/01	2018/12/31	15.000,00				15.000,00
3.3.1.	02/0703001	008	Beneficiário do largo da Igreja - Vila Anora	EMPRESARIAL	100.0			2017/01/01	2018/12/31	140.000,00				140.000,00
3.3.1.	02/0703001	008	Beneficiário do largo da Igreja - Vila Anora	EMPRESARIAL	100.0			2017/01/01	2018/12/31	34.000,00				34.000,00
3.3.1.	02/0703001	008	Beneficiário do largo da Igreja - Vila Anora	EMPRESARIAL	100.0			2018/01/01	2019/12/31	86.000,00				86.000,00
3.3.1.	02/0703001	017	Intervenções diversas - Intervenção da Rua S. João - Cambaê	EMPRESARIAL	100.0			2018/01/01	2019/12/31	50.000,00		450.000,00		500.000,00
3.3.1.	02/0703001	018	Intervenções diversas - Intervenção da Rua Ricardo de Souza e Travessa do Tribunal - Cambaê	EMPRESARIAL	100.0			2018/01/01	2019/12/31	70.000,00		150.000,00		220.000,00
3.3.1.	02/0703001	019	Intervenções diversas - Turismo - Cambaê	EMPRESARIAL	100.0			2018/01/01	2019/12/31	30.000,00				30.000,00
3.3.1.	02/0703001	020	Intervenções diversas - Intervenções ao Largo Dr. João Natal Carneiro - Cambaê	EMPRESARIAL	100.0			2018/01/01	2019/12/31	50.000,00		120.000,00		170.000,00
3.3.2.	02/0701002	011	Transportes Elétricos Municipais e Beneficiário do Ferry Boat	OUTRA	100.0			2015/01/01	2018/12/31	36.000,00				36.000,00
3.3.2.	02/0701002	011	Transportes Elétricos Municipais e Beneficiário do Ferry Boat	OUTRA	100.0			2015/01/01	2018/12/31	30.000,00				30.000,00
3.3.4.	02/070115	013	Rede Fibra Óptica - várias Comunidades	OUTRA	100.0			2018/01/01	2018/12/31	10.000,00				10.000,00
3.3.4.	02/070115	014	Rede Fibra Óptica - várias Comunidades	OUTRA	100.0			2018/01/01	2018/12/31	185.000,00				185.000,00
3.3.4.	02/070115	014	Rede Fibra Óptica - várias Comunidades	OUTRA	100.0			2018/01/01	2018/12/31	140.000,00				140.000,00
3.4.1.	02/070115	014	Rede Fibra Óptica - várias Comunidades	OUTRA	100.0			2018/01/01	2018/12/31	25.000,00				25.000,00
3.4.1.	02/070115	014	Rede Fibra Óptica - várias Comunidades	OUTRA	100.0			2018/01/01	2018/12/31	441.500,00				441.500,00
3.4.1.	02/070115	014	Rede Fibra Óptica - várias Comunidades	OUTRA	100.0			2018/01/01	2018/12/31	41.500,00				41.500,00
3.4.1.	02/070115	014	Rede Fibra Óptica - várias Comunidades	OUTRA	100.0			2018/01/01	2018/12/31	4.500,00				4.500,00
3.4.2.	02/0703013	042	Beneficiário de acessos a praças	EMPRESARIAL	100.0			2018/01/01	2018/12/31	60.000,00				60.000,00
3.4.2.	02/0703013	042	Beneficiário de acessos a praças	EMPRESARIAL	100.0			2018/01/01	2018/12/31	35.000,00				35.000,00
3.4.2.	02/0703013	042	Beneficiário de acessos a praças	EMPRESARIAL	100.0			2018/01/01	2018/12/31	140.000,00				140.000,00
3.4.2.	02/0703013	042	Beneficiário de acessos a praças	EMPRESARIAL	100.0			2018/01/01	2018/12/31	150.000,00				150.000,00
3.4.2.	02/0703013	042	Beneficiário de acessos a praças	EMPRESARIAL	100.0			2018/01/01	2018/12/31	75.000,00				75.000,00
3.4.3.	02/070115	005	Outras Comunidades Diversas não especificadas	OUTRA	100.0			2017/01/01	2018/12/31	227.227,00				227.227,00
3.4.3.	02/070115	005	Outras Comunidades Diversas não especificadas	OUTRA	100.0			2017/01/01	2018/12/31	227.227,00				227.227,00
3.4.3.	02/070115	021	Beneficiário do Centro Municipal de Saúde para unidades de apoio domiciliares - Op	EMPRESARIAL	100.0			2018/01/01	2019/12/31	5.000,00				5.000,00
3.4.3.	02/070115	022	Beneficiário do Centro Municipal de Saúde para unidades de apoio domiciliares - Op	EMPRESARIAL	100.0			2018/01/01	2019/12/31	5.000,00				5.000,00
3.4.3.	02/070115	022	Beneficiário do Centro Municipal de Saúde para unidades de apoio domiciliares - Op	EMPRESARIAL	100.0			2018/01/01	2019/12/31	10.000,00				10.000,00
										7.342.691,00		5.170.000,00	500.000,00	13.032.691,00

[Handwritten signature]

OBJETIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÔMICA	CÓDIGO/ANO/NÚMERO DO PROJ. AÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO			FONTES DE FINANCIAMENTO			DADOS		REALIZADO		INDICADORES DE DESEMPENHO					TOTAL PREVISTO		
				PREVISTA	OUTRA	PREVISTA	AC	MA	PC	INÍCIO	FIM	EX	PARAL. ATÉ 31-09-2017	DE 01-01-2018	ANO EM CURSO (EXERCÍCIO)			OUTROS			
															DESEMPENHO	NÃO DESEMPENHO	TOTAL	2019		2020	2021
A. TRANSFERÊNCIAS ...																					
4.3.	02/070115	2018 27	Respeitada do emprego emovente no Polígon de Barroca - CP	PREVISTA						2018/07/01	2019/07/28					5.000,00	5.000,00	55.000,00	510.000,00		60.000,00
4.3.	02/070115	2018 28	Requalificação do Nucleo Calvário - CP	PREVISTA						2018/01/01	2019/07/28					5.000,00	5.000,00	60.000,00	60.000,00		65.000,00
4.3.	02/070115	2018 29	Beneficência do Jardim de Infância de Abocora - CP	PREVISTA						2018/01/01	2019/07/28					65.000,00	5.000,00	60.000,00	60.000,00		125.000,00
4.3.	02/070115	2018 30	Medos de combate a Incêndios para a Serra D'Alga - CP	PREVISTA						2018/01/01	2019/07/28					5.000,00	5.000,00	60.000,00	60.000,00		65.000,00
4.3.	02/070115	2018 31	Programa esterilização animal - CP	OUTRA						2018/01/01	2019/07/28					5.000,00	5.000,00	25.000,00	20.000,00		30.000,00
4.3.	02/070115	2018 32	Construção de parque infantil em Vila de Mourão - CP	OUTRA						2018/01/01	2019/07/28					10.000,00	5.000,00	20.000,00	20.000,00		30.000,00
4.3.	02/070115	2018 33	Beneficência do Caminho da Aldeia em Cedeado - CP	PREVISTA						2018/01/01	2019/07/28					5.000,00	5.000,00	60.000,00	60.000,00		65.000,00
4.3.	02/099802	2018 39	Fundo de Apoio Municipal (FAM)	OUTRA						2018/01/01	2021/12/31					107.127,00	107.127,00	107.127,00	107.127,00		428.306,68
												TOTAL GERAL ...	7.549.728,00	6.872.128,00	607.600,00	5.537.127,00	577.127,00	107.125,68	11.991.071,68		

LEGENDA DE SÍMBOLOS

- 0 - NÃO INICIADA
- 1 - COM PROBLEMA TÉCNICO
- 2 - ADIADICADO
- 3 - RESERVAÇÃO FÍSICA R\$E 50%
- 4 - RESERVAÇÃO FÍSICA SUPERIOR A 50%
- 5 - DISPENSA COMPLETA
- 6 - CANCELADO
- 7 -

de Janeiro de 2018
[Assinatura]

de _____ de _____

[Assinatura]

α

RESUMO DO ORÇAMENTO – CÓDIGO POCAL 7.2

RESUMO DO ORÇAMENTO - DOCUMENTO CONSTITUÍDO POR 1 PÁGINA
ORÇAMENTO – DOCUMENTO CONSTITUÍDO POR 1 PÁGINA

RESUMO DO ORÇAMENTO

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

ENTIDADE
MUNICIPIO DE CAMINHA

DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2018

RECEITAS	MONTANTE	DESPESAS	MONTANTE
Correntes	16.225.634,00	Correntes	14.185.809,00
De capital	6.564.322,00	De capital	8.604.147,00
Total	22.789.956,00	Total	22.789.956,00
Serviços Municipalizados		Serviços Municipalizados	
Total Geral	22.789.956,00	Total Geral	22.789.956,00

ENTIDADE CMC	RESUMO DAS RECEITAS E DAS DESPESAS	APROVAÇÕES : Executivo <u> / / </u> Deliberativo <u> / / </u>
-----------------	------------------------------------	---

DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2018

R E C E I T A S			D E S P E S A S		
	MONTANTE	%		MONTANTE	%
RECEITAS CORRENTES			DESPESAS CORRENTES		
01 IMPOSTOS DIRECTOS	3.972.812,00	17.4	01 DESPESAS COM O PESSOAL	5.612.100,00	24.6
02 IMPOSTOS INDIRECTOS	52.641,00	0.2	02 AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	7.481.708,00	32.8
03 CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL, A CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES E A ADSE			03 JUROS E OUTROS ENCARGOS	160.501,00	0.7
04 TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	263.836,00	1.2	04 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	909.500,00	4.0
05 RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	1.226.700,00	5.4	05 SUBSÍDIOS		
06 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	6.474.812,00	28.4	06 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	22.000,00	0.1
07 VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	3.681.751,00	16.2			
08 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	553.082,00	2.4	TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES	14.185.809,00	62.2
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	16.225.634,00	71.2	DESPESAS DE CAPITAL		
RECEITAS DE CAPITAL			07 AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	6.819.901,00	29.9
09 VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	1,00	0.0	08 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	310.000,00	1.4
10 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	6.128.820,00	26.9	09 ACTIVOS FINANCEIROS	112.127,00	0.5
11 ACTIVOS FINANCEIROS	1,00	0.0	10 PASSIVOS FINANCEIROS	1.112.019,00	4.9
12 PASSIVOS FINANCEIROS	434.500,00	1.9	11 OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	251.000,00	1.1
13 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	1.000,00	0.0	TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL	8.604.147,00	37.8
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	6.564.322,00	28.8	TOTAL GERAL	22.789.956,00	100.0
TOTAL GERAL	22.789.956,00	100.0			



CONTROLO ORÇAMENTAL DA DESPESA – CÓDIGO POCAL 7.3.1

CONTROLO ORÇAMENTAL DA DESPESA – DOCUMENTO CONSTITUÍDO POR 4 PÁGINAS,
NUMERADAS DE 1 A 4

CONTROLO ORÇAMENTAL DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA – DOCUMENTO
CONSTITUÍDO POR 5 PÁGINAS, NUMERADAS DE 1 A 5

MAPA DO CONTROLO ORÇAMENTAL DA DESPESA

ENTIDADE CMC - MUNICÍPIO DE CAMINHA Período: 2018/01/01 a 2018/12/31 ANO 2018
PAG. 1

CLASSIFICAÇÃO		DOTAÇÕES CORRIGIDAS (3)	COMPROMISSOS ASSUMIDOS			DESPESA PAGA (7)	DIFERENÇAS			GRAU DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA (11) a)
ECONÓMICA (1)	DESCRIÇÃO (2)		EXERCÍCIO (4)	EXERCÍCIOS FUTUROS (5)	TOTAL (6)		DOTAÇÃO NÃO COMPROMETIDA { 8 = 3 - 4 }	SALDO { 9 = 3 - " }	COMPROMISSOS POR PAGAR { 10 = 4 - 7 }	
	DESPESAS CORRENTES	14.312.146,33	13.673.335,95	1.967.502,61	15.640.838,56	12.073.323,86	638.810,38	2.238.822,47	1.600.012,09	84,36
01	DESPESAS COM O PESSOAL	5.066.850,10	4.991.690,51	97.957,29	5.089.647,80	4.967.913,17	75.159,59	98.936,93	23.777,34	98,05
0101	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES	3.833.770,54	3.805.262,77		3.805.262,77	3.805.262,77	28.507,77	28.507,77		99,26
010101	Titulares órgãos soberania e membros órgãos autárquicos	215.000,00	213.437,65		213.437,65	213.437,65	1.562,35	1.562,35		99,27
010104	PESSOAL DOS QUADROS - REGIME DE CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO	2.598.595,05	2.588.098,12		2.588.098,12	2.588.098,12	10.496,93	10.496,93		99,50
01010401	Pessoal em funções	2.590.150,00	2.588.098,12		2.588.098,12	2.588.098,12	2.051,88	2.051,88		99,92
01010402	Alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório	3.445,05					3.445,05	3.445,05		
01010404	Recrutamento de pessoal para novos postos de trabalho	5.000,00					5.000,00	5.000,00		
010108	Pessoal aguardando aposentação	1.000,00	115,02		115,02	115,02	884,98	884,98		11,50
010109	Pessoal em qualquer outra situação	100.000,00	95.982,75		95.982,75	95.982,75	4.017,25	4.017,25		95,98
010111	Representação	40.850,00	40.547,16		40.547,16	40.547,16	302,84	302,84		99,26
010112	Suplementos e prémios	1.000,00					1.000,00	1.000,00		
010113	Subsidio de refeição	295.025,00	288.869,75		288.869,75	288.869,75	6.155,25	6.155,25		97,91
010114	Subsidio de férias e de Natal	507.360,00	506.777,45		506.777,45	506.777,45	582,55	582,55		99,89
010115	Remunerações por doença e maternidade/paternidade	74.940,49	71.434,87		71.434,87	71.434,87	3.505,62	3.505,62		95,32
0102	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS	133.175,00	111.738,89		111.738,89	111.738,89	21.436,11	21.436,11		83,90
010202	Horas extraordinárias	40.890,00	40.890,81		40.890,81	40.890,81	14,19	14,19		99,97
010203	Alimentação e alojamento	100,00					100,00	100,00		
010204	Ajudas de custo	17.500,00	9.586,64		9.586,64	9.586,64	7.913,36	7.913,36		54,78
010205	Abono para falhas	13.070,00	11.052,68		11.052,68	11.052,68	2.017,32	2.017,32		84,57
010206	Formação	2.500,00					2.500,00	2.500,00		
010211	Subsidio de turno	30.000,00	29.553,25		29.553,25	29.553,25	446,75	446,75		98,51
010213	OUTROS SUPLEMENTOS E PRÉMIOS	29.000,00	20.655,51		20.655,51	20.655,51	8.344,49	8.344,49		71,23
01021303	Senhas de presença	29.000,00	20.655,51		20.655,51	20.655,51	8.344,49	8.344,49		71,23
010214	Outros abonos em numerário ou espécie	100,00					100,00	100,00		
0103	SEGURANÇA SOCIAL	1.099.904,56	1.074.688,85	97.957,29	1.172.646,14	1.050.911,51	25.215,71	48.993,05	23.777,34	95,55
010301	Encargos com saúde	162.904,56	161.968,22		161.968,22	161.968,22	936,34	10.719,78	9.783,44	93,42
010303	Subsidio familiar a crianças e jovens	18.000,00	16.245,02		16.245,02	16.245,02	1.754,98	1.754,98		90,25
010304	Outras prestações familiares	100,00					100,00	100,00		
010305	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL	867.700,00	854.823,05		854.823,05	854.823,05	12.876,95	12.876,95		98,52
01030502	Segurança social pessoal em regime de trabalho de contrato trabalho em funções públicas (RCTPF)	859.000,00	846.197,47		846.197,47	846.197,47	12.802,53	12.802,53		98,51
0103050201	Caixa Geral de Aposentações	433.982,67	421.975,95		421.975,95	421.975,95	12.006,72	12.006,72		97,23
0103050202	Segurança social - Regime geral	425.017,33	424.221,52		424.221,52	424.221,52	795,81	795,81		99,81
01030503	Outros	8.700,00	8.625,58		8.625,58	8.625,58	74,42	74,42		99,14
010306	Acidentes em serviço e doenças profissionais	100,00					100,00	100,00		
010309	SEGUROS	50.000,00	41.652,56	97.957,29	139.609,85	27.658,66	8.347,44	22.341,34	13.993,90	55,32
01030901	Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	50.000,00	41.652,56	97.957,29	139.609,85	27.658,66	8.347,44	22.341,34	13.993,90	55,32
010310	OUTRAS DESPESAS DE SEGURANÇA SOCIAL	1.100,00					1.100,00	1.100,00		
01031001	Eventualidade maternidade, paternidade e adopção	1.000,00					1.000,00	1.000,00		
01031099	Outras despesas de segurança social	100,00					100,00	100,00		
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	8.228.081,17	7.739.482,01	1.475.151,05	9.214.633,06	6.183.813,95	488.599,16	2.044.267,22	1.555.668,06	75,15
0201	Aquisição de bens	1.951.075,66	1.857.626,74	971.311,88	2.828.938,62	1.603.135,15	93.448,92	347.940,51	254.491,59	82,17
020101	Matérias-primas e subsidiárias	34.200,00	34.107,48		34.107,48	20.514,70	92,52	13.685,30	13.592,78	59,98
020102	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	404.100,00	397.635,89		397.635,89	317.765,35	6.464,11	86.334,65	79.870,54	78,64
02010201	Gasolina	21.000,00	20.741,01		20.741,01	18.241,01	258,99	2.758,99	2.500,00	86,86
02010202	Gasóleo	255.100,00	255.238,17		255.238,17	205.991,97	861,83	50.108,03	49.246,20	80,43

(a): (11 = 7 / 3 * 100)

MAPA DO CONTROLO ORÇAMENTAL DA DESPESA

ENTIDADE CMC - MUNICIPIO DE CAMINHA

Período: 2018/01/01 a 2018/12/31

ANO 2018
PAG. 2

CLASSIFICAÇÃO		DOTAÇÕES CORRIGIDAS	COMPROMISSOS ASSUMIDOS			DESPESA PAGA	DIFERENÇAS			GRAU DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA (11) a)
ECONÓMICA (1)	DESCRIÇÃO (2)		EXERCÍCIO (4)	EXERCÍCIOS FUTUROS (5)	TOTAL (6)		DOTAÇÃO NÃO COMPROMETIDA (8 = 3 - 4)	SALDO (9 = 3 - ")	COMPROMISSOS POR PAGAR (10 = 4 - 7)	
02010299	Outros	127.000,00	121.656,71		121.656,71	93.532,37	5.342,29	33.467,63	28.124,34	73,65
020104	Limpeza e higiene	10.900,00	10.746,29		10.746,29	3.909,97	152,71	6.990,03	6.836,32	35,87
020105	Alimentação - Refeições confeccionadas	259.550,00	243.537,13		243.537,13	208.682,72	16.012,87	50.867,28	34.854,41	80,40
020107	Vestuário e artigos pessoais	10.750,00	4.212,71		4.212,71	408,74	6.537,29	10.341,26	3.803,97	3,80
020108	Material de escritório	41.650,00	41.334,33		41.334,33	31.319,74	315,67	10.330,26	10.014,59	75,20
020112	Material de transporte - Peças	27.500,00	27.271,66		27.271,66	15.877,50	228,34	11.622,50	11.394,16	57,74
020115	Prémios, condecorações e ofertas	4.000,00	3.047,18		3.047,18	2.631,68	952,82	1.368,32	415,50	65,79
020116	MERCADORIAS PARA VENDA	890.170,66	836.506,22	971.311,88	1.807.818,10	836.506,22	53.664,44	53.664,44		93,97
02011601	Água	432.100,00	430.362,52	446.803,50	877.166,02	430.362,52	1.737,48	1.737,48		99,60
02011603	Outros	458.070,66	406.143,70	524.508,38	930.652,08	406.143,70	51.926,96	51.926,96		88,66
0201160301	Saneamento	458.070,66	406.143,70	524.508,38	930.652,08	406.143,70	51.926,96	51.926,96		88,66
020117	Ferramentas e utensílios	14.650,00	14.294,04		14.294,04	8.880,27	355,96	5.769,73	5.413,77	60,62
020118	Livros e documentação técnica	1.000,00	53,00		53,00		947,00	1.000,00	53,00	
020119	Artigos honoríficos e decoração	500,00					500,00	500,00		
020120	Material de educação, cultura e recreio	90.500,00	88.371,90		88.371,90	58.592,70	2.128,10	31.907,30	29.779,20	64,74
020121	Outros bens	161.605,00	156.508,91		156.508,91	98.045,56	5.096,09	63.559,44	58.463,35	60,67
0202	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	6.277.005,51	5.881.855,27	503.839,17	6.385.694,44	4.580.678,80	395.150,24	1.696.326,71	1.301.176,47	72,98
020201	Encargos das instalações	445.700,00	443.810,62		443.810,62	385.143,90	2.889,38	61.556,10	58.666,72	86,22
020202	Limpeza e higiene	134.450,00	120.914,59	123.576,14	244.490,73	102.640,59	13.535,41	31.809,41	18.274,00	76,34
020203	Conservação de bens	69.680,00	69.018,29		69.018,29	34.246,23	661,71	35.433,77	34.772,06	49,15
020204	Locação de edifícios	582.502,79	582.498,59	50.003,85	632.502,44	579.094,81	4,20	3.407,98	3.403,78	99,41
020209	Comunicações	165.000,00	162.529,16		162.529,16	144.158,14	2.470,84	20.841,86	18.371,02	87,37
020210	Transportes	495.315,00	452.564,19		452.564,19	393.243,20	42.780,81	102.101,80	59.320,99	79,39
020211	Representação dos serviços	1.000,00					1.000,00	1.000,00		
020212	Seguros	55.600,00	48.957,23	7.561,44	120.518,67	47.107,96	6.642,77	8.492,04	1.849,27	84,73
020213	Deslocações e estadas	2.735,00	1.669,50		1.669,50	1.669,50	1.065,50	1.065,50		61,04
020214	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	81.607,00	79.755,00	19.569,00	129.324,00	75.193,75	1.852,00	6.413,25	4.561,25	92,14
020215	Formação	7.350,00	5.870,55		5.870,55	5.870,55	1.479,45	1.479,45		79,87
020216	Seminários, exposições e similares	19.750,00	19.656,83		19.656,83	13.496,81	93,17	6.253,19	6.160,02	68,34
020217	Publicidade	146.492,00	146.105,22	5.959,35	152.064,57	99.882,48	386,78	46.609,52	46.222,74	68,18
020218	Vigilância e segurança	15.000,00	1.660,50		1.660,50	1.660,50	13.339,50	13.339,50		11,07
020219	Assistência técnica	81.900,00	81.477,47	19.166,08	130.643,55	47.785,15	422,53	34.114,85	33.692,32	58,35
020220	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS	443.250,00	441.773,74	41.195,24	482.968,98	258.295,78	1.476,26	184.954,22	183.477,96	58,27
02022099	Outros	443.250,00	441.773,74	41.195,24	482.968,98	258.295,78	1.476,26	184.954,22	183.477,96	58,27
020224	Encargos de cobrança receitas	150.000,00	146.965,02		146.965,02	144.843,29	3.034,98	5.156,71	2.121,73	96,56
020225	OUTROS SERVIÇOS	3.378.643,72	3.076.628,77	112.808,07	3.189.436,84	2.246.346,16	302.014,95	1.132.297,56	830.282,61	66,49
02022501	Educação	271.043,36	201.408,20	26.654,47	228.142,67	152.568,22	69.555,16	118.475,11	48.919,98	56,29
02022502	Limpeza urbana	654.552,21	444.608,56		444.608,56	426.975,60	209.943,65	227.576,61	17.632,96	65,23
02022503	Iluminação pública	645.500,00	645.469,75		645.469,75	559.467,48	30,25	86.032,52	86.002,27	85,67
02022504	Actividade sócio-cultural	1.275.037,97	1.274.504,84	2.460,00	1.276.964,84	768.413,36	1.533,13	507.624,61	506.091,48	60,22
02022505	Actividade desportiva e de lazer	288.283,35	286.108,16	2.900,00	289.008,16	237.870,73	2.175,19	50.412,62	48.237,43	82,51
02022599	Outros	243.226,83	224.449,26	80.793,60	305.242,86	101.050,77	18.777,57	142.176,06	123.398,49	41,55
03	JUROS E OUTROS ENCARGOS	125.877,62	110.931,94	248.394,27	359.326,21	110.909,49	14.945,68	14.968,13	22,45	88,11
0301	Juros da dívida pública	82.500,00	67.619,79	138.255,45	205.875,24	67.597,34	14.880,21	14.902,66	22,45	81,94
030103	SOCIEDADES FINANCEIRAS- BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	37.500,00	28.079,13	138.255,45	166.334,58	28.056,68	9.420,87	9.443,32	22,45	74,82
03010301	Empréstimos de curto prazo	3.000,00	739,43		739,43	716,98	2.260,57	2.283,02	22,45	23,90
03010302	Empréstimos de médio e longo prazos	34.500,00	27.339,70	138.255,45	165.595,15	27.339,70	7.160,30	7.160,30		79,25
030106	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CENTRAL- SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS	45.000,00	39.540,66		39.540,66	39.540,66	5.159,34	5.459,34		87,87
0303	JUROS DE LOCAÇÃO FINANCEIRA	1,00					1,00	1,00		
030305	Material de transporte	1,00					1,00	1,00		

(a) (11 = 7 / 3 * 100)

MAPA DO CONTROLE ORÇAMENTAL DA DESPESA

ENTIDADE CMC - MUNICÍPIO DE CAMINHA

Período: 2018/01/01 a 2018/12/31

ANO 2018

PAG. 3

CLASSIFICAÇÃO		DOTAÇÕES CORRIGIDAS	COMPROMISSOS ASSUMIDOS			DESPESA PAGA	DIFERENÇAS			GRAU DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA (11) a)
ECONÔMICA (1)	DESCRIÇÃO (2)		EXERCÍCIO (4)	EXERCÍCIOS FUTUROS (5)	TOTAL (6)		DOTAÇÃO NÃO COMPROMETIDA { 8 = 3 - 4 }	SALDO { 9 = 3 - 7 }	COMPROMISSOS POR PAGAR { 10 = 4 - 7 }	
0305	OUTROS JUROS	43.376,62	43.312,15	110.138,82	153.450,97	43.312,15	64,47	64,47		99,85
030502	Outros	43.376,62	43.312,15	110.138,82	153.450,97	43.312,15	64,47	64,47		99,85
04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	848.276,20	788.995,40	146.000,00	934.995,40	769.951,16	59.280,80	78.325,04	19.044,24	90,77
0405	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	266.550,00	254.105,95		254.105,95	248.769,43	12.444,05	17.780,57	5.336,52	93,33
040501	CONTINENTE	266.550,00	254.105,95		254.105,95	248.769,43	12.444,05	17.780,57	5.336,52	93,33
04050102	Freguesias	231.800,00	229.843,07		229.843,07	224.506,55	2.056,93	7.393,45	5.336,52	96,81
04050104	Associação de Municípios	34.650,00	24.262,88		24.262,88	24.262,88	10.387,12	10.387,12		70,02
0407	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	532.200,00	507.413,18	146.000,00	653.413,18	493.705,46	24.786,82	38.494,54	13.707,72	92,77
040701	Instituições sem fins lucrativos	532.200,00	507.413,18	146.000,00	653.413,18	493.705,46	24.786,82	38.494,54	13.707,72	92,77
0408	FAMÍLIAS	49.526,20	27.476,27		27.476,27	27.476,27	22.049,93	22.049,93		55,48
040802	Outras	49.526,20	27.476,27		27.476,27	27.476,27	22.049,93	22.049,93		55,48
06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	43.061,24	42.236,09		42.236,09	40.736,09	825,15	2.325,15	1.500,00	94,60
0602	DIVERSAS	43.061,24	42.236,09		42.236,09	40.736,09	825,15	2.325,15	1.500,00	94,60
060203	OUTRAS	43.061,24	42.236,09		42.236,09	40.736,09	825,15	2.325,15	1.500,00	94,60
06020301	Outras restituições	15.000,00	14.922,88		14.922,88	14.922,88	77,12	77,12		99,49
06020304	Serviços bancários	1.650,00	1.416,61		1.416,61	1.416,61	233,39	233,39		85,86
06020305	Outras	26.411,24	25.896,60		25.896,60	24.396,60	514,64	2.014,64	1.500,00	92,37
	DESPESAS DE CAPITAL	8.615.635,82	7.547.839,61	2.536.039,23	10.083.878,84	4.727.128,87	1.067.796,21	3.888.506,95	2.820.710,74	54,87
07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	6.610.451,00	5.565.903,14	932.202,12	6.498.105,26	2.912.998,18	1.044.547,86	3.697.452,82	2.652.904,96	44,07
0701	INVESTIMENTOS	1.504.021,36	1.188.905,35	112.146,01	1.301.051,36	725.632,80	315.116,01	778.388,56	463.272,55	48,25
070102	Habitacões	500,00					500,00	500,00		
07010203	Reparação e Beneficiação	500,00					500,00	500,00		
070103	EDIFÍCIOS	36.876,10	30.200,93		30.200,93	7.751,57	6.675,17	29.124,53	22.449,36	21,02
07010301	Instalações de serviços	27.500,00	26.824,83		26.824,83	7.751,57	675,17	19.748,43	19.073,26	28,19
07010302	Instalações desportivas e recreativas	3.376,10	3.376,10		3.376,10			3.376,10	3.376,10	
07010303	Mercados e instalações de fiscalização sanitária	5.000,00					5.000,00	5.000,00		
07010305	ESCOLAS	1.000,00					1.000,00	1.000,00		
070104	CONSTRUÇÕES DIVERSAS	167.300,84	22.143,38		22.143,38	22.143,38	145.157,46	145.157,46		13,24
07010406	Instalações desportivas e recreativas	45.000,00	22.143,38		22.143,38	22.143,38	22.856,62	22.856,62		49,21
07010413	Outros	116.300,84					116.300,84	116.300,84		
07010499	Outros	6.000,00					6.000,00	6.000,00		
070106	MATERIAL DE TRANSPORTE	111.150,00	108.884,00		108.884,00	92.279,00	2.266,00	18.871,00	16.605,00	83,02
07010602	Outro	111.150,00	108.884,00		108.884,00	92.279,00	2.266,00	18.871,00	16.605,00	83,02
070107	Equipamento de informática	137.927,79	111.884,58		111.884,58	80.591,76	26.043,21	57.336,03	31.292,82	58,43
070108	Software informático	228.772,21	217.000,18	62.566,42	279.566,60	126.503,76	11.772,03	102.268,45	90.496,42	55,30
070109	Equipamento administrativo	6.873,90	1.050,42		1.050,42	1.050,42	5.823,48	5.823,48		15,28
070110	Equipamento básico	65.400,00	54.797,10		54.797,10	24.940,62	10.602,90	40.459,38	29.856,48	38,14
07011002	Outro	65.400,00	54.797,10		54.797,10	24.940,62	10.602,90	40.459,38	29.856,48	38,14
070111	Ferramentas e utensílios	11.000,00	9.101,58		9.101,58	8.233,69	1.898,42	2.766,31	867,89	74,85
070113	Investimentos Incorporáveis	111.179,98	106.754,69	21.716,60	128.471,29	64.235,65	4.425,29	46.944,33	42.519,04	57,78
070115	Outros investimentos	627.040,54	527.088,49	27.862,99	554.951,48	297.902,95	99.952,05	329.137,59	229.185,54	47,51
0702	LOCAÇÃO FINANCEIRA	1,00					1,00	1,00		
070205	Material de transporte-locação financeira	1,00					1,00	1,00		
0703	BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	5.106.428,64	4.376.997,79	820.056,11	5.197.053,90	2.187.365,38	729.430,85	2.919.063,26	2.189.632,41	42,84
070302	EDIFÍCIOS	521.000,00	39.888,59		39.888,59	33.951,99	481.111,41	487.048,01	5.936,60	6,52
07030205	Escolas	521.000,00	39.888,59		39.888,59	33.951,99	481.111,41	487.048,01	5.936,60	6,52
070303	OUTRAS CONSTRUÇÕES E INFRA-ESTRUTURAS	4.583.928,64	4.337.109,20	820.056,11	5.157.165,31	2.153.413,39	246.819,44	2.430.515,25	2.183.695,81	46,98
07030301	Viadutos, arruamentos e complementares	1.430.208,40	1.247.356,63		1.247.356,63	882.034,37	182.851,77	548.174,03	365.322,26	61,67
07030302	Sistemas drenagem e águas residuais	2.039.586,33	1.992.920,86		1.992.920,86	725.748,72	46.665,47	1.313.837,61	1.267.172,14	35,58

(a) (11 = 7 / 3 + 100)

MAPA DO CONTROLE ORÇAMENTAL DA DESPESA

ENTIDADE CMC - MUNICÍPIO DE CAMINHA

Período: 2018/01/01 a 2018/12/31

AVG 2019
PAG. 4

CLASSIFICAÇÃO		DOTAÇÕES CORRIGIDAS (3)	COMPROMISSOS ASSUMIDOS			DESPESA PAGA (7)	DIFERENÇAS			GRAU DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA (11) a)
ECONÔMICA (1)	DESCRIÇÃO (2)		EXERCÍCIO (4)	EXERCÍCIOS FUTUROS (5)	TOTAL (6)		DOTAÇÃO NÃO COMPROMETIDA { 8 = 3 - 4 }	SALDO { 9 = 3 - " }	COMPROMISSOS POR PAGAR { 10 = 4 - 7 }	
07030304	Iluminação pública	18.378,44	18.359,91		18.359,91	13.156,73	18,53	5.221,71	5.203,18	71,59
07030305	Parques e jardins	11.000,00	9.666,81		9.666,81	5.453,35	1.333,15	5.546,65	4.213,49	49,58
07030307	Captação e distribuição de água	24.500,00	16.481,03		16.481,03	9.090,13	8.018,97	15.409,87	7.390,90	37,10
07030308	Viação rural	566.005,85	564.204,13	57.885,00	622.089,13	464.197,64	1.801,72	101.808,21	100.006,49	82,01
07030309	Sinalização e trânsito	2.500,00	1.653,86		1.653,86	1.653,86	846,14	846,14		66,15
07030312	Cemitérios	250,00					250,00	250,00		
07030313	Outros	491.499,62	486.465,94	762.171,11	1.248.637,05	52.078,59	5.033,68	439.421,03	434.387,35	10,60
070305	Bens de patrimônio, artístico e cultural	1.500,00					1.500,00	1.500,00		
08	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	496.320,00	479.473,47		479.473,47	317.186,13	16.846,53	179.133,87	162.287,34	63,91
0805	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	486.320,00	473.473,47		473.473,47	311.186,13	12.846,53	175.133,87	162.287,34	63,99
080501	CONTINENTE	486.320,00	473.473,47		473.473,47	311.186,13	12.846,53	175.133,87	162.287,34	63,99
08050102	Freguesias	486.320,00	473.473,47		473.473,47	311.186,13	12.846,53	175.133,87	162.287,34	63,99
0807	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	10.000,00	6.000,00		6.000,00	6.000,00	4.000,00	4.000,00		60,00
080701	Instituições sem fins lucrativos	10.000,00	6.000,00		6.000,00	6.000,00	4.000,00	4.000,00		60,00
09	ACTIVOS FINANCEIROS	138.908,75	133.908,75		133.908,75	133.908,75	5.000,00	5.000,00		96,40
0907	ACÇÕES E OUTRAS PARTICIPAÇÕES	5.000,00					5.000,00	5.000,00		
090702	Sociedades e quase-sociedades não financeiras - Públicas	5.000,00					5.000,00	5.000,00		
0908	UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO	133.908,75	133.908,75		133.908,75	133.908,75				100,00
090802	Sociedades e quase-sociedades não financeiras - Públicas	80.345,25	80.345,25		80.345,25	80.345,25				100,00
090806	Administração Pública Central - Serviços e Fundos	53.563,50	53.563,50		53.563,50	53.563,50				100,00
	Autónomos									
10	PASSIVOS FINANCEIROS	1.118.956,07	1.117.757,71	1.202.244,03	2.320.001,74	1.112.239,27	1.198,36	6.716,80	5.518,44	99,40
1005	EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO	434.500,00	434.500,00		434.500,00	434.500,00				100,00
100503	Soc.financeiras - Bancos e outras instituições financeiras	434.500,00	434.500,00		434.500,00	434.500,00				100,00
1006	EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZOS	678.937,07	677.739,27	1.180.630,25	1.858.369,52	677.739,27	1.197,80	1.197,80		99,82
100603	Soc.financeiras - Bancos e outras instituições financeiras	312.937,07	312.930,41	1.180.630,25	1.493.560,66	312.930,41	6,66	6,66		100,00
100606	Administração Pública Central - Serviços e Fundos	366.000,00	364.808,86		364.808,86	364.808,86	1.191,14	1.191,14		99,67
	Autónomos									
1007	OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS	5.519,00	5.518,44	21.613,78	27.132,22		0,56	5.519,00	5.518,44	
100705	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CENTRAL- ESTADO	5.519,00	5.518,44	21.613,78	27.132,22		0,56	5.519,00	5.518,44	
11	OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	251.000,00	250.796,54	401.593,08	652.389,62	250.796,54	203,46	203,46		99,92
1102	DIVERSAS	251.000,00	250.796,54	401.593,08	652.389,62	250.796,54	203,46	203,46		99,92
110299	Outras	251.000,00	250.796,54	401.593,08	652.389,62	250.796,54	203,46	203,46		99,92
TOTAL		22.927.782,15	21.221.175,56	4.503.541,84	25.724.717,40	16.800.452,73	1.706.606,59	6.127.329,42	4.420.722,83	73,28

(a) (11 = 7 / 3 * 100)

Em ___ de _____ de _____

Em ___ de _____ de _____

MAPA DO CONTROLO ORÇAMENTAL DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA

ENTIDADE

CMC

-

MUNICÍPIO DE CAMINHA

Período: 2018/01/01 a 2018/12/31

ANO 2018

PÁG. 1

CLASSIFICAÇÃO		DOTAÇÕES CORRIGIDAS	COMPROMISSOS ASSUMIDOS			DESPESA PAGA	DIFERENÇAS			GRAU DE EXECUÇÃO DA DESPESA (11) a)
CÓDIGO (1)	DESCRIÇÃO (2)		EXERCÍCIO (4)	EXERCÍCIOS FUTUROS (5)	TOTAL (6)		DOTAÇÃO NÃO COMPROMETIDA { 8 = 3 - 4 }	SALDO { 9 = 3 - 7 }	COMPROMISSOS POR PAGAR { 10 = 4 - 7 }	
01	ADMINISTRAÇÃO AUTARQUICA	2.799.819,07	2.746.385,94	1.354.305,25	4.100.691,19	2.541.910,47	53.433,13	257.908,60	204.475,47	90,79
0101	ASSEMBLEIA MUNICIPAL	33.193,80	24.622,02		24.622,02	20.501,39	8.571,78	12.692,41	4.120,63	61,76
01	DESPESAS COM O PESSOAL	21.000,00	13.100,71		13.100,71	13.100,71	7.899,29	7.899,29		62,38
0102	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS	21.000,00	13.100,71		13.100,71	13.100,71	7.899,29	7.899,29		62,38
010213	OUTROS SUPLEMENTOS E PRÉMIOS	21.000,00	13.100,71		13.100,71	13.100,71	7.899,29	7.899,29		62,38
01021303	Senhas de presença	21.000,00	13.100,71		13.100,71	13.100,71	7.899,29	7.899,29		62,38
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	12.193,80	11.521,31		11.521,31	7.400,68	672,49	4.793,12	4.120,63	60,69
0201	Aquisição de bens	145,00	129,38		129,38	129,38	15,62	15,62		89,23
020108	Material de escritório									
020121	Outros bens	145,00	129,38		129,38	129,38	15,62	15,62		89,23
0202	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	12.048,80	11.391,93		11.391,93	7.271,30	656,87	4.777,50	4.120,63	60,35
020217	Publicidade	2.907,00	2.621,75		2.621,75	864,50	285,25	2.042,50	1.757,25	29,74
020225	OUTROS SERVIÇOS	9.141,80	8.770,18		8.770,18	6.406,80	371,62	2.735,00	2.363,38	70,08
02022599	Outros	9.141,80	8.770,18		8.770,18	6.406,80	371,62	2.735,00	2.363,38	70,08
0102	CAMARA MUNICIPAL	1.653.188,20	1.609.524,65	173.675,00	1.783.199,65	1.409.169,81	43.663,55	244.018,39	200.354,84	85,24
01	DESPESAS COM O PESSOAL	368.250,00	359.464,18		359.464,18	359.464,18	8.785,82	8.785,82		97,61
0101	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES	294.250,00	289.446,34		289.446,34	289.446,34	4.803,66	4.803,66		98,37
010101	Titulares órgãos soberania e membros órgãos autárquicos	215.000,00	213.437,65		213.437,65	213.437,65	1.562,35	1.562,35		99,27
010111	Representação	31.250,00	31.196,28		31.196,28	31.196,28	53,72	53,72		99,83
010113	Subsídio de refeição	11.000,00	9.058,23		9.058,23	9.058,23	1.941,77	1.941,77		82,35
010114	Subsídio de férias e de Natal	36.000,00	35.754,18		35.754,18	35.754,18	245,82	245,82		99,32
010115	Remunerações por doença e maternidade/paternidade	1.000,00					1.000,00	1.000,00		
0102	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS	9.000,00	7.554,80		7.554,80	7.554,80	1.445,20	1.445,20		83,94
010204	Ajudas de custo	1.000,00					1.000,00	1.000,00		
010213	OUTROS SUPLEMENTOS E PRÉMIOS	8.000,00	7.554,80		7.554,80	7.554,80	445,20	445,20		94,44
01021303	Senhas de presença	8.000,00	7.554,80		7.554,80	7.554,80	445,20	445,20		94,44
0103	SEGURANÇA SOCIAL	65.000,00	62.463,04		62.463,04	62.463,04	2.536,96	2.536,96		96,10
010301	Encargos com saúde	1.000,00	261,61		261,61	261,61	738,39	738,39		26,16
010305	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL	64.000,00	62.201,43		62.201,43	62.201,43	1.798,57	1.798,57		97,19
01030502	Segurança social pessoal em regime de trabalho de contrato trabalho em funções públicas (RCTPP)	64.000,00	62.201,43		62.201,43	62.201,43	1.798,57	1.798,57		97,19
0103050201	Caixa Geral de Aposentações	13.982,67	12.184,65		12.184,65	12.184,65	1.798,02	1.798,02		87,14
0103050202	Segurança social - Regime geral	50.017,33	50.016,78		50.016,78	50.016,78	0,55	0,55		100,00
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	65.842,00	64.646,84	27.675,00	92.321,84	64.646,84	1.195,16	1.195,16		98,18
0201	Aquisição de bens	1.000,00	279,34		279,34	279,34	720,66	720,66		27,93
020102	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES									
02010202	Gasóleo									
020108	Material de escritório									
020121	Outros bens	1.000,00	279,34		279,34	279,34	720,66	720,66		27,93
0202	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	64.842,00	64.367,50	27.675,00	92.042,50	64.367,50	474,50	474,50		99,27
020213	Deslocações e estadas	1.735,00	1.579,50		1.579,50	1.579,50	155,50	155,50		91,04
020214	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	62.607,00	62.607,00	27.675,00	90.282,00	62.607,00				100,00
020217	Publicidade									
020225	OUTROS SERVIÇOS	500,00	181,00		181,00	181,00	319,00	319,00		36,20
02022599	Outros	500,00	181,00		181,00	181,00	319,00	319,00		36,20
04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	694.276,20	679.115,33	146.000,00	825.115,33	660.121,09	15.160,87	34.155,11	18.994,24	95,08
0405	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	266.550,00	254.105,95		254.105,95	248.769,43	12.444,05	17.780,57	5.336,52	93,33
040501	CONTINENTE	266.550,00	254.105,95		254.105,95	248.769,43	12.444,05	17.780,57	5.336,52	93,33
04050102	Freguesias	231.900,00	229.843,07		229.843,07	224.506,55	2.056,93	7.393,45	5.336,52	96,81
04050104	Associação de Municípios	34.650,00	24.262,88		24.262,88	24.262,88	10.387,12	10.387,12		70,02
0407	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	426.200,00	423.483,18	146.000,00	569.483,18	409.825,46	2.716,82	16.374,54	13.657,72	96,16
040701	Instituições sem fins lucrativos	426.200,00	423.483,18	146.000,00	569.483,18	409.825,46	2.716,82	16.374,54	13.657,72	96,16
0408	FAMÍLIAS	1.526,20	1.526,20		1.526,20	1.526,20				100,00
040802	Outras	1.526,20	1.526,20		1.526,20	1.526,20				100,00

{a} (11 = 7 / 3 * 100)

MAPA DO CONTROLO ORÇAMENTAL DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA

ENTIDADE CHC MUNICÍPIO DE CANTINHA

Período: 2018/01/01 a 2018/12/31

ANO 2018

PAG

CLASSIFICAÇÃO		DOTAÇÕES	COMPROMISSOS ASSUMIDOS			DESPESA PAGA	DIFERENÇAS			GRAU DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA (11) a)
CÓDIGO (1)	DESCRIÇÃO (2)		CORRIGIDAS (3)	EXERCÍCIO (4)	EXERCÍCIOS FUTUROS (5)		TOTAL (6)	DOTAÇÃO NÃO COMPROMETIDA (8 = 3 - 4)	SALDO (9 = 3 - 7)	
07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	28.500,00	26.824,83		26.824,83	7.751,57	1.675,17	20.748,43	19.073,26	27.20
0701	INVESTIMENTOS	28.500,00	26.824,83		26.824,83	7.751,57	1.675,17	20.748,43	19.073,26	27.20
070103	EDIFÍCIOS	27.500,00	26.824,83		26.824,83	7.751,57	675,17	19.748,43	19.073,26	28.19
07010301	Instalações de serviços	27.500,00	26.824,83		26.824,83	7.751,57	675,17	19.748,43	19.073,26	28.19
070110	Equipamento básico	1.000,00					1.000,00	1.000,00		
07011002	Outro	1.000,00					1.000,00	1.000,00		
08	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	496.320,00	479.473,47		479.473,47	317.186,13	16.846,53	179.133,87	162.287,34	63.91
0805	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	486.320,00	473.473,47		473.473,47	311.186,13	12.846,53	175.133,87	162.287,34	63.99
080501	CONTINENTE	486.320,00	473.473,47		473.473,47	311.186,13	12.846,53	175.133,87	162.287,34	63.99
08050102	Freguesias	486.320,00	473.473,47		473.473,47	311.186,13	12.846,53	175.133,87	162.287,34	63.99
0807	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	10.000,00	6.000,00		6.000,00	6.000,00	4.000,00	4.000,00		60.00
080701	Instituições sem fins lucrativos	10.000,00	6.000,00		6.000,00	6.000,00	4.000,00	4.000,00		60.00
0808	FAMÍLIAS									
080802	Outras									
0103	OPERAÇÕES FINANCEIRAS	1.113.437,07	1.112.239,27	1.180.630,25	2.292.869,52	1.112.239,27	1.197,80	1.197,80		99.89
10	PASSIVOS FINANCEIROS	1.113.437,07	1.112.239,27	1.180.630,25	2.292.869,52	1.112.239,27	1.197,80	1.197,80		99.89
1005	EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO	434.500,00	434.500,00		434.500,00	434.500,00				100.00
100503	Soc.financeiras - Bancos e outras instituições financeiras	434.500,00	434.500,00		434.500,00	434.500,00				100.00
1006	EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZOS	678.937,07	677.739,27	1.180.630,25	1.858.369,52	677.739,27	1.197,80	1.197,80		99.82
100603	Soc.financeiras - Bancos e outras instituições financeiras	312.937,07	312.930,41	1.180.630,25	1.493.560,66	312.930,41	6,66	6,66		100.00
100606	Administração Pública Central - Serviços e Fundos Autônomos	366.000,00	364.808,86		364.808,86	364.808,86	1.191,14	1.191,14		99.67
02	SERVIÇOS MUNICIPAIS	20.127.963,08	18.474.789,62	3.149.236,59	21.624.026,21	14.258.542,26	1.653.173,46	5.869.420,82	4.216.247,36	70.84
01	DESPESAS COM O PESSOAL	4.677.600,10	4.619.125,62	97.957,29	4.717.082,91	4.595.348,28	58.474,48	82.251,82	23.777,34	98.24
0101	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES	3.539.520,54	3.515.816,43		3.515.816,43	3.515.816,43	23.704,11	23.704,11		99.33
010104	PESSOAL DOS QUADROS - REGIME DE CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO	2.598.595,05	2.588.098,12		2.588.098,12	2.588.098,12	10.496,93	10.496,93		99.60
01010401	Pessoal em funções	2.598.150,00	2.588.098,12		2.588.098,12	2.588.098,12	2.051,88	2.051,88		99.92
01010402	Alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório	3.445,05					3.445,05	3.445,05		
01010404	Recrutamento de pessoal para novos postos de trabalho	5.000,00					5.000,00	5.000,00		
010106	PESSOAL CONTRATADO A TERMO									
01010601	Pessoal em funções									
010108	Pessoal aguardando aposentação	1.000,00	115,02		115,02	115,02	884,98	884,98		11.50
010109	Pessoal em qualquer outra situação	100.000,00	95.982,75		95.982,75	95.982,75	4.017,25	4.017,25		95.98
010111	Representação	9.600,00	9.350,88		9.350,88	9.350,88	249,12	249,12		97.41
010112	Suplementos e prémios	1.000,00					1.000,00	1.000,00		
010113	Subsídio de refeição	284.025,00	279.811,52		279.811,52	279.811,52	4.213,48	4.213,48		98.52
010114	Subsídio de férias e de Natal	471.360,00	471.023,27		471.023,27	471.023,27	336,73	336,73		99.93
010115	Remunerações por doença e maternidade/paternidade	73.940,49	71.434,87		71.434,87	71.434,87	2.505,62	2.505,62		96.61
0102	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS	103.175,00	91.083,38		91.083,38	91.083,38	12.091,62	12.091,62		88.28
010202	Horas extraordinárias	40.905,00	40.890,81		40.890,81	40.890,81	14,19	14,19		99.97
010203	Alimentação e alojamento	100,00					100,00	100,00		
010204	Ajudas de custo	16.500,00	9.586,64		9.586,64	9.586,64	6.913,36	6.913,36		58.10
010205	Abono para falhas	13.070,00	11.052,68		11.052,68	11.052,68	2.017,32	2.017,32		84.57
010206	Formação	2.500,00					2.500,00	2.500,00		
010210	Subsídio de trabalho nocturno									
010211	Subsídio de turno	30.000,00	29.553,25		29.553,25	29.553,25	446,75	446,75		98.51
010214	Outros abonos em numerário ou espécie	100,00					100,00	100,00		
0103	SEGURANÇA SOCIAL	1.034.904,56	1.012.225,81	97.957,29	1.110.183,10	988.448,47	22.678,75	46.456,09	23.777,34	95.51
010301	Encargos com saúde	161.904,56	161.706,61		161.706,61	151.923,17	197,95	9.981,39	9.783,44	93.84
010303	Subsídio familiar a crianças e jovens	18.000,00	16.245,02		16.245,02	16.245,02	1.754,98	1.754,98		90.25
010304	Outras prestações familiares	100,00					100,00	100,00		
010305	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL	803.700,00	792.621,62		792.621,62	792.621,62	11.078,38	11.078,38		98.62

MAPA DO CONTROLO ORÇAMENTAL DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL

ENTIDADE

CMC

-

MUNICÍPIO DE CAMINHA

ANO 2018

Período: 2018/01/01 a 2018/12/31

PAG. 3

CLASSIFICAÇÃO		DOTAÇÕES CORRIGIDAS	COMPROMISSOS ASSUMIDOS			DESPESA PAGA	DIFERENÇAS			GRAU DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA (11) a)
CÓDIGO (1)	DESCRIÇÃO (2)		EXERCÍCIO (4)	EXERCÍCIOS FUTUROS (5)	TOTAL (6)		DOTAÇÃO NÃO COMPROMETIDA (8 = 3 - 4)	SALDO (9 = 3 - 7)	COMPROMISSOS POR PAGAR (10 = 4 - 7)	
01030502	Segurança social pessoal em regime de trabalho de contrato trabalho em funções públicas (RCTPP)	795.000,00	783.996,04		783.996,04	783.996,04	11.003,96	11.003,96		98,62
0103050201	Caixa Geral de Aposentações	420.000,00	409.791,30		409.791,30	409.791,30	10.208,70	10.208,70		97,57
0103050202	Segurança social - Regime geral	375.000,00	374.204,74		374.204,74	374.204,74	795,26	795,26		99,79
01030503	Outros	8.000,00	8.625,58		8.625,58	8.625,58	74,42	74,42		99,14
010306	Acidentes em serviço e doenças profissionais	100,00				100,00		100,00		
010309	SEGUROS	50.000,00	41.652,56	97.957,29	139.609,85	27.658,66	8.347,44	22.341,34	13.993,90	55,32
01030901	Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	50.000,00	41.652,56	97.957,29	139.609,85	27.658,66	8.347,44	22.341,34	13.993,90	55,32
010310	OUTRAS DESPESAS DE SEGURANÇA SOCIAL	1.100,00					1.100,00	1.100,00		
01031001	Eventualidade maternidade, paternidade e adopção	1.000,00					1.000,00	1.000,00		
01031099	Outras despesas de segurança social	100,00					100,00	100,00		
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	8.150.045,37	7.663.313,86	1.447.476,05	9.110.789,91	6.111.766,43	486.731,51	2.038.278,94	1.551.547,43	74,99
0201	Aquisição de bens	1.949.930,66	1.857.218,02	971.311,88	2.828.529,90	1.602.726,43	92.712,64	347.204,23	254.491,59	82,19
020101	Matérias-primas e subsidiárias	34.200,00	34.107,48		34.107,48	20.514,70	92,52	13.685,30	13.592,78	59,90
020102	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	404.100,00	397.635,89		397.635,89	317.765,35	6.464,11	86.334,65	79.870,54	78,64
02010201	Gasolina	21.000,00	20.741,01		20.741,01	18.241,01	258,99	2.758,99	2.500,00	85,85
02010202	Gasóleo	256.100,00	255.238,17		255.238,17	205.991,97	861,83	50.108,03	49.246,20	80,43
02010299	Outros	127.000,00	121.656,71		121.656,71	93.532,37	5.343,29	33.467,63	28.124,34	73,65
020104	Limpeza e higiene	10.900,00	10.746,29		10.746,29	3.909,97	153,71	6.990,03	6.836,32	35,87
020105	Alimentação - Refeições confeccionadas	259.550,00	243.537,13		243.537,13	208.582,72	16.012,87	50.857,28	34.854,41	80,40
020107	Vestuário e artigos pessoais	10.750,00	4.212,71		4.212,71	408,74	6.537,29	10.341,26	3.803,97	3,80
020108	Material de escritório	41.650,00	41.334,33		41.334,33	31.319,74	315,67	10.330,26	10.014,59	75,20
020112	Material de transporte - Peças	27.500,00	27.271,66		27.271,66	15.877,50	228,34	11.622,50	11.394,16	57,74
020115	Prémios, condecorações e ofertas	4.000,00	3.047,18		3.047,18	2.631,58	952,82	1.368,32	415,50	65,79
020116	MERCADORIAS PARA VENDA	890.170,66	836.506,22	971.311,88	1.807.818,10	836.506,22	53.664,44	53.664,44		93,97
02011601	Água	432.100,00	430.362,52	446.803,50	877.166,02	430.362,52	1.737,48	1.737,48		99,60
02011603	Outros	458.070,66	406.143,70	524.508,38	930.652,08	406.143,70	51.926,96	51.926,96		88,66
0201160301	Saneamento	458.070,66	406.143,70	524.508,38	930.652,08	406.143,70	51.926,96	51.926,96		88,66
020117	Ferramentas e utensílios	14.650,00	14.294,04		14.294,04	8.880,27	355,96	5.769,73	5.413,77	60,62
020118	Livros e documentação técnica	1.000,00	53,00		53,00		947,00	1.000,00	53,00	
020119	Artigos honoríficos e decoração	500,00					500,00	500,00		
020120	Material de educação, cultura e recreio	90.500,00	88.371,90		88.371,90	58.592,70	2.128,10	31.907,30	29.779,20	64,74
020121	Outros bens	160.460,00	156.100,19		156.100,19	97.636,84	4.359,81	62.823,16	58.463,35	60,85
0202	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	6.200.114,71	5.806.095,84	476.164,17	6.282.260,01	4.509.040,00	394.018,87	1.631.074,71	1.297.055,84	72,73
020201	Encargos das instalações	446.700,00	443.810,62		443.810,62	385.143,90	2.869,38	61.556,10	58.666,72	86,22
020202	Limpeza e higiene	134.450,00	120.914,59	123.576,14	244.490,73	102.640,59	13.535,41	31.809,41	18.274,00	76,34
020203	Conservação de bens	69.680,00	69.018,29		69.018,29	34.246,23	661,71	35.433,77	34.772,06	49,15
020204	Locação de edifícios	582.502,79	582.498,59	50.003,85	632.502,44	579.094,81	4,20	3.407,98	3.403,78	99,41
020209	Comunicações	165.000,00	162.529,16		162.529,16	144.158,14	2.470,84	20.841,86	18.371,02	87,37
020210	Transportes	495.345,00	452.564,19		452.564,19	393.243,20	42.780,81	102.101,80	59.320,99	79,39
020211	Representação dos serviços	1.000,00					1.000,00	1.000,00		
020212	Seguros	55.600,00	48.957,23	71.561,44	120.518,67	47.107,96	6.642,77	8.492,04	1.849,27	84,73
020213	Deslocações e estadas	1.000,00	90,00		90,00		910,00	910,00		9,00
020214	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	19.000,00	17.149,00	21.894,00	39.042,00	12.586,75	1.852,00	6.413,25	4.561,25	66,25
020215	Formação	7.350,00	5.870,55		5.870,55	5.870,55	1.479,45	1.479,45		79,87
020216	Seminários, exposições e similares	19.750,00	19.656,83		19.656,83	13.496,81	93,17	6.253,19	6.160,02	68,34
020217	Publicidade	143.585,00	142.483,47	5.959,35	149.442,82	99.017,96	101,53	44.567,02	44.465,49	68,96
020218	Vigilância e segurança	15.000,00	1.660,50		1.660,50	1.660,50	13.339,50	13.339,50		11,07
020219	Assistência técnica	81.900,00	81.477,47	49.166,08	130.643,55	47.785,15	422,53	34.114,85	33.692,32	58,35
020220	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS	443.250,00	441.773,74	41.195,24	482.968,98	258.295,78	1.476,26	184.954,22	183.477,96	58,27
02022099	Outros	443.250,00	441.773,74	41.195,24	482.968,98	258.295,78	1.476,26	184.954,22	183.477,96	58,27
020224	Encargos de cobrança receitas	150.000,00	146.965,02		146.965,02	144.843,29	3.034,98	5.156,71	2.121,73	96,56
020225	OUTROS SERVIÇOS	3.369.001,92	3.067.677,59	112.808,07	3.180.485,66	2.239.750,36	301.324,33	1.129.243,56	827.919,23	66,48
02022501	Educação	271.043,36	201.486,20	26.654,47	228.142,67	152.568,22	69.555,16	118.475,14	48.919,98	56,29
02022502	Limpeza urbana	654.552,21	444.608,56		444.608,56	426.975,60	209.943,65	227.576,61	17.632,96	65,23
02022503	Iluminação pública	645.500,00	645.469,75		645.469,75	559.467,46	30,25	86.032,52	86.002,27	86,67

MAPA DO CONTROLE ORÇAMENTAL DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO ORÇÂNICA

ENTIDADE CMC - MUNICÍPIO DE CAMINHA

Período: 2018/01/01 a 2018/12/31

ANO 2018
PAG. 4

CLASSIFICAÇÃO		DOTAÇÕES CORRIGIDAS (3)	COMPROMISSOS ASSUMIDOS			DESPESA PAGA (7)	DIFERENÇAS			GRAU DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA (11) a)
CÓDIGO (1)	DESCRIÇÃO (2)		EXERCÍCIO (4)	EXERCÍCIOS FUTUROS (5)	TOTAL (6)		DOTAÇÃO NÃO COMPROMETIDA (8 = 3 - 4)	SALDO (9 = 3 - 7)	COMPROMISSOS POR PAGAR (10 = 4 - 7)	
02022504	Atividade sócio-cultural	1.276.037,97	1.274.504,84	2.460,00	1.276.964,84	768.413,36	1.533,13	507.624,61	506.091,48	60.22
02022505	Atividade desportiva e de lazer	288.283,35	286.108,16	2.900,00	289.008,16	237.870,73	2.175,19	50.412,62	48.237,43	82.51
02022599	Outros	233.585,03	215.498,08	80.793,60	296.291,68	94.462,57	18.086,95	139.122,06	121.035,11	40.44
03	JUROS E OUTROS ENCARGOS	125.877,62	110.931,94	248.394,27	359.326,21	110.909,49	14.945,68	14.968,13	22,45	88.11
0301	Juros da dívida pública	82.500,00	67.619,79	138.255,45	205.875,24	67.597,34	14.880,21	14.902,66	22,45	81.94
030103	SOCIEDADES FINANCEIRAS- BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	37.500,00	28.079,13	138.255,45	166.334,58	28.056,68	9.420,87	9.443,32	22,45	74.82
03010301	Empréstimos de curto prazo	3.000,00	739,43		739,43	716,98	2.260,57	2.283,02	22,45	23.90
03010302	Empréstimos de médio e longo prazos	34.500,00	27.339,70	138.255,45	165.595,15	27.339,70	7.160,30	7.160,30		79.25
030106	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CENTRAL- SERVIÇOS E FUNDOS AUTÔNOMOS	45.000,00	39.540,66		39.540,66	39.540,66	5.459,34	5.459,34		87.87
0303	JUROS DE LOCAÇÃO FINANCEIRA	1,00					1,00	1,00		
030305	Material de transporte	1,00					1,00	1,00		
0305	OUTROS JUROS	43.376,62	43.312,15	110.138,82	153.450,97	43.312,15	64,47	64,47		99.85
030502	Outros	43.376,62	43.312,15	110.138,82	153.450,97	43.312,15	64,47	64,47		99.85
04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	154.000,00	109.880,07		109.880,07	109.830,07	44.119,93	44.169,93	50,00	71.32
0407	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	106.000,00	83.930,00		83.930,00	83.880,00	22.070,00	22.120,00	50,00	79.13
040701	Instituições sem fins lucrativos	106.000,00	83.930,00		83.930,00	83.880,00	22.070,00	22.120,00	50,00	79.13
0408	FAMÍLIAS	48.000,00	25.950,07		25.950,07	25.950,07	22.049,93	22.049,93		54.06
040802	Outras	48.000,00	25.950,07		25.950,07	25.950,07	22.049,93	22.049,93		54.06
06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	43.061,24	42.236,09		42.236,09	40.736,09	825,15	2.325,15	1.500,00	94.60
0602	DIVERSAS	43.061,24	42.236,09		42.236,09	40.736,09	825,15	2.325,15	1.500,00	94.60
060203	OUTRAS	43.061,24	42.236,09		42.236,09	40.736,09	825,15	2.325,15	1.500,00	94.60
06020301	Outras restituições	15.000,00	14.922,88		14.922,88	14.922,88	77,12	77,12		99.49
06020304	Serviços bancários	1.650,00	1.416,61		1.416,61	1.416,61	233,39	233,39		85.86
06020305	Outras	26.411,24	25.896,60		25.896,60	24.396,60	514,64	2.014,64	1.500,00	92.37
07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	6.581.951,00	5.539.078,31	932.202,12	6.471.280,43	2.905.246,61	1.042.872,69	3.676.704,39	2.633.831,70	44.14
0701	INVESTIMENTOS	1.475.521,36	1.162.080,52	112.146,01	1.274.226,53	717.881,23	313.440,84	757.640,13	444.199,29	48.65
070102	Habitacões	500,00					500,00	500,00		
07010203	Reparação e Beneficiação	500,00					500,00	500,00		
070103	EDIFÍCIOS	9.376,10	3.376,10		3.376,10		6.000,00	9.376,10	3.376,10	
07010301	Instalações de serviços									
07010302	Instalações desportivas e recreativas	3.376,10	3.376,10		3.376,10			3.376,10	3.376,10	
07010303	Mercados e instalações de fiscalização sanitária	5.000,00					5.000,00	5.000,00		
07010305	ESCOLAS	1.000,00					1.000,00	1.000,00		
070104	CONSTRUÇÕES DIVERSAS	167.300,84	22.143,38		22.143,38	22.143,38	145.157,46	145.157,46		13.24
07010406	Instalações desportivas e recreativas	45.000,00	22.143,38		22.143,38	22.143,38	22.856,62	22.856,62		49.21
07010413	Outros	116.300,84					116.300,84	116.300,84		
07010499	Outros	6.000,00					6.000,00	6.000,00		
070106	MATERIAL DE TRANSPORTE	111.150,00	108.884,00		108.884,00	92.279,00	2.266,00	18.871,00	16.605,00	83.02
07010602	Outro	111.150,00	108.884,00		108.884,00	92.279,00	2.266,00	18.871,00	16.605,00	83.02
070107	Equipamento de informática	137.927,79	111.884,58		111.884,58	80.591,76	26.043,21	57.336,03	31.292,82	58.43
070108	Software informático	228.772,21	217.000,18	62.566,42	279.566,60	126.503,76	11.772,03	102.268,45	90.496,42	55.30
070109	Equipamento administrativo	6.873,90	1.050,42		1.050,42	1.050,42	5.823,48	5.823,48		15.28
070110	Equipamento básico	64.400,00	54.797,10		54.797,10	24.940,62	9.602,90	39.459,38	29.856,48	38.73
07011002	Outro	64.400,00	54.797,10		54.797,10	24.940,62	9.602,90	39.459,38	29.856,48	38.73
070111	Ferramentas e utensílios	11.000,00	9.101,58		9.101,58	8.233,69	1.898,42	2.766,31	867,89	74.85
070113	Investimentos Incorpóreos	111.179,98	106.754,69	21.716,60	128.471,29	64.235,65	4.425,29	46.944,33	42.519,04	57.78
070115	Outros investimentos	627.040,54	527.088,49	27.862,99	554.951,48	297.902,95	99.952,05	329.137,99	229.185,54	47.51
0702	LOCAÇÃO FINANCEIRA	1,00					1,00	1,00		
070205	Material de transporte-locação financeira	1,00					1,00	1,00		
0703	BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	5.106.428,64	4.376.997,79	820.056,11	5.197.053,90	2.187.365,38	729.430,85	2.919.063,26	2.189.632,41	42.84
070302	EDIFÍCIOS	521.000,00	39.888,59		39.888,59	33.951,99	481.111,41	487.048,01	5.936,60	6.52
07030205	Escolas	521.000,00	39.888,59		39.888,59	33.951,99	481.111,41	487.048,01	5.936,60	6.52
070303	OUTRAS CONSTRUÇÕES E INFRA-ESTRUTURAS	4.583.928,64	4.337.109,20	820.056,11	5.157.165,31	2.153.413,39	246.819,44	2.430.515,25	2.183.695,81	46.98
07030301	Viadutos, arruamentos e complementares	1.430.208,40	1.247.356,63		1.247.356,63	882.034,37	182.851,77	548.174,03	365.322,26	61.67
07030302	Sistemas drenagem e águas residuais	2.039.586,33	1.992.920,86		1.992.920,86	725.748,72	46.665,47	1.313.837,61	1.267.172,14	35.58

MAPA DO CONTROLO ORÇAMENTAL DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO ORÇANICA

ENTIDADE

CMC

-

MUNICIPIO DE CAMINHA

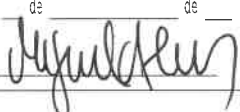
Período: 2018/01/01 a 2018/12/31

ANO 2018

PAG. 5

CLASSIFICAÇÃO		DOTAÇÕES CORRIGIDAS (3)	COMPROMISSOS ASSUMIDOS			DESPESA PAGA (7)	DIFERENÇAS			GRAU DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA (11) a)
CÓDIGO (1)	DESCRIÇÃO (2)		EXERCÍCIO (4)	EXERCÍCIOS FUTUROS (5)	TOTAL (6)		DOTAÇÃO NÃO COMPROMETIDA (8 = 3 - 4)	SALDO (9 = 3 - 7)	COMPROMISSOS POR PAGAR (10 = 4 - 5)	
07030304	Iluminação pública	18.378,44	18.359,91		18.359,91	13.156,73	18,53	5.221,71	5.203,18	71,59
07030305	Parques e jardins	11.000,00	9.666,84		9.666,84	5.453,35	1.333,16	5.546,65	4.213,49	49,58
07030307	Captação e distribuição de água	24.500,00	16.481,03		16.481,03	9.090,13	8.018,97	15.409,87	7.390,90	37,10
07030308	Viação rural	566.005,85	564.204,13	57.885,00	622.089,13	464.197,64	1.801,72	101.808,21	100.006,49	82,01
07030309	Sinalização e trânsito	2.500,00	1.653,86		1.653,86	1.653,86	846,14	846,14		66,15
07030312	Cemitérios	250,00					250,00	250,00		
07030313	Outros	491.499,62	486.465,94	762.171,11	1.248.637,05	52.078,59	5.033,68	439.421,03	434.387,35	10,60
070305	Bens de património, artístico e cultural	1.500,00					1.500,00	1.500,00		
09	ACTIVOS FINANCEIROS	138.908,75	133.908,75		133.908,75	133.908,75	5.000,00	5.000,00		96,40
0907	AÇÕES E OUTRAS PARTICIPAÇÕES	5.000,00					5.000,00	5.000,00		
090702	Sociedades e quase-sociedades não financeiras - Públicas	5.000,00					5.000,00	5.000,00		
0908	UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO	133.908,75	133.908,75		133.908,75	133.908,75				100,00
090802	Sociedades e quase-sociedades não financeiras - Públicas	80.345,25	80.345,25		80.345,25	80.345,25				100,00
090806	Administração Pública Central - Serviços e Fundos Autónomos	53.563,50	53.563,50		53.563,50	53.563,50				100,00
10	PASSIVOS FINANCEIROS	5.519,00	5.518,44	21.613,78	27.132,22		0,56	5.519,00	5.518,44	
1007	OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS	5.519,00	5.518,44	21.613,78	27.132,22		0,56	5.519,00	5.518,44	
100705	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CENTRAL- ESTADO	5.519,00	5.518,44	21.613,78	27.132,22		0,56	5.519,00	5.518,44	
11	OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	251.000,00	250.796,54	401.593,08	652.389,62	250.796,54	203,46	203,46		99,92
1102	DIVERSAS	251.000,00	250.796,54	401.593,08	652.389,62	250.796,54	203,46	203,46		99,92
110299	Outras	251.000,00	250.796,54	401.593,08	652.389,62	250.796,54	203,46	203,46		99,92
TOTAL		22.927.782,15	21.221.175,56	4.503.541,84	25.724.717,40	16.800.452,73	1.706.606,59	6.127.329,42	4.420.722,83	73,28

(a) (11 = 7 / 3 + 100)

Em _____ de _____ de _____


Em _____ de _____ de _____

Handwritten signature and initials in blue ink, located in the top right corner of the page. The signature is a stylized, cursive mark, and below it are the initials 'K' and 'Z'.

CONTROLO ORÇAMENTAL DA RECEITA – CÓDIGO POCAL 7.3.2

DOCUMENTO CONSTITUÍDO POR 3 PÁGINAS, NUMERADAS DE 1 A 3

MAPA DO CONTROLO ORÇAMENTAL DA RECEITA

ENTIDADE

CMC

-

MUNICIPIO DE CAMINHA

Período: 2018/01/01 a 2018/12/31

ANO 2018

PÁG. 1

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		PREVISÕES CORRIGIDAS	RECEITAS POR COBRAR NO INICIO DO ANO	RECEITAS LIQUIDADAS	LIQUIDAÇÕES ANULADAS	RECEITAS COBRADAS BRUTAS	REEMBOLSOS/RESTITUIÇÕES		RECEITA COBRADA LIQUIDA	RECEITAS POR COBRAR NO FINAL DO ANO	GRAU EXEC. FINAN DAS REC. (12) a
CÓDIGO	DESCRIÇÃO						EMITIDOS	PAGOS			
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	{ 10 = 7-9 }	(11=4+5-6-7)	(12) a
	RECEITAS CORRENTES	16.225.634,00	402.245,70	14.890.711,08	155.887,22	14.819.876,56			14.819.876,56	317.193,00	91.3
01	IMPOSTOS DIRECTOS	3.972.812,00		4.360.229,06	14.720,54	4.345.508,52			4.345.508,52		109.4
0102	Outros	3.972.812,00		4.360.229,06	14.720,54	4.345.508,52			4.345.508,52		109.4
010202	Imposto municipal sobre imóveis	2.683.396,00		2.863.149,15		2.863.149,15			2.863.149,15		106.7
010203	Imposto único de circulação	403.471,00		438.573,04		438.573,04			438.573,04		108.7
010204	Imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis	712.128,00		854.804,42	14.720,54	840.083,88			840.083,88		118.0
010205	Derrama	173.817,00		203.702,45		203.702,45			203.702,45		117.2
02	IMPOSTOS INDIRECTOS	52.641,00	4.705,06	46.825,38	1.856,12	43.591,80			43.591,80	6.082,52	82.8
0202	Outros	52.641,00	4.705,06	46.825,38	1.856,12	43.591,80			43.591,80	6.082,52	82.8
020206	Impostos indirectos especificos das autarquias locais	52.641,00	4.705,06	46.825,38	1.856,12	43.591,80			43.591,80	6.082,52	82.8
02020602	Loteamento e Obras	12.148,00		2.120,45	2,00	2.118,45			2.118,45		17.4
02020603	Ocupação de Via Pública	20.902,00	4.423,46	21.275,25	1.715,23	18.321,01			18.321,01	5.662,47	87.7
02020605	Publicidade	3.822,00	281,60	2.301,94	86,17	2.077,32			2.077,32	420,05	54.4
02020699	Outros	15.769,00		21.127,74	52,72	21.075,02			21.075,02		133.6
0202069901	Taxa Municipal Direitos de Passagem - TMDP	3.034,00		6.760,87		6.760,87			6.760,87		222.8
0202069999	Outros	12.735,00		14.366,87	52,72	14.314,15			14.314,15		112.4
04	TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	263.836,00	43.786,80	249.013,06	2.270,33	240.551,09			240.551,09	49.978,44	91.2
0401	Taxas	191.916,00	41.229,75	225.134,37	2.007,68	216.943,98			216.943,98	47.412,46	113.0
040123	Taxas especificas das autarquias locais	191.916,00	41.229,75	225.134,37	2.007,68	216.943,98			216.943,98	47.412,46	113.0
04012301	Mercados e Feiras	77.245,00	41.226,71	67.763,89	424,16	61.198,22			61.198,22	47.368,22	79.2
04012302	Loteamento e Obras	72.885,00		121.339,32	950,18	120.354,14			120.354,14	35,00	165.1
04012303	Ocupação de Via Pública	24.350,00		18.585,89	336,72	18.249,17			18.249,17		74.9
04012399	Outras	17.436,00	3,04	17.445,27	296,62	17.142,45			17.142,45	9,24	98.3
0401239999	Outras	17.436,00	3,04	17.445,27	296,62	17.142,45			17.142,45	9,24	98.3
0402	Multas e outras penalidades	71.920,00	2.557,05	23.878,69	262,65	23.607,11			23.607,11	2.565,98	32.8
040201	Juros de mora	69.976,00	21,95	14.343,75	1,92	14.332,90			14.332,90	30,88	20.5
040202	Juros compensatórios	1.270,00		2.756,18	260,73	2.495,45			2.495,45		196.5
040204	Coimas e penalidades por contra-ordenações	11,00									
040299	Multas e penalidades diversas	663,00	2.535,10	6.778,76		6.778,76			6.778,76	2.535,10	1022.4
04029901	Taxas de relaxe		2.535,10							2.535,10	
04029902	Outras	663,00		6.778,76		6.778,76			6.778,76		1022.4
05	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	1.226.700,00	5.541,90	1.028.679,33	376,31	1.027.767,90			1.027.767,90	6.077,02	83.8
0502	Juros - Sociedades financeiras	200,00									
050201	Bancos e outras instituições financeiras	200,00									
0507	Dividendos e particip. lucros soc.e quase soc.não financeiras	75.000,00		9.577,34		9.577,34			9.577,34		12.8
050703	Empresas privadas	75.000,00		9.577,34		9.577,34			9.577,34		12.8
0510	Rendas	1.151.500,00	5.541,90	1.019.101,99	376,31	1.018.190,56			1.018.190,56	6.077,02	88.4
051003	Habitacões	1.500,00		1.137,99		1.119,99			1.119,99	18,00	74.7
051004	Edifícios	100.000,00	5.541,90	83.574,53	376,31	82.681,10			82.681,10	6.059,02	82.7
051005	Bens de dominio publico	700.000,00		636.369,79		636.369,79			636.369,79		90.9

(a) (12 = 10 / 3 * 100)

MAPA DO CONTROLO ORÇAMENTAL DA RECEITA

ANO 2018

ENTIDADE CMC -

MUNICÍPIO DE CAMINHA

Período: 2018/01/01 a 2018/12/31

PÁG. 2

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		PREVISÕES CORRIGIDAS	RECEITAS POR COBRAR NO INÍCIO DO ANO	RECEITAS LIQUIDADAS	LIQUIDAÇÕES ANULADAS	RECEITAS COBRADAS BRUTAS	REEMBOLSOS/RESTITUIÇÕES		RECEITA COBRADA LIQUIDA	RECEITAS POR COBRAR NO FINAL DO ANO	GRAU EXEC. FINAN. DAS REC. (12) a
CÓDIGO	DESCRIÇÃO						EMITIDOS	PAGOS			
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10 = 7-9)	(11=4+5-6-7)	(12) a
051099	Outros	350.000,00		298.019,68		298.019,68			298.019,68		85.1
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	6.474.812,00		5.870.632,28		5.870.632,28			5.870.632,28		90.7
0603	Administração central	6.074.812,00		5.870.632,28		5.870.632,28			5.870.632,28		96.6
060301	Estado	5.939.810,00		5.795.987,15		5.795.987,15			5.795.987,15		97.6
06030101	Fundo de Equilíbrio Financeiro	5.181.018,00		5.181.018,00		5.181.018,00			5.181.018,00		100.0
06030102	Fundo Social Municipal	233.451,00		228.614,00		228.614,00			228.614,00		97.9
06030103	Participação variável no IRS	175.341,00		180.178,00		180.178,00			180.178,00		102.8
06030199	Outras	350.000,00		206.177,15		206.177,15			206.177,15		58.9
060306	Estado - Participação comunitária em projectos co-financiados	135.002,00		74.645,13		74.645,13			74.645,13		55.3
06030601	FEDER	135.000,00		68.145,13		68.145,13			68.145,13		50.5
06030602	FC	1,00									
06030699	Outros	1,00		6.500,00		6.500,00			6.500,00		65000 0.0
0609	RESTO DO MUNDO	400.000,00									
060904	União Europeia - Países membros	400.000,00									
07	VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	3.681.751,00	329.060,92	2.898.879,38	127.517,46	2.857.929,24			2.857.929,24	242.493,60	77.6
0701	Venda de bens	1.496.873,00	146.505,02	1.116.211,79	83.102,49	1.102.376,09			1.102.376,09	77.238,23	73.6
070103	Publicações e impressos	75,00		565,00		565,00			565,00		753.3
070108	Mercadorias	1.486.378,00	146.504,72	1.112.220,87	83.099,99	1.098.387,37			1.098.387,37	77.238,23	73.9
07010801	Água	1.486.378,00	146.504,72	1.112.220,87	83.099,99	1.098.387,37			1.098.387,37	77.238,23	73.9
070199	Outros	10.420,00	0,30	3.425,92	2,50	3.423,72			3.423,72		32.9
0702	Serviços	2.184.878,00	182.555,90	1.782.667,59	44.414,97	1.755.553,15			1.755.553,15	165.255,37	80.4
070208	Serviços sociais, recreativos, culturais e de desporto	177.760,00		91.259,79	7.536,27	77.887,21			77.887,21	5.836,31	43.8
07020804	Serviços desportivos	177.760,00		91.259,79	7.536,27	77.887,21			77.887,21	5.836,31	43.8
0702080400	Serviços desportivos	177.760,00		91.259,79	7.536,27	77.887,21			77.887,21	5.836,31	43.8
070209	Serviços específicos das autarquias	2.005.849,00	182.553,65	1.690.096,61	36.878,70	1.676.354,75			1.676.354,75	159.416,81	83.6
07020901	Saneamento	738.461,00	83.577,72	546.772,71	35.119,92	547.609,75			547.609,75	47.620,76	74.2
07020902	Resíduos sólidos	923.279,00	85.173,66	631.953,46	1.002,92	679.390,56			679.390,56	36.733,64	73.6
07020904	Trabalhos por conta de particulares	75.422,00	296,37	38.327,61		38.623,98			38.623,98		51.2
07020905	Cemitérios	4.368,00		3.864,99		3.864,99			3.864,99		88.5
07020906	Mercados e feiras	18.670,00		12.129,75	528,32	11.046,17			11.046,17	555,26	59.2
07020999	Outros	245.649,00	13.505,90	457.048,09	227,54	395.819,30			395.819,30	74.507,15	161.1
070299	Outros	1.269,00	2,25	1.311,19		1.311,19			1.311,19	2,25	103.3
07029999	Outros	1.269,00	2,25	1.311,19		1.311,19			1.311,19	2,25	103.3
08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	553.082,00	19.151,02	436.452,59	9.146,46	433.895,73			433.895,73	12.561,42	78.5
0801	outras	553.082,00	19.151,02	436.452,59	9.146,46	433.895,73			433.895,73	12.561,42	78.5
080199	Outras	553.082,00	19.151,02	436.452,59	9.146,46	433.895,73			433.895,73	12.561,42	78.5
08019903	IVA reembolsado	200.000,00		215.901,25		215.901,25			215.901,25		108.0
08019999	Diversas	353.082,00	19.151,02	220.551,34	9.146,46	217.994,48			217.994,48	12.561,42	61.7
	RECEITAS DE CAPITAL	6.564.322,00	1.277,52	2.201.492,23	26.382,70	2.175.109,53			2.175.109,53	1.277,52	33.1
09	VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	1,00									
0901	Terrenos	1,00									
090101	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	1,00									
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	6.128.820,00		1.565.231,11	26.382,70	1.538.848,41			1.538.848,41		25.1

(a) (12 = 10 / 3 + 100)

MAPA DO CONTROLO ORÇAMENTAL DA RECEITA

ANO 2018
PÁG. 3

ENTIDADE

CMC

MUNICÍPIO DE CAMINHA

Período: 2018/01/01 a 2018/12/31

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		PREVISÕES CORRIGIDAS (3)	RECEITAS POR COBRAR NO INÍCIO DO ANO (4)	RECEITAS LIQUIDADAS (5)	LIQUIDAÇÕES ANULADAS (6)	RECEITAS COBRADAS BRUTAS (7)	REEMBOLSOS/RESTITUIÇÕES		RECEITA COBRADA LIQUIDA (10 = 7-9)	RECEITAS POR COBRAR NO FINAL DO ANO (11=4+5-6-7)	GRAU EXEC. FINAN. DAS REC. (12)a
CÓDIGO (1)	DESCRIÇÃO (2)						EMITIDOS (8)	PAGOS (9)			
1003	Administração central	6.128.820,00		1.565.231,11	26.382,70	1.538.848,41			1.538.848,41		25.1
100301	Estado	575.669,00		575.669,00		575.669,00			575.669,00		100.0
10030101	Fundo de Equilíbrio Financeiro	575.669,00		575.669,00		575.669,00			575.669,00		100.0
100306	ESTADO- PARTICIPAÇÃO PORTUGUESAS EM PROJECTOS CO-FINANCIADOS	50.000,00									
10030699	Outros	50.000,00									
100307	Estado - Participação comunitária em projectos co-financiados	5.451.151,00		989.562,11	26.382,70	963.179,41			963.179,41		17.7
10030701	FEDER	3.248.150,00		989.562,11	26.382,70	963.179,41			963.179,41		29.7
10030703	FC	2.152.000,00									
10030704	FSE	51.000,00									
10030799	Outras	1,00									
100309	SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS- PARTICIPAÇÃO PORTUGUESA EM PROJECTOS CO-FINANCIADOS	52.000,00									
12	PASSIVOS FINANCEIROS	434.501,00		574.362,71		574.362,71			574.362,71		132.2
1205	Empréstimos a curto prazo	434.500,00		434.500,00		434.500,00			434.500,00		100.0
120502	Sociedades financeiras	434.500,00		434.500,00		434.500,00			434.500,00		100.0
1206	Empréstimos a médio e longo prazos	1,00		139.862,71		139.862,71			139.862,71		13986
120602	Sociedades financeiras	1,00		139.862,71		139.862,71			139.862,71		271.0
13	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	1.000,00	1.277,52	61.898,41		61.898,41			61.898,41	1.277,52	6189.8
1301	Outras	1.000,00	1.277,52	61.898,41		61.898,41			61.898,41	1.277,52	6189.8
130199	Outras	1.000,00	1.277,52	61.898,41		61.898,41			61.898,41	1.277,52	6189.8
	OUTRAS RECEITAS	137.826,15		137.826,15		137.826,15			137.826,15		100.0
16	SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	137.826,15		137.826,15		137.826,15			137.826,15		100.0
1601	SALDO ORÇAMENTAL	137.826,15		137.826,15		137.826,15			137.826,15		100.0
160101	NA POSSE DO SERVIÇO	137.826,15		137.826,15		137.826,15			137.826,15		100.0
	TOTAL	22.927.782,15	403.523,22	17.230.029,46	182.269,92	17.132.812,24			17.132.812,24	318.470,52	74.7

{a} {12 = 10 / 3 * 100}

Em ___ de _____ de _____
[Handwritten Signature]

Em ___ de _____ de _____

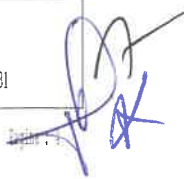
Handwritten signature in blue ink, followed by the number 7.

**EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS –
CÓDIGO POCAL 7.4**

DOCUMENTO CONSTITUÍDO POR 5 PÁGINAS, NUMERADAS DE 1 A 5

OBJETIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÔMICA	CÓDIGO(ANO/TIPO)NUMERO DO PGM. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FUNTE DE FINANCIAMENTO			DATAS		MONTANTE PREVISTO			MONTANTE EXECUTADO			EXEC. FINANC. ANUAL % (a)	EXEC. FINANC. GLOBAL % (b)
					AC	AA	FC	INICIO	FIM	ANO	ANOS SEQUINVES	TOTAL	ANOS ANTERIORES	ANO	TOTAL		
1.			Funções gerais							1.020.856,85	150.000,00	1.170.856,85		728.190,45	728.190,45	71.33	62.19
1.1.			Serviços gerais de administração pública							445.851,00		445.851,00		262.338,95	262.338,95	58.84	58.84
1.1.1.			Administração geral							445.851,00		445.851,00		262.338,95	262.338,95	58.84	58.84
		003	2013	1	4												
	02/07010602	003	2013	1	4												
	02/070205	003	2013	1	4												
		002	2015														
	02/070107	0021	2015	1	2												
	02/070108	0022	2015	1	3												
	02/07011002	003	2015	1	4												
	02/07011002	001	2016	1	1												
		002	2016	1	2												
	0102/07010301	002	2016	1	2												
	0102/07011002	002	2016	1	2												
	02/07010301	002	2016	1	2												
	02/070205	005	2016	1	5												
	02/070111	001	2017	1	1												
	02/070109	002	2017	1	2												
		001	2018	1	1												
	02/070109	001	2018	1	1												
	02/07011002	001	2018	1	1												
		002	2018	1	2												
	02/070107	002	2018	1	2												
	02/070108	002	2018	1	2												
1.2.			Segurança e ordem públicas														
1.2.1.			Protecção civil e luta contra incêndios														
	02/07030308	006	2016	1	6												
	02/07030309	007	2016	1	7												
	02/070115	009	2016	1	9												
	02/07030308	012	2016	1	54												
	02/07030308	003	2017	1	3												
	02/070111	004	2017	1	4												
2.			Funções sociais														
2.1.			Educação														
2.1.1.			Ensino não superior														
		010	2016	1	10												
	02/070107	010	2016	1	10												
	02/070109	010	2016	1	10												
	02/07011002	010	2016	1	10												
	02/07030205	010	2016	1	10												
	02/07011002	013	2016	1	13												
	02/070107	008	2017	1	5												
	02/070109	009	2017	1	6												
		010	2017	1	7												
	02/070107	010	2017	1	7												
	02/070109	010	2017	1	7												
	02/07011002	010	2017	1	7												
	02/07030205	010	2017	1	7												
	02/07010305	011	2017	1	31												
	02/07030205	012	2017	1	37												
	02/07010305	013	2017	1	39												
		037	2018	1	42												
	02/070107	037	2018	1	42												
	02/07011002	037	2018	1	42												
A TRANSPORTAR ...										1.590.006,85	2.950.000,00	4.540.006,85		781.435,82	781.435,82		


DESECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÓMICA	CÓDIGO/ANO/TIPO/NUMERO DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	PUNTO DE FINANCIAMENTO			DATAS		MONTANTE PREVISTO			MONTANTE EXECUTADO			EXEC. FINAN. C/TRA ANUAL % (a)	EXEC. FINAN. C/TRA GLOBAL % (b)	
					AC	AR	FC	INICIO	FIM	ANO	ANOS SEQUINTE	TOTAL	ANOS ANTERIORES	ANO	TOTAL			
A TRANSPORTAR ...										4.252.958,32	4.650.000,00	8.902.958,32		1.680.860,06	1.680.860,06			
2.5.2.	02/0701002	0251	2011	I	32	Construção	EMPREITADA	100,0		2011/03/01	2017/12/31							
	02/0701002	023	2016	I	35	Aquisição de livros para a biblioteca	OUTRA	100,0		2016/01/02	2017/12/31							
	02/070305	027	2016	I	39	Reconstrução do pontão do lobo - ARGAS	EMPREITADA	100,0		2016/01/02	2017/12/31	500,00		500,00				
	02/070305	057	2017	I	16	Beneficiação de espaços públicos culturais	EMPREITADA	100,0		2017/01/02	2017/12/31	1.000,00		1.000,00				
	02/0701002	050	2017	I	17	Aquisição equipamento básico	OUTRA	100,0		2017/01/02	2017/12/31							
	02/070111	059	2017	I	18	Aquisição de ferramentas e utensílios	OUTRA	100,0		2017/01/02	2017/12/31							
	02/070109	060	2017	I	19	Aquisição de equipamento administrativo	OUTRA	100,0		2017/01/02	2017/12/31							
	02/070115	061	2017	I	34	Centro de interpretação do megalismo - Dólmen da Barrosa	EMPREITADA	15,0	85,0	2017/01/02	2017/12/31							
		006	2018	I	6	Infraestruturas culturais e recreativas	OUTRA	100,0		2018/01/02	2018/12/31	10.000,00		10.000,00	489,00	489,00	4,89	4,89
		006	2018	I	6													
		02/070109	006	2018	I	6												
		02/07011002	006	2018	I	6												
		02/07010499	030	2018	I	34	Sede Etnográfico - VPA	EMPREITADA	100,0		2018/01/02	2018/12/31	5.000,00	130.000,00	135.000,00	489,00		9,78
		02/07010499	031	2018	I	35	Casa das Associações - VPA	EMPREITADA	100,0		2018/01/02	2018/12/31	1.000,00	100.000,00	101.000,00			
							Desporto, recreio e lazer											
	02/0701002	066	2008	I	9	Requalificação do pavilhão municipal de Caminha	EMPREITADA	100,0		2008/07/01	2016/04/30							
	02/07010406	065	2015	I	68	Beneficiação do estádio de Lanhelas	EMPREITADA	100,0		2015/01/02	2017/06/30							
	02/070115	029	2015	I	41	Manutenção/aquisição de parques infantis e equipamentos geriátricos	OUTRA	100,0		2016/01/02	2016/12/31	23.730,00		23.730,00	6.012,45	6.012,45	33,77	33,77
	02/07010406	054	2017	I	20	Manutenção de estádios municipais	EMPREITADA	100,0		2017/01/02	2017/12/31							
	02/0701002	055	2017	I	21	Aquisição de equipamento básico	OUTRA	100,0		2017/01/02	2017/12/31							
		007	2018	I	8	Infraestruturas de desporto, recreio e lazer												
	02/07010406	007	2018	I	8													
	02/07011002	007	2018	I	8													
						Funções económicas												
						Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca												
						Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca												
	02/07010413	032	2016	I	53	Beneficiação raça dos pescadores - Caminha/Vilarelho	EMPREITADA	100,0		2016/01/02	2016/12/31							
	02/07010413	012	2018	I	16	Cais S. Sebastião - Seixas	EMPREITADA	25,0	75,0	2018/01/02	2018/12/31	116.300,84		116.300,84				
						Indústria e energia												
						Indústria e energia												
	02/0703004	028	2014	I	28	Beneficiação da iluminação pública - Iluminar alto moinho	EMPREITADA	15,0	85,0	2014/01/02	2017/12/31	5.518,44		5.518,44	5.518,44	100,00	100,00	
	02/0703004	066	2015	I	69	Beneficiação da iluminação pública	EMPREITADA	100,0		2015/01/02	2017/01/31	12.860,00		12.860,00	7.638,29	59,40	59,40	
	02/0703004	033	2016	I	44	Beneficiação da iluminação pública	OUTRA	100,0		2016/01/02	2018/12/31							
						Transportes e comunicações												
						Transportes rodoviários												
	02/0703001	068	2015	I	71	Intervenção nas freguesias do concelho	EMPREITADA	100,0		2015/01/02	2016/12/31	194.950,00		194.950,00	62.196,12	31,90	31,90	
	02/0703001	069	2015	I	72	Construção/beneficiação de arruamentos no concelho	EMPREITADA	100,0		2015/01/02	2017/12/31	35.820,00		35.820,00	17.928,98	50,05	50,05	
	02/0703001	070	2015	I	73	Pavimentação Rua da Gargaleira - Ancora	EMPREITADA	100,0		2015/01/02	2016/12/31							
	02/07011002	077	2015	I	80	Aquisição de sinalização	OUTRA	100,0		2015/01/02	2017/12/31	2.000,00		2.000,00	184,50	9,23	9,23	
	02/0703001	035	2016	I	46	Beneficiação das passagens desníveis do concelho	EMPREITADA	100,0		2016/06/01	2017/12/31							
	02/0703001	036	2016	I	47	Requalificação de N6 da Erva Verde	EMPREITADA	100,0		2016/06/01	2018/12/31	631.500,00		631.500,00	587.872,41	93,09	93,09	
	02/0703001	001	2017	I	22	Caminho de Tornicos - Vilar de Mouros	EMPREITADA	100,0		2017/01/02	2017/12/31							
	02/0703001	002	2017	I	23	Caminho do Agrelho - Vilar de Mouros	EMPREITADA	100,0		2017/01/02	2017/12/31							
	02/0703001	003	2017	I	24	Caminho do Torrão - Vilar de Mouros	EMPREITADA	100,0		2017/01/02	2017/12/31							
	02/0703001	004	2017	I	25	Pavimentação Av.ª Liberdade - Lanhelas	EMPREITADA	100,0		2017/01/02	2017/12/31							
	02/0703001	005	2017	I	26	Alargamento de caminho do Pinto - Gondar - Orbacém	EMPREITADA	100,0		2017/01/02	2017/12/31	14.750,00		14.750,00				
	02/0703001	006	2017	I	27	Pavimentação/Requalificação Av.ª Principal - Argela	EMPREITADA	100,0		2017/01/02	2017/12/31							
	02/0703001	007	2017	I	28	Pavimentação/Requalificação rua do Calvário - Ancora	EMPREITADA	100,0		2017/01/02	2017/12/31	145.020,00		145.020,00	77.154,49	53,20	53,20	
	02/0703001	008	2017	I	29	Beneficiação do largo da Igreja - Riba Ancora	EMPREITADA	100,0		2017/01/02	2017/12/31	34.000,00		34.000,00	33.861,44	99,59	99,59	
	02/0703001	009	2017	I	30	Beneficiação avenida da escola - Venade - Azevedo	EMPREITADA	100,0		2017/01/02	2017/12/31							
	02/0703001	010	2017	I	38	Pavimentação Avª Santana - Molede - Cristelo	EMPREITADA	100,0		2017/01/02	2017/12/31							
	02/0703001	008	2018	I	12	Infraestruturas diversas	EMPREITADA			2018/01/02	2018/12/31	164.888,40		164.888,40	57.727,98	35,01	35,01	
B TRANSPORTAR ...										5.714.096,00	4.880.000,00	10.594.096,00		2.565.443,59	2.565.443,59			



OBJETIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÓMICA	CÓDIGO/ANO/TIPO/NÚMERO DO PROJ. AÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			DATAS		MONTANTE PREVISTO			MONTANTE EXECUTADO			EXEC. FINAN. ANUAL % (a)	EXEC. FINAN. GLOBAL % (b)
					AC	AA	PC	INÍCIO	FIM	ANO	ANOS SEQUENTES	TOTAL	ANOS ANTERIORES	ANO	TOTAL		
										A TRANSPORTAR ...							
										5.714.096,00	4.880.000,00	10.594.096,00		2.565.443,59	2.565.443,59		
3.3.3.	02/07030301	017	2018	21				2018/01/02	2019/12/31	160,00	450.000,00	350.100,00					
	02/07030301	018	2018	22	EMPREITADA	15,0	85,0	2018/01/02	2019/12/31	13.400,00	150.000,00	193.400,00					
	02/07030301	019	2018	23		15,0	85,0	2018/01/02	2018/12/31	17.000,00		17.000,00					
	02/07030301	020	2018	24		15,0	85,0	2018/01/02	2019/12/31	81.200,00	120.000,00	201.200,00					
3.3.4.	02/07011002	031	2015	31	OUTRA	100,0		2015/01/02	2017/12/31	10.000,00		10.000,00		1.654,94	1.654,94	16,55	16,55
	02/070115	013	2018	17	OUTRA	100,0		2018/01/02	2018/12/31	169.775,00		169.775,00		72.960,53	72.960,53	41,75	41,75
3.4.	02/070115	014	2018	18	OUTRA	100,0		2018/01/02	2018/12/31	5.000,00		5.000,00		193.577,17	193.577,17	45,59	45,59
	02/07010303	079	2015	82	EMPREITADA	100,0		2015/01/02	2018/12/31	6.500,00		6.500,00					
3.4.2.	02/07030313	041	2016	50	EMPREITADA	100,0		2016/01/02	2017/12/31	35.000,00		35.000,00		10.362,08	10.362,08	29,61	29,61
	02/07030313	042	2016	51	EMPREITADA	100,0		2016/01/02	2017/12/31	139.000,00		139.000,00		41.716,51	41.716,51	30,01	30,01
4.3.	02/070115	001	2017	36	OUTRA	15,0	85,0	2017/01/02	2018/06/30	169.062,05		169.062,05		141.498,58	141.498,58	83,70	83,70
	02/070115	011	2018	15	OUTRA			2017/01/02	2018/12/31	75.000,00		75.000,00		106.173,20	106.173,20	61,88	61,88
4.3.	02/070115	065	2015	89	OUTRA	100,0		2015/01/02	2017/05/31	1.000,00		1.000,00		106.173,20	106.173,20	61,88	61,88
	02/070115	052	2016	52	EMPREITADA	100,0		2016/08/06	2018/12/31					18.037,95	18.037,95	100,00	100,00
4.3.	02/070115	001	2017	32	OUTRA	100,0		2017/01/02	2017/12/31	18.037,95		18.037,95					
	02/070115	002	2017	35	EMPREITADA	100,0		2017/01/02	2018/12/31								
4.3.	02/070115	021	2018	25	EMPREITADA			2018/01/02	2018/12/31	3.460,73	55.000,00	58.460,73					
	02/070115	022	2018	26				2018/01/02	2019/07/28	20.150,00	35.000,00	55.150,00		404,43	404,43	2,01	0,73
4.3.	02/070115	023	2018	27	EMPREITADA			2018/01/02	2019/07/28	18.589,27	55.000,00	73.589,27		7.385,57	7.385,57	39,73	10,04
	02/070115	024	2018	28	EMPREITADA			2018/01/02	2019/07/28	2.500,00	60.000,00	62.500,00					
4.3.	02/070115	025	2018	29				2018/01/02	2019/07/28	1.000,00	60.000,00	61.000,00					
	02/070115	026	2018	30	EMPREITADA			2018/01/02	2019/07/28	23.500,00	60.000,00	83.500,00					
4.3.	02/070115	027	2018	31	OUTRA			2018/01/02	2019/07/28	1.000,00	25.000,00	26.000,00					
	02/070115	028	2018	32	OUTRA			2018/01/02	2019/07/28	1.000,00	20.000,00	21.000,00					
4.3.	02/070115	029	2018	33	EMPREITADA			2018/01/02	2019/07/28	1.000,00	60.000,00	61.000,00					
	02/060002	034	2018	39	OUTRA			2018/01/02	2021/12/31	80.345,25	321.379,68	401.724,93		80.345,25	80.345,25	100,00	20,00
TOTAL GERAL										6.636.736,25	6.351.379,68	12.988.115,93		2.939.809,43	2.939.809,43	44,30	22,83

Anotações
a) Execução Financeira Anual = (Executado no Ano / 100) / Previsto no Ano
b) Execução Financeira Global = (Total Executado / 100) / (Realizado em Anos Anteriores + Total Previsto)

ENTIDADE MUNICÍPIO DE CAMINA	EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS	ANO CONTABILÍSTICO 2018 PERÍODO: 2018/01/01 A 2018/12/31
---------------------------------	---	---

Em ___ de ___ de ___


Em ___ de ___ de ___



GRANDES OPÇÕES DO PLANO (RESUMO)

DOCUMENTO CONSTITUÍDO POR 1 PÁGINA NUMERADA

ENTIDADE MUNICÍPIO DE CAMINHA	RESUMO DA EXECUÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO Período: 2018/01/01 a 2018/12/31	ANO CONTABILÍSTICO 2018
----------------------------------	--	-------------------------

Página : 1

OBJECTIVO PROGRAMA	DESCRIÇÃO	MONTANTE PREVISTO			MONTANTE EXECUTADO			EXEC.	EXEC.
		ANO	ANOS SEGUINTE	TOTAL	ANOS ANTERIORES	ANO	TOTAL	FINAN CEIRA ANUAL % (a)	FINAN CEIRA GLOBAL % (b)
1.	FUNÇÕES GERAIS	1.020.856,85	150.000,00	1.170.856,85		728.190,45	728.190,45	71,33	62,19
1.1.	SERVIÇOS GERAIS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	445.851,00		445.851,00		262.338,95	262.338,95	58,84	58,84
1.1.1.	ADMINISTRAÇÃO GERAL	445.851,00		445.851,00		262.338,95	262.338,95	58,84	58,84
1.2.	SEGURANÇA E ORDEN PÚBLICAS	575.005,85	150.000,00	725.005,85		465.851,50	465.851,50	81,02	64,25
1.2.1.	PROTECÇÃO CIVIL LUTA CONTRA INCENDIOS	575.005,85	150.000,00	725.005,85		465.851,50	465.851,50	81,02	64,25
2.	FUNÇÕES SOCIAIS	4.840.979,13	4.930.000,00	9.770.979,13		1.886.114,04	1.886.114,04	38,96	19,30
2.1.	EDUCAÇÃO	702.679,78	3.000.000,00	3.702.679,78		109.101,16	109.101,16	15,53	2,95
2.1.1.	ENSINO NÃO SUPERIOR	702.679,78	3.000.000,00	3.702.679,78		109.101,16	109.101,16	15,53	2,95
2.3.	SEGURANÇA E ACCÃO SOCIAIS	50.500,00		50.500,00		12.753,04	12.753,04	25,25	25,25
2.3.2.	AÇÃO SOCIAL	50.500,00		50.500,00		12.753,04	12.753,04	25,25	25,25
2.4.	HABITAÇÃO E SERVIÇOS COLECTIVOS	2.662.951,47	1.700.000,00	4.362.951,47		899.424,24	899.424,24	33,78	20,62
2.4.1.	HABITAÇÃO	500,00		500,00					
2.4.2.	ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	471.235,16	1.550.000,00	2.021.235,16		94.896,39	94.896,39	20,14	4,69
2.4.3.	SANEAMENTO	2.096.770,79	150.000,00	2.246.770,79		759.305,09	759.305,09	36,21	33,80
2.4.4.	ABASTECIMENTO DE ÁGUA	81.695,52		81.695,52		39.769,41	39.769,41	48,68	48,68
2.4.5.	RESÍDUOS SÓLIDOS	500,00		500,00					
2.4.6.	PROTECÇÃO DO MEIO AMBIENTE E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA	12.250,00		12.250,00		5.453,35	5.453,35	44,52	44,52
2.5.	SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS	1.424.847,88	230.000,00	1.654.847,88		864.835,60	864.835,60	60,70	52,26
2.5.1.	CULTURA	1.099.437,97	230.000,00	1.329.437,97		651.733,76	651.733,76	59,28	49,02
2.5.2.	DESPORTO, RECREIO E LAZER	325.409,91		325.409,91		213.101,84	213.101,84	65,49	65,49
3.	FUNÇÕES ECONÓMICAS	2.109.205,76	720.000,00	2.829.205,76		1.118.756,32	1.118.756,32	53,04	39,54
3.1.	AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILVICULTURA, CAÇA E PESCA	116.781,87		116.781,87		481,03	481,03	0,41	0,41
3.1.0.	AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILVICULTURA, CAÇA E PESCA	116.781,87		116.781,87		481,03	481,03	0,41	0,41
3.2.	INDÚSTRIA E ENERGIA	18.378,44		18.378,44		13.156,73	13.156,73	71,59	71,59
3.2.0.	INDÚSTRIA E ENERGIA	18.378,44		18.378,44		13.156,73	13.156,73	71,59	71,59
3.3.	TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES	1.549.483,40	720.000,00	2.269.483,40		911.541,39	911.541,39	58,63	40,17
3.3.1.	TRANSPORTES RODoviÁRIOS	1.364.708,40	720.000,00	2.084.708,40		836.925,92	836.925,92	61,33	40,15
3.3.3.	TRANSPORTES FLUVIAIS	10.000,00		10.000,00		1.654,94	1.654,94	16,55	16,55
3.3.4.	COMUNICAÇÕES	174.775,00		174.775,00		72.960,53	72.960,53	41,75	41,75
3.4.	COMÉRCIO E TURISMO	424.562,05		424.562,05		193.577,17	193.577,17	45,59	45,59
3.4.1.	MERCADOS E FEIRAS	6.500,00		6.500,00					
3.4.2.	TURISMO	418.062,05		418.062,05		193.577,17	193.577,17	46,30	46,30
4.	OUTRAS FUNÇÕES	189.583,20	751.379,68	940.962,88		121.212,20	121.212,20	63,94	12,88
4.3.	DIVERSAS NÃO ESPECIFICADAS	189.583,20	751.379,68	940.962,88		121.212,20	121.212,20	63,94	12,88
TOTAL GERAL		8.160.624,94	6.551.379,68	14.712.004,62		3.854.273,01	3.854.273,01	47,23	26,20

Anotações

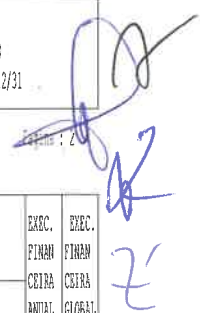
a) Execução Financeira Anual = (Executado no Ano / 100) / Previsto no Ano

b) Execução Financeira Global = (Total Executado / 100) / (Realizado em Anos Anteriores + Total Previsto)



EXECUÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO

DOCUMENTO CONSTITUÍDO POR 6 PÁGINAS, NUMERADAS DE 1 A 6


 Data: 2018/12/31

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÓMICA	CÓDIGO/ANO/TIPO/NÚMERO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			DATAS		MONTANTE PREVISTO			MONTANTE EXECUTADO			EXEC. FINAN. ANUAL % (a)	EXEC. FINAN. GLOBAL % (b)	
					AC	AA	FC	INÍCIO	FIN	ANO	ANOS SEQUENTES	TOTAL	ANOS ANTERIORES	ANO	TOTAL			
					A TRANSPORTAR ...					1.567.356,85	2.850.000,00	4.517.356,85		781.435,82	781.435,82			
	02/07030295	019	2017	I							508.000,00				29.513,85	5,81		
	02/07030305	011	2017	I	31	EMPREITADA	100,0	2017/01/02	2017/12/31		1.000,00			1.000,00				
	02/07030205	012	2017	I	37	EMPREITADA	100,0	2017/01/02	2017/10/14									
	02/07010305	013	2017	I	39	EMPREITADA	100,0	2017/01/02	2017/12/31									
		001	2018	A	1			2018/01/02	2018/12/31		12.500,00			12.500,00				
	02/02022501	001	2018	A	1						6.500,00			6.500,00				
	02/040701	001	2018	A	1						6.000,00			6.000,00				
	02/02022501	002	2018	A	2			2018/01/01	2018/12/31		35.000,00			35.000,00	8,97,13	8,97,13		
		003	2018	A	3			2018/01/02	2019/12/31	15,0	85,0	200,000,00	285,029,78	46,884,66	46,884,66	54,50	16,39	
	02/020120	003	2018	A	3						65.500,00			65.500,00				
	02/02022501	003	2018	A	3						20.525,78			20.525,78				
		037	2018	I	42			2018/01/02	2019/12/31	15,0	85,0	21,650,00	21,650,00	46,884,66	46,884,66	7,58		
	02/070107	037	2018	I	42						20.000,00			20.000,00				
	02/07011002	037	2018	I	42						1.650,00			1.650,00				
2.3.											50.500,00			50.500,00	12,753,04	12,753,04		
2.3.2.											50.500,00			50.500,00	12,753,04	12,753,04		
	02/040802	004	2018	A	4			2018/01/02	2018/12/31	100,0	20,000,00			20,000,00	10,911,07	10,911,07		
	02/040802	005	2018	A	5			2018/01/02	2018/12/31	100,0	10.000,00			10.000,00				
	02/02022509	006	2018	A	6			2018/01/02	2018/12/31	100,0	20.500,00			20.500,00	1,841,87	1,841,87		
2.4.											2.662.951,47	1.700.000,00	4.362.951,47	899.424,24	899.424,24	33,78	20,82	
2.4.1.											500,00			500,00				
	02/07010203	015	2016	I	15	EMPREITADA	100,0	2016/01/02	2018/12/31									
	02/07010203	035	2018	I	40	EMPREITADA	100,0	2018/01/02	2018/12/31		500,00			500,00				
2.4.2.											471.235,16	1.550.000,00	2.021.235,16	94.886,39	94.886,39	20,14	4,69	
	02/07030301	031	2010	I	51	EMPREITADA	100,0	2010/01/02	2016/03/31									
	02/07030301	010	2014	I	10	EMPREITADA	100,0	2014/01/02	2017/12/31									
	02/070115	020	2015	I	21	OUTRA	100,0	2017/01/02	2017/12/31		75.000,00			75.000,00	41,487,90	41,487,90		
	02/07030301	016	2016	I	16	EMPREITADA	100,0	2016/01/02	2017/12/31									
	02/07030301	017	2016	I	17	EMPREITADA	100,0	2016/01/02	2018/12/31									
	02/07030301	018	2016	I	18	EMPREITADA	100,0	2016/01/02	2017/12/31		52.500,00			52.500,00	45,292,95	45,292,95		
	02/07030313	008	2017	I	8	EMPREITADA	100,0	2017/01/02	2017/12/31		27.500,00			27.500,00				
	02/07030301	003	2018	I	3	EMPREITADA	15,0	85,0	2018/01/02	2019/12/31		500.000,00	510.000,00					
	02/07030301	004	2018	I	4	EMPREITADA	100,0	2018/01/02	2018/12/31		5.000,00			5.000,00				
	02/070115	005	2018	I	5	OUTRA	100,0	2018/01/02	2018/12/31		11.735,54			11.735,54	8,115,54	8,115,54		
	02/07030313	015	2018	I	15	EMPREITADA	15,0	85,0	2018/01/02	2019/01/31		700.000,00	738.013,79					
2.4.3.											251.485,83	350.000,00	601.485,83	759.305,09	759.305,09	36,21	33,80	
	02/07030313	016	2018	I	20	EMPREITADA	15,0	85,0	2018/01/02	2018/12/31		150.000,00	2.246.770,79					
	02/07030302	024	2015	I	25	EMPREITADA	100,0	2015/01/02	2017/03/31									
		019	2016								1.857.586,33	150.000,00	2.007.586,33	717.305,22	717.305,22	38,61	35,73	
	02/07030302	0191	2016	I	19	EMPREITADA	15,0	85,0	2016/01/02	2018/12/31		738.710,62	100.000,00	838.710,62	238.389,23	238.389,23	32,27	28,42
	02/07030302	0192	2016	I	20	EMPREITADA	15,0	85,0	2016/01/02	2018/12/31		689.800,00	50.000,00	749.800,00	254.658,75	254.658,75	36,39	33,96
	02/07030302	0193	2016	I	21	EMPREITADA	15,0	85,0	2016/01/02	2018/12/31		419.075,71		419.075,71	224.257,24	224.257,24	53,51	53,51
	02/07030302	021	2016	I	28	EMPREITADA	100,0	2016/01/02	2016/12/31		500,00			500,00				
	02/07030302	009	2017	I	9	ADM. DIR.	100,0	2017/01/02	2017/12/31		35.000,00			35.000,00	4,347,45	4,347,45		
	02/07030302	009	2017	I	10	EMPREITADA	100,0	2017/01/02	2017/05/31									
	02/07030302	010	2017	I	11	EMPREITADA	100,0	2017/01/02	2017/12/31									
	02/07030302	011	2017	I	12	EMPREITADA	100,0	2017/01/02	2017/12/31		116.500,00			116.500,00	4,096,05	4,096,05		
2.4.4.											57.184,46			57.184,46	33.556,37	33.556,37		
	02/070113	009	2016	I	13		15,0	85,0	2018/01/02	2018/12/31		81.695,52		81.695,52	39.769,41	39.769,41	48,68	48,68
	02/07030307	029	2015	I	29	EMPREITADA	100,0	2015/01/02	2017/12/30		11.500,00			11.500,00	7,864,07	7,864,07		
											4.354.042,58	4.850.000,00	9.204.042,58	1.712.110,20	1.712.110,20			

OBJETIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÓMICA	CÓDIGO/ANO/TIPO/NÚMERO DO PROJ. AÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			DATAS		MONTANTE PREVISTO			MONTANTE EXECUTADO			EXEC. FINAN. CÉTR. ANUAL % (a)	EXEC. FINAN. CÉTR. GLOBAL % (b)		
					AC	AA	PC	INÍCIO	FIM	ANO	ANOS SEQUENTES	TOTAL	ANOS ANTERIORES	ANO	TOTAL				
					A TRANSPORTAR ...		8.077.279,69	6.125.000,00	14.202.279,69				3.773.927,76	3.773.927,76					
	02/070115	027	2018	1	31	Programa esterilização animal - OP	OUTRA				2018/01/02	2019/07/28	1.000,00	25.000,00	26.000,00				
	02/070115	028	2018	1	32	Construção de parque infantil em Vilar de Mouros - OP	OUTRA				2018/01/02	2019/07/28	1.000,00	20.000,00	21.000,00				
	02/070115	029	2018	1	33	Beneficiação do Caminho da Aldeia em Orbacém - OP	EMPREITADA				2018/01/02	2019/07/28	1.000,00	60.000,00	61.000,00				
	02/090802	034	2018	1	35	Fundo de Apoio Municipal (FAM)	OUTRA				2018/01/02	2021/12/31	80.345,25	321.379,68	401.724,93	80.345,25	80.345,25	100,00	20,00
					TOTAL GERAL						8.160.624,94	6.551.379,68	14.712.004,62		3.854.273,01	3.854.273,01	47,23	26,20	

Anotações

- a) Execução Financeira Anual = (Executado no Ano * 100) / Previsto no Ano
- b) Execução Financeira Global = (Total Executado * 100) / (Realizado em Anos Anteriores + Total Previsto)

Em ___ de _____ de _____

Em ___ de _____ de _____

FLUXOS DE CAIXA E CONTAS DE ORDEM – CÓDIGO POCAL 7.5

RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA E CONTAS DE ORDEM DOCUMENTO CONSTITUÍDO POR 1 PÁGINA

FLUXOS DE CAIXA DOCUMENTO CONSTITUÍDO POR 5 PÁGINAS, NUMERADAS DE 1 A 5

MAPA DE CONTAS DE ORDEM DOCUMENTO CONSTITUÍDO POR 7 PÁGINAS, NUMERADAS DE 1 A 7

RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA

ENTIDADE CMC

MUNICIPIO DE CAMINHA

ANO 2018
PAG. 1

Recebimentos			Pagamentos		
Saldo da gerência anterior		829.908,39	Despesas orçamentais		16.800.452,73
Execução orçamental	137.826,15		Correntes	12.073.323,86	
Operações de tesouraria ...	692.082,24		Capital	4.727.128,87	
Receitas orçamentais		16.994.986,09	Operações de tesouraria		1.169.532,43
Correntes	14.819.876,56		Saldo para a gerência seguinte ...		1.038.957,48
Capital	2.175.109,53		Execução orçamental	332.359,51	
Outras			Operações de tesouraria	706.597,97	
Operações de tesouraria		1.184.048,16	Total		19.008.942,64
Total		19.008.942,64			

CONTAS DE ORDEM

ENTIDADE CMC

MUNICIPIO DE CAMINHA

Período: 2018/01/01 a 2018/12/31

ANO 2018
PAG. 1

Código	Descrição	Valores		Código	Descrição	Valores	
	SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR		2.031.705,70		GARANTIAS E CAUÇÕES ACIONADAS		
	CAUÇÕES				GARANTIAS E CAUÇÕES DEVOLVIDAS		328.851,55
	RECIBOS PARA COBRANÇA	18.293,29			RECEITA VIRTUAL COBRADA		
	GARANTIAS	2.013.412,41			RECEITA VIRTUAL ANULADA		
	GARANTIAS E CAUÇÕES PRESTADAS		254.659,73		SALDO PARA A GERENCIA SEGUINTE		1.957.513,88
	RECEITA VIRTUAL LIQUIDADA				CAUÇÕES		
					RECIBOS PARA COBRANÇA	18.293,29	
					GARANTIAS	1.939.220,59	
	Total geral		2.286.365,43		Total geral		2.286.365,43

Em ___ de ___ de ___

Em ___ de ___ de ___

FLUXOS DE CAIXA

ENTIDADE CMC
PERÍODO 2018/01/01 A 2018/12/31

MUNICÍPIO DE CAMINHA

ANO 2018
Pág. 1

RECEBIMENTOS

SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR			829.908,39
EXECUÇÃO ORÇAMENTAL		137.826,15	
OPERAÇÕES DE TESOURARIA		692.082,24	
RECEITAS ORÇAMENTAIS			16.994.986,09
01	IMPOSTOS DIRECTOS	4.345.508,52	
0102	Outros	4.345.508,52	
010202	Imposto municipal sobre imóveis	2.863.149,15	
010203	Imposto único de circulação	438.573,04	
010204	Imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis	840.083,88	
010205	Derrama	203.702,45	
02	IMPOSTOS INDIRECTOS	43.591,80	
0202	Outros	43.591,80	
020206	Impostos indirectos especificos das autarquias locais	43.591,80	
02020602	Loteamento e Obras	2.118,45	
02020603	Ocupação de Via Pública	18.321,01	
02020605	Publicidade	2.077,32	
02020699	Outros	21.075,02	
0202069901	Taxa Municipal Direitos de Passagem - TMDP	6.760,87	
0202069999	Outros	14.314,15	
04	TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	240.551,09	
0401	Taxas	216.943,98	
040123	Taxas especificas das autarquias locais	216.943,98	
04012301	Mercados e Feiras	61.198,22	
04012302	Loteamento e Obras	120.354,14	
04012303	Ocupação de Via Pública	18.249,17	
04012399	Outras	17.142,45	
0401239999	Outras	17.142,45	
0402	Multas e outras penalidades	23.607,11	
040201	Juros de mora	14.332,90	
040202	Juros compensatórios	2.495,45	
040299	Multas e penalidades diversas	6.778,76	
04029902	Outras	6.778,76	
05	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	1.027.767,90	
0507	Dividendos e particip.lucros soc.e quase soc.não financeiras	9.577,34	
050703	Empresas privadas	9.577,34	
0510	Rendas	1.018.190,56	
051003	Habitacões	1.119,99	
051004	Edificios	82.681,10	
051005	Bens de dominio publico	636.369,79	
051099	Outros	298.019,68	
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5.870.632,28	
0603	Administração central	5.870.632,28	
060301	Estado	5.795.987,15	
06030101	Fundo de Equilibrio Financeiro	5.181.018,00	
06030102	Fundo Social Municipal	228.614,00	
06030103	Participação variável no IRS	180.178,00	
06030199	Outras	206.177,15	
060306	Estado - Participação comunitária em projectos co-financiado	74.645,13	
06030601	FEDER	68.145,13	
06030699	Outros	6.500,00	
07	VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	2.857.929,24	
0701	Venda de bens	1.102.376,09	
070103	Publicações e impressos	565,00	
070108	Mercadorias	1.098.387,37	
07010801	Água	1.098.387,37	
070199	Outros	3.423,72	
0702	Serviços	1.755.553,15	
070208	Serviços sociais, recreativos, culturais e de desporto	77.887,21	

FLUXOS DE CAIXA

ENTIDADE CMC
 PERÍODO 2018/01/01 A 2018/12/31

MUNICÍPIO DE CAMINHA

ANO 2018
 Pag. 2

R E C E B I M E N T O S

07020804	Serviços desportivos	77.887,21	
0702080400	Serviços desportivos	77.887,21	
070209	Serviços específicos das autarquias	1.676.354,75	
07020901	Saneamento	547.609,75	
07020902	Resíduos sólidos	679.390,56	
07020904	Trabalhos por conta de particulares	38.623,98	
07020905	Cemitérios	3.864,99	
07020906	Mercados e feiras	11.046,17	
07020999	Outros	395.819,30	
070299	Outros	1.311,19	
07029999	Outros	1.311,19	
08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	433.895,73	
0801	outras	433.895,73	
080199	Outras	433.895,73	
08019903	IVA reembolsado	215.901,25	
08019999	Diversas	217.994,48	
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.538.848,41	
1003	Administração central	1.538.848,41	
100301	Estado	575.669,00	
10030101	Fundo de Equilíbrio Financeiro	575.669,00	
100307	Estado - Participação comunitária em projectos co-financiado	963.179,41	
10030701	FEDEP	963.179,41	
12	PASSIVOS FINANCEIROS	574.362,71	
1205	Empréstimos a curto prazo	434.500,00	
120502	Sociedades financeiras	434.500,00	
1206	Empréstimos a médio e longo prazos	139.862,71	
120602	Sociedades financeiras	139.862,71	
13	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	61.898,41	
1301	Outras	61.898,41	
130199	Outras	61.898,41	
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES.....		14.819.876,56	
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL.....		2.175.109,53	
TOTAL DE OUTRAS RECEITAS			
OPERAÇÕES DE TESOURARIA.			1.184.048,16
TOTAL			19.008.942,64

P A G A M E N T O S

DESPESAS ORÇAMENTAIS			16.800.452,73
01	ADMINISTRAÇÃO AUTARQUICA	2.541.910,47	
0101	ASSEMBLEIA MUNICIPAL	20.501,39	
0101 01	DESPESAS COM O PESSOAL		13.100,71
0101 0102	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS		13.100,71
0101 010213	OUTROS SUPLEMENTOS E PRÊMIOS		13.100,71
0101 01021303	Senhas de presença		13.100,71
0101 02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS		7.400,68
0101 0201	Aquisição de bens		129,38
0101 020121	Outros bens		129,38
0101 0202	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		7.271,30
0101 020217	Publicidade		864,50
0101 020225	OUTROS SERVIÇOS		6.406,80
0101 02022599	Outros		6.406,80
0102	CAMARA MUNICIPAL	1.409.169,81	
0102 01	DESPESAS COM O PESSOAL		359.464,18
0102 0101	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES		289.446,34
0102 010101	Titulares orgãos soberania e membros orgãos autárq		213.437,65
0102 010111	Representação		31.196,28
0102 010113	Subsídio de refeição		9.058,23

FLUXOS DE CAIXA

ENTIDADE CMC
PERÍODO 2018/01/01 A 2018/12/31

MUNICÍPIO DE CAMINHA

ANO 2018
Pág. 3

PAGAMENTOS

0102	010114	Subsídio de férias e de Natal		35.754,18
0102	0102	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS		7.554,80
0102	010213	OUTROS SUPLEMENTOS E PRÉMIOS		7.554,80
0102	01021303	Senhas de presença		7.554,80
0102	0103	SEGURANÇA SOCIAL		62.463,04
0102	010301	Encargos com saúde		261,61
0102	010305	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL		62.201,43
0102	01030502	Segurança social pessoal em regime de trabalho de		62.201,43
0102	0103050201	Caixa Geral de Aposentações		12.184,65
0102	0103050202	Segurança social - Regime geral		50.016,78
0102	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS		64.646,84
0102	0201	Aquisição de bens		279,34
0102	020121	Outros bens		279,34
0102	0202	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		64.367,50
0102	020213	Deslocações e estadas		1.579,50
0102	020214	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria		62.607,00
0102	020225	OUTROS SERVIÇOS		181,00
0102	02022599	Outros		181,00
0102	04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		660.121,09
0102	0405	ADMINISTRAÇÃO LOCAL		248.769,43
0102	040501	CONTINENTE		248.769,43
0102	04050102	Freguesias		224.506,55
0102	04050104	Associação de Municípios		24.262,88
0102	0407	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		409.825,46
0102	040701	Instituições sem fins lucrativos		409.825,46
0102	0408	FAMÍLIAS		1.526,20
0102	040802	Outras		1.526,20
0102	07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL		7.751,57
0102	0701	INVESTIMENTOS		7.751,57
0102	070103	EDIFÍCIOS		7.751,57
0102	07010301	Instalações de serviços		7.751,57
0102	08	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		317.186,13
0102	0805	ADMINISTRAÇÃO LOCAL		311.186,13
0102	080501	CONTINENTE		311.186,13
0102	08050102	Freguesias		311.186,13
0102	0807	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		6.000,00
0102	080701	Instituições sem fins lucrativos		6.000,00
0103		OPERAÇÕES FINANCEIRAS	1.112.239,27	
0103	10	PASSIVOS FINANCEIROS		1.112.239,27
0103	1005	EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO		434.500,00
0103	100503	Soc.financeiras - Bancos e outras instituições fin		434.500,00
0103	1006	EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZOS		677.739,27
0103	100603	Soc.financeiras - Bancos e outras instituições fin		312.930,41
0103	100606	Administração Pública Central - Serviços e Fundos		364.808,86
02		SERVIÇOS MUNICIPAIS	14.258.542,26	
02	01	DESPESAS COM O PESSOAL		4.595.348,28
02	0101	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES		3.515.816,43
02	010104	PESSOAL DOS QUADROS - REGIME DE CONTRATO INDIVIDUA		2.588.098,12
02	01010401	Pessoal em funções		2.588.098,12
02	010108	Pessoal aguardando aposentação		115,02
02	010109	Pessoal em qualquer outra situação		95.982,75
02	010111	Representação		9.350,88
02	010113	Subsídio de refeição		279.811,52
02	010114	Subsídio de férias e de Natal		471.023,27
02	010115	Remunerações por doença e maternidade/paternidade		71.434,87
02	0102	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS		91.083,38
02	010202	Horas extraordinárias		40.890,81
02	010204	Ajudas de custo		9.586,64
02	010205	Abono para falhas		11.052,68
02	010211	Subsídio de turno		29.553,25
02	0103	SEGURANÇA SOCIAL		988.448,47
02	010301	Encargos com saúde		151.923,17
02	010303	Subsidio familiar a crianças e jovens		16.245,02

FLUXOS DE CAIXA

ENTIDADE CMC
PERÍODO 2018/01/01 A 2018/12/31

MUNICIPIO DE CAMINHA

ANO 2018
Pág. 4

PAGAMENTOS

02	010305	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL	792.621,62
02	01030502	Segurança social pessoal em regime de trabalho de	783.996,04
02	0103050201	Caixa Geral de Aposentações	409.791,30
02	0103050202	Segurança social - Regime geral	374.204,74
02	01030503	Outros	8.625,58
02	010309	SEGUROS	27.658,66
02	01030901	Seguros de acidentes de trabalho e doenças profiss	27.658,66
02	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	6.111.766,43
02	0201	Aquisição de bens	1.602.726,43
02	020101	Matérias-primas e subsidiárias	20.514,70
02	020102	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	317.765,35
02	02010201	Gasolina	18.241,01
02	02010202	Gasóleo	205.991,97
02	02010299	Outros	93.532,37
02	020104	Limpeza e higiene	3.909,97
02	020105	Alimentação - Refeições confeccionadas	208.682,72
02	020107	Vestuário e artigos pessoais	408,74
02	020108	Material de escritório	31.319,74
02	020112	Material de transporte - Peças	15.877,50
02	020115	Prémios, condecorações e ofertas	2.631,68
02	020116	MERCADORIAS PARA VENDA	836.506,22
02	02011601	Água	430.362,52
02	02011603	Outros	406.143,70
02	0201160301	Saneamento	406.143,70
02	020117	Ferramentas e utensílios	8.880,27
02	020120	Material de educação, cultura e recreio	58.592,70
02	020121	Outros bens	97.636,84
02	0202	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	4.509.040,00
02	020201	Encargos das instalações	385.143,90
02	020202	Limpeza e higiene	102.640,59
02	020203	Conservação de bens	34.246,23
02	020204	Locação de edificios	579.094,81
02	020209	Comunicações	144.158,14
02	020210	Transportes	393.243,20
02	020212	Seguros	47.107,96
02	020213	Deslocações e estadas	90,00
02	020214	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	12.586,75
02	020215	Formação	5.870,55
02	020216	Seminários, exposições e similares	13.496,81
02	020217	Publicidade	99.017,98
02	020218	Vigilância e segurança	1.660,50
02	020219	Assistência técnica	47.785,15
02	020220	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS	258.295,78
02	02022099	Outros	258.295,78
02	020224	Encargos de cobrança receitas	144.843,29
02	020225	OUTROS SERVIÇOS	2.239.758,36
02	02022501	Educação	152.568,22
02	02022502	Limpeza urbana	426.975,60
02	02022503	Iluminação pública	559.467,48
02	02022504	Actividade sócio-cultural	768.413,36
02	02022505	Actividade desportiva e de lazer	237.870,73
02	02022599	Outros	94.462,97
02	03	JUROS E OUTROS ENCARGOS	110.909,49
02	0301	Juros da dívida pública	67.597,34
02	030103	SOCIEDADES FINANCEIRAS- BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇ	28.056,68
02	03010301	Empréstimos de curto prazo	716,98
02	03010302	Empréstimos de médio e longo prazos	27.339,70
02	030106	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CENTRAL- SERVIÇOS E FUNDOS A	39.540,66
02	0305	OUTROS JUROS	43.312,15
02	030502	Outros	43.312,15
02	04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	109.830,07
02	0407	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	83.880,00
02	040701	Instituições sem fins lucrativos	83.880,00

7

FLUXOS DE CAIXA

ENTIDADE CMC
 PERÍODO 2018/01/01 A 2018/12/31

MUNICÍPIO DE CAMINHA

ANO 2018
 Pág. 5

PAGAMENTOS

02	0408	FAMÍLIAS	25.950,07	
02	040802	Outras	25.950,07	
02	06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	40.736,09	
02	0602	DIVERSAS	40.736,09	
02	060203	OUTRAS	40.736,09	
02	06020301	Outras restituições	14.922,88	
02	06020304	Serviços bancários	1.416,61	
02	06020305	Outras	24.396,60	
02	07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	2.905.246,61	
02	0701	INVESTIMENTOS	717.881,23	
02	070104	CONSTRUÇÕES DIVERSAS	22.143,38	
02	07010406	Instalações desportivas e recreativas	22.143,38	
02	070106	MATERIAL DE TRANSPORTE	92.279,00	
02	07010602	Outro	92.279,00	
02	070107	Equipamento de informática	80.591,76	
02	070108	Software informático	126.503,76	
02	070109	Equipamento administrativo	1.050,42	
02	070110	Equipamento básico	24.940,62	
02	07011002	Outro	24.940,62	
02	070111	Ferramentas e utensílios	8.233,69	
02	070113	Investimentos Incorpóreos	64.235,65	
02	070115	Outros investimentos	297.902,95	
02	0703	BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	2.187.365,38	
02	070302	EDIFÍCIOS	33.951,99	
02	07030205	Escolas	33.951,99	
02	070303	OUTRAS CONSTRUÇÕES E INFRA-ESTRUTURAS	2.153.413,39	
02	07030301	Viadutos, arruamentos e complementares	882.034,37	
02	07030302	Sistemas drenagem e águas residuais	725.748,72	
02	07030304	Iluminação pública	13.156,73	
02	07030305	Parques e jardins	5.453,35	
02	07030307	Captação e distribuição de água	9.090,13	
02	07030308	Viação rural	464.197,64	
02	07030309	Sinalização e trânsito	1.653,86	
02	07030313	Outros	52.078,59	
02	09	ACTIVOS FINANCEIROS	133.908,75	
02	0908	UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO	133.908,75	
02	090802	Sociedades e quase-sociedades não financeiras - Pú	80.345,25	
02	090806	Administração Pública Central - Serviços e Fundos	53.563,50	
02	11	OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	250.796,54	
02	1102	DIVERSAS	250.796,54	
02	110299	Outras	250.796,54	
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES			12.073.323,86	
TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL			4.727.128,87	
OPERAÇÕES DE TESOURARIA				1.169.532,43
SALDO PARA A GERÊNCIA SEGUINTE				1.038.957,48
EXECUÇÃO ORÇAMENTAL			332.359,51	
OPERAÇÕES DE TESOURARIA			706.597,97	
TOTAL				19.008.942,64

ORGÃO EXECUTIVO

Em ___ de _____ de _____

[Assinatura]

ORGÃO DELIBERATIVO

Em ___ de _____ de _____

ENTIDADE		MAPA DAS CONTAS DE ORDEM				DATA	ANO	PAG NA
CMC		Período: 2018/01/02 a 2018/12/31				2019/04/03	2018	1
COD. CONTA	DESIGNAÇÃO	SALDO INICIAL		DO PERÍODO		SALDO FINAL		
		DEBITO	CREDITO	DEBITO	CREDITO	DEVEDOR	CREDOR	
09	CONTAS DE ORDEM	4.797.522,98	4.797.522,98	861.989,56	861.989,56			
09.1	RECIBOS PARA COBRANÇA	18.293,29				18.293,29		
09.1.1	EXERCICIO ANTERIOR	18.293,29				18.293,29		
09.1.1.01	RECEITA LIQUIDADADA	18.293,29				18.293,29		
09.1.1.02	RECEITA COBRADA							
09.1.1.03	RECEITA ANULADA							
09.1.1.04	CONTRAPARTIDA							
09.1.2	EXERCICIO CORRENTE							
09.1.2.01	RECEITA LIQUIDADADA							
09.1.2.02	RECEITA COBRADA							
09.1.2.03	RECEITA ANULADA							
09.1.2.04	CONTRAPARTIDA							
09.2	FUNDOS CAUCIONADOS	361.004,29	890.978,22		81.765,00		611.738,93	
09.2.1	EMPREITADAS OBRAS PÚBLICAS	195.824,82	382.013,84				186.189,02	
09.2.1.01	PRESTADA		382.013,84				382.013,84	
09.2.1.02	ACCIONADA							
09.2.1.03	DEVOLVIDA	195.824,82				195.824,82		
09.2.1.04	CONTRAPARTIDA							
09.2.2	LOTEAMENTO E OBRAS PARTICULARES	165.179,47	507.477,64		81.765,00		424.063,17	
09.2.2.01	PRESTADA		507.477,64		81.765,00		589.242,64	
09.2.2.02	ACCIONADA							
09.2.2.03	DEVOLVIDA	165.179,47				165.179,47		
09.2.2.04	CONTRAPARTIDA							
09.2.3	LICENCIAMENTO SANITARIO		1.132,57				1.132,57	
09.2.3.01	PRESTADA		1.132,57				1.132,57	
09.2.3.02	ACCIONADA							
09.2.3.03	DEVOLVIDA							
09.2.3.04	CONTRAPARTIDA							
09.2.4	PESSOAL		354,17				354,17	
09.2.4.01	PRESTADA		354,17				354,17	
09.2.4.02	ACCIONADA							
09.2.4.03	DEVOLVIDA							
09.2.4.04	CONTRAPARTIDA							
09.3	GARANTIAS BANCÁRIAS EM DOCUMENTOS	1.663.709,84	3.677.122,25	328.851,55	254.659,73		1.939.220,59	
09.3.1			858.469,55		254.659,73		1.113.129,28	
09.3.1.01	OBRAS PUBLICAS		858.469,55		254.659,73		1.113.129,28	
09.3.1.01.01	AMBIFLORA		3.420,16				3.420,16	
09.3.1.01.01.01	MEDIDA AGRIS, SUB.ACÇÃO 3.4-PREVENÇÃO RI		3.420,16				3.420,16	
09.3.1.01.01.02	OBRA Z							
09.3.1.01.01.03	OBRA Y							
09.3.1.01.02	BETOMINHO		44.276,30				44.276,30	
09.3.1.01.02.01	ALARGAMENTO RUA ALDEIA NOVA/EN 301 - VEN		1.331,75				1.331,75	
09.3.1.01.02.02	REMODELAÇÃO RUA SOL POSTO/PROLONGAMENTO-		7.414,71				7.414,71	
09.3.1.01.02.03	REMODELAÇÃO RUA SOL POSTO		12.724,44				12.724,44	
09.3.1.01.02.04	REABILITAÇÃO RUA 16 SETEMBRO - CAMINHA		7.995,86				7.995,86	
09.3.1.01.02.05	CAM.LIGAÇÃO AZEVEDO/R.ANCORA ENTRE PERFI		14.809,54				14.809,54	
09.3.1.01.02.06	BENEFICIAÇÃO DE ESPAÇOS URBANOS NO CONCE							
09.3.1.01.03	ANTÓNIO SERAFIM DIAS GRENHO							
09.3.1.01.03.01	INST.SISTEMA AUTOMÁTICO FURO VERTICAL RI							
09.3.1.01.03.02	CONST.COLECTOR AGUAS PLUVIAIS L.GORGO-VI							
09.3.1.01.03.03	INST.SISTMA AUT.FURO VERTICAL L.RIBAS E							
09.3.1.01.04	MANUEL S.PEREIRA, LDA.		223.553,41				223.553,41	
09.3.1.01.04.01	CONST.INFRAESTRUTURAS R.BOUCHINHA-LANHELA		1.518,15				1.518,15	
09.3.1.01.04.02	PAVIMENTAÇÃO RUA DA LINDA - ÂNCORA		1.256,50				1.256,50	
09.3.1.01.04.03	REPARAÇÃO ARRUAMENTO LANHELAS E MUROS SU		1.463,90				1.463,90	
09.3.1.01.04.04	CONSTRUÇÃO MURO VEDAÇÃO/RUA DR.MESQUITA		2.444,00				2.444,00	
09.3.1.01.04.05	EXECUÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS HIDRAULICAS							
09.3.1.01.04.06	REDE AG RES. E ABASTECIMENTO ÁGUA BACIA							
09.3.1.01.04.07	RUA FONTE DA PEREIRINHA (INFRA-ESTR.SANE							
09.3.1.01.04.08	RUA DA VISTA ALEGRE E RUA DE PARDINHEIRO							
	A TRANSPORTAR ...	379.297,58	945.357,23		81.765,00		647.824,65	

ENTIDADE		MAPA DAS CONTAS DE ORDEM				DATA	ANO	PAGINA
CHC	Período: 2018/01/02 a 2018/12/31					2019/04/03	2018	2
COD. CONTA	DESIGNAÇÃO	SALDO INICIAL		DO PERÍODO		SALDO FINAL		
		DEBITO	CREDITO	DEBITO	CREDITO	DEVEDOR	CREDOR	
	TRANSPORTE ...	379.297,58	945.357,23		81.765,00	379.297,58	1.027.122,23	
09.3.1.01.04.09	EXECUÇÃO REDE AGUAS RESIDUAIS DOMESTICAS							
09.3.1.01.04.10	PAVIMENTACAO CAMINHO CRUZEIRO - CEMITERI		6.176,00				6.176,00	
09.3.1.01.04.11	PAVIMENTACAO EM ARRUEMANTOS - VILA PRAIA		13.253,35				13.253,35	
09.3.1.01.04.12	SANEAMENTO ZONA SUL VPA, VILE E RIBA DE		62.477,91				62.477,91	
09.3.1.01.04.13	SANEAMENTO DA RUA DA MEIA LEGUA - MOLEDO		11.967,50				11.967,50	
09.3.1.01.04.14	ECOVIA CAMINHO RIO MINHO (CAMINHA-LANHE		48.236,10				48.236,10	
09.3.1.01.04.15	REDE SANEAMENTO VILAR DE MOUROS		74.760,00				74.760,00	
09.3.1.01.05	F.D.O PROJECTOS, LDA.		16.528,28				16.528,28	
09.3.1.01.05.01	BIBLIOTECA, AUDITÓRIO E SALA DA EB 2.3,S		16.528,28				16.528,28	
09.3.1.01.06	MONTEADRIANO		66.425,92				66.425,92	
09.3.1.01.06.01	ARRANJO URB.ÁREA RIO MINHO CAIS S.BENTO		2.006,03				2.006,03	
09.3.1.01.06.02	REQUALIFICAÇÃO ZONA ENVOLVENTE MURALHA-C							
09.3.1.01.06.03	RECTIFICAÇÃO EM 517 - MARINHAS		23.565,48				23.565,48	
09.3.1.01.06.04	RECTIFICAÇÃO PASSAGEM HIDRAULICA PERFIL		8.936,72				8.936,72	
09.3.1.01.06.05	REABILITAÇÃO PR.REPUBLICA - VILA P.ANCOR		31.917,69				31.917,69	
09.3.1.01.06.06	CONSTRUÇÃO E BENEFICIAÇÃO DE ARRUEMANTOS							
09.3.1.01.07	CARLOS JOSÉ FERNANDES & cªA, LDA		108.435,32				108.435,32	
09.3.1.01.07.01	RECUPERAÇÃO EDIFICIO L.CALOUSTE GULBENKI		28.396,46				28.396,46	
09.3.1.01.07.02	REDE AG RES. E ABASTECIMENTO ÁGUA BACIA							
09.3.1.01.07.03	ESTABELECIMENTO ENSINO PRÉ ESCOLAR EM V.							
09.3.1.01.07.04	REQUALIFICAÇÃO RUA DA RETORTA							
09.3.1.01.07.05	REABILITAÇÃO DO CINE-TEATRO VALADARES		42.442,26				42.442,26	
09.3.1.01.07.06	INSTALACOES CENICAS - CINE TEATRO VALADA		12.500,00				12.500,00	
09.3.1.01.07.07	SANEAMENTO ZONA SUL VPA, VILE E RIBA DE		25.096,60				25.096,60	
09.3.1.01.08	CONSTRUÇÕES REFOIENSE, LDA		32.600,00				32.600,00	
09.3.1.01.08.01	PLANO PRAIA 0 - FOZ DO MINHO/CAMARIDO							
09.3.1.01.08.02	PAVIMENTAÇÃO DA RUA DA VALADA (V.P.A)							
09.3.1.01.08.03	CONSTRUÇÃO DE CAMPO DE FUTEBOL DE LANHEL		32.600,00				32.600,00	
09.3.1.01.09	DOMINGOS SILVA TEIXEIRA							
09.3.1.01.09.01	TRAVESSIA DE INFRAESTRUTURAS NA EN 13							
09.3.1.01.09.02	REQUALIF.RUA PONTAULT COMBAULT/R.ALEXAND							
09.3.1.01.10	ARMINDO AFONSO, LDA		68.305,71				68.305,71	
09.3.1.01.10.01	REQ.E ARRELVAMENTO CAMPO FUTEBOL MORBER							
09.3.1.01.10.02	RUA DO PARAISO/RUA DA BARROSA							
09.3.1.01.10.03	DEMOLIÇÃO ESTRUTURA EXECUÇÃO NOVA ESTRUT							
09.3.1.01.10.04	REQUALIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO PAVILHÃO M							
09.3.1.01.10.05	REQUALIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO PAVILHÃO M		3.281,20				3.281,20	
09.3.1.01.10.06	EDIFICIO APOIO CENTRO ACOLHIMENTO CANIL							
09.3.1.01.10.07	EMPREITADA CENTRO ESCOLAR VILAR MOUROS							
09.3.1.01.10.08	REMODELAÇÃO REDE DRENAGEM AGUAS RESIDUAI							
09.3.1.01.10.09	REQUALIFICAÇÃO DA RUA DA IGREJA VELHA/VI							
09.3.1.01.10.10	PAVIMENTAÇÃO DA RUA DAS MARGIDAS (GONDAR							
09.3.1.01.10.11	REQUALIFICAÇÃO DA ESCOLA DE VILARELHO							
09.3.1.01.10.12	REQUALIFICAÇÃO DA ESCOLA PRIMÁRIA DE CAM							
09.3.1.01.10.13	REQUALIFICAÇÃO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL DE							
09.3.1.01.10.14	ECOVIA CAMINHA/ÂNCORA - EMP.02-CRISTELO							
09.3.1.01.10.15	REQUALIF. ESPAÇO PÚBLICO/ AV.PADRE PINHE		29.932,66				29.932,66	
09.3.1.01.10.16	PARQUE ESTACIONAMENTO LARGO SIDONIO PAIS		7.491,06				7.491,06	
09.3.1.01.10.17	REQUALIFICAÇÃO AV.SARAIVA DE CARVALHO -		7.499,34				7.499,34	
09.3.1.01.10.18	EMPREITADA PAVILHÃO MUNICIPAL DE CAMINHA		5.111,65				5.111,65	
09.3.1.01.10.19	SANEAMENTO ASPRA, VISO E CURRAIS - 1ª FA		14.989,80				14.989,80	
09.3.1.01.11	AURELIO MARTINS SOBREIRO FILHOS, LDA		49.500,00				49.500,00	
09.3.1.01.11.01	PAVIMENTAÇÃO E EXEC.INFRA-ESTRUTURAS R.P							
09.3.1.01.11.02	CONSTRUÇÃO EDIFICIO APOIO PARQUE DR. RAM							
09.3.1.01.11.03	SANEAMENTO ZONA SUL V. P. ANCOR							
09.3.1.01.11.04	REQUALIFICAÇÃO PARQUE DR. RAMOS PEREIRA		49.500,00				49.500,00	
09.3.1.01.11.05	ARRANJO URBANISTICO AREA Q ENVOLVE MURAL							
09.3.1.01.11.06	EXECUÇÃO REDE AGUAS RESIDUAIS DOMESTICAS							
	A TRANSPORTAR ...	379.297,58	1.504.023,32		81.765,00		1.206.490,74	

ENTIDADE		MAPA DAS CONTAS DE ORDEM				DATA	ANO	PAGINA
CHC		Período: 2018/01/02 a 2018/12/31				2019/04/03	2018	
COD. CONTA	DESIGNAÇÃO	SALDO INICIAL		DO PERÍODO		SALDO FINAL		
		DEBITO	CREDITO	DEBITO	CREDITO	DEVEDOR	CREDOR	
	TRANSPORTE ...	379.297,58	1.504.023,32		81.765,00	379.297,58	1.585.788,32	
09.3.1.01.11.07	PAVIMENTAÇÃO E INFRAESTRUTURAÇÃO DA AV.							
09.3.1.01.12	BATISTA E DOMINGOS, LDA							
09.3.1.01.12.01	ARRANJO EXTERIOR EMPREEMD.AFONSO & AFONS							
09.3.1.01.12.02	PASSEIO ECOVIA NASCENTE 8.1							
09.3.1.01.12.03	REQUALIFICAÇÃO RUA 5 DE OUTUBRO/1ª.FASE							
09.3.1.01.13	CARI CONSTRUTORES, SA							
09.3.1.01.13.01	EQUIPAMENTO DESPORTIVO EM V. P. ANCOR							
09.3.1.01.14	COVSA CONSTRUCCIONS, OBRAS E VIAS, S.A							
09.3.1.01.14.01	SANEAMENTO DA FREGUESIA DE VILAR MOUROS							
09.3.1.01.14.02	RECTIFICAÇÃO DA ESTRADA CAVADA VILAR DE							
09.3.1.01.15	JOSÉ ABREU ENES LAGE & IRMÃO,LDA							
09.3.1.01.15.01	CENTRO ESCOLAR DE DEM							
09.3.1.01.15.02	REMODELAÇÃO ESCOLA VISO/SEDE ORFEÃO V.P.							
09.3.1.01.16	JOÃO RODRIGUES AFONSO & CA LDª							
09.3.1.01.16.01	PAVIMENTAÇÃO RUA DO SOBRADO - ANCOR							
09.3.1.01.17	ROSEIRA CONSTRUÇÕES, LDA							
09.3.1.01.17.01	REQUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO L. SIDÓN							
09.3.1.01.18	CUNHA AMORIM & RIBEIRO,LDª							
09.3.1.01.18.01	ARRANJOS VARIOS FREGUESIA DE VILE							
09.3.1.01.18.02	BENEFICIAÇÃO DO CAMINHO DE RIBA E DO CAM							
09.3.1.01.19	GONÇALVES & CACHADINHA, SA							
09.3.1.01.19.01	PLANO PRAIA 2A/ANCORA-GELFA							
09.3.1.01.20	ALUMICAMINHA		16.399,20				16.399,20	
09.3.1.01.20.01	REMODELAÇÃO CENTRO ESCOLAR VILAR MOUROS-		4.957,00				4.957,00	
09.3.1.01.20.02	TRABALHOS COMPLEMENTARES RECINTO DESPORT		3.174,54				3.174,54	
09.3.1.01.20.03	POLIDESPORTIVO DE VILAR DE MOUROS		3.618,97				3.618,97	
09.3.1.01.20.04	POLIDESPORTIVO DE RIBA DE ANCOR		4.648,69				4.648,69	
09.3.1.01.21	MARTINS & FILHOS, S.A. EMPREITEIROS		4.486,20				4.486,20	
09.3.1.01.21.01	RUA DE SENANDES E RUA SIDÓNIO PAIS - VIL		4.486,20				4.486,20	
09.3.1.01.22	AMC CONSTRUÇÕES, LDA		118.978,88				118.978,88	
09.3.1.01.22.01	RECUPERAÇÃO DO MOSTEIRO DE SÃO JOÃO D'AR		27.225,00				27.225,00	
09.3.1.01.22.02	BIBLIOTECA MUNICIPAL CAMINHA		91.753,88				91.753,88	
09.3.1.01.23	BOAVENTURA & BOAVENTURA, LDA		105.560,17		218.409,31		323.969,48	
09.3.1.01.23.01	REQUAL.NO DA ERVA VERDE, 2ª FASE -VPA		56.070,17				56.070,17	
09.3.1.01.23.02	SANEAMENTO ASPRA, VISO, CURRAIS E IGRÉ-2		49.490,00				49.490,00	
09.3.1.01.23.03	REDE DISTRIBUIÇÃO AGUA E SANEAMENTO - AR				133.070,01		133.070,01	
09.3.1.01.23.04	ACÃO REAB.URBANA-SANDIA/MOBILIDADE REDUZ				85.339,30		85.339,30	
09.3.1.01.24	CTGA - CENTRO TECNOLOGICO DE GESTÃO AMBI				22.393,50		22.393,50	
09.3.1.01.24.01	EXECUÇÃO CADASTRO ELABORAÇÃO DE CADASTRO				22.393,50		22.393,50	
09.3.1.01.25	LUIS MAURICIO GIESTAS GONÇALVES - INST.E				13.856,92		13.856,92	
09.3.1.01.25.01	ACÃO REAB.URBANA-SANDIA/MOBILIDADE REDUZ				13.856,92		13.856,92	
09.3.2			1.826.042,30				1.826.042,30	
09.3.2.01	LOTEAMENTOS		1.369.017,80				1.369.017,80	
09.3.2.01.01	VALENTE & CAIRRÃO, LDA.		5.850,00				5.850,00	
09.3.2.01.01.01	LOTEAMENTO URBANO PROC.11/04		5.850,00				5.850,00	
09.3.2.01.02	CESAR VAZ, LDA		66.952,82				66.952,82	
09.3.2.01.02.01	LOTEAMENTO URBANO PROC.337/00		6.952,82				6.952,82	
09.3.2.01.02.02	LOTEAMENTO URBANO PROC.8/05		60.000,00				60.000,00	
09.3.2.01.03	CONSTRUÇÕES PIRES & PIRES,LDA		5.715,00				5.715,00	
09.3.2.01.03.01	LOTEAMENTO URBANO PROC.524/01		5.715,00				5.715,00	
09.3.2.01.04	GAIFEM RAMOS, LDA		5.715,00				5.715,00	
09.3.2.01.04.01	LOTEAMENTO URBANO PROC.524/01		5.715,00				5.715,00	
09.3.2.01.05	SUAVEMINHO GESTÃO PROPRIEDADES, LDA		21.870,00				21.870,00	
09.3.2.01.05.01	LOTEAMENTO L.CORUCHE/VENADE		12.950,00				12.950,00	
09.3.2.01.05.02	LOTEAMENTO L.RIBAS/VENADE		8.920,00				8.920,00	
09.3.2.01.06	L2N - IMOBILIÁRIA INVESTIMENTOS, LDª.							
09.3.2.01.06.01	LOTEAMENTO URBANO PROC.6/03							
09.3.2.01.07	CARLOS CONCEIÇÃO MARINHAS		5.170,00				5.170,00	
	A TRANSPORTAR ...	379.297,58	1.855.550,59		336.424,73		1.812.677,74	

ENTIDADE		MAPA DAS CONTAS DE ORDEM				DATA	ANO	PAGINA
CMC		Período: 2018/01/02 a 2018/12/31				2019/04/03	2018	4
COD. CONTA	DESIGNAÇÃO	SALDO INICIAL		DO PERÍODO		SALDO FINAL		
		DEBITO	CREDITO	DEBITO	CREDITO	DEVEDOR	CREADOR	
	TRANSPORTE ...	379.297,58	1.855.550,59		336.424,73	379.297,58	2.191.975,32	
09.3.2.01.07.01	LOTEAMENTO URBANO PROC.21/04		5.170,00				5.170,00	
09.3.2.01.08	M. D. J. - RIBAS, LDA.		65.020,00				65.020,00	
09.3.2.01.08.01	LOTEAMENTO URBANO PROC.7/04		23.320,00				23.320,00	
09.3.2.01.08.02	LOTEAMENTO URBANO PROC.7/07		5.000,00				5.000,00	
09.3.2.01.08.03	LOTEAMENTO URBANO PROC.6/07		36.700,00				36.700,00	
09.3.2.01.09	JOÃO RODRIGUES AFONSO & Cª.LDA		117.080,00				117.080,00	
09.3.2.01.09.01	LOTEAMENTO URBANO PROC.18/04		27.580,00				27.580,00	
09.3.2.01.09.02	LOTEAMENTO URBANO PROC.3/09		89.500,00				89.500,00	
09.3.2.01.10	NOEMIA INES COSTA PERES		2.000,00				2.000,00	
09.3.2.01.10.01	LOTEAMENTO URBANO PROC.19/05		2.000,00				2.000,00	
09.3.2.01.10.09								
09.3.2.01.11	MANUEL CORREIA FERNANDES, ARQUITECTO E A		5.450,00				5.450,00	
09.3.2.01.11.01	LOTEAMENTO URBANO PROC.20/05		5.450,00				5.450,00	
09.3.2.01.12	RICARDO COSTA MARTINS - SOCIEDADE UNIPES		1.670,75				1.670,75	
09.3.2.01.12.01	LOTEAMENTO URBANO PROC.18/06		1.670,75				1.670,75	
09.3.2.01.13	CONSPATIUM-CONSTRUÇÃO CIVIL, LDA		131.500,00				131.500,00	
09.3.2.01.13.01	LOTEAMENTO URBANO PROC.524/00		131.500,00				131.500,00	
09.3.2.01.14	VEIGAMINHO		22.400,00				22.400,00	
09.3.2.01.14.01	LOTEAMENTO URBANO PROC.626/01		22.400,00				22.400,00	
09.3.2.01.15	A.D.J.-INVESTIMENTOS IMOBILIARIOS LDª		239.720,00				239.720,00	
09.3.2.01.15.01	LOTEAMENTO URBANO PROC.9/06		239.720,00				239.720,00	
09.3.2.01.16	CONSTRUÇÕES BRISA DO ATLÂNTICO, LDA.		34.100,00				34.100,00	
09.3.2.01.16.01	LOTEAMENTO URBANO PROC.15/06		34.100,00				34.100,00	
09.3.2.01.17	BATISTA & DOMINGOS, LDA							
09.3.2.01.17.01	LOTEAMENTO URBANO PROC.11/06							
09.3.2.01.18	JOÃO JOSE POMBAL DUARTE		9.960,00				9.960,00	
09.3.2.01.18.01	LOTEAMENTO URBANO PROC.28/06		9.960,00				9.960,00	
09.3.2.01.19	FRONTEIRAS DA FICÇÃO, LDA		97.200,00				97.200,00	
09.3.2.01.19.01	LOTEAMENTO URBANO PROC.19/06		97.200,00				97.200,00	
09.3.2.01.20	ANTONIO AUGUSTO LOURENÇO CHAO		4.131,00				4.131,00	
09.3.2.01.20.01	LOTEAMENTO URBANO PROC.9/05		4.131,00				4.131,00	
09.3.2.01.21	JOSE MIXEL		90.650,00				90.650,00	
09.3.2.01.21.01	LOTEAMENTO URBANO PROC.25/07		90.650,00				90.650,00	
09.3.2.01.22	OLIVEIRA DUARTE - SOC.IMOBILIÁRIA, LDA		10.623,23				10.623,23	
09.3.2.01.22.01	LOTEAMENTO URBANO PROC.24/10		10.623,23				10.623,23	
09.3.2.01.23	AMÍLCAR DE SEABRA MASCARENHAS SARAIVA		210.900,00				210.900,00	
09.3.2.01.23.01	LOTEAMENTO URBANO PROC.7/08		210.900,00				210.900,00	
09.3.2.01.24	RAQUEL MARIA CURVAL GONÇALVE		36.700,00				36.700,00	
09.3.2.01.24.01	LOTEAMENTO URBANO PROC.6/07		36.700,00				36.700,00	
09.3.2.01.25	EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS JAD PRATS N		122.200,00				122.200,00	
09.3.2.01.25.01	PROC.Nº.01/03 E 327/03		122.200,00				122.200,00	
09.3.2.01.26	Paulo Manuel Marques da Silva Triunfante		7.090,00				7.090,00	
09.3.2.01.26.01	LOTEAMENTO URBANO PROC.126/09		7.090,00				7.090,00	
09.3.2.01.27	CONSTRUÇÕES HABICUNHA LDA		8.770,00				8.770,00	
09.3.2.01.27.01	LOTEAMENTO URBANO PROC.105/02		8.770,00				8.770,00	
09.3.2.01.28	DANIEL LUIS PINHEIRO COSTA		8.000,00				8.000,00	
09.3.2.01.28.01	LOTEAMENTO URBANO PROC.103/10		8.000,00				8.000,00	
09.3.2.01.29	ANTÓNIO TORCATO DA SILVA FERNANDES		19.730,00				19.730,00	
09.3.2.01.29.01	LOTEAMENTO - PROCESSO 1/13		19.730,00				19.730,00	
09.3.2.01.30	ANTÓNIO JOSÉ RODRIGUES PINTO LOPES		12.850,00				12.850,00	
09.3.2.01.30.01	LOTEAMENTO - PROCESSO 82/14		12.850,00				12.850,00	
09.3.2.02	OUTRAS							
09.3.2.03	PRESTAÇÃO SERVIÇOS		457.024,50				457.024,50	
09.3.2.03.01	LUSÁGUA - SERVIÇOS AMBIENTAIS, SA		457.024,50				457.024,50	
09.3.2.03.01.01	ADJ.PRESTAÇÃO SERVIÇO RESOLHA RSU		457.024,50				457.024,50	
09.3.3		1.663.709,84		136.459,25		1.800.169,09		
09.3.3.01	OBRAS PUBLICAS	1.264.782,02		136.459,25		1.401.241,27		
09.3.3.01.01	AMBIFLORA							
	A TRANSPORTAR ...	379.297,58	3.575.490,07		336.424,73		3.532.617,22	

ENTIDADE		MAPA DAS CONTAS DE ORDEM				DATA	ANO	PÁGINA
CMC		Período: 2018/01/02 a 2018/12/31				2019/04/03	2018	
COD. CONTA	DESIGNAÇÃO	SALDO INICIAL		DO PERÍODO		SALDO FINAL		
		DEBITO	CREDITO	DEBITO	CREDITO	DEVEDOR	CREDOR	
	TRANSPORTE ...	379.297,58	3.575.490,07		336.424,73	379.297,58	3.911.914,80	
09.3.3.01.01.01	MEDIDA AGRIS, SUB.ACÇÃO 3.4-PREVENÇÃO RI							
09.3.3.01.01.02	OBRA Z							
09.3.3.01.01.03	OBRA Y							
09.3.3.01.02	BETOMINHO	46.795,92				46.795,92		
09.3.3.01.02.01	ALARGAMENTO RUA ALDEIA NOVA/EN 301 - VEN	1.331,75				1.331,75		
09.3.3.01.02.02	REMODELACÃO RUA SOL POSTO/PROLONGAMENTO-	7.414,71				7.414,71		
09.3.3.01.02.03	REMODELACÃO RUA SOL POSTO							
09.3.3.01.02.04	REABILITACÃO RUA 16 SETEMBRO - CAMINHA							
09.3.3.01.02.05	CAM.LIGAÇÃO AZEVEDO/R.ANCORA ENTRE PERFI	23.746,26				23.746,26		
09.3.3.01.02.06	BENEFICIAÇÃO DE ESPAÇOS URBANOS NO CONCE	14.303,20				14.303,20		
09.3.3.01.03	ANTÓNIO SERAFIM DIAS GRENHO							
09.3.3.01.03.01	INST.SISTEMA AUTOMÁTICO FURO VERTICAL RI							
09.3.3.01.03.02	CONST.COLECTOR AGUAS PLUVIAIS L.GORGO-VI							
09.3.3.01.03.03	INST.SISTMA AUT.FURO VERTICAL L.RIBAS E							
09.3.3.01.04	MANUEL S.PEREIRA, LDA.	92.685,65				92.685,65		
09.3.3.01.04.01	CONST.INFRAESTRUTURAS R.BOUCHINHA-LANHELA	1.518,15				1.518,15		
09.3.3.01.04.02	PAVIMENTAÇÃO RUA DA LINDA - ÂNCORA	1.256,50				1.256,50		
09.3.3.01.04.03	REPARAÇÃO ARRUAMENTO LANHELAS E MUROS SU	1.463,90				1.463,90		
09.3.3.01.04.04	CONSTRUÇÃO MURO VEDAÇÃO/RUA DR.MESQUITA	2.444,00				2.444,00		
09.3.3.01.04.05	EXECUÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS HIDRAULICAS	4.059,80				4.059,80		
09.3.3.01.04.06	REDE AG RES. E ABASTECIMENTO ÁGUA BACIA	11.241,18				11.241,18		
09.3.3.01.04.07	RUA FONTE DA PEREIRINHA (INFRA-ESTR.SANE	2.937,50				2.937,50		
09.3.3.01.04.08	RUA DA VISTA ALEGRE E RUA DE PARDINHEIRO	14.350,71				14.350,71		
09.3.3.01.04.09	EXECUÇÃO REDE AGUAS RESIDUAIS DOMESTICAS	31.661,40				31.661,40		
09.3.3.01.04.10	PAVIMENTACAO CAMINHO CRUZEIRO - CEMITERI	4.632,00				4.632,00		
09.3.3.01.04.11	PAVIMENTACAO EM ARRUAMENTOS - VILA PRAIA	9.940,01				9.940,01		
09.3.3.01.04.13	SANEAMENTO DA RUA DA MEIA LEGUA - MOLEDO	7.180,50				7.180,50		
09.3.3.01.05	F.D.O PROJECTOS, LDA.							
09.3.3.01.05.01	BILBIOTECA, AUDITÓRIO E SALA DA EB 2.3,S							
09.3.3.01.06	MONTEADRIANO	14.636,43		20.367,79		35.004,22		
09.3.3.01.06.01	ARRANJO URB.ÁREA RIO MINHO CAIS S.BENTO	2.006,03				2.006,03		
09.3.3.01.06.02	REQUALIFICAÇÃO ZONA ENVOLVENTE MURALHA-C	9.432,71				9.432,71		
09.3.3.01.06.03	RECTIFICAÇÃO EM 517 - MARINHAS	3.197,69		20.367,79		23.565,48		
09.3.3.01.06.04	RECTIFICAÇÃO PASSAGEM HIDRAULICA PERFIL							
09.3.3.01.06.05	REABILITACÃO PR.REPUBLICA - VILA P.ANCOR							
09.3.3.01.07	CARLOS JOSÉ FERNANDES & cªA,LDA	109.947,82				109.947,82		
09.3.3.01.07.01	RECUPERAÇÃO EDIFÍCIO L.CALOUSTE GULBENKI							
09.3.3.01.07.02	REDE AG RES. E ABASTECIMENTO ÁGUA BACIA	11.307,21				11.307,21		
09.3.3.01.07.03	ESTABELECIMENTO ENSINO PRÉ ESCOLAR EM V.	58.439,14				58.439,14		
09.3.3.01.07.04	REQUALIFICAÇÃO RUA DA RETORTA	6.514,13				6.514,13		
09.3.3.01.07.05	REABILITACÃO DO CINE-TEATRO VALADARES	26.187,34				26.187,34		
09.3.3.01.07.06	INSTALACOES CENICAS - CINE TEATRO VALAD	7.500,00				7.500,00		
09.3.3.01.08	CONSTRUÇÕES REFOIENSE, LDA	10.148,25				10.148,25		
09.3.3.01.08.01	PLANO PRAIA 0 - FOZ DO MINHO/CAMARIDO							
09.3.3.01.08.02	PAVIMENTAÇÃO DA RUA DA VALADA (V.P.A)	10.148,25				10.148,25		
09.3.3.01.09	DOMINGOS SILVA TEIXEIRA	32.575,29				32.575,29		
09.3.3.01.09.01	AGUAS RESIDUAIS EN 13	17.820,43				17.820,43		
09.3.3.01.09.02	REQUALIF.RUA PONTAULT COMBAULT/R.ALEXAND	14.754,86				14.754,86		
09.3.3.01.10	ARMINDO AFONSO, LDA	352.742,37		15.552,47		368.294,84		
09.3.3.01.10.01	REQ.E ARRELVAMENTO CAMPO FUTEBOL MORBER	85.427,62				85.427,62		
09.3.3.01.10.02	RUA DO PARAISO/RUA DA BARROSA	4.791,50				4.791,50		
09.3.3.01.10.03	DEMOLIÇÃO ESTRUTURA EXECUÇÃO NOVA ESTRUT	14.967,33				14.967,33		
09.3.3.01.10.04	EMPREITADA PAVILHÃO MUNICIPAL DE V.P.ANC	40.693,91		4.740,30		45.434,21		
09.3.3.01.10.06	EDIFÍCIO APOIO C.ACOLHIMENTO CANIL E GAT	12.462,05				12.462,05		
09.3.3.01.10.07	EMPREITADA CENTRO ESCOLAR VILAR MOUROS	23.025,21				23.025,21		
09.3.3.01.10.08	REMODELACÃO REDE DRENAGEM AGUAS RESIDUAI	5.437,77				5.437,77		
09.3.3.01.10.09	REQUALIFICAÇÃO DA RUA DA IGREJA VELHA/VI	4.847,98				4.847,98		
09.3.3.01.10.10	PAVIMENTAÇÃO DA RUA DAS MARGIDAS (GONDAR	11.277,78				11.277,78		
	A TRANSPORTAR ...	889.018,09	3.575.490,07	25.108,09	336.424,73		2.997.788,62	

ENTIDADE		MAPA DAS CONTAS DE ORDEM				DATA	ANO	PAGINA
CMC	Período: 2018/01/02 a 2018/12/31					2019/04/03	2018	6
COD. CONTA	DESIGNAÇÃO	SALDO INICIAL		DO PERÍODO		SALDO FINAL		
		DEBITO	CREDITO	DEBITO	CREDITO	DEVEDOR	CREDOR	
	TRANSPORTE ...	889.018,09	3.575.490,07	25.108,09	336.424,73	914.126,18	3.911.914,80	
09.3.3.01.10.11	REQUALIFICAÇÃO DA ESCOLA DE VILARELHO	4.215,47				4.215,47		
09.3.3.01.10.12	REQUALIFICAÇÃO DA ESCOLA PRIMÁRIA DE CAM	12.400,41				12.400,41		
09.3.3.01.10.13	REQUALIFICAÇÃO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL DE	12.292,96				12.292,96		
09.3.3.01.10.14	ECOVIA CAMINHA/ÂNCORA - EMP.02-CRISTELO	34.658,99		3.052,43		37.711,42		
09.3.3.01.10.15	REQUALIF. ESPAÇO PÚBLICO/ AV.PADRE PINHE	26.939,39		2.993,27		29.932,66		
09.3.3.01.10.16	PARQUE ESTACIONAMENTO LARGO SIDONIO PAIS	5.621,25				5.621,25		
09.3.3.01.10.17	REQUALIFICAÇÃO AV.SARAIVA DE CARVALHO -	5.624,50				5.624,50		
09.3.3.01.10.18	EMPREITADA PAVILHÃO MUNICIPAL DE CAMINHA	39.064,37		4.766,47		43.830,84		
09.3.3.01.10.19	SANEAMENTO ASPRA, VISO E CURRAIS - 1ª FA	8.993,88				8.993,88		
09.3.3.01.11	AURELIO MARTINS SOBREIRO FILHOS,LDA	267.464,09				267.464,09		
09.3.3.01.11.01	PAVIMENTAÇÃO E EXEC.INFRA-ESTRUTURAS R.P	4.407,85				4.407,85		
09.3.3.01.11.02	CONSTRUÇÃO EDIFICIO APOIO PARQUE DR. RAM	14.660,09				14.660,09		
09.3.3.01.11.03	SANEAMENTO ZONA SUL V. P. ANCORA	97.868,79				97.868,79		
09.3.3.01.11.04	REQUALIFICAÇÃO PARQUE DR. RAMOS PEREIRA	58.739,19				58.739,19		
09.3.3.01.11.05	ARRANJO URBANISTICO AREA Q ENVOLVE MURAL	29.948,69				29.948,69		
09.3.3.01.11.06	EXECUÇÃO REDE AGUAS RESIDUAIS DOMESTICAS	31.661,40				31.661,40		
09.3.3.01.11.07	PAVIMENTAÇÃO E INFRAESTRUTURAÇÃO DA AV.	30.178,08				30.178,08		
09.3.3.01.12	BATISTA E DOMINGOS, LDA	1.196,60				1.196,60		
09.3.3.01.12.01	ARRANJO EXTERIOR EMPREEMD.AFONSO & AFONS	1.196,60				1.196,60		
09.3.3.01.13	CARI CONSTRUTORES, SA	14.989,95				14.989,95		
09.3.3.01.13.01	EQUIPAMENTO DESPORTIVO EM V. P. ANCORA	14.989,95				14.989,95		
09.3.3.01.14	COVSA CONSTRUCCIONS, OBRAS E VIAS	11.950,67				11.950,67		
09.3.3.01.14.01	SANAMENTO FREGUESIA VILAR MOUROS-2ºFAS	2.482,50				2.482,50		
09.3.3.01.14.02	RECTIFICAÇÃO DA ESTRADA CAVADA VILAR DE	9.468,17				9.468,17		
09.3.3.01.15	JOSÉ ABREU ENES LAGE & IRMÃO,LDA	68.713,20				68.713,20		
09.3.3.01.15.01	CENTRO ESCOLAR DE DEM	42.430,00				42.430,00		
09.3.3.01.15.02	REMODELAÇÃO ESCOLA VISO/SEDE ORFEÃO V.P.	26.283,20				26.283,20		
09.3.3.01.16	JOÃO RODRIGUES AFONSO & Cº.,LDA.	3.859,46				3.859,46		
09.3.3.01.16.01	PAVIMENTAÇÃO RUA DO SOBRADO - ANCORA	3.859,46				3.859,46		
09.3.3.01.17	ROSEIRA CONSTRUÇÕES, LDA	18.261,69				18.261,69		
09.3.3.01.17.01	REQUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO L. SIDÓN	18.261,69				18.261,69		
09.3.3.01.18	CUNHA AMORIM & RIBEIRO,LDª	4.358,70				4.358,70		
09.3.3.01.18.01	ARRANJOS VARIOS FREGUESIA DE VILE	4.358,70				4.358,70		
09.3.3.01.19	GONÇALVES & CACHADINHA, SA	129.492,43				129.492,43		
09.3.3.01.19.01	PLANO PRAIA 2A/ANCORA-GELFA	129.492,43				129.492,43		
09.3.3.01.20	ALUMICAMINHA	15.719,84		679,36		16.399,20		
09.3.3.01.20.01	REMODELAÇÃO CENTRO ESCOLAR VILAR MOUROS-	4.957,00				4.957,00		
09.3.3.01.20.02	TRABALHOS COMPLEMENTARES RECINTO DESPORT	2.857,08		317,46		3.174,54		
09.3.3.01.20.03	POLIDESPORTIVO DE VILAR DE MOUROS	3.257,07		361,90		3.618,97		
09.3.3.01.20.04	POLIDESPORTIVO DE RIBA DE ANCORA	4.648,69				4.648,69		
09.3.3.01.22	AMC CONSTRUÇÕES, LDA	35.693,66		35.693,66		71.387,32		
09.3.3.01.22.01	RECUPERAÇÃO DO MOSTEIRO DE SÃO JOÃO D'AR	8.167,50		8.167,50		16.335,00		
09.3.3.01.22.02	BIBLIOTECA MUNICIPAL CAMINHA	27.526,16		27.526,16		55.052,32		
09.3.3.01.23	BOAVENTURA & BOAVENTURA, LDA			64.165,97		64.165,97		
09.3.3.01.23.03	REDE DISTRIBUIÇÃO AGUA E SANEAMENTO - AR			64.165,97		64.165,97		
09.3.3.01.24	RAQUEL MARIA CURVAL GONÇALVE	26.460,00				26.460,00		
09.3.3.01.24.01	LOTEAMENTO URBANO PROC.6/07	26.460,00				26.460,00		
09.3.3.01.26	Paulo Manuel Marques da Silva Triunfante	7.090,00				7.090,00		
09.3.3.01.26.01	LOTEAMENTO URBANO PROC.126/0	7.090,00				7.090,00		
09.3.3.02	DEVOLVIDAS - LOTEAMENTOS	397.272,82				397.272,82		
09.3.3.02.02	CESAR VAZ, LDA	6.952,82				6.952,82		
09.3.3.02.02.01	LOTEAMENTO PROC.Nº.337/00	6.952,82				6.952,82		
09.3.3.02.05	SUAVEMINHO GESTÃO PROPRIEDADES, LDA	21.870,00				21.870,00		
09.3.3.02.05.01	LOTEAMENTO L.CORUCHE/VENADE	12.950,00				12.950,00		
09.3.3.02.05.02	LOTEAMENTO L.RIBAS/VENADE	8.920,00				8.920,00		
09.3.3.02.06	L2N - IMOBILIÁRIA INVESTIMENTOS, LDª.							
09.3.3.02.06.01	LOTEAMENTO URBANO PROC.6/03							
09.3.3.02.07	CARLOS CONCEIÇÃO MARINHAS	5.170,00				5.170,00		
	A TRANSPORTAR ...	1.672.902,42	3.575.490,07	136.459,25	336.424,73		2.102.553,13	

ENTIDADE		MAPA DAS CONTAS DE ORDEM				DATA	ANO	PAGINA
CMC		Período: 2018/01/02 a 2018/12/31				2019/04/03	2018	7
COD. CONTA	DESIGNAÇÃO	SALDO INICIAL		DO PERÍODO		SALDO FINAL		
		DEBITO	CREDITO	DEBITO	CREDITO	DEVEDOR	CREDOR	
	TRANSPORTE ...	1.672.902,42	3.575.490,07	136.459,25	336.424,73	1.809.361,67	3.911.914,80	
09.3.3.02.07.01	LOTEAMENTO PROC.Nº.21/04	5.170,00				5.170,00		
09.3.3.02.08	M. D. J. - RIBAS,LDA.	36.700,00				36.700,00		
09.3.3.02.08.03	LOTEAMENTO URBANO PROC.6/07	36.700,00				36.700,00		
09.3.3.02.09	JOAO RODRIGUES AFONSO, CA LDA	99.180,00				99.180,00		
09.3.3.02.09.01	LOTEAMENTO URBANO PROC.3/09	27.580,00				27.580,00		
09.3.3.02.09.02	LOTEAMENTO 3/09	71.600,00				71.600,00		
09.3.3.02.11	MANUEL CORREIA FERNANDES, ARQUITECTO E A	5.450,00				5.450,00		
09.3.3.02.11.01	LOTEAMENTO URBANO PROC.20/05	5.450,00				5.450,00		
09.3.3.02.15	A.D.J.-INVESTIMENTOS IMOBILIARIOS LDª							
09.3.3.02.15.01	LOTEAMENTO URBANO PROC.9/06							
09.3.3.02.16	CONSTRUÇÕES BRISA DO ATLÂNTICO, LDA.	34.100,00				34.100,00		
09.3.3.02.16.01	LOTEAMENTO URBANO PROC.15/06	34.100,00				34.100,00		
09.3.3.02.19	FRONTEIRAS DA FICÇÃO, LDA	97.200,00				97.200,00		
09.3.3.02.19.01	LOTEAMENTO URBANO PROC.19/06	97.200,00				97.200,00		
09.3.3.02.21	JOSE MIXEL	90.650,00				90.650,00		
09.3.3.02.21.01	LOTEAMENTO URBANO PROC.25/07	90.650,00				90.650,00		
09.3.3.02.22	OLIVEIRA DUARTE - SOC. IMOBILIÁRIA, LDA.							
09.3.3.02.22.01	LOTEAMENTO URBANO PROC.24/10							
09.3.3.02.23	DANIEL LUIS PINHEIRO DA COSTA							
09.3.3.02.23.01	LOTEAMENTO URBANO PROC.103/10							
09.3.3.02.24	António Torcato da Silva Fernandes							
09.3.3.02.24.01	LOTEAMENTO - PROCESSSO 1/13							
09.3.3.14	COVSA	1.655,00				1.655,00		
09.3.3.14.01	SANEAMENTO DA FREGUESIA DE VILAR MOUROS	1.655,00				1.655,00		
09.3.4	CONTRAPARTIDA		992.610,40				992.610,40	
09.3.5	GARANTIAS ACCIONADAS			192.392,30		192.392,30		
09.3.5.02	LOTEAMENTOS			192.392,30		192.392,30		
09.3.5.02.17	BAPTISTA & DOMINGOS, LDA			192.392,30		192.392,30		
09.3.5.02.17.01	LOTEAMENTO URBANO PROC.9/06			192.392,30		192.392,30		
09.4	CAUÇÕES-CONTRATOS	192.392,30			192.392,30			
09.4.1	PRESTADAS							
09.4.2	ACCIONADAS	192.392,30			192.392,30			
09.4.2.17	BATISTA & DOMINGOS, LDA	192.392,30			192.392,30			
09.4.2.17.01	LOTEAMENTO URBANO PROC.11/06	192.392,30			192.392,30			
09.4.3	DEVOLVIDAS							
09.4.4	CONTRAPARTIDA							
09.5	CAUÇÕES - OUTRAS	3.275,83	18.736,92	1.500,00	2.820,98		16.782,07	
09.5.1	PRESTADAS		18.736,92		2.820,98		21.557,90	
09.5.3	DEVOLVIDAS	3.275,83		1.500,00		4.775,83		
09.9	CONTAS DE CONTRAPARTIDA	2.558.847,43	210.685,59	531.638,01	330.351,55	2.549.448,30		
09.9.1	RECEITA LIQUIDADADA		18.293,29				18.293,29	
09.9.1.01	ANOS ANTERIORES		18.293,29				18.293,29	
09.9.1.02	EXERCICIO CORRENTE							
09.9.2	FUNDOS CAUCIONADOS	529.973,93		81.765,00		611.738,93		
09.9.2.01	EMPREITADAS DE OBRAS PÚBLICAS	186.189,02				186.189,02		
09.9.2.02	LOTEAMENTO E OBRAS PARTICULARES	342.298,17		81.765,00		424.063,17		
09.9.2.03	LICENCIAMENTO SANITÁRIO	1.132,57				1.132,57		
09.9.2.04	PESSOAL	354,17				354,17		
09.9.2.05	OUTRAS/CONTRATOS							
09.9.3	GARANTIAS BANCÁRIAS	2.013.412,41		254.659,73	328.851,55	1.939.220,59		
09.9.4	CAUÇÕES DE CONTRATOS		192.392,30	192.392,30				
09.9.5	CAUÇÕES-OUTRAS	15.461,09		2.820,98	1.500,00	16.782,07		
	TOTAL ...	4.797.522,98	4.797.522,98	861.989,56	861.989,56			

OPERAÇÕES DE TESOURARIA – CÓDIGO POCAL 7.6

DOCUMENTO CONSTITUÍDO POR 7 PÁGINAS, NUMERADAS DE 1 A 7

ENTIDADE		OPERAÇÕES DE TESOURARIA					DATA	ANO	PAGINA
CMC		Período: 2018/01/01 a 2018/12/31					2019/04/03	2018	1
COD. CONTA	TERCEIRO	DESIGNAÇÃO	SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR		MOVIMENTO ANUAL		SALDO PARA A GERÊNCIA SEGUINTE		
			DEVEDOR	CREDOR	DEBITO	CREDITO	DEVEDOR	CREDOR	
21		CLIENTES/CONTRIBUINTE/UTENTES		384.664,83	145.902,52	142.313,96		381.076,27	
21.7		CLIENTES E UTENTES C/CAUÇÕES		384.664,83	145.902,52	142.313,96		381.076,27	
21.7.1		CAUÇÕES DE LOTEAMENTO / OBRA /CIRCOS		291.833,73	28.696,56	81.765,00		344.902,17	
	164	ALBERTO ROCHA & Fº, LDA.		1.455,77				1.455,77	
	187	ANTÔNIO MATOS,LDA.		171,00				171,00	
	307	HUMBERTO VASCO PRESA GOMES		766,50				766,50	
	373	Manuel Monteiro Guardão		300,00				300,00	
	379	CARLOS ALBERTO DA CUNHA ALVES		520,00				520,00	
	638	JORGE JOSE CERQUEIRA FERNANDES		436,00				436,00	
	715	CAMARA MUNICIPAL DE CAMINHA		38.350,25				38.350,25	
	746	CRISTINA MARIA FERNANDES A. REBELO (TASCA DA CRISTINA)		25,00				25,00	
	754	Jose Armindo da Silva Magalhaes		300,00				300,00	
	755	JOSE JOAQUIM COELHO SILVA AZEVEDO		25,00				25,00	
	797	JOÃO ABEL CORREIA DE AZEVEDO		448,92				448,92	
	816	MAGALHAES CARNEIRO, INVESTIMENTOS IMOBILIARIOS,LDA.		2.994,00				2.994,00	
	856	JOÃO RODRIGUES AFONSO & CA LDª		5.797,85				5.797,85	
	1104	JOHANNES GERARDUS JOSEPH SIBON		177,06				177,06	
	1142	ALVARO DA COSTA MARTINS		410,00				410,00	
	1760	Ancora Tur - Empreendimentos Turisticos do Ancora, Lda		848,85				848,85	
	1821	MANUEL JOSE RODRIGUES		1.030,00				1.030,00	
	1845	Construcaminha- Empreendimentos Imobiliarios Lda		2.500,00				2.500,00	
	2069	JOAQUIM JOSE ARAUJO GOMES		300,00				300,00	
	2120	TECNUS - TECNICOS DE URBANISMO E SALUBRIDADE, LDA.		1.125,00				1.125,00	
	2139	AUGUSTO NORBERTO PINHEIRO ALVES DE CARVALHO		1.550,00				1.550,00	
	2152	RUSTIANCORA - CONST.RUSTICAS LDA		720,00				720,00	
	2197	LOUSINHA & GONÇALVES		1.800,00				1.800,00	
	2204	EMPRESA VICTOR HUGO CARDINALI		25,00				25,00	
	2206	MARIA AMELIA RIBEIRO DE SA RODRIGUES DIAS		162,00				162,00	
	2207	JOSE LEITE MENDES		70,00				70,00	
	2212	JOAQUIM MAGALHAES FERNANDES BARREIROS		880,00				880,00	
	2235	JOAQUIM PAULO PACHECO GOMES		480,00				480,00	
	2309	JORGE JOAQUIM DE CASTRO MACHADO		490,00				490,00	
	2321	MARIA ELISETE SOARES BAPTISTA BEIRAO		693,36				693,36	
	2325	CARLOS ALBERTO GUEDES MONTEIRO		25,00				25,00	
	2338	IMOBREDAS- CONSTRUÇÃO E IMOVEIS LDA		5.000,00				5.000,00	
	2342	MANUEL CARLOS FERNANDES		115,50				115,50	
	2361	JOSÉ MANUEL PEREIRA DE MATOS		523,74				523,74	
	2375	Maria Fernanda P.m. Fontainha		950,40				950,40	
	2404	ARNALDO RODRIGUES DO SOUTO		889,50				889,50	
	2491	ALÍPIO JOSÉ MARINHO RIBEIRO		585,75				585,75	
	2498	AIRES AFONSO		2.800,00	2.800,00				
	2509	CARLOS ADRIANO HESSE GILBERT		1.944,44				1.944,44	
	2552	DULCE MARIA OLIVEIRA DO SEIXO		375,00				375,00	
	2737	MANUEL JOAQUIM VARANDA RAMALHOSA		230,00				230,00	
	2741	EUGENIA PEREIRA DA SILVA		2.500,00				2.500,00	
	2785	JOAO RICARDO LIMA PIRES		437,70				437,70	
	2831	OLIVIA JESUS RAMOS MARTINS FERNANDES		1.077,00				1.077,00	
	2860	VALENTE E CAIRRAO LDA		1.700,00				1.700,00	
	2862	TOMÁS HENRIQUE MIRANDA JANSON		25,00				25,00	
	2884	LOIS FILIPE MARQUES, ARTES DE DECORAÇÃO E IMOBILIÁRIO, UNIPESSOAL, LDA		4.562,00				4.562,00	
	2915	RUI MANUEL AFONSO VEIGA		200,00				200,00	
	2972	RAIMUNDO JOSÉ DOS SANTOS VASCONCELOS		452,25				452,25	
	3079	NUNO FILIPE DE JESUS ALVES VIEIRA		472,50				472,50	
	3450	JOÃO JOSÉ TORRES SAMPAIO		270,00				270,00	
	3522	JOSÉ PINTO RIBEIRO		75,00				75,00	
	3587	ANTONIO PEREIRA CARVALHIDO DA SILVA		1.606,50				1.606,50	
	3591	JOAO DA CUNHA FERREIRA		2.658,70	2.658,70				
	3709	CURTO & PIRES CONSTRUÇÃO, LDA		1.100,00				1.100,00	
A TRANSPORTAR ...				291.833,73	28.696,56	81.765,00		344.902,17	

ENTIDADE		OPERAÇÕES DE TESOUREARIA				DATA	ANO	PAGINA
CMC		Período: 2018/01/01 a 2018/12/31				2019/04/03	2018	2
COD. CONTA	TERCEIRO	DESIGNAÇÃO	SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR		MOVIMENTO ANUAL		SALDO PARA A GERÊNCIA SEGUINTE	
			DEVEDOR	CRETOR	DEBITO	CREDITO	DEVEDOR	CRETOR
		TRANSPORTE ...		291.833,73	28.696,56	81.765,00		344.902,17
	3819	RICARDO COSTA MARTINS - SOCIEDADE UNIPESSOAL, LDª		100,00				100,00
	3863	NUNO MANUEL CAMPOS MIRANDA BARROSO		50,00				50,00
	3877	ALBINO SOUSA CALDAS		225,00				225,00
	3945	AUGUSTO MANUEL MORAIS NOGUEIRA		239,00				239,00
	4010	Cesar Vaz, Lda		2.360,00				2.360,00
	4045	JOSE LUIS GOMES CORREIA E OUTRA		2.020,00				2.020,00
	4122	ORLANDO HÉLDER SANTOS RANHADA		1.411,50				1.411,50
	4159	Joao Deus Barge Vieira		108,00				108,00
	4215	SEBASTIAO VERISSIMO PINHEIRO DUARTE		800,00				800,00
	4241	LEONEL DE SOUSA FERREIRA		700,00				700,00
	4369	ERNESTO JOSE RODRIGUES DE MATOS		192,00				192,00
	4382	L2N - IMOBILIÁRIA INVESTIMENTOS, LDª.		76,00				76,00
	4413	VITOR JOSE MARQUES MOURAO		3.055,00				3.055,00
	4432	ANA MARIA VASCONCELOS DE OLIVEIRA		1.500,00				1.500,00
	4444	BRUNO ALEXANDRE COSTA PINTO DA SILVA		20,00				20,00
	4507	ANA ROSANETE LOURENÇO REIS		900,00				900,00
	4522	PAULA ANGELICA SEIXO ROCHA		840,00				840,00
	4556	RUI MANUEL PASSOS DA COSTA		170,00				170,00
	4572	FERNANDO JOSÉ LISBOA DE AZEVEDO DUARTE		2.420,00				2.420,00
	4630	JOSE BRAS SUPERMERCADO UNIPESSOAL, LDA		220,00				220,00
	4656	ERMELINDA MARIA MARTINS DE ASSUNÇÃO		230,00				230,00
	4662	ANCOLAR - SOC. IMOBILIÁRIA, LDA.		706,45				706,45
	4742	ALDEFUT - CONSTRUÇÕES LDA.		190,00				190,00
	4757	MARIA LUÍSA MALHEIRO DE ARÓJO PIMENTA DE CASTRO		2.180,00				2.180,00
	4828	MARIA SIDONIA GOMES MARTINS RAMALHEIRA		1.741,50				1.741,50
	4895	MANUEL FIOZA DA SILVA MORAIS		1.150,00				1.150,00
	4974	GERMÃO PINTO SOBREIRO		350,00				350,00
	5009	FRANCISCO MANUEL MACEDO QUEIRÓS		2.600,00				2.600,00
	5010	GUMERCINDO FILIPE MOREIRA SANTOS		200,00				200,00
	5011	HAMOND, CONSTRUÇÕES IMOBILIÁRIAS E HOTELARIA, LDA.		1.230,00				1.230,00
	5172	LUÍS MIGUEL FERNANDES BRAGA		1.010,00				1.010,00
	5210	ELISABETE DA SILVA VALENTE DE ALMEIDA ALVES		145,00				145,00
	5306	JOSÉ ANTÓNIO CASABELLA FERNANDES		100,00				100,00
	5321	FILIPE MANUEL DE BRITO CARVALHO		320,00				320,00
	5332	N.J.D, PROJECTOS CONSTRUÇÃO, S.A		3.940,00				3.940,00
	5353	CARLOS MANUEL LOURENÇO LANDEIRA		500,00				500,00
	5482	DOMINGOS ALFREDO DA SILVA FERREIRA		520,00				520,00
	5490	CARLOS DA CONCEIÇÃO MARINHAS		175,00				175,00
	5507	JOSÉ CARLOS AFONSO DE OLIVEIRA		1.570,00				1.570,00
	5658	PAZO TRONCOSO DE LIRA PORTUGAL UNIPESSOAL LDA		5.558,23				5.558,23
	5794	ANTONIO DA SILVA VIEIRA		1.000,00				1.000,00
	5808	ISABEL SANCHEZ QUINTANA		1.104,00				1.104,00
	5826	JOSÉ SILVINO DOMINGUES PIRES		940,00				940,00
	5878	ANTONIO LUIS RODRIGUES		1.000,00				1.000,00
	5959	PATRICIA LUDOMIRA MESQUITA RAMOÁ DE AMORIM LEITE		1.160,00				1.160,00
	5991	PEDRO TEIXEIRA REGO DE OLIVEIRA BALONAS		670,00				670,00
	6013	CARLOS ALBERTO SILVA CERQUEIRA		760,00				760,00
	6108	MARIA HELENA AZEVEDO RIGOR VILAR		1.600,00				1.600,00
	6271	JOSE ANTONIO MATOS DOS SANTOS COUTINHO		1.050,00				1.050,00
	6297	MANUEL DANTAS PASSOS		120,00				120,00
	6361	JOSÉ JOAQUIM BARBOSA DE CASTRO		1.260,00				1.260,00
	6373	ANTÓNIO CARLOS MARTINS SEQUEIRA		80,00				80,00
	6374	ANTERO JORGE MARQUES FERREIRA CARDOSO		2.860,00				2.860,00
	6397	BALTAZAR FIDALGO FIDALGO		1.250,00				1.250,00
	6533	MARIA CELESTE PEREIRA DA SILVA		1.470,00				1.470,00
	6550	Ana Maria Areias Franco Fernandes		300,00				300,00
	6554	MARISA DO CÉU PIRES ALVARENGA		570,00				570,00
		A TRANSPORTAR ...		291.833,73	28.696,56	81.765,00		344.902,17

ENTIDADE		OPERAÇÕES DE TESOUBARIA				DATA	ANO	PAGINA
CMC		Período: 2018/01/01 a 2018/12/31				2019/04/03	2018	3
COD. CONTA	TERCEIRO	DESIGNAÇÃO	SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR		MOVIMENTO ANUAL		SALDO PARA A GERÊNCIA SEGUINTE	
			DEVEDOR	CREDOR	DEBITO	CREDITO	DEVEDOR	CREDOR
		TRANSPORTE ...		291.833,73	28.696,56	81.765,00		344.902,17
	6591	MÁRIO JORGE CONCEIÇÃO RODRIGUES COELHO		810,00				810,00
	6650	Manuel Rodrigues		175,00				175,00
	6659	PAULINO JOSÉ MARTINS GOMES		990,00				990,00
	6750	CONDOMÍNIO PREDIO SITO AVª DR. DANTAS CARNEIRO, BLOCO C		48,40				48,40
	6804	VASCO DO NASCIMENTO LIMA FRANCO		1.397,00				1.397,00
	6841	MARTA SUZANA DOMINGUES GONÇALVES		500,00				500,00
	6848	JOAQUIM ALMEIDA GOMES		350,00				350,00
	6869	LUIS MANUEL COSTA BRAGA		320,00				320,00
	6956	MANUEL JOSÉ MENDONÇA DE FIGUEIREDO		520,00				520,00
	7027	JOFRE JOSÉ ESTEVES PINTO		200,00				200,00
	7097	GONÇALO NUNO DE OLIVEIRA RIBEIRO DA SILVA		200,00				200,00
	7146	OCTAVIO JORGE SOUSA MALHAO FERREIRA		880,00				880,00
	7150	ROGÉRIO PAULO DA SILVA CARVALHO MALHÃO		970,00				970,00
	7152	MARIA ALEXANDRA CASTRO RODRIGUES CUNHA		2.380,00				2.380,00
	7199	LUCIANA MARIA SARAIVA RODRIGUES MATOS		600,00				600,00
	7238	CELIA MARIA AREIAS RIBEIRO		2.570,00				2.570,00
	7358	MIGUEL DUARTE DA CUNHA GONÇALVES SÁ		5.590,00				5.590,00
	7480	CONDOMÍNIO DO PRÉDIO SITO NA AVª DANTAS CARNEIRO, BLOCO I		49,20				49,20
	7485	FÓRUM BRANCO - INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS LDA.		240,00				240,00
	7503	JOÃO DE PASSOS PIRES COSTA DA TORRE		1.310,00				1.310,00
	7531	CONSTRUÇÕES ANTÔNIO PIRES PINTO- UNIPESSOAL LDA.		1.090,00				1.090,00
	7603	ROMINA AIRES VAU		220,00				220,00
	7644	OLIVEIRA DOARTE - SOC. IMOBILIÁRIA, LDA.		1.760,00				1.760,00
	7665	MARIA JULIETA PEREIRA RAMOS PINTO		815,00				815,00
	7741	FERNANDO JOSE SIMOES SILVA		430,00				430,00
	7808	CARLOS ALBERTO ANTUNES FERNANDES		935,00				935,00
	7840	JESUSA DOMINGUES AMIL		1.075,00				1.075,00
	7899	FERSALES - SOCIEDADE DE GESTÃO IMOBILIÁRIA, S.A.		2.340,00				2.340,00
	7931	Chance do Momento Construções, Lda		3.410,00				3.410,00
	7935	CARLA MARIA DOMINGUES FERNANDES ESTEVES		1.950,00				1.950,00
	7938	JOAQUIM JACQUES ANDRÉ		485,00				485,00
	7988	JOSE FILIPE GOMES CACAIS		110,00				110,00
	8169	Jorge Carlos Serro da Costa E Silva		380,00				380,00
	8399	CARLA CRISTINA NOGUEIRA VERDE PEREIRA				1.570,00		1.570,00
	8425	VALDEMAR ANTÔNIO PORTO ALVES DE CASTRO		530,00				530,00
	8633	RAQUEL MARIA CURVAL GONÇALVES		3.400,00				3.400,00
	8655	CARLOS MANUEL DA SILVA DOMINGUES		1.580,00				1.580,00
	8707	PEDRO MANUEL TORRES DE ECKENROTH GUIMARÃES E OUTRO		820,00				820,00
	8733	LIBERATO VELOSO DA SILVA		1.657,00				1.657,00
	8798	PAULO SERGIO FERREIRA CASTELO		975,00		975,00		
	8811	ANNA ALTSHUL		702,00				702,00
	9049	EVARISTO TURISMO RURAL, LDA.		7.930,00		7.930,00		
	9185	JOAO HENRIQUE MOURAO ARIEIRA		720,00				720,00
	9204	MANUEL JOAQUIM TORRES DANTAS		375,00				375,00
	9235	PARTILHARGUMENTO, S.A.		10.800,00				10.800,00
	9300	REINA PIRES, LDA		520,00				520,00
	9311	Manuel Freitas Da Cunha		960,00				960,00
	9388	RUI HENRIQUE DA SILVA PIRES				2.760,00		2.760,00
	9452	MANUEL RAUL ESTEVES CONDE GASPAR				2.090,00		2.090,00
	9475	Maria Alina Pereira Santos Souto Coelho		1.629,50		2.080,00		3.709,50
	9477	CHANCEFFECTIVE - CONSTRUÇÕES, LDª		2.735,00				2.735,00
	9483	FILIPE ADERITO PIRES		265,00				265,00
	9492	Jose Fernando Caldas Esteves		3.410,00				3.410,00
	9535	Paula Maria Didwallace Bianchi Salgueiro Gama Rocha		2.560,00				2.560,00
	9578	TRANSDUO-IMOBILIÁRIA, LDA		710,00				710,00
	9603	MARIA ROSA GONÇALVES GOMES		170,00				170,00
	9721	Manuel António Cardoso Gonçalves		1.190,00				1.190,00
		A TRANSPORTAR ...		291.833,73	28.696,56	81.765,00		344.902,17

ENTIDADE		OPERAÇÕES DE TESOUREARIA				DATA	ANO	PAGINA
CMC		Período: 2018/01/01 a 2018/12/31				2019/04/03	2018	4
COD. CONTA	TERCEIRO	DESIGNAÇÃO	SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR		MOVIMENTO ANUAL		SALDO PARA A GERÊNCIA SEGUINTE	
			DEVEDOR	CRETOR	DEBITO	CREDITO	DEVEDOR	CRETOR
		TRANSPORTE ...		291.833,73	28.696,56	81.765,00		344.902,17
	9739	Joel Capitão Vila Chã		11.235,00	11.235,00	195,00		195,00
	9812	MUNO MIGUEL FIGUEIRAS ALVES		120,00				120,00
	9839	NOS COMUNICAÇÕES, SA		600,00				600,00
	10045	ANTONIO SALVADOR AMORIM MARTINS DA COSTA		2.599,80				2.599,80
	10048	CARLOS FERREIRA CHAVES		813,75				813,75
	10051	José António da Graça Duarte de Sousa		1.400,00				1.400,00
	10055	MANUEL DOMINGUES AFONSO		120,00				120,00
	10062	JOSE MARIA PEREIRA GOMES DE PASSOS		910,00	910,00			
	10069	BANCO INVEST S.A.		1.005,00				1.005,00
	10071	FILIFE MIGUEL RODRIGUES DA SILVA RIBAS		560,00				560,00
	10077	FRANCISCO JOSE DA COSTA COUTO		676,20	676,20			
	10126	JOÃO MANUEL GUIMARÃES LIMA		500,00				500,00
	10149	MARCO PAULO PINTO AMARAL		430,00				430,00
	10164	JOSÉ RIBEIRO LOURENÇO - CABEÇA DE CASAL DA HERANÇA DE		576,66	576,66			
	10262	José Maria Dos Santos Moreira		16.160,00				16.160,00
	10329	MUNDO DE RABISCOS, CONSTRUÇÕES, LDª		935,00	935,00			
	10339	ANTÓNIO FIÚZA DE OLIVEIRA		17.000,00				17.000,00
	10367	DANIEL DA COSTA ESTEVES		1.620,00				1.620,00
	10417	JOAO ANTONIO CALDAS AMORIM		1.390,00				1.390,00
	10445	CARLOS FERNANDO AZEVEDO				5.410,00		5.410,00
	10448	LILIANA VANESSA LOMBA FIÚZA				3.265,00		3.265,00
	10463	JAIIME AUGUSTO DA COSTA CARREGAL QUEIRÓS				400,00		400,00
	10481	JOAO BRUNO FONSECA SILVA				710,00		710,00
	10519	SÉRGIO FILIFE GOMES PEREIRA				4.020,00		4.020,00
	10527	FELISBERTO JOAQUIM LINDADE MENDONÇA				350,00		350,00
	10541	VERA PATRICIA VEIDEIRA ARAUJO				720,00		720,00
	10546	MOISÉS VENTURA ROCHA - CABEÇA DE CASAL DA HERANÇA DE				25,00		25,00
	10547	OLINTO JOSÉ PEREIRA DA SILVA				1.555,00		1.555,00
	10549	ELÓI JOSÉ AFONSO LOURENÇO				1.120,00		1.120,00
	10556	JOSE CASIMIRO ALVARENGA LAGES				550,00		550,00
	10557	TANIA SOFIA DA SILVA DIAS				330,00		330,00
	10585	JOAO TIAGO PACHECO GOMES				870,00		870,00
	10591	QUINTA DOIS RIOS, UNIPESSOAL LDA				39.430,00		39.430,00
	10607	JOSE CARLOS LEITE PINTO				12.850,00		12.850,00
	10631	FLORÊNCIO PLÁCIDO DE ALMEIDA				490,00		490,00
	10650	ANTÓNIO FERNANDES AFONSO				975,00		975,00
21.7.2		CAUÇÕES DE LICENCIAMENTO SANITARIO		1.123,62				1.123,62
21.7.4		CAUÇÕES DO PESSOAL		24,94				24,94
	5280	SUSANA MARIA AFONSO ESTEVES		24,94				24,94
21.7.5		CAUÇÕES-CONTRATOS		10.424,00	1.500,00	1.240,98		10.164,98
	506	CAMIPÃO, S.A.		4.149,00				4.149,00
	4230	MINHAVENTURA - ACTIVIDADES DE ANIMAÇÃO TURISTICA, LDA.		302,00				302,00
	5140	MONICA ARAUJO ROMANO		1.500,00		340,98		1.840,98
	6853	SÓNIA CARLA CARVALHO PIPE		1.000,00	1.000,00			
	7107	VERA LUISA PORTELA SANTOS		340,00				340,00
	7683	HOSPITAL PARTICULAR DE VIANA DO CASTELO LDA		800,00				800,00
	7907	ANABELA ESTEVES GONÇALVES DOS SANTOS		300,00				300,00
	8022	CARLOS DOS SANTOS SARMENTO		400,00				400,00
	8112	FRANCISCO JOSÉ MARTINS DE AMORIM		303,00				303,00
	8179	CIDÁLIA MARIA GONÇALVES SIMÕES		750,00				750,00
	8765	LUIS MAURICIO GIESTAS GONÇALVES - INST.ELETRICAS SOC.UNIPESSOAL,LDA.		320,00				320,00
	9801	ANKE QUABECK		260,00				260,00
	10338	JOSÉ ANTÓNIO SILVA TORRALVO			500,00	500,00		
	10594	MA PETITE MAISON UNIPESSOAL, LDA				400,00		400,00
21.7.6		CAUÇÕES DE LOTEAMENTOS ACCIONADAS		79.382,27	115.455,96	57.727,98		21.654,29
21.7.6.01		PROCESSO 440/89		2.169,77	57.727,98	57.727,98		2.169,77
		A TRANSPORTAR ...		305.576,06	87.924,54	140.733,96		358.385,48

ENTIDADE		OPERAÇÕES DE TESOUREARIA				DATA	ANO	PAGINA
CMC		Período: 2018/01/01 a 2018/12/31				2019/04/03	2018	5
COD. CONTA	TERCEIRO	DESIGNAÇÃO	SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR		MOVIMENTO ANUAL		SALDO PARA A GERÊNCIA SEGUINTE	
			DEVEDOR	CREADOR	DEBITO	CREBITO	DEVEDOR	CREADOR
TRANSPORTE ...				305.576,06	87.924,54	140.733,96		358.385,48
21.7.6.02	10468	NOVO BANCO S.A.		2.169,77	57.727,98	57.727,98		2.169,77
21.7.9		PROCESSO 11/06		77.212,50	57.727,98			19.484,52
		CAUÇÕES-OUTRAS		1.876,27	250,00	1.580,00		3.206,27
	3301	GUARDA NACIONAL REPUBLICANA		126,27				126,27
	5283	ANTÔNIO MANUEL PEREIRA DA SILVA		1.500,00				1.500,00
	9405	Mohammed Zahid			250,00	250,00		
	9580	FAUSTO JOSÉ SANTANA TAPIA		250,00				250,00
	10548	FERNANDO PEDRO GONÇALVES BARBOSA				90,00		90,00
	10640	SARA MARIA DOS SANTOS SILVA				860,00		860,00
	10649	HUGO JOSE SIMÕES PIRES				380,00		380,00
24		ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS		81.256,20	912.603,17	905.489,75		74.142,78
24.2		Retenção de impostos sobre rendimentos		33.340,43	403.835,10	398.773,95		28.279,28
24.2.1		Trabalho dependente		30.916,00	385.487,00	381.499,00		26.928,00
24.2.2		Trabalho independente		2.424,43	17.871,82	16.798,67		1.351,28
24.2.6		SOBRETAXA EXTRAORDINÁRIA			476,28	476,28		
24.4		Restantes impostos			64,43	91,14		26,71
24.4.1		Imposto de selo			64,43	91,14		26,71
24.4.1.7		IMPOSTO DE SELO/REFORÇO CAUÇÃO-EMPREITADAS			64,43	91,14		26,71
24.5		Contribuições para a Segurança Social		47.492,93	508.703,64	506.261,50		45.050,79
24.5.1		CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES		22.946,88	191.614,04	190.757,89		22.090,73
24.5.1.1		CGA-DESCONTO DO PESSOAL		22.946,88	191.614,04	190.757,89		22.090,73
24.5.2		ADSE		8.680,72	116.296,22	115.790,07		8.174,57
24.5.2.1		ADSE-DESCONTOS DO PESSOAL		8.680,72	116.296,22	115.790,07		8.174,57
24.5.3		IGFSS		15.865,33	200.793,38	199.713,54		14.785,49
24.5.3.1		IGFSS-SEGURANÇA SOCIAL FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS		13.345,36	175.570,81	174.741,10		12.515,65
24.5.3.2		IGFSS-SEGURANÇA SOCIAL-REGIME GERAL		2.276,08	21.994,17	21.752,20		2.034,11
24.5.3.3		IGFSS-SEGURANÇA SOCIAL-OUTROS		243,89	3.228,40	3.220,24		235,73
24.7		TAXAS		422,84		363,16		786,00
24.7.1		CERTIFICADO REGISTO CIDADÃOS DA UE		422,84		363,16		786,00
26		OUTROS DEVEDORES E CREDORES		226.161,21	111.026,74	136.244,45		251.378,92
26.1		Fornecedores de imobilizado		192.272,92	25.245,15	45.969,18		212.996,95
26.1.3		CAU		192.272,92	25.245,15	45.969,18		212.996,95
26.1.3.1		For.Imb.- Valores Monetários - Agregada		192.272,92	25.245,15	45.969,18		212.996,95
	6	AURÉLIO MARTINS SOBREIRO & FILHOS, SA		1.262,83				1.262,83
	74	MANUEL SILVA PEREIRA		842,21		3.639,36		4.481,57
	77	BETOMINHO - SOCIEDADE DE CONSTRUÇÃO, SA.		2.355,63				2.355,63
	79	ARMINDO AFONSO, LDA. - CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PÚBLICAS		6.457,42	6.063,37			394,05
	82	MONTEADRIANO - ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, S.A.		552,93				552,93
	715	CAMBRA MUNICIPAL DE CAMINHA		57.132,21				57.132,21
	718	ALVARO DA COSTA MARTINS E IRMÃO, LDA		1.237,27				1.237,27
	739	BAPTISTA & DOMINGOS, LDA		6.751,76				6.751,76
	856	JOÃO RODRIGUES AFONSO & CA LDª		432,15				432,15
	1140	ANTONIO SERAFIM DIAS GRENHO		2.368,00				2.368,00
	1844	CARLOS JOSE FERNANDES & Cª. LDA		27.401,91				27.401,91
	2373	SOCIEDADE ALBINO MATOS FERNANDES - ENGENHARIA & CONSTRUÇÃO, LDA.		449,03		530,32		979,35
	2636	ROCHA & ALVES, LDA.		16.289,78				16.289,78
	2793	MANUEL DA SILVA PEREIRA E FILHOS LDA		4.076,86		4.542,46		8.619,32
	3791	FDO - PROJECTOS, LDA		1.413,50				1.413,50
	4637	C. S. CONSTRUÇÕES, LDA		313,64				313,64
	5154	AUGUSTO OLIVEIRA FERREIRA & CA., LDA.		6.827,15				6.827,15
	5348	CONSTRUÇÕES REFOIENSE UNIPESSOAL, LDª		31.555,50		1.044,51		32.600,01
	5843	GONÇALVES & CACHADINHA, SA		3.999,04				3.999,04
	8048	PRIMUS LEAN - ENGENHARIA & CONSTRUÇÃO, LDA		1.928,46		2.723,03		4.651,49
	8454	MARTINS & FILHOS, S.A. EMPREITEIROS				3.986,53		3.986,53
	9064	AMC CONSTRUÇÕES, LDA		18.625,64	7.946,78	348,38		11.027,24
	9739	Joel Capitão Vila Chã			11.235,00	11.235,00		
A TRANSPORTAR ...				658.193,95	1.083.750,84	1.093.772,89		668.216,00

ENTIDADE		OPERAÇÕES DE TESOUREARIA				DATA	ANO	PAGINA
CMC		Período: 2018/01/01 a 2018/12/31				2019/04/03	2018	6
COD. CONTA	TERCEIRO	DESIGNAÇÃO	SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR		MOVIMENTO ANUAL		SALDO PARA A GERÊNCIA SEGUINTE	
			DEVEDOR	CRETOR	DEBITO	CREDITO	DEVEDOR	CRETOR
		TRANSPORTE ...		658.193,95	1.083.750,84	1.093.772,89		668.216,00
26.2	10450	FLORESTA BEM CUIDADA, LDA. Pessoal		329,23		17.919,59		17.919,59
26.2.6		Cauções do pessoal		329,23				329,23
26.3	715	CAMARA MUNICIPAL DE CAMINHA Sindicatos		329,23				329,23
26.3.1		STAL		1.504,76	19.091,40	19.128,79		1.542,15
26.3.5		SINTAP (SINDICATO TRAB. ADMINIST. PUBLICA ENT. FINS PUBLICOS)		1.027,58	12.103,18	12.054,69		979,09
26.8		Devedores e credores diversos		477,18	6.988,22	7.074,10		563,06
26.8.3		DEVEDORES E CREDITORES DIVERSOS		32.054,30	66.690,19	71.146,48		36.510,59
26.8.3.7		RETENÇÃO - DIVIDAS AO ESTADO			1.361,50	4.450,08		3.088,58
	203	TRANSCOLVIA - TRANSP.COLECTIVOS V.CASTELO, LDA.				3.088,58		3.088,58
	6066	PROASOLUTIONS.PT - ARQUITECTURA, GESTÃO ACESSIBILIDADES E MOBILIDADE,LDA.			1.361,50	1.361,50		
26.8.5		DEVEDORES E CREDITORES DE OPERAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS		32.054,30	65.328,69	66.490,13		33.215,74
26.8.5.1		AQUISIÇÃO DE PEÇAS DE PROCEDIMENTOS		6.566,00				6.566,00
26.8.5.1.1		REABILITAÇÃO TEATRO VALADARES		1.845,00				1.845,00
26.8.5.1.2		REQUALIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO PAVILHÃO MUNICIPAL V.P.		1.537,50				1.537,50
	79	ARMINDO AFONSO,LDA. - CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PÚBLICAS		307,50				307,50
	200	ANTONIO ALVES RIBEIRO & FILHOS, LDª		307,50				307,50
	1844	CARLOS JOSE FERNANDES & Cª. LDA		307,50				307,50
	7360	ALFREDO BARROSO, LDA		307,50				307,50
	7393	OPENLINE - PORTUGAL		307,50				307,50
26.8.5.1.3		REQUALI E AMPLIAÇÃO PAVILHÃO MUNICIPAL CAMINHA		922,50				922,50
26.8.5.1.4		BIBLIOTECA MUNICIPAL DE CAMINHA		1.400,00				1.400,00
	79	ARMINDO AFONSO,LDA. - CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PÚBLICAS		200,00				200,00
	1844	CARLOS JOSE FERNANDES & Cª. LDA		200,00				200,00
	7337	CONSTRUÇÕES ARTUR ALVES DE FREITAS II, LDA		200,00				200,00
	7754	FESTA & FESTA S.A		200,00				200,00
	7760	MARTINS E SOARES LDA.		200,00				200,00
	7761	CONDURIL, SA		200,00				200,00
	7765	VILLACELLOS CONSTRUÇOES S.A.		200,00				200,00
26.8.5.1.5		RECOLHA/TRANSP. RSU, FORNC.LAVAGEM CONTENT./LIMPEZA URBANA PRAIA CAMINHA		861,00				861,00
	2788	SUMA - SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE,S.A.		123,00				123,00
	8447	RECOLTE S.A.		123,00				123,00
	8452	ECOAMBIENTE - CONSULTORES ENGENHARIA GESTÃO PREATAÇÃO DE SERVIÇOS		123,00				123,00
	8453	HIDURBE - GESTÃO DE RESIDUOS, S.A		123,00				123,00
	8456	CLECE - SUCURSAL EM PORTUGAL, SA		123,00				123,00
	8460	RESTRADAS - REVITALIZAÇÃO DE ESTRADAS DO NORTE, LDA		123,00				123,00
	8461	LUSÁGUA SERVIÇOS AMBIENTAIS, S.A.		123,00				123,00
26.8.5.5		PENHORAS - FINANÇAS/AGENTES EXECUCAO		193,00	34.551,14	40.380,28		6.022,14
	203	TRANSCOLVIA - TRANSP.COLECTIVOS V.CASTELO, LDA.			32.380,20	32.380,20		
	6042	MARIA DE LURDES REIS RODRIGUES FORTE			84,94	84,94		
	7516	MARIA CLARA PEREIRA BARBOSA BARROSO		193,00	2.086,00	2.063,00		170,00
	8536	NORTALUGA - VENDA E ALUGUER DE EQUIPAMENTO				5.852,14		5.852,14
26.8.5.9		OUTROS		25.295,30	30.777,55	26.109,85		20.627,60
26.8.5.9.1		DESCONTOS DE VENCIMENTOS PARA PENHORAS		436,97	8.358,91	8.335,85		413,91
26.8.5.9.2		ATAM		13,07	156,84	156,84		13,07
26.8.5.9.3		TRABALHOS POR CONTA DE TERCEIROS		2.588,14				2.588,14
26.8.5.9.3.1		MASSA FALIDA S C FELGUEIRAS, LD.ª		2.588,14				2.588,14
26.8.5.9.4		EXECUÇÕES FISCAIS - FUNCIONÁRIOS		9,85				9,85
26.8.5.9.4.4		JOÃO FERREIRA		9,85				9,85
26.8.5.9.5		EXECUÇÕES FISCAIS		13.600,53		2.765,74		16.366,27
26.8.5.9.6		SERVIÇOS SOCIAIS TRAB. CAMARA MUNICIPAL		1.220,55	14.835,61	14.851,42		1.236,36
26.8.5.9.9		SERVIÇO ELEIÇÕES		7.426,19	7.426,19			
		A TRANSPORTAR ...		692.082,24	1.169.532,43	1.183.841,89		706.391,70

ENTIDADE		OPERAÇÕES DE TESOUREARIA				DATA	ANO	PAGINA
CMC		Período: 2018/01/01 a 2018/12/31				2019/04/03	2018	7
COD. CONTA	TERCEIRO	DESIGNAÇÃO	SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR		MOVIMENTO ANUAL		SALDO PARA A GERÊNCIA SEGUINTE	
			DEVEDOR	CREADOR	DEBITO	CREDITO	DEVEDOR	CREADOR
		TRANSPORTE ...		692.082,24	1.169.532,43	1.183.841,89		706.391,70
26.8.9		Credores Diversos - Outros				206,27		206,27
26.8.9.6		INSPEÇÃO ELEVADORES/VÁRIOS				206,27		206,27
		TOTAL ...		692.082,24	1.169.532,43	1.184.048,16		706.597,97

[Handwritten signature]
2

Em ____ de ____ de ____
[Handwritten signature]

Em ____ de ____ de ____

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

VOLUME IV | ANEXO ÀS CONTAS



*Índice*

ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – CÓDIGO POCAL 8	1
CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE – CÓDIGO POCAL 8.1.....	2
NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS – CÓDIGO POCAL 8.2	6
CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS – CÓDIGO POCAL 8.2.3	7
MOVIMENTOS OCORRIDOS NAS RUBRICAS DO ATIVO IMOBILIZADO – CÓDIGO POCAL 8.2.7	7
ATIVO BRUTO	7
AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES	8
MAPA GERAL DE BENS – CÓDIGO POCAL 8.2.8	9
BENS UTILIZADOS EM REGIME DE LOCAÇÃO FINANCEIRA – CÓDIGO POCAL 8.2.13.....	10
ENTIDADES PARTICIPADAS – CÓDIGO POCAL 8.2.16	10
DÍVIDAS DE COBRANÇA DUVIDOSA – CÓDIGO POCAL 8.2.22	10
DÍVIDAS ATIVAS E PASSIVAS RESPEITANTES AO PESSOAL DA AUTARQUIA – CÓDIGO POCAL 8.2.23	10
DESCRIÇÃO DAS RESPONSABILIDADES POR GARANTIAS PRESTADAS E RECIBOS PARA COBRANÇA – CÓDIGO POCAL 8.2.26	12
PROVISÕES ACUMULADAS – CÓDIGO POCAL 8.2.27	14
MOVIMENTOS OCORRIDOS NA CLASSE 5 – CÓDIGO POCAL 8.2.28	16
DEMONSTRAÇÃO DO CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS – CÓDIGO POCAL 8.2.29	16
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS- CÓDIGO POCAL 8.2.31	18
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS - CÓDIGO POCAL 8.2.32	29
NOTAS SOBRE O PROCESSO ORÇAMENTAL E RESPECTIVA EXECUÇÃO – CÓDIGO POCAL 8.3	20
MODIFICAÇÕES DO ORÇAMENTO – CÓDIGO POCAL 8.3.1	21
RECEITA – CÓDIGO POCAL 8.3.1.1	22
DESPESA – CÓDIGO POCAL 8.3.1.2	23
MODIFICAÇÕES AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS – CÓDIGO POCAL 8.3.2	24
CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA – CÓDIGO POCAL 8.3.3	25
1. SITUAÇÃO DOS CONTRATOS	25
TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS – CÓDIGO POCAL 8.3.4	26
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES – DESPESA – CÓDIGO POCAL 8.3.4.1...	26



ANEXO ÀS CONTAS

TRANSFERÊNCIAS CAPITAL – DESPESA – CÓDIGO POCAL 8.3.4.2	26
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES – RECEITA – CÓDIGO POCAL 8.3.4.4	26
TRANSFERÊNCIAS CAPITAL – RECEITA – CÓDIGO POCAL 8.3.4.5	26
ENDIVIDAMENTO – CÓDIGO POCAL 8.3.6	27
EMPRÉSTIMOS – CÓDIGO POCAL 8.3.6.1	27
OUTRAS DIVIDAS A TERCEIROS – CÓDIGO POCAL 8.3.6.2	27

Handwritten signature and initials in blue ink, located in the top right corner of the page. The signature appears to be 'M. A.' and the initials below it are 'Z'.

ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Código POCAL 8

2

**CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE
CÓDIGO POCAL 8.1**

CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE

(Resolução nº 4/2001- 2ª Secção do Tribunal de Contas, com as alterações introduzidas pela Resolução nº 6/2013 - 2ª Secção)

1. IDENTIFICAÇÃO

Município de Caminha
Praça Conselheiro Silva Torres
4910-122 CAMINHA
Número de Identificação Fiscal – 500 843 139

2. LEGISLAÇÃO

Aplicável toda a legislação que obriga os municípios.

3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Encontra-se em vigor a estrutura orgânica do município aprovada pela Assembleia Municipal de Caminha em 27 de junho de 2014 e publicada na *II série do Diário da República nº 175, de 11 de setembro de 2014*.

4. DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES

As atividades a desenvolver pelo município são as que lhe são atribuídas por lei.

5. RECURSOS HUMANOS

A Câmara Municipal é composta pelos seguintes membros:

De 01 de janeiro até 20 de novembro de 2018

Presidente: Luís Miguel da Silva Mendonça Alves
Vereadores: Guilherme Cesário Lagido Domingos
Liliana Sousa Ribeiro
Rui Miguel Rio Tinto Lages
José Manuel Martins Presa
Paulo Pinto Pereira
Liliana Sofia Bouça Silva

De 21 de novembro até 25 de dezembro de 2018

Presidente: Guilherme Cesário Lagido Domingos
Vereadores: Liliana Sousa Ribeiro
Rui Miguel Rio Tinto Lages
Rui António Oliveira Fernandes
José Manuel Martins Presa

ANEXO ÀS CONTAS

Paulo Pinto Pereira

Liliana Sofia Bouça Silva

De 26 de dezembro até 31 de dezembro de 2018

Presidente: Luís Miguel da Silva Mendonça Alves

Vereadores: Guilherme Cesário Lagido Domingos

Liliana Sousa Ribeiro

Rui Miguel Rio Tinto Lages

José Manuel Martins Presa

Paulo Pinto Pereira

Liliana Sofia Bouça Silva

6. ORGANIZAÇÃO CONTABILÍSTICA

O sistema contabilístico utilizado respeita integralmente o POCAL – Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro – e executa-se na aplicação informática fornecida pela MEDIDATA – Engenharia e Sistemas, SA.

NOTAS TÉCNICAS (Resolução nº 4/2001- 2ª Secção do Tribunal de Contas, com as alterações introduzidas pela Resolução nº 6/2013 - 2ª Secção)

I MONTANTE DOS FUNDOS MUNICIPAIS

Fundos Municipais	Receitas correntes		Receitas de capital	
	Atribuídas	Recebidas	Atribuídas	Recebidas
Fundo Equilíbrio Financeiro	5.181.018,00	5.181.018,00	575.669,00	575.669,00
Fundo Social Municipal	228.614,00	228.614,00	-----	-----
Participação Fixa IRS	180.178,00	180.178,00	-----	-----
TOTAL	5.589.810,00	5.589.810,00	575.669,00	575.669,00

II MONTANTE DOS PAGAMENTOS RELATIVOS A INVESTIMENTOS REALIZADOS EM 2017

€ 1.165.783,40 (um milhão cento e sessenta e cinco mil setecentos e oitenta e três euros e quarenta cêntimos)

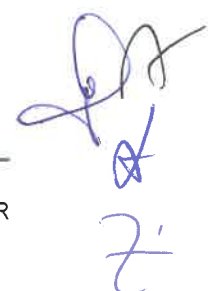
III AÇÕES INSPETIVAS

No exercício de 2018 não se verificou nenhuma ação inspetiva.

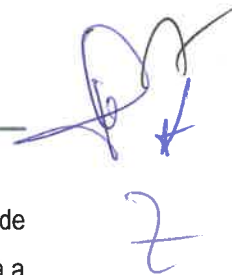
ANEXO ÀS CONTAS

IV QUOTA PARTE DAS AMORTIZAÇÕES E ENCARGOS FINANCEIROS DE EMPRÉSTIMOS CONTRAÍDOS POR ASSOCIAÇÕES PARTICIPADAS PELO MUNICÍPIO DE CAMINHA

As associações participadas pelo Município de Caminha não contraíram qualquer empréstimo.



**NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS
CÓDIGO POCAL 8.2.**



As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida pelo Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), sendo que as omissas não são aplicáveis ou não são relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras anexas.

CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS – CÓDIGO POCAL 8.2.3.

Os critérios valorimétricos utilizados respeitam os que são expressos no POCAL (Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro).

Relativamente às provisões para cobranças duvidosas, respeitou-se o determinado no POCAL, no seu ponto 2.7.1.

MOVIMENTOS OCORRIDOS NAS RUBRICAS DO ATIVO IMOBILIZADO – CÓDIGO POCAL 8.2.7.

Ativo Bruto, documento constituído por 4 páginas numeradas de 1 a 4;

ENTIDADE

CMC

ACTIVO BRUTO

Data : 2019/03/13

Ano Contabilístico : 2018 Período: Janeiro a Dezembro

Pagina : 1

Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação/ ajustamento	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo Final
41 INVESTIMENTOS FINANCEIROS	2.045.277,18				267.816,18	1.777.461,00
41.1 Partes de capital	1.295.389,50					1.295.389,50
41.1.1 Associações de municípios	622.200,00					622.200,00
41.1.1.1 Associação Nacional de Municípios Portugueses						
41.1.1.2 Polis Litoral Norte,S.A.	622.200,00					622.200,00
41.1.1.3 AGUAS ALTO MINHO, S.A						
41.1.2 Empresas municipais e intermunicipais						
41.1.3 Empresas privadas ou cooperativas	673.189,50					673.189,50
41.1.3.1 VALORMINHO, S.A.	85.500,00					85.500,00
41.1.3.2 AGUAS DO MINHO E LIMA, S.A.	563.189,50					563.189,50
41.1.3.3 CAMINHAEQUI, S.A.	24.500,00					24.500,00
41.2 Obrigações e títulos de participação	749.887,68				267.816,18	482.071,50
41.2.1 Empresas municipais e intermunicipais						
41.2.2 Fundo de Apoio Municipal	749.887,68				267.816,18	482.071,50
41.4 Investimentos em imóveis						
41.4.1 Terrenos e recursos naturais						
41.4.2 Edifícios e outras construções						
41.4.2.1 Edifícios						
41.4.2.2 Outras construções						
41.5 Outras aplicações financeiras						
41.5.1 Depósitos em instituições financeiras						
41.5.2 Títulos de dívida pública						
41.5.3 Outros títulos						
42 IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	49.442.852,00		257.980,92		86.001,61	49.614.831,31
42.1 Terrenos e recursos naturais	4.572.242,37					4.572.242,37
42.2 Edifícios e outras construções	28.113.098,37		22.389,89			28.135.488,26
42.2.1 Edifícios	19.535.836,13		16.770,89			19.552.607,02
42.2.1.01 Habitação	368.472,39					368.472,39
42.2.1.02 Instalações de Serviços	5.596.559,06		706,89			5.597.265,95
42.2.1.03 Instalações desportivas e recreativas	12.191.216,49		14.782,62			12.205.999,11
42.2.1.04 Mercados e instalações de fiscalização sanitária	433.552,13					433.552,13
42.2.1.05 Creches						
42.2.1.06 Escolas	865.106,17		1.281,38			866.387,55
42.2.1.07 Lares de terceira idade						
42.2.1.08 Outros	47.688,38					47.688,38
42.2.1.09 Habitação/Reparação beneficiação	33.241,51					33.241,51
42.2.2 Outras construções	8.577.262,24		5.619,00			8.582.881,24
42.2.2.01 Viadutos, arruamentos e obras complementares	36.568,22					36.568,22
42.2.2.02 Esgotos	1.623.155,49		3.863,43			1.627.018,92
42.2.2.03 Iluminação pública	258.082,77					258.082,77
42.2.2.04 Parques e jardins	2.129.518,22					2.129.518,22
42.2.2.05 Instalações desportivas e recreativas	837.890,98					837.890,98
42.2.2.06 Captação, tratamento e distribuição de água	1.657.351,96		225,00			1.657.576,96
42.2.2.07 Viação rural						
42.2.2.08 Sinalização e trânsito	301.916,54		1.530,57			303.447,11
42.2.2.09 Infra-estruturas para distr. de energia electrica						
42.2.2.10 Infra-estruturas p/ tratamento de residuos sólidos						
42.2.2.11 Cemitérios	167.031,45					167.031,45
42.2.2.12 Outras	1.034.476,05					1.034.476,05
42.2.2.13 Águas pluviais	531.270,56					531.270,56
A transportar	34.730.617,92		22.389,89		267.816,18	34.485.191,63
Total	34.730.617,92		22.389,89		267.816,18	34.485.191,63

Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação/ ajustamento	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo Final
Transporte	34.730.617,92		22.389,89		267.816,18	34.485.191,63
42.3 Equipamento básico	10.825.270,27		15.175,63		3.964,47	10.836.481,43
42.4 Equipamento de transporte	2.361.004,01		55.712,50			2.416.716,51
42.5 Ferramentas e utensilios	200.357,60		2.894,36			203.251,96
42.6 Equipamento administrativo	3.188.458,35		157.651,14		82.037,14	3.264.072,35
42.6.1 Mobiliario	471.422,35					471.422,35
42.6.2 Sistema informatico	2.420.752,08		157.651,14		51.401,73	2.527.001,49
42.6.2.01 Hardware informatico	1.147.841,69		40.828,04		51.401,73	1.137.268,00
42.6.2.02 Software informatico	1.239.845,93		96.872,50			1.336.718,43
42.6.2.99 Outro	33.064,46		19.950,60			53.015,06
42.6.9 Outro	296.283,92				30.635,41	265.648,51
42.7 Taras e vasilhame						
42.9 OUTRAS IMOBILIZACOES CORPOREAS	182.421,03		4.157,40			186.578,43
42.9.1						
42.9.3 Artigos de valor	105.041,00					105.041,00
42.9.7 Outros investimentos	77.380,03		4.157,40			81.537,43
43 IMOBILIZACOES INCORPORADAS						
43.1 Despesas de instalação						
43.2 Despesas de investigação e de desenvolvimento						
43.3 Propriedade industrial e outros direitos						
43.9 Outras						
44 IMOBILIZACOES EM CURSO	1.513.900,90		2.426.937,59		301.311,68	3.639.526,81
44.1 Imobilizações em curso de investimentos financeiro	43.890,03				23.700,60	20.189,43
44.1.1 Partes de capital						
44.1.2 Obrigações e titulos de participação						
44.1.4 Investimentos em imóveis	43.890,03				23.700,60	20.189,43
44.1.5 Outras aplicações financeiras						
44.2 Imobil. em curso de imobilizações corpóreas	379.639,34		1.243.481,15		58.432,61	1.564.687,88
44.2.1 Terrenos e recursos naturais						
44.2.2 Edifícios e outras construções	379.639,34		1.243.118,65		58.070,11	1.564.687,88
44.2.2.1 Edifícios	43.376,65		33.249,83		23.234,45	53.392,03
44.2.2.1.01 Habitação						
44.2.2.1.02 Instalações de serviços			1.615,06			1.615,06
44.2.2.1.03 Instalações desportivas e recreativas	1.678,30		23.182,94		14.782,62	10.078,62
44.2.2.1.04 Mercados e instalações de fiscal.sanitária	12.184,50					12.184,50
44.2.2.1.05 Creches						
44.2.2.1.06 Escolas	29.513,85		8.451,83		8.451,83	29.513,85
44.2.2.1.07 Lares de terceira idade						
44.2.2.1.08 Outros edificios						
44.2.2.1.09 HABITAÇÃO/REPARAÇÃO BENEFICIAÇÃO						
44.2.2.2 Outras construções	336.262,69		1.209.868,82		34.835,66	1.511.295,85
44.2.2.2.01 Viadutos, arruamentos e obras complementares						
44.2.2.2.02 Esgotos	285.995,69		1.071.577,56		26.612,20	1.330.961,05
44.2.2.2.03 Iluminação pública	4.579,20		13.046,29		8.223,46	9.402,03
44.2.2.2.04 Parques e jardins	5.737,20		1.311,10			7.048,30
44.2.2.2.05 Instalações desportivas e recreativas						
44.2.2.2.06 Captação, tratamento e distribuição de água	8.424,96					8.424,96
44.2.2.2.07 Viação rural						
44.2.2.2.08 Sinalização e trânsito	15.341,49		184,50			15.525,99
44.2.2.2.09 Infraestruturas p/distrib. de energia eléctrica						
44.2.2.2.10 Infraestruturas p/tratam.de residuos sólidos						
44.2.2.2.11 Cemitérios						
44.2.2.2.12 Outras	16.184,15		123.749,37			139.933,52
44.2.2.2.13 Aguas pluviais						
44.2.3 Equipamento básico			362,50		362,50	
44.2.4 Equipamento de transporte						
A transportar	51.911.658,55		1.501.462,07		435.951,00	52.977.169,62
Total	51.911.658,55		1.501.462,07		435.951,00	52.977.169,62

Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação/ ajustamento	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo Final
Transporte	51.911.658,55		1.501.462,07		435.951,00	52.977.169,62
44.2.5 Ferramentas e utensílios						
44.2.6 Equipamento administrativo						
44.2.7 Taras e vasilhame						
44.2.9 Outras imobilizações corpóreas						
44.3 Imobilizações em curso de imobilizações incorpores	24.736,53		112.365,42			137.101,95
44.3.1 Despesas de instalação						
44.3.2 Despesas de investigação e de desenvolvimentos	24.736,53		112.365,42			137.101,95
44.3.3 Propriedade industrial e outros direitos						
44.3.4 Aquisição de serviços						
44.5 Imobilizações em curso de bens de domínio publico	1.065.635,00		1.071.091,02		219.178,47	1.917.547,55
44.5.1 Terrenos e recursos naturais						
44.5.2 Edifícios						
44.5.2.1 Habitação						
44.5.2.2 Instalações de serviços						
44.5.2.3 Instalações desportivas e recreativas						
44.5.2.4 Mercados e instalações de fiscalização sanitária						
44.5.2.5 Creches						
44.5.2.6 Escolas						
44.5.2.7 Lares de terceira idade						
44.5.2.9 Outros						
44.5.3 Outras construções e infra-estruturas	1.065.635,00		1.071.091,02		219.178,47	1.917.547,55
44.5.3.1 Viadutos Arruamentos e Obras Complementares	718.754,50		241.444,07		157.609,71	802.588,86
44.5.3.2 Esgotos						
44.5.3.3 Águas pluviais						
44.5.3.4 Parques e jardins	42.757,10		3.524,22			46.281,32
44.5.3.5 Instalações desportivas e recreativas						
44.5.3.6 Iluminação publica						
44.5.3.7 Viação rural	72.271,70		456.705,84		61.568,76	467.408,78
44.5.3.8 Sinalização e transito						
44.5.3.9 Outras	231.851,70		369.416,89			601.268,59
44.5.3.9.01 Infra-estruturas para distribuição de energia eléc						
44.5.3.9.02 Infra-estruturas para tratamento de residuos solid						
44.5.3.9.03 Cemitérios						
44.5.3.9.09 Outras	231.851,70		369.416,89			601.268,59
44.5.4 Bens do património histórico, artistico e cultural						
44.5.4.1 A geira da serra do Gerês						
44.5.4.9 Outros bens do património historico cultural e art						
44.5.5 Outros bens de domínio público						
44.5.6						
44.6 Adiantamentos por conta de bens de dominio publico						
44.7 Adiantamentos por conta de investimentos financeir						
44.8 Adiantamentos por conta de imobilizações corporeas						
44.9 Adiantamentos por conta de imobilizações corporeas						
45 BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	43.663.996,25		186.068,18			43.850.064,43
45.1 Terrenos e recursos naturais	110.979,56					110.979,56
45.2 Edifícios	4.238.280,08		8.451,83			4.246.731,91
45.2.1 Habitação						
45.2.2 Instalações de serviços						
45.2.3 Instalações desportivas e recreativas	64.090,41					64.090,41
45.2.4 Mercados e instalações de fiscaliz.sanitaria						
45.2.5 Creches						
45.2.6 Escolas	4.174.189,67		8.451,83			4.182.641,50
45.2.7 Lares da terceira idade						
45.2.8 Outros						
45.3 Outras construções e infraestruturas	38.462.557,43		177.616,35			38.640.173,78
A transportar	57.351.289,72		2.693.370,34		655.129,47	59.389.530,59
Total	57.351.289,72		2.693.370,34		655.129,47	59.389.530,59

Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação/ ajustamento	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo Final
Transporte	57.351.289,72		2.693.370,34		655.129,47	59.389.530,59
45.3.01 Viadutos, arruamentos e obras complementares	21.951.903,62		78.576,95			22.030.480,57
45.3.02 Esgotos	4.523.512,42					4.523.512,42
45.3.03 Iluminação pública	207.904,60		5.518,44			213.423,04
45.3.04 Parques e jardins	1.038.465,58					1.038.465,58
45.3.05 Instalações desportivas e recreativas	31.353,15					31.353,15
45.3.06 Captação, tratamento e distribuição água	719.050,50					719.050,50
45.3.07 Viação rural	2.417.429,80		83.884,43			2.501.314,23
45.3.08 Sinalização e transito						
45.3.09 Infra-estruturas para distribuição de energia eléc	12.513,34					12.513,34
45.3.10 Infra-estruturas para tratamento de residuos sólido						
45.3.11 Cemitérios	44.435,62					44.435,62
45.3.12 Outros	1.331.071,25					1.331.071,25
45.3.13 Águas pluviais						
45.3.99 Outras	6.184.917,55		9.636,53			6.194.554,08
45.5 Bens do património histórico, artist. e cultural	604.378,90					604.378,90
45.9 Outros bens de domínio público	247.800,28					247.800,28
Total	96.666.026,33		2.870.986,69		655.129,47	98.881.883,55

2'



ANEXO ÀS CONTAS

- AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES, documento constituído por 2 páginas numeradas de 1 a 2

ENTIDADE

AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES

Data : 2019/03/13

Página : 1

CMC

Ano Contabilístico : 2018 Período: Janeiro a Dezembro

Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
48 AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	40.563.679,69	3.691.027,55	86.001,61	44.168.705,63
48.1 De investimentos em imóveis				
48.1.1 Terrenos e recursos naturais				
48.1.2 Edifícios e outras construções				
48.1.2.1 Edifícios				
48.1.2.2 Outras construções				
48.2 De imobilizações corporeas	22.288.482,22	1.755.639,29	86.001,61	23.958.119,90
48.2.1 Terrenos e recursos naturais				
48.2.2 Edifícios e outras construções	9.413.392,27	1.296.344,63		10.709.736,90
48.2.2.1 Edifícios	5.947.471,42	793.364,26		6.740.835,68
48.2.2.1.01 Instalações de habitações	99.895,66	5.606,04		105.501,70
48.2.2.1.02 Instalações de serviços	2.636.576,57	368.478,11		3.005.054,68
48.2.2.1.03 Instalações desportivas e recreativas	2.816.340,38	384.339,57		3.200.679,95
48.2.2.1.04 Mercados e instalações fiscalização sanitária	152.725,49	10.614,00		163.339,49
48.2.2.1.05 Creches				
48.2.2.1.06 Escolas	226.644,15	22.665,74		249.309,89
48.2.2.1.08 Outros	3.637,67			3.637,67
48.2.2.1.09 Habitação/Reparação beneficiação	11.651,50	1.660,80		13.312,30
48.2.2.2 Outras construções	3.465.920,85	502.980,37		3.968.901,22
48.2.2.2.01 Viadutos Arruamentos e Obras Complementares	36.280,89	47,88		36.328,77
48.2.2.2.02 Esgotos	606.600,86	72.597,37		679.198,23
48.2.2.2.03 ILUMINAÇÃO PUBLICA	80.783,64	11.178,96		91.962,60
48.2.2.2.04 PARQUES E JARDINS	948.348,14	99.345,72		1.047.693,86
48.2.2.2.05 INSTALAÇÕES DESPORTIVAS E RECREATIVAS	265.352,60	186.245,64		451.598,24
48.2.2.2.06 CAPTAÇÃO TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE AGUA	809.894,17	75.180,56		885.074,73
48.2.2.2.07				
48.2.2.2.08 SINALIZAÇÃO E TRANSITO	289.697,40	3.901,48		293.598,88
48.2.2.2.09				
48.2.2.2.10 Infra-estruturas p/ tratamento de residuos sólidos				
48.2.2.2.11 CEMITERIOS	63.186,65	9.594,60		72.781,25
48.2.2.2.12 OUTRAS	166.558,92	18.406,44		184.965,36
48.2.2.2.13 Aguas Pluviais	199.217,58	26.481,72		225.699,30
48.2.3 Equipamento básico	7.861.850,83	100.672,95	3.964,47	7.958.559,31
48.2.4 Equipamento de transporte	1.911.636,92	82.458,90		1.994.095,82
48.2.5 Ferramentas e utensilios	176.531,07	8.512,16		185.043,23
48.2.6 Equipamento administrativo	2.793.060,63	258.006,48	82.037,14	2.969.029,97
48.2.6.1 Mobiliário	369.975,99	18.306,49		388.282,48
48.2.6.2 Sistema informático	2.109.955,29	234.337,64	51.401,73	2.292.891,20
48.2.6.2.01 Hardware	977.533,98	92.181,81	51.401,73	1.018.314,06
48.2.6.2.02 Software	1.132.421,31	142.155,83		1.274.577,14
48.2.6.9 Outro	313.129,35	5.362,35	30.635,41	287.856,29
48.2.7 Taras e vasilhame				
48.2.8 CONTADORES				
48.2.9 Outras imobilizações corporeas	132.010,50	9.644,17		141.654,67
48.2.9.1 Equipamento de informatica				
48.2.9.2 SOFTWARE INFORMATICO				
48.2.9.3 ARTIGOS DE VALOR	104.288,68	143,76		104.432,44
48.2.9.4 Investimentos incorporeos				
48.2.9.5 Melhoramentos fundiarios				
48.2.9.6 Equipamentos medidas de agua				
	22.260.760,40	1.746.138,88	86.001,61	23.920.897,67
A transportar				
Total	22.260.760,40	1.746.138,88	86.001,61	23.920.897,67

Handwritten signature and initials in blue ink, including a large stylized 'Z' or '7' below the signature.

Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
Transporte	22.260.760,40	1.746.138,88	86.001,61	23.920.897,67
48.2.9.7 Outros investimentos	27.721,82	9.500,41		37.222,23
48.3 De imobilizações incorporeas				
48.3.1 Despesas de instalação				
48.3.2 Despesas de investigação e de desenvolvimento				
48.3.3 Propriedade industrial e outros direitos				
48.3.4 Aquisições de serviços				
48,5 De bens de domínio publico	18.275.197,47	1.935.388,26		20.210.585,73
48.5.1 Terrenos e recursos naturais				
48.5.2 Edifícios	580.654,99	62.908,76		643.563,75
48.5.3 Outras construções e infraestruturas	17.488.932,17	1.853.513,14		19.342.445,31
48.5.5 Bens de património historico, artistico e cultural	12.822,07	9.974,28		22.796,35
48.5.9 Outros bens de domínio publico	192.788,24	8.992,08		201.780,32
49 PROVISÕES PARA INVESTIMENTOS FINANCEIROS				
49.1 Partes de capital				
49.2 Obrigações e títulos de participação				
49.3 ...				
49.5 Outras aplicações financeiras				
A transportar				
Total	40.563.679,69	3.691.027,55	86.001,61	44.168.705,63



**MAPA GERAL DE BENS
CÓDIGO POCAL 8.2.8.**

INFORMAÇÃO GRAVADA EM FORMATO DIGITAL – CD MAPA GERAL DE BENS

**BENS UTILIZADOS EM REGIME DE LOCAÇÃO FINANCEIRA
– CÓDIGO POCAL 8.2.13**

ENTIDADES PARTICIPADAS – CÓDIGO POCAL 8.2.16

**DÍVIDAS DE COBRANÇA DUVIDOSA – CÓDIGO POCAL
8.2.22**

**DÍVIDAS ATIVAS E PASSIVAS RESPEITANTES AO PESSOAL DA AUTARQUIA –
CÓDIGO POCAL 8.2.23**


BENS UTILIZADOS EM REGIME DE LOCAÇÃO FINANCEIRA

Viaturas	Registos contabilísticos		
	Ativo Bruto	Amortizações	Ativo líquido
80-IF-23	33 149,63 €	32 081,56 €	1 068,07 €
76-IE-38	30 207,79 €	29 232,79 €	975,00 €
18-UD-33	55 350,00 €	4 151,25 €	51 198,75 €
42-IX-37	33 918,60 €	29 083,23 €	4 835,37 €
04-NR-70	48 970,00 €	24 628,29 €	24 341,71 €

ENTIDADES PARTICIPADAS

Designação	Sede	Capital Social	Participação capital social	Capital detido
Águas do Noroeste	Lugar de Gaído – Barcelos	70 000 000,00	0,805%	563 190,50
Valorminho, S.A	Lugar de Arraial - São Pedro da Torre	900 000,00	9,50%	85 500,00
CaminhaEqui, S.A	Rua Pontault Combault - Vila Praia de Âncora	50 000,00	49,00%	24 500,00
Polis Litoral Norte	Edifício de Apoio à Docca de Recreio - Viana do Castelo	26 100 000,00	11,20%	622 200,00

DÍVIDAS DE COBRANÇA DUVIDOSA

As dívidas de cobrança duvidosa constantes do balanço, conta 218 – Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa, ascendem a € 121.725,05, para as quais foi constituída provisão nos termos do ponto 2.7.1 do POCAL.

DÍVIDAS ATIVAS E PASSIVAS RESPEITANTES AO PESSOAL DA AUTARQUIA

As dívidas respeitantes ao pessoal da autarquia dizem respeito a cauções efetuados por funcionários, outrora tesoureiros, ainda não libertadas, no valor de € 329,23, e ainda o valor de € 655,79 referente a dívida de funcionário à autarquia por via da não retenção da comparticipação da ADSE.



**DESCRIÇÃO DAS RESPONSABILIDADES POR GARANTIAS PRESTADAS E
RECIBOS PARA COBRANÇA
CÓDIGO POCAL 8.2.26**

ANEXO ÀS CONTAS

CONTAS DE ORDEM-GARANTIAS/CAUÇÕES E RECIBOS P/COBRANÇA

2018

Código e designação das contas	Saldo da gerência anterior		Movimento anual		Saldo para a gerência seguinte	
	Devedor	Credor	Débito	Crédito	Devedor	Credor
Garantias e cauções		1 821 020,11	156 827,04	275 027,52		1 939 220,59
<i>26.1.3.3- Forn. Imo- Valo. em documentos - Agregada</i>		1 821 020,11	156 827,04	275 027,52		1 939 220,59
Betominho		0,00				0,00
Manuel Silva Pereira, Ld. ^a		74 680,30				74 680,30
FDO - Projectos, Ld. ^a		16 528,28				16 528,28
Monteadriano		20 367,79	40 735,58	20 367,79		0,00
Carlos José Fernandes & C.A. Ld. ^a		79 012,88				79 012,88
Construções Refoiense, Ld. ^a		32 600,00				32 600,00
Armindo Afonso, Ld. ^a - Const civil e obras publicas		26 899,06	15 552,47			11 346,59
Aurélio Martins Sobreiro & Filhos, S.A		40 260,81				40 260,81
Baptista & Domingos, Ld. ^a		9 458,28				9 458,28
João Rodrigues Afonso & C.A, Ld. ^a		17 900,00				17 900,00
Roseira Construções, Ld. ^a		3 017,07				3 017,07
M.D.J. - Ribas, Ld. ^a		28 320,00				28 320,00
Gaifem Ramos, Ld. ^a		5 715,00				5 715,00
A.D.J. - Investimentos Imobiliários		44 500,00				44 500,00
Ricardo Costa Martins		1 670,75				1 670,75
César Vaz, Ld. ^a		60 000,00				60 000,00
António Augusto Lourenço da Chão		4 131,00				4 131,00
João José Pombal Duarte		9 960,00				9 960,00
Alumicaminha - Estruturas Metálicas		679,36	679,36			0,00
Noémia Inês da Costa Peres		2 000,00				2 000,00
Veigaminho - Gestão de propriedades		22 400,00				22 400,00
Valente & Cairrão, Ld. ^a		5 850,00				5 850,00
Construções Pires & Pires, Ld. ^a		5 715,00				5 715,00
Conspatium - Construção Civil, Ld. ^a		131 500,00				131 500,00
Oliveira Duarte - Soc. Imobiliária		10 623,23				10 623,23
Manuel Silva Pereira e Filhos Ld. ^a		124 185,21				124 185,21
Daniel Luis Pinheiro da Costa		8 000,00				8 000,00
Martins & Filhos, S.A. Empreiteiros		4 486,20				4 486,20
Amílcar de Seabra Mascarenhas Saraiva		210 900,00				210 900,00
Raquel Maria Curval Gonçalves		10 240,00				10 240,00
Construções Habicunha Ld. ^a		8 770,00				8 770,00
Empreendimentos Imobiliários Jad Prats Nous, Ld. ^a		122 200,00				122 200,00
AMC Construções Ld. ^a		83 285,22	35 693,66			47 591,56
António Torcato Silva Fernandes		19 730,00				19 730,00
Luságua		457 024,50				457 024,50
António José Rodrigues Pinto Lopes		12 850,00				12 850,00
Boaventura & Boaventura, Lda		105 560,17	64 165,97	218 409,31		259 803,51
CTGA - Centro Tecnológico de Gestão Ambiental Ld. ^a		0,00		22 393,50		22 393,50
Luis Mauricio-Instalações Elétricas Sociedade Unipessoal Ld. ^a		0,00		13 856,92		13 856,92
Recibos para cobrança	18 293,29				18 293,29	
Total	18 293,29	1 821 020,11	156 827,04	275 027,52	18 293,29	1 939 220,59

2

PROVISÕES ACUMULADAS – CÓDIGO POCAL 8.2.27

**Provisões acumuladas**

Ano:2018

Código das contas	Designação	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
291	Provisões para cobranças duvidosas	105 278,39 €	16 446,66 €		121 725,05 €

NOTAS:

O aumento do valor de € 16 446,66 diz respeito ao valor atualizado das dívidas há mais de um ano e cinquenta por cento do valor das dívidas compreendidas entre os seis e doze meses relativas a consumo de água, feiras, mercados, publicidade, ocupação da via pública, habitação, desporto, educação e aluguer de espaços.



MOVIMENTOS INCORRIDOS NA CLASSE 5 – CÓDIGO POCAL 8.2.28

**DEMONSTRAÇÃO DO CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS
MATÉRIAS PRIMAS CONSUMIDAS – CÓDIGO POCAL 8.2.29**

MOVIMENTOS INCORRIDOS NA CLASSE 5 – CÓDIGO POCAL 8.2.28

5 - FUNDO PATRIMONIAL

Ano 2018

	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
51 Património	16 820 206,41			16 820 206,41
57 Reservas:	848 751,84			848 751,84
571 Reservas legais	848 751,84			848 751,84
59 Resultados transitados	3 121 742,33		2 114 625,69	1 007 116,64

Ao valor da diminuição corresponde na grande parte ao resultado líquido do ano de 2017.

DEMONSTRAÇÃO DO CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS PRIMAS CONSUMIDAS – CÓDIGO POCAL 8.2.29

Movimentos	Mercadorias	Matérias primas, subsidiárias. e de consumo (€)
Existências iniciais		291 443,74
Compras		73 146,16
Regularização de existências		-9 392,01
Existências finais		274 907,11
<i>Custos no exercício 2018</i>		80 290,78

α

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS – CÓDIGO POCAL
8.2.31**

DOCUMENTO EM ANEXO CONSTITUÍDO POR UMA PÁGINA NUMERADA

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS FINANCEIROS

ANO 2018

ENTIDADE

CMC

-

MUNICÍPIO DE CAMINHA

Janeiro - Dezembro

Pag. 1

CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIOS		PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIOS	
	N	N - 1		N	N - 1
681 - JUROS SUPOSTADOS	330.683,20	573.228,62	781 - JUROS OBTIDOS		
682 - PERDAS EM ENTIDADES PARTICIPADAS			782 - GANHOS EM ENTIDADES PARTICIPADAS		
683 - AMORTIZAÇÕES DE INVESTIMENTOS EM IMÓVEIS			783 - RENDIMENTOS DE IMÓVEIS		
684 - PROVISÕES PARA APLICAÇÕES FINANCEIRAS			784 - RENDIMENTOS DE PARTICIPAÇÕES DE CAPITAL	9.577,34	73.613,51
685 - DIFERENÇAS DE CÂMBIO DESFAVORÁVEIS			785 - DIFERENÇAS DE CÂMBIO FAVORÁVEIS		
687 - PERDAS NA ALIENAÇÃO DE APLICAÇÕES DE TESOURARIA			786 - DESC. DE PTO. PAGAMENTO OBTIDOS		
688 - OUTROS CUSTOS E PERDAS FINANCEIRAS	1.194,86	3.015,12	787 - GANHOS NA ALIEN. APLIC. TESOURARIA		
RESULTADOS FINANCEIROS	-288.670,48	-469.000,00	788 - OUTROS PROV. E GANHOS FINANCEIROS	33.630,24	33.630,23
Total	43.207,58	107.243,74	Total	43.207,58	107.243,74

ORGÃO EXECUTIVO

Em ___ de _____ de ____

[Handwritten Signature]

ORGÃO DELIBERATIVO

Em ___ de _____ de ____

A

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS – CÓDIGO POCAL
8.2.32**

DOCUMENTO EM ANEXO CONSTITUÍDO POR UMA PÁGINA NUMERADA

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EXTRAORDINARIOS

ANO 2018

ENTIDADE CMC -

MUNICIPIO DE CAMINHA

Janeiro - Dezembro

Pag. 1

CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIOS		PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIOS	
	N	N - 1		N	N - 1
691 - TRANSFÊRENCIAS DE CAPITAL CONCEDIDAS	242.440,12	576.973,55	791 - RESTITUIÇÃO DE IMPOSTOS		
692 - DÍVIDAS INCOBRÁVEIS			792 - RECUPERAÇÃO DE DÍVIDAS		
693 - PERDAS EM EXISTÊNCIAS	9.212,39	56.316,71	793 - GANHOS EM EXISTÊNCIA		
694 - PERDAS EM IMOBILIZAÇÕES			794 - GANHOS IMOBILIZAÇÕES	59.727,98	
695 - MULTAS E PENALIDADES			795 - BENEFÍCIOS PENAL. CONTRATUAIS	25.259,08	115.454,27
696 - AUMENTOS AMORTIZ. PROVISÕES			796 - REDUÇÕES AMORT. PROVISÕES	4.598,56	1.652,29
697 - CORREÇÕES REL. EXERC. ANTERIORES	211.850,89	1.081,25	797 - CORREÇÕES RELAT. EXERC. ANTERIORES	3.013,99	1.664,32
698 - OUTROS CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIOS	23.067,58	21.273,78	798 - OUTROS PROV. GANHOS EXTRAORDINÁRIOS	1.364.611,03	1.471.088,71
RESULTADOS EXTRAORDINARIOS	970.639,66	934.214,30			
			Total	1.457.210,64	1.589.859,59
Total	1.457.210,64	1.589.859,59			

[Handwritten signature and initials]

ORGÃO EXECUTIVO
 Em ___ de _____ de ____
[Handwritten signature]

ORGÃO DELIBERATIVO
 Em ___ de _____ de ____

α

**NOTAS SOBRE O PROCESSO ORÇAMENTAL E RESPECTIVA EXECUÇÃO –
CÓDIGO POCAL 8.3**



As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no ponto 8.3 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), sendo que as omissas não são aplicáveis ou não são relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras anexas.

MODIFICAÇÕES DO ORÇAMENTO – CÓDIGO POCAL 8.3.1

O efeito das modificações orçamentais encontra-se refletido nos mapas de *controlo orçamental – receita e controlo orçamental – despesa*, nas colunas das previsões corrigidas e das dotações corrigidas, respetivamente.

Importa referir que, uma vez que o Orçamento Municipal para o ano de 2018 foi aprovado pelo órgão Deliberativo em 26/01/2018, o orçamento em uso, até à data referida anteriormente, foi o Orçamento Municipal aprovado para o ano de 2017 (gestão em duodécimos).

Deste modo, nos mapas em “previsões iniciais” surge o valor do Orçamento Municipal aprovado para o ano de 2017 e em “previsões corrigidas” consta o valor do Orçamento Municipal aprovado para o ano de 2018 com a incorporação do saldo de gerência de 2017. Isto porque aquando da aprovação do Orçamento Municipal para o ano de 2018, em termos de aplicação contabilística, foi efetuada uma *revisão* aos valores do Orçamento para vigorarem os valores aprovados em 2018.

R

RECEITA – CÓDIGO POCAL 8.3.1.1

DOCUMENTO EM ANEXO CONSTITUÍDO POR DUAS PÁGINAS NUMERADAS DE 1 A 3

ENTIDADE		MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA RECEITA			Página: 1	
MUNICIPIO DE CAMINHA		TOTAL DE ALTERAÇÕES :	DO ANO CONTABILISTICO DE: 2018		Período: 2018/01/02 a 2018/12/31	
		TOTAL DE REVISÕES : 3				
CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		DOTAÇÕES DA RECEITA			OBSERVAÇÕES	
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	PREVISÕES INICIAIS	MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS			PREVISÕES CORRIGIDAS
			INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES		
01	IMPOSTOS DIRECTOS	3.962.565,00	104.896,00	94.649,00	3.972.812,00	
0102	Outros	3.962.565,00	104.896,00	94.649,00	3.972.812,00	
010202	Imposto municipal sobre imóveis	2.778.045,00		94.649,00	2.683.396,00	
010203	Imposto único de circulação	377.273,00	26.198,00		403.471,00	
010204	Imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis	651.172,00	60.956,00		712.128,00	
010205	Derrama	156.075,00	17.742,00		173.817,00	
02	IMPOSTOS INDIRECTOS	137.778,00	5.203,00	90.340,00	52.641,00	
0202	Outros	137.778,00	5.203,00	90.340,00	52.641,00	
020206	Impostos indirectos especificos das autarquias locais	137.778,00	5.203,00	90.340,00	52.641,00	
02020602	Loteamento e Obras	102.488,00		90.340,00	12.148,00	
02020603	Ocupação de Via Pública	20.708,00	194,00		20.902,00	
02020605	Publicidade	3.366,00	456,00		3.822,00	
02020699	Outros	11.216,00	4.553,00		15.769,00	
0202069901	Taxa Municipal Direitos de Passagem - TMDP	960,00	2.074,00		3.034,00	
0202069999	Outros	10.256,00	2.479,00		12.735,00	
04	TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	249.614,00	42.427,00	28.205,00	263.836,00	
0401	Taxas	212.807,00		20.891,00	191.916,00	
040123	Taxas especificas das autarquias locais	212.807,00		20.891,00	191.916,00	
04012301	Mercados e Feiras	92.197,00		14.952,00	77.245,00	
04012302	Loteamento e Obras	77.381,00		4.496,00	72.885,00	
04012303	Ocupação de Via Pública	25.578,00		1.228,00	24.350,00	
04012399	Outras	17.651,00		215,00	17.436,00	
0401239999	Outras	17.651,00		215,00	17.436,00	
0402	Multas e outras penalidades	36.807,00	42.427,00	7.314,00	71.920,00	
040201	Juros de mora	27.560,00	42.416,00		69.976,00	
040202	Juros compensatórios	2.872,00		1.602,00	1.270,00	
040204	Coimas e penalidades por contra-ordenações		11,00		11,00	
040299	Multas e penalidades diversas	6.375,00		5.712,00	663,00	
04029902	Outras	6.375,00		5.712,00	663,00	
05	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	1.521.500,00	55.200,00	350.000,00	1.226.700,00	
0502	Juros - Sociedades financeiras		200,00		200,00	
050201	Bancos e outras instituições financeiras		200,00		200,00	
0507	Dividendos e particip.lucros soc.e quase soc.não financeiras	60.000,00	15.000,00		75.000,00	
050703	Empresas privadas	60.000,00	15.000,00		75.000,00	
0510	Rendas	1.461.500,00	40.000,00	350.000,00	1.151.500,00	
051003	Habitacões	1.500,00			1.500,00	
051004	Edificios	60.000,00	40.000,00	*	100.000,00	
051005	Bens de dominio publico	800.000,00		100.000,00	700.000,00	
051099	Outros	600.000,00		250.000,00	350.000,00	
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	7.045.638,00	82.687,00	653.513,00	6.474.812,00	
0603	Administração central	6.545.638,00	82.687,00	553.513,00	6.074.812,00	
060301	Estado	5.907.125,00	82.685,00	50.000,00	5.939.810,00	
06030101	Fundo de Equilibrio Financeiro	5.100.713,00	80.305,00		5.181.018,00	
06030102	Fundo Social Municipal	233.451,00			233.451,00	
06030103	Participação variável no IRS	172.961,00	2.380,00		175.341,00	
06030199	Outras	400.000,00		50.000,00	350.000,00	
060306	Estado - Participação comunitária em projectos co-financiados	638.513,00	2,00	503.513,00	135.002,00	
06030601	FEDER	638.513,00		503.513,00	135.000,00	
06030602	FC		1,00		1,00	
06030699	Outros		1,00		1,00	
0609	RESTO DO MUNDO	500.000,00		100.000,00	400.000,00	
060904	União Europeia - Países membros	500.000,00		100.000,00	400.000,00	
07	VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	2.626.617,00	1.129.029,00	73.895,00	3.681.751,00	
0701	Venda de bens	982.790,00	515.738,00	1.655,00	1.496.873,00	
070103	Publicações e impressos	150,00		75,00	75,00	
070108	Mercadorias	970.640,00	515.738,00		1.486.378,00	
07010801	Água	970.640,00	515.738,00		1.486.378,00	
070199	Outros	12.000,00		1.580,00	10.420,00	
0702	Serviços	1.643.827,00	613.291,00	72.240,00	2.184.878,00	

ENTIDADE		MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA RECEITA			Página: 2	
MUNICÍPIO DE CAMINHA		TOTAL DE ALTERAÇÕES :	DO ANO CONTABILÍSTICO DE: 2018		Período: 2018/01/02 a 2018/12/31	
		TOTAL DE REVISÕES : 3				
CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		DOTAÇÕES DA RECEITA			OBSERVAÇÕES	
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	PREVISÕES INICIAIS	MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS			PREVISÕES CORRIGIDAS
			INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES		
070208	Serviços sociais, recreativos, culturais e de desporto	250.000,00		72.240,00	177.760,00	
07020804	Serviços desportivos	250.000,00		72.240,00	177.760,00	
0702080400	Serviços desportivos	250.000,00		72.240,00	177.760,00	
070209	Serviços específicos das autarquias	1.392.827,00	613.022,00		2.005.849,00	
07020901	Saneamento	570.640,00	167.821,00		738.461,00	
07020902	Resíduos sólidos	600.000,00	323.279,00		923.279,00	
07020904	Trabalhos por conta de particulares	60.000,00	15.422,00		75.422,00	
07020905	Cemitérios	1.000,00	3.368,00		4.368,00	
07020906	Mercados e feiras	11.187,00	7.483,00		18.670,00	
07020999	Outros	150.000,00	95.649,00		245.649,00	
070299	Outros	1.000,00	269,00		1.269,00	
07029999	Outros	1.000,00	269,00		1.269,00	
08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	550.000,00	103.082,00	100.000,00	553.082,00	
0801	outras	550.000,00	103.082,00	100.000,00	553.082,00	
080199	Outras	550.000,00	103.082,00	100.000,00	553.082,00	
08019903	IVA reembolsado	300.000,00		100.000,00	200.000,00	
08019999	Diversas	250.000,00	103.082,00		353.082,00	
09	VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	46.011,00		46.010,00	1,00	
0901	Terrenos	46.011,00		46.010,00	1,00	
090101	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	46.011,00		46.010,00	1,00	
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	6.740.182,71	2.313.923,00	2.925.285,71	6.128.820,00	
1003	Administração central	6.740.182,71	2.313.923,00	2.925.285,71	6.128.820,00	
100301	Estado	568.746,00	8.923,00	2.000,00	575.669,00	
10030101	Fundo de Equilíbrio Financeiro	566.746,00	8.923,00		575.669,00	
10030104	Cooperação técnica e financeira	1.000,00		1.000,00		
10030199	Outras	1.000,00		1.000,00		
100306	ESTADO- PARTICIPAÇÃO PORTUGUESAS EM PROJECTOS CO-FINANCIADOS		50.000,00		50.000,00	
10030699	Outros		50.000,00		50.000,00	
100307	Estado - Participação comunitária em projectos co-financiados	6.171.436,71	2.203.000,00	2.923.285,71	5.451.151,00	
10030701	FEDER	6.145.936,71		2.897.786,71	3.248.150,00	
10030703	FC		2.152.000,00		2.152.000,00	
10030704	FSE		51.000,00		51.000,00	
10030799	Outras	25.500,00		25.499,00	1,00	
100309	SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS- PARTICIPAÇÃO PORTUGUESA EM PROJECTOS CO-FINANCIADOS		52.000,00		52.000,00	
11	ACTIVOS FINANCEIROS		1,00	1,00		
1106	EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZOS		1,00	1,00		
110602	SOCIEDADES FINANCEIRAS		1,00	1,00		
12	PASSIVOS FINANCEIROS	250.000,00	184.501,00		434.501,00	
1205	Empréstimos a curto prazo	250.000,00	184.500,00		434.500,00	
120502	Sociedades financeiras	250.000,00	184.500,00		434.500,00	
1206	Empréstimos a médio e longo prazos		1,00		1,00	
120602	Sociedades financeiras		1,00		1,00	
13	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	50.000,00		49.000,00	1.000,00	
1301	Outras	50.000,00		49.000,00	1.000,00	
130199	Outras	50.000,00		49.000,00	1.000,00	
16	SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR		137.826,15		137.826,15	
1601	SALDO ORÇAMENTAL		137.826,15		137.826,15	
160101	NA POSSE DO SERVIÇO		137.826,15		137.826,15	
TOTAL ...		23.179.905,71	4.158.775,15	4.410.898,71	22.927.782,15	

Em ___ de ___ de ___
Aguilera

Em ___ de ___ de ___
7'

28

DESPESA – CÓDIGO POCAL 8.3.1.2

DOCUMENTO EM ANEXO CONSTITUÍDO POR 4 PÁGINAS NUMERADAS DE 1 A 5

ENTIDADE		MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA DESPESA				Página: 1
MUNICÍPIO DE CAMINHA		TOTAL DE ALTERAÇÕES : 92	DO ANO CONTABILÍSTICO DE 2018		Período: 2018/01/02 a 2018/12/31	
		TOTAL DE REVISÕES : 2				
IDENTIFICAÇÃO DAS RUBRICAS			DESPESA			
			DOTAÇÕES INICIAIS	MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS		DOTAÇÕES CORRIGIDAS
CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA	ECONÓMICA	DESCRIÇÃO		INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES	
01		ADMINISTRAÇÃO AUTARQUICA				
0101		ASSEMBLEIA MUNICIPAL				
0101	01	DESPESAS COM O PESSOAL				
0101	0102	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS				
0101	010213	OUTROS SUPLEMENTOS E PRÉMIOS				
0101	01021303	Senhas de presença	21.350,00	650,00	1.000,00	21.000,00
0101	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS				
0101	0201	Aquisição de bens				
0101	020108	Material de escritório				
0101	020121	Outros bens	450,00	145,00	450,00	145,00
0101	0202	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS				
0101	020217	Publicidade	1.010,00	2.907,00	1.010,00	2.907,00
0101	020225	OUTROS SERVIÇOS				
0101	02022599	Outros	8.168,00	9.141,80	8.168,00	9.141,80
0102		CAMARA MUNICIPAL				
0102	01	DESPESAS COM O PESSOAL				
0102	0101	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES				
0102	010101	Titulares órgãos soberania e membros órgãos autárquicos	190.000,00	65.000,00	40.000,00	215.000,00
0102	010111	Representação	30.500,00	750,00		31.250,00
0102	010113	Subsídio de refeição	8.000,00	3.000,00		11.000,00
0102	010114	Subsídio de férias e de Natal	30.000,00	6.000,00		36.000,00
0102	010115	Remunerações por doença e maternidade/paternidade	1.000,00			1.000,00
0102	0102	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS				
0102	010204	Ajudas de custo	1.000,00			1.000,00
0102	010213	OUTROS SUPLEMENTOS E PRÉMIOS				
0102	01021303	Senhas de presença	8.000,00			8.000,00
0102	0103	SEGURANÇA SOCIAL				
0102	010301	Encargos com saúde	3.000,00		2.000,00	1.000,00
0102	010305	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL				
0102	01030502	Segurança social pessoal em regime de trabalho de contrato trabalho em funções públicas (RCTPF)				
0102	0103050201	Caixa Geral de Aposentações	15.500,00		1.517,33	13.982,67
0102	0103050202	Segurança social - Regime geral	40.000,00	10.017,33		50.017,33
0102	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS				
0102	0201	Aquisição de bens				
0102	020102	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES				
0102	02010202	Gasóleo	80,00		80,00	
0102	020108	Material de escritório				
0102	020121	Outros bens		1.000,00		1.000,00
0102	0202	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS				
0102	020213	Deslocações e estadas	2.175,00	1.735,00	2.175,00	1.735,00
0102	020214	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	80.935,00	62.607,00	80.935,00	62.607,00
0102	020217	Publicidade		1.000,00	1.000,00	
0102	020225	OUTROS SERVIÇOS				
0102	02022599	Outros		2.000,00	1.500,00	500,00
0102	04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES				
0102	0405	ADMINISTRAÇÃO LOCAL				
0102	040501	CONTINENTE				
0102	04050102	Freguesias	274.315,00	47.400,00	89.815,00	231.900,00
0102	04050104	Associação de Municípios		100.000,00	65.350,00	34.650,00
0102	0407	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS				
0102	040701	Instituições sem fins lucrativos	450.750,00	26.200,00	50.750,00	426.200,00
0102	0408	FAMÍLIAS				
0102	040802	Outras	143.950,00	1.526,20	143.950,00	1.526,20
0102	07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL				
0102	0701	INVESTIMENTOS				
0102	070103	EDIFÍCIOS				
0102	07010301	Instalações de serviços		39.500,00	12.000,00	27.500,00
0102	070110	Equipamento básico				

Handwritten signature and initials in blue ink, including the letters 'K' and 'Z'.

IDENTIFICAÇÃO DAS RUBRICAS			DESPESA				O B S
CLASSIFICAÇÃO		DESCRIÇÃO	DOTAÇÕES INICIAIS	MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS		DOTAÇÕES CORRIGIDAS	
ORGÂNICA	ECONÓMICA			INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES		
0102	07011002	Outro		5.000,00	4.000,00	1.000,00	
0102	08	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL					
0102	0805	ADMINISTRAÇÃO LOCAL					
0102	080501	CONTINENTE					
0102	08050102	Freguesias	594.842,00	186.320,00	294.842,00	486.320,00	
0102	0807	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS					
0102	080701	Instituições sem fins lucrativos	133.550,00		123.550,00	10.000,00	
0102	0808	FAMÍLIAS					
0102	080802	Outras	16.200,00		16.200,00		
0103		OPERAÇÕES FINANCEIRAS					
0103	10	PASSIVOS FINANCEIROS					
0103	1005	EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO					
0103	100503	Soc.financeiras - Bancos e outras instituições financeiras	250.000,00	184.500,00		434.500,00	
0103	1006	EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZOS					
0103	100603	Soc.financeiras - Bancos e outras instituições financeiras	320.000,00	6.937,07	14.000,00	312.937,07	
0103	100606	Administração Pública Central - Serviços e Fundos Autônomos	365.000,00	1.000,00		366.000,00	
02		SERVIÇOS MUNICIPAIS					
02	01	DESPESAS COM O PESSOAL					
02	0101	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES					
02	010104	PESSOAL DOS QUADROS - REGIME DE CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO					
02	01010401	Pessoal em funções	2.690.910,00	259.090,00	359.850,00	2.590.150,00	
02	01010402	Alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório		5.000,00	1.554,95	3.445,05	
02	01010404	Recrutamento de pessoal para novos postos de trabalho		5.000,00		5.000,00	
02	010106	PESSOAL CONTRATADO A TERMO					
02	01010601	Pessoal em funções	6.460,32		6.460,32		
02	010108	Pessoal aguardando aposentação	4.039,68		3.039,68	1.000,00	
02	010109	Pessoal em qualquer outra situação	248.170,00		148.170,00	100.000,00	
02	010111	Representação	9.400,00	200,00		9.600,00	
02	010112	Suplementos e prémios	1.000,00			1.000,00	
02	010113	Subsídio de refeição	302.550,00	37.450,00	55.975,00	284.025,00	
02	010114	Subsídio de férias e de Natal	475.330,00	4.670,00	8.640,00	471.360,00	
02	010115	Remunerações por doença e maternidade/paternidade	25.000,00	53.940,49	5.000,00	73.940,49	
02	0102	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS					
02	010202	Horas extraordinárias	36.290,00	8.405,00	3.790,00	40.905,00	
02	010203	Alimentação e alojamento	100,00			100,00	
02	010204	Ajudas de custo	16.500,00			16.500,00	
02	010205	Abono para falhas	10.715,00	2.355,00		13.070,00	
02	010206	Formação	100,00	2.400,00		2.500,00	
02	010210	Subsídio de trabalho nocturno	100,00		100,00		
02	010211	Subsídio de turno	40.000,00		10.000,00	30.000,00	
02	010214	Outros abonos em numerário ou espécie	100,00			100,00	
02	0103	SEGURANÇA SOCIAL					
02	010301	Encargos com saúde	322.400,00		160.495,44	161.904,56	
02	010303	Subsídio familiar a crianças e jovens	18.000,00			18.000,00	
02	010304	Outras prestações familiares	100,00			100,00	
02	010305	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL					
02	01030502	Segurança social pessoal em regime de trabalho de contrato trabalho em funções públicas (RCTPF)					
02	0103050201	Caixa Geral de Aposentações	435.900,00		15.900,00	420.000,00	
02	0103050202	Segurança social - Regime geral	416.400,00	15.000,00	56.400,00	375.000,00	
02	01030503	Outros	78.000,00	1.200,00	70.500,00	8.700,00	
02	010306	Acidentes em serviço e doenças profissionais	100,00			100,00	
02	010309	SEGUROS					
02	01030901	Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	50.000,00			50.000,00	
02	010310	OUTRAS DESPESAS DE SEGURANÇA SOCIAL					
02	01031001	Eventualidade maternidade, paternidade e adopção	100,00	900,00		1.000,00	
02	01031099	Outras despesas de segurança social	100,00			100,00	
02	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS					
02	0201	Aquisição de bens					

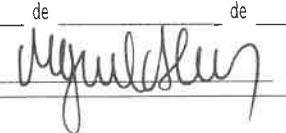
ENTIDADE		MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA DESPESA				Page: 3
MUNICÍPIO DE CAMINHA		TOTAL DE ALTERAÇÕES : 92	DO ANO CONTABILÍSTICO DE 2018		Período: 2018/01/02 a 2018/12/31	
		TOTAL DE REVISÕES : 2				
IDENTIFICAÇÃO DAS RUBRICAS			DESPESA			
CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA ECONÓMICA DESCRIÇÃO			DOTAÇÕES INICIAIS	MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS		DOTAÇÕES CORRIGIDAS
				INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES	
02	020101	Matérias-primas e subsidiárias	40.052,00	4.200,00	10.052,00	34.200,00
02	020102	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES				
02	02010201	Gasolina	21.345,00	1.000,00	1.345,00	21.000,00
02	02010202	Gasóleo	279.535,00	106.100,00	129.535,00	256.100,00
02	02010299	Outros	121.124,00	47.500,00	41.624,00	127.000,00
02	020104	Limpeza e higiene	9.250,00	1.650,00		10.900,00
02	020105	Alimentação - Refeições confeccionadas	349.918,00	60.000,00	150.368,00	259.550,00
02	020107	Vestuário e artigos pessoais	24.064,50		13.314,50	10.750,00
02	020108	Material de escritório	47.625,00	11.650,00	17.625,00	41.650,00
02	020112	Material de transporte - Peças	27.250,00	7.500,00	7.250,00	27.500,00
02	020115	Prémios, condecorações e ofertas	7.380,00		3.380,00	4.000,00
02	020116	MERCADORIAS PARA VENDA				
02	02011601	Água	512.166,50	687.833,50	767.900,00	432.100,00
02	02011603	Outros				
02	0201160301	Saneamento	345.490,31	609.509,69	496.929,34	458.070,66
02	020117	Ferramentas e utensílios	16.160,50	1.650,00	3.160,50	14.650,00
02	020118	Livros e documentação técnica	250,00	750,00		1.000,00
02	020119	Artigos honoríficos e decoração	100,00	400,00		500,00
02	020120	Material de educação, cultura e recreio	23.050,00	67.450,00		90.500,00
02	020121	Outros bens	204.629,00	111.460,00	155.629,00	160.460,00
02	0202	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS				
02	020201	Encargos das instalações	396.777,03	96.700,00	46.777,03	446.700,00
02	020202	Limpeza e higiene	130.765,00	84.450,00	80.765,00	134.450,00
02	020203	Conservação de bens	68.725,00	39.680,00	38.725,00	69.680,00
02	020204	Locação de edifícios	649.035,00	424.528,00	491.060,21	582.502,79
02	020209	Comunicações	175.986,00	85.000,00	95.986,00	165.000,00
02	020210	Transportes	498.380,00	99.320,00	102.355,00	495.345,00
02	020211	Representação dos serviços	600,00	400,00		1.000,00
02	020212	Seguros	47.300,00	22.200,00	13.900,00	55.600,00
02	020213	Deslocações e estadas	1.235,00		235,00	1.000,00
02	020214	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria		29.000,00	10.000,00	19.000,00
02	020215	Formação	7.375,00	5.850,00	5.875,00	7.350,00
02	020216	Seminários, exposições e similares	15.830,00	18.250,00	14.330,00	19.750,00
02	020217	Publicidade	209.730,00	64.585,00	130.730,00	143.585,00
02	020218	Vigilância e segurança	2.000,00	13.000,00		15.000,00
02	020219	Assistência técnica	86.400,00	31.900,00	36.400,00	81.900,00
02	020220	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS				
02	02022099	Outros	404.820,00	393.250,00	354.820,00	443.250,00
02	020224	Encargos de cobrança receitas	141.000,00	30.000,00	21.000,00	150.000,00
02	020225	OUTROS SERVIÇOS				
02	02022501	Educação	160.880,44	221.133,14	110.970,22	271.043,36
02	02022502	Limpeza urbana	1.183.891,00		529.338,79	654.552,21
02	02022503	Iluminação pública	825.538,00	45.500,00	225.538,00	645.500,00
02	02022504	Actividade sócio-cultural	1.291.303,01	626.037,97	641.303,01	1.276.037,97
02	02022505	Actividade desportiva e de lazer	393.343,09	158.283,35	263.343,09	288.283,35
02	02022599	Outros	190.625,40	220.883,03	177.923,40	233.585,03
02	03	JUROS E OUTROS ENCARGOS				
02	0301	Juros da dívida pública				
02	030103	SOCIEDADES FINANCEIRAS- BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS				
02	03010301	Empréstimos de curto prazo	1.350,00	2.000,00	350,00	3.000,00
02	03010302	Empréstimos de médio e longo prazos	26.500,00	8.000,00		34.500,00
02	030106	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CENTRAL- SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS	47.500,00		2.500,00	45.000,00
02	0303	JUROS DE LOCAÇÃO FINANCEIRA				
02	030305	Material de transporte	5.000,00		4.999,00	1,00
02	0305	OUTROS JUROS				
02	030502	Outros	63.000,00	20.376,62	40.000,00	43.376,62
02	04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES				
02	0407	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS				
02	040701	Instituições sem fins lucrativos		162.000,00	56.000,00	106.000,00

O
B
S

IDENTIFICAÇÃO DAS RUBRICAS			DESPESA				O B S
CLASSIFICAÇÃO		DESCRIÇÃO	DOTAÇÕES INICIAIS	MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS		DOTAÇÕES CORRIGIDAS	
ORGÂNICA	ECONÓMICA			INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES		
02	0408	FAMÍLIAS					
02	040802	Outras		63.000,00	15.000,00	48.000,00	
02	06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES					
02	0602	DIVERSAS					
02	060203	OUTRAS					
02	06020301	Outras restituições	14.000,00	1.000,00		15.000,00	
02	06020304	Serviços bancários	1.011,00	650,00	11,00	1.650,00	
02	06020305	Outras	41.775,00	20.411,24	35.775,00	26.411,24	
02	07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL					
02	0701	INVESTIMENTOS					
02	070102	Habitacões					
02	07010203	Reparação e Beneficiação	2.000,00	500,00	2.000,00	500,00	
02	070103	EDIFICIOS					
02	07010301	Instalações de serviços	57.725,00		57.725,00		
02	07010302	Instalações desportivas e recreativas	42.000,00	876,10	39.500,00	3.376,10	
02	07010303	Mercados e instalações de fiscalização sanitária	20.000,00	20.000,00	35.000,00	5.000,00	
02	07010305	ESCOLAS	729,00	271,00		1.000,00	
02	070104	CONSTRUÇÕES DIVERSAS					
02	07010406	Instalações desportivas e recreativas	28.100,00	20.000,00	3.100,00	45.000,00	
02	07010413	Outros	5.000,00	120.000,00	8.699,16	116.300,84	
02	07010499	Outros		21.000,00	15.000,00	6.000,00	
02	070106	MATERIAL DE TRANSPORTE					
02	07010602	Outro	57.660,00	56.690,00	3.200,00	111.150,00	
02	070107	Equipamento de informática	181.366,57	20.000,00	63.438,78	137.927,79	
02	070108	Software informático	233.580,07	137.772,21	142.580,07	228.772,21	
02	070109	Equipamento administrativo	1.350,00	9.650,00	4.126,10	6.873,90	
02	070110	Equipamento básico					
02	07011002	Outro	138.745,00	15.000,00	89.345,00	64.400,00	
02	070111	Ferramentas e utensílios	18.815,00		7.815,00	11.000,00	
02	070113	Investimentos Incorpóreos		247.195,52	136.015,54	111.179,98	
02	070115	Outros investimentos	553.294,08	131.540,54	57.794,08	627.040,54	
02	0702	LOCAÇÃO FINANCEIRA					
02	070205	Material de transporte-Locação financeira	8.900,00		8.899,00	1,00	
02	0703	BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO					
02	070302	EDIFICIOS					
02	07030205	Escolas	74.755,22	451.244,78	5.000,00	521.000,00	
02	070303	OUTRAS CONSTRUÇÕES E INFRA-ESTRUTURAS					
02	07030301	Viadutos, arruamentos e complementares	1.342.619,70	399.738,70	312.150,00	1.430.208,40	
02	07030302	Sistemas drenagem e águas residuais	1.807.567,01	893.908,70	661.889,38	2.039.586,33	
02	07030304	Iluminação pública	50.834,78	6.378,44	38.834,78	18.378,44	
02	07030305	Parques e jardins	18.250,00		7.250,00	11.000,00	
02	07030307	Captação e distribuição de água	29.850,00	8.650,00	14.000,00	24.500,00	
02	07030308	Viação rural	677.752,50	10.600,00	122.346,65	566.005,85	
02	07030309	Sinalização e trânsito	5.800,00		3.300,00	2.500,00	
02	07030312	Cemitérios	1.000,00		750,00	250,00	
02	07030313	Outros	75.880,00	415.619,62		491.499,62	
02	070305	Bens de património, artístico e cultural	5.500,00	4.000,00	8.000,00	1.500,00	
02	09	ACTIVOS FINANCEIROS					
02	0907	ACÇÕES E OUTRAS PARTICIPAÇÕES					
02	090702	Sociedades e quase-sociedades não financeiras - Públicas	100.000,00		95.000,00	5.000,00	
02	0908	UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO					
02	090802	Sociedades e quase-sociedades não financeiras - Públicas		133.908,75	53.563,50	80.345,25	
02	090806	Administração Pública Central - Serviços e Fundos Autónomos	107.127,00	53.563,50	107.127,00	53.563,50	
02	10	PASSIVOS FINANCEIROS					
02	1007	OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS					
02	100705	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CENTRAL- ESTADO		5.519,00		5.519,00	
02	11	OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL					
02	1102	DIVERSAS					

ENTIDADE		MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA DESPESA			Página: 5	
MUNICÍPIO DE CAMINHA		TOTAL DE ALTERAÇÕES : 92	DO ANO CONTABILÍSTICO DE 2018	Período: 2018/01/02 a 2018/12/31		
		TOTAL DE REVISÕES : 2				
IDENTIFICAÇÃO DAS RUBRICAS			DESPESA		O B S	
CLASSIFICAÇÃO		DESCRIÇÃO	DOTAÇÕES INICIAIS	MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS		
ORGÂNICA	ECONÓMICA			INSCRIÇÕES / REFORÇOS		DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES
02	110299	Outras	245.000,00	6.000,00	251.000,00	
TOTAL ...			23.179.905,71	9.055.615,29	9.307.738,85	22.927.782,15

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Em ____ de ____ de ____


Em ____ de ____ de ____

A

**MODIFICAÇÕES AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS – CÓDIGO
POCAL 8.3.2**

DOCUMENTO EM ANEXO CONSTITUÍDO POR 5 PÁGINAS NUMERADAS DE 1 A 5

ENTIDADE

MUNICÍPIO DE CAMUÇA

TOTAL DE ALTERAÇÕES : 33

TOTAL DE DEVIÇÕES : 1

ANO CONTABILÍSTICO: 2018

PERÍODO: 2018/01/02 a 2018/12/31

OBJETIVO / PROGRAMA / PROJECTO / ACÇÃO	IDENTIFICAÇÃO DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL	DATAS		CÓDIGO ORÇAMENTAL	VALOR REALIZADO	2018				ANOS SEQUENTES				MODIFICAÇÕES	
				INÍCIO	FIM			TOTAL		FINANC. DEFINIDO		FINANCIAMENTO NÃO DEFINIDO	2019	2020	2021		SEQUENTES
								DET. INICIAL	DET. CORREGIDA	DET. INICIAL	DET. CORREGIDA						
1.		Funções gerais															
1.1.		Serviços gerais de administração pública															
1.1.1.		Administração geral															
1.1.1.	003	2013 I 4	DPA	2013/05/01	2017/05/31	4 02 07 010502					57.150,00					57.150,00	
1.1.1.	003	2013 I 4				02 07 0205	8.500,00	57.151,00	8.500,00	1,00						-8.499,00	
1.1.1.	002	2015															
1.1.1.	0021	2015 I 2	UNISTP	2015/01/02	2018/12/31	4 02 07 0107	169.311,57	4.152,49	169.311,57	4.152,49						-165.159,09	
1.1.1.	0022	2015 I 3	UNISTP	2015/01/02	2018/12/31	4 02 07 0108	232.345,87	3.118,56	232.345,87	3.118,56						-229.226,51	
1.1.1.	003	2015 I 4	DPA	2015/01/02	2017/12/31	4 02 07 011002	8.000,00		8.000,00							-8.000,00	
1.1.1.	001	2016 I 1	DPA	2016/01/02	2018/12/31	2 02 07 011002	21.420,00		21.420,00							-21.420,00	
1.1.1.	002	2016 I 2	DOUPE	2016/01/02	2018/12/31	0 0102 07 010301				27.500,00						27.500,00	
1.1.1.	002	2016 I 2				0102 07 011002				1.000,00						1.000,00	
1.1.1.	002	2016 I 2				02 07 010301	57.725,00	28.500,00	57.725,00							-57.725,00	
1.1.1.	005	2016 I 5	DPA	2016/01/02	2020/12/31	0 02 07 0205	200.000,00										
1.1.1.	001	2017 I 1	DPA	2017/01/02	2017/12/31	0 02 07 0111	11.501,75	10.000,00	11.501,75	10.000,00						-1.501,75	
1.1.1.	002	2017 I 2	DPA	2017/01/02	2017/12/31	0 02 07 0105	1.250,00		1.250,00							-1.250,00	
1.1.1.	001	2018 I 1		2018/01/02	2018/12/31	0 02 07 0105				5.000,00						5.000,00	
1.1.1.	001	2018 I 1				02 07 011002		20.000,00		15.000,00						15.000,00	
1.1.1.	002	2018 I 2		2018/01/02	2018/12/31	02 07 0107				90.275,31						90.275,31	
1.1.1.	002	2018 I 2				02 07 0108		322.328,56		224.853,65						224.853,65	
1.2.		Segurança e ordem públicas															
1.2.1.		Protecção civil e luta contra incêndios															
1.2.1.	006	2016 I 6	GTP	2016/01/02	2016/12/31	0 02 07 030308	100.027,50	85.000,00	100.027,50	85.000,00						-14.027,50	
1.2.1.	007	2016 I 7	GTP	2016/01/02	2017/12/31	0 02 07 030309	5.000,00	2.500,00	5.000,00	2.500,00						-3.300,00	
1.2.1.	009	2016 I 9	GTP	2016/01/02	2016/12/31	1 02 07 0115		6.500,00		6.500,00						6.500,00	
1.2.1.	012	2016 I 54	GTP	2016/05/05	2018/05/05	02 07 030308	109.000,00										
1.2.1.	003	2017 I 3	GTP	2017/01/02	2017/12/31	0 02 07 030308	577.725,00	400.005,85	577.725,00	400.005,85	150.000,00					-677.131,15	
1.2.1.	004	2017 I 4	PROTECÇÃO CIVIL	2017/01/02	2017/12/31	0 02 07 0111	1.500,00		1.500,00							-1.500,00	
2.		Funções sociais															
2.1.		Educação															
2.1.1.		Ensino não superior															
2.1.1.	010	2016 I 10	DECRTO	2016/01/02	2018/12/31	3 02 07 0107				15.000,00						15.000,00	
2.1.1.	010	2016 I 10				02 07 0108				1.000,00						1.000,00	
2.1.1.	010	2016 I 10				02 07 011002				8.500,00						8.500,00	
2.1.1.	010	2016 I 10				02 07 030205	45.185,22	57.500,00	45.185,22	13.000,00						-22.185,22	
2.1.1.	013	2016 I 13	DECRTO	2016/01/02	2017/12/31	0 02 07 011002	8.365,00		8.365,00							-8.365,00	
2.1.1.	000	2017 I 5	SETOR EDUCAÇÃO	2017/01/02	2017/12/31	0 02 07 0107	12.055,00		12.055,00							-12.055,00	
2.1.1.	009	2017 I 6	SETOR EDUCAÇÃO	2017/01/02	2017/12/31	0 02 07 0108	1.235,00		1.235,00							-1.235,00	
2.1.1.	010	2017 I 7	OBRAS PÚBLICAS	2017/01/02	2019/07/31	1 02 07 0107				500,00	2.300.000,00	500.000,00				500,00	
2.1.1.	010	2017 I 7				02 07 0105				250,00						250,00	
2.1.1.	010	2017 I 7				02 07 011002				250,00						250,00	
2.1.1.	010	2017 I 7				02 07 030205	29.570,00	500.000,00	29.570,00	500.000,00						478.430,00	
2.1.1.	011	2017 I 31	DOUPE	2017/01/02	2017/12/31	0 02 07 010305			1.000,00	1.000,00						1.000,00	

ENTIDADE

MUNICÍPIO DE CAMINHA

TOTAL DE ALTERAÇÕES : 33

TOTAL DE REVISES : 1

ANO CONTABILÍSTICO: 2018

PERÍODO: 2018/01/02 a 2018/12/31

OBJETIVO / PROGRAMA / PROJECTO / ACÇÃO	IDENTIFICAÇÃO DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL	DATAS		CÓDIGO ORÇAMENTAL	VALOR REALIZADO	2018					ANOS SEGUINTE				MODIFICAÇÕES
				INÍCIO	FIM			TOTAL		FINANC. DEFINIDO		FINANCIAMENTO DEFINIDO	2018	2019	2021	SEGUINTE	
								DOT. INICIAL	DOT. CORREGIDA	DOT. INICIAL	DOT. CORREGIDA						
A TRANSPORTAR...							1.681.396,11	1.568.356,85	1.292.396,11	1.588.256,65		2.458.000,00	500.000,00			275.560,74	
2.1.1.	012	2017 I 3	Requalificação da escola básica - Âncora	DUPOE	2017/01/02	2017/10/31	0	02	07030205								
2.1.1.	013	2017 I 39	Remodelação parque escolar - Vila Praia Âncora	DUPOE	2017/01/02	2017/12/31	0	02	07010305	729,00		729,00				-729,00	
2.1.1.	037	2018 I 42	SchoolHall		2018/01/02	2018/12/31	0	02	070107			20.000,00				20.000,00	
2.1.1.	037	2018 I 42	SchoolHall				0	02	07010002		21.650,00	1.650,00				1.650,00	
2.4.		Habituação e serviços colectivos															
2.4.1.		Habituação															
2.4.1.	015	2016 I 15	Requalificação de edifícios de habitação social	DUPOE	2016/01/02	2018/12/31	1	02	07010203	2.000,00		2.000,00				-2.000,00	
2.4.1.	025	2018 I 40	Requalificação de edifícios de habitação social		2018/01/02	2018/12/31	0	02	07010203		500,00	500,00				500,00	
2.4.2.		Ordenamento do território															
2.4.2.	031	2010 I 51	Escola Caminho Rio Minho (Caminha-Lanheiras)	DUPOE	2010/01/02	2016/03/31	4	02	07030201	10.000,00		10.000,00				-10.000,00	
2.4.2.	010	2014 I 10	Beneficiação marginal de Caminha	DUPOE	2014/01/02	2017/12/31	0	02	07030301	5.000,00		5.000,00				-5.000,00	
2.4.2.	020	2015 I 21	Planos de recuperação urbana	DUPOE	2017/01/02	2017/12/31	0	02	070115	80.350,00	75.000,00	80.350,00	75.000,00			-5.350,00	
2.4.2.	016	2016 I 15	Beneficiação Escola Vila Praia Âncora	DUPOE	2016/01/02	2017/12/31	1	02	07030301	5.000,00		5.000,00				-5.000,00	
2.4.2.	017	2016 I 17	Requalificação zona envolvente à Escola Caminha-Rio Minho	DUPOE	2016/01/02	2018/12/31	0	02	07030201	1.000,00		1.000,00				-1.000,00	
2.4.2.	018	2016 I 18	Beneficiação de espaços públicos	DUPOE	2016/01/02	2017/12/31	0	02	07030301	54.560,00	52.500,00	54.560,00	52.500,00			-2.060,00	
2.4.2.	000	2017 I 8	Beneficiação/Construção muros de suporte no concelho	DUPOE	2017/01/02	2017/12/31	0	02	07030313	21.850,00	27.500,00	21.850,00	27.500,00			5.650,00	
2.4.2.	003	2018 I 3	Requalificação e revitalização da Frente Ribeirinha de Caminha		2018/01/02	2018/12/31	1	02	07030201		10.000,00	10.000,00		500.000,00		10.000,00	
2.4.2.	004	2018 I 4	Beneficiação e construção de Escolas		2018/01/02	2018/12/31	0	02	07030201		5.000,00	5.000,00				5.000,00	
2.4.2.	005	2018 I 5	Sinalética		2018/01/02	2018/12/31	0	02	070115		11.735,54	11.735,54				11.735,54	
2.4.2.	015	2018 I 19	Rede Viária e espaço público - Sandia		2018/01/02	2018/12/31	0	02	07030313		38.013,79	38.013,79		700.000,00		38.013,79	
2.4.2.	016	2018 I 20	Acessibilidade a pessoas com mobilidade reduzida - Sandia		2018/01/02	2018/12/31	0	02	07030313		251.085,83	251.085,83		350.000,00		251.085,83	
2.4.3.		Saneamento															
2.4.3.	024	2015 I 25	Drenagem de águas residuais concelhias	DAES	2015/01/02	2017/03/31	4	02	07030302	16.305,00		16.305,00				-16.305,00	
2.4.3.	019	2016	BENEFICIAÇÃO E INSTALAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS DE SANEAMENTO														
2.4.3.	0191	2016 I 19	Rede de saneamento e abastecimento água - Argela	DAES	2016/01/02	2018/12/31	1	02	07030302	540.651,47	738.710,62	378.605,75	738.710,62	100.000,00		359.504,87	
2.4.3.	0192	2016 I 20	Rede de saneamento Vilar de Mourco	DAES	2016/01/02	2018/12/31	1	02	07030302	765.804,01	699.800,00	762.804,01	699.800,00	50.000,00		-70.004,01	
2.4.3.	0193	2016 I 21	Rede de saneamento de Aspra, Wise e Currais e Igreja-II fase	DAES	2016/01/02	2018/12/31	1	02	07030302	511.957,58	419.075,71	508.352,01	419.075,71			-89.276,30	
2.4.3.	021	2016 I 28	Passagem hidraulica da Rua dos Vales-Vila Praia Âncora	DAES	2016/01/02	2016/12/31	1	02	07030302	100,00	500,00	100,00	500,00			400,00	
2.4.3.	008	2017 I 9	Beneficiação de redes de saneamento concelhias	DAES	2017/01/02	2017/12/31	0	02	07030302	25.475,00	35.000,00	25.475,00	35.000,00			9.525,00	
2.4.3.	009	2017 I 10	Beneficiação da rede águas pluviais - Av.ª Santana - Molede	DAES	2017/01/02	2017/05/31	1	02	07030302	21.200,00		21.200,00				-21.200,00	
2.4.3.	010	2017 I 11	Beneficiação da rede saneamento - Vários arruamentos - Freguesia Seixas	DAES/DUPOE	2017/01/02	2017/12/31	0	02	07030302	7.525,24		7.525,24				-7.525,24	
2.4.3.	011	2017 I 12	Colocação de canais de condução de águas pluviais no concelho	DAES/DUPOE	2017/01/02	2017/12/31	0	02	07030302	15.000,00	145.500,00	15.000,00	145.500,00			131.500,00	
2.4.3.	009	2018 I 13	Infraestruturas sistemas em baixa de SAP		2018/01/02	2018/12/31	0	02	070113		57.184,46	57.184,46				57.184,46	
2.4.4.		Abastecimento de Água															
2.4.4.	020	2015 I 29	Beneficiação e instalação de infra-estruturas de água	DAES	2015/01/02	2017/12/31	4	02	07030307	13.850,00	11.500,00	13.850,00	11.500,00			-2.350,00	
2.4.4.	023	2016 I 29	Renovação ampliação de redes de abastecimento de água do concelho	DAES	2016/01/02	2017/12/31	1	02	07030307	10.000,00	2.000,00	10.000,00	2.000,00			-8.000,00	

MODIFICAÇÕES AO PLANO ANUAL DE INVESTIMENTOS

ENTIDADE

MUNICÍPIO DE CAMINHA

TOTAL DE APEREÇÕES : 33

TOTAL DE FOLGAS : 1

ANO CONTABILÍSTICO: 2018

PERÍODO: 2018/01/02 a 2018/12/31

OBJECTIVO / PROGRAMA / PROJECTO / ACÇÃO	IDENTIFICAÇÃO DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL	DATAS		CÓDIGO ORÇAMENTAL	VALOR REALIZADO	2018				ANOS SEQUENTES				MODIFICAÇÕES	
				INÍCIO	FIM			TOTAL		FINANC. DEFINIDO		FINANCIAMENTO NÃO DEFINIDO	2019	2020	2021		SEGUINTES
								DOT. INICIAL	DOT. CORRIGIDA	DOT. INICIAL	DOT. CORRIGIDA						
								3.866.153,41	4.172.812,80	3.312.302,12	4.172.812,80	4.158.000,00	560.000,00			856.710,68	
						A TRANSPORTAR...											
2.4.4.	012	2017 I 13	Aquisição de contadores de água a instalar no concelho	DAES	2017/01/02	2017/12/31	02	0703030	1.000,00	0.500,00	1.000,00	0.500,00				7.500,00	
2.4.4.	014	2017 I 14	Beneficiação de reservatórios instalados no concelho	DAES	2017/01/02	2017/12/31	02	0703030	5.000,00	2.500,00	5.000,00	2.500,00				-2.500,00	
2.4.4.	010	2018 I 14	Infraestruturas sistemas em baixa de AA		2018/01/02	2018/12/31	02	0701002				3.200,00				3.200,00	
2.4.4.	010	2018 I 14	Infraestruturas sistemas em baixa de AA				02	070113		57.195,52		53.995,52				53.995,52	
2.4.5.			Resíduos sólidos														
2.4.5.	024	2016 I 30	Reabilitação/reparação de contentores enterrados	DAES	2016/01/02	2017/12/31	02	0703033	5.000,00	500,00	5.000,00	500,00				-4.500,00	
2.4.6.			Protecção do meio ambiente e conservação da natureza														
2.4.6.	043	2015 I 4	Beneficiação cemitério de Caminha	DAES	2015/01/02	2017/12/31	02	0703032	1.000,00	250,00	1.000,00	250,00				-750,00	
2.4.6.	025	2016 I 31	Beneficiação da zona das muralhas de Caminha - Anfiteatro Natural	DAES	2016/01/02	2017/12/31	02	0703035	1.000,00		1.000,00					-1.000,00	
2.4.6.	026	2016 I 32	Beneficiação de espaços verdes no concelho	DAES	2016/01/02	2017/12/31	02	070113				1.000,00				1.000,00	
2.4.6.	026	2016 I 32	Beneficiação de espaços verdes no concelho				02	0703035	17.250,00	12.000,00	17.250,00	11.000,00				-6.250,00	
2.4.6.	001	2017 I 15	Aquisição de ferramentas e utensílios	DAES	2017/01/02	2017/12/31	02	070111	5.233,25		5.233,25					-5.233,25	
2.5.			Serviços culturais, recreativos e religiosos														
2.5.1.			Cultura														
2.5.1.	025	2011	INSTALAÇÃO/CONSTRUÇÃO DE BIBLIOTECA MUNICIPAL														
2.5.1.	0251	2011 I 32	Construção	DECRTO	2011/03/01	2017/12/31	02	0701002	21.500,00		21.500,00					-21.500,00	
2.5.1.	023	2016 I 35	Aquisição de livros para a biblioteca	DECRTO	2016/01/02	2017/12/31	02	0701002	5.000,00		5.000,00					-5.000,00	
2.5.1.	027	2016 I 39	Reconstrução do pontão de Lobo - ARGAS	DUPOE	2016/01/02	2017/12/31	02	070305	4.500,00	500,00	4.500,00	500,00				-4.000,00	
2.5.1.	057	2017 I 16	Beneficiação de espaços públicos culturais	DUPOE	2017/01/02	2017/12/31	02	070305	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00					
2.5.1.	058	2017 I 17	Aquisição equipamento básico	SETOR CULTURA	2017/01/02	2017/12/31	02	0701002	9.500,00		9.500,00					-9.500,00	
2.5.1.	059	2017 I 18	Aquisição de ferramentas e utensílios	SETOR CULTURA	2017/01/02	2017/12/31	02	070111	100,00		100,00					-100,00	
2.5.1.	060	2017 I 19	Aquisição de equipamento administrativo	SETOR CULTURA	2017/01/02	2017/12/31	02	070109	100,00		100,00					-100,00	
2.5.1.	061	2017 I 34	Centro de interpretação do megalismo - Dólmén da Barrosa	SETOR CULTURA	2017/01/02	2017/12/31	02	070115	607.600,00	607.600,00		607.600,00					
2.5.1.	006	2018 I 6	Infraestruturas culturais e recreativas	DECRTO	2018/01/02	2018/12/31	02	0701002				3.376,10				3.376,10	
2.5.1.	006	2018 I 6	Infraestruturas culturais e recreativas				02	070109				1.623,50				1.623,50	
2.5.1.	006	2018 I 6	Infraestruturas culturais e recreativas				02	0701002		10.000,00		5.000,00				5.000,00	
2.5.1.	030	2018 I 34	Sede Etnográfico - VPA		2018/01/02	2018/12/31	02	0701099		5.000,00		5.000,00	130.000,00			5.000,00	
2.5.1.	031	2018 I 35	Casa das Associações - VPA		2018/01/02	2018/12/31	02	0701099		1.000,00		1.000,00	100.000,00			1.000,00	
2.5.2.			Desporto, recreio e lazer														
2.5.2.	066	2008 I 9	Requalificação do pavilhão municipal de Caminha	DUPOE	2008/07/01	2016/04/30	02	0701002	20.500,00		20.500,00					-20.500,00	
2.5.2.	045	2015 I 09	Beneficiação do estádio de Lanhas	DUPOE	2015/01/02	2017/05/30	02	0701006	25.000,00		25.000,00					-25.000,00	
2.5.2.	029	2016 I 41	Manutenção/aquisição de parques infantis e equipamentos geriátricos	DECRTO	2016/01/02	2016/12/31	02	070115	30.395,00	23.730,00	30.395,00	23.730,00				-6.665,00	
2.5.2.	054	2017 I 20	Manutenção de estádios municipais	SETOR DESPORTO	2017/01/02	2017/12/31	02	0701006	3.100,00		3.100,00					-3.100,00	

MODIFICAÇÕES AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

ENTIDADE

MUNICÍPIO DE CAMINHA

TOTAL DE ADEQUAÇÕES : 33

TOTAL DE REVISÕES : 1

ANO CONTABILÍSTICO: 2018

PERÍODO: 2018/01/02 a 2018/12/31

OBJECTIVO / PROGRAMA / PROJECTO / ACÇÃO	IDENTIFICAÇÃO DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL	DATAS		EX	CÓDIGO ORÇAMENTAL	VALOR REALIZADO	2018				ANOS SEQUENTES				MODIFICAÇÕES	
				INÍCIO	FIM				TOTAL		FINANC. DEFINIDO		FINANCIAMENTO NÃO DEFINIDO	2019	2020	2021		SEQUENTES
									DOY. INICIAL	DOY. CORRIGIDA	DOY. INICIAL	DOY. CORRIGIDA						
A TRANSPORTAR...								5.375.546,14	6.463.876,00	4.814.094,85	5.855.876,00	60.600,00	5.100.000,00	500.000,00			1.041.781,15	
1.3.3.	031	2015 I 31	Mantenção e beneficiação do Ferry-boat	DUPOE	2015/01/02	2017/12/31	02	07011002		55.240,00	10.000,00	55.240,00	10.000,00					-45.240,00
		Comunicações																
1.3.4.	013	2018 I 17	Rede Fibra Óptica - várias freguesias		2018/01/02	2018/12/31	02	070115			169.775,00		169.775,00					169.775,00
1.3.4.	014	2018 I 18	Caminha power Wi-Fi		2018/01/02	2018/12/31	02	070115			5.000,00		5.000,00					5.000,00
		Comércio e turismo																
		Mercados e feiras																
1.4.1.	079	2015 I 02	Beneficiação do Mercado Municipal de Caminha	DUPOE	2015/01/02	2018/12/31	02	07010303			20.000,00		5.000,00					-15.000,00
1.4.1.	079	2015 I 02	Beneficiação do Mercado Municipal de Caminha				02	07011002		20.000,00	6.500,00		1.500,00					1.500,00
1.4.1.	049	2016 I 49	Aquisição de equipamentos	DAES	2016/01/02	2017/12/31	02	07011002		500,00		500,00						-500,00
		Turismo																
1.4.2.	041	2016 I 50	Beneficiação de acessos a praias	DAES	2016/01/02	2017/12/31	02	07030313		39.030,00	35.000,00	39.030,00	35.000,00					-4.030,00
1.4.2.	042	2016 I 51	Requalificação zona sul paredão de Meledo	DAES	2016/01/02	2017/12/31	02	07030313		10.000,00	139.000,00	10.000,00	139.000,00					129.000,00
		Outras funções																
		Diversas não especificadas																
4.3.	005	2015 I 05	Revisão do PDM	DUPOE	2015/01/02	2017/05/31	02	070115		12.300,00	1.000,00	12.300,00	1.000,00					-11.300,00
4.3.	052	2016 I 52	Orçamento Participativo	DUPOE	2016/09/06	2018/12/31	02	070115		36.842,00		36.842,00						-36.842,00
4.3.	001	2017 I 32	Outros investimentos	DUPOE	2017/01/02	2017/12/31	02	070115		179.350,00	18.037,55	179.350,00	18.037,55					-161.312,05
4.3.	002	2017 I 35	Orçamento Participativo	DUPOE	2017/01/02	2018/12/31	02	070115										
4.3.	021	2018 I 25	Adaptação do Centro cultural de Gondar para unidades de apoio domiciliário - OP		2018/01/02	2018/12/31	02	070115			3.460,73		3.460,73	55.000,00				3.460,73
4.3.	022	2018 I 26	Rede Wi-Fi para as freguesias de Argas e Den - OP		2018/01/02	2019/07/28	02	070115			20.150,00		20.150,00	35.000,00				20.150,00
4.3.	023	2018 I 27	Recuperação do espaço envolvente ao Dólmén de Barrosa - OP		2018/01/02	2019/07/28	02	070115			18.589,27		18.589,27	55.000,00				18.589,27
4.3.	024	2018 I 28	Requalificação do Monte Calvário - OP		2018/01/02	2019/07/28	02	070115			2.500,00		2.500,00	60.000,00				2.500,00
4.3.	025	2018 I 29	Beneficiação do Jardim de Infância de Ancora - OP		2018/01/02	2019/07/28	02	070115			1.000,00		1.000,00	60.000,00				1.000,00
4.3.	026	2018 I 30	Meios de combate a incêndios para a Serra D'Arga - OP		2018/01/02	2019/07/28	02	070115			23.500,00		23.500,00	60.000,00				23.500,00
4.3.	027	2018 I 31	Programa esterilização animal - OP		2018/01/02	2019/07/28	02	070115			1.000,00		1.000,00	25.000,00				1.000,00
4.3.	028	2018 I 32	Construção de parque infantil em Vilar de Mouros - OP		2018/01/02	2019/07/28	02	070115			1.000,00		1.000,00	20.000,00				1.000,00
4.3.	029	2018 I 33	Beneficiação do Caminho da Aldeia em Erbadém - OP		2018/01/02	2019/07/28	02	070115			1.000,00		1.000,00	60.000,00				1.000,00
4.3.	034	2018 I 36	Fundo de Apoio Municipal (FAM)		2018/01/02	2021/12/31	02	090002			80.345,25		80.345,25	107.127,00	107.127,00	107.125,68		80.345,25
TOTAL ...									6.542.865,22	7.244.396,25	5.381.413,93	6.636.796,25	60.600,00	5.637.127,00	607.127,00	107.125,68		1.255.382,32

Em ___ de _____ de _____

Em ___ de _____ de _____

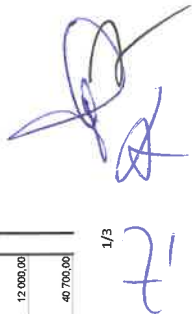


CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA – CÓDIGO POCAL 8.3.3
SITUAÇÃO DOS CONTRATOS

DOCUMENTO EM ANEXO CONSTITUÍDO POR 4 PÁGINAS NUMERADAS DE 1 A 4

Entidade	Contrato				Voto do Tribunal de Contas		Data do primeiro pagamento		Pagamentos na gerência		Pagamentos acumulados		Cp ser pag. em 30 dias
	Objeto	Data	Valor	Modalidades de adjudicação	N.º do registro	Data	Trabalhos Normais	Receitas anuais	Total	Trabalhos Normais	Receitas anuais	Total	
MUNICÍPIO DE CAMINHÁ													
EMPRESAS DE OBRAS PÚBLICAS													
A.M.C. Construções, Lda*	Reconstrução/alteração do muro da quinta da Barrosa	17/nov/16	22 378,38	Ajuste directo				18/ago/17	6 897,52		6 897,52	12 510,87	12 510,87
Manuel da Silva Pereira e Filhos, Lda*	Rede saneamento Vilar de Mouras	16/mar/17	747 600,01	Concurso público	2025	21/jul/17		18/ago/17	240 244,10		240 244,10	327 895,98	327 895,98
Boverura & Boverura, Lda*	*Saneamento Aspra, Vilar, Currais e Igreja - 2.ª fase - Ancora	18/mar/17	484 900,01	Concurso público	1 285	07/jun/17		09/ago/17	211 563,43		211 563,43	351 128,30	351 128,30
Manuel da Silva Pereira	Beneficiário/Pavimentação rua do Calvário - Ancora	20/jun/17	148 697,15	Ajuste directo				25/ago/17	72 787,25		72 787,25	89 831,45	89 831,45
Manuel da Silva Pereira e Filhos, Lda*	Beneficiário do lago de Igreja - Freguesia de Riba de Ancora	29/mar/17	51 483,84	Ajuste directo				18/ago/17	31 944,75		31 944,75	51 483,83	51 483,83
Primis Leon, Lda.	Infraestruturas loteamento na zona Miguel Bombarda e Largo Erva Verde V.P. Ancora	30/jan/18	72 592,96	Ajuste directo				19/jul/18	57 727,98		57 727,98	57 727,98	57 727,98
Manuel da Silva Pereira e Filhos, Lda*	Requalificação Parque de Molede - Topo sul	30/jan/18	130 304,05	Ajuste directo				11/ago/18	39 395,20		39 395,20	39 395,20	39 395,20
Floresta Bem Cultivada, lda.	Execução de Rede de Defesa da Floresta Contra Incêndios	05/fev/18	485 507,20	Concurso público	438	04/abr/18		23/jul/18	358 391,45		358 391,45	358 391,45	358 391,45
CTCSA - Centro Tecnológico de Gestão Ambiental Lda.	Elaboração Cadastro das Redes de Abastecimento de Água e Saneamento do Concelho de Caminhá	04/jun/18	104 448,20	Concurso limitado por prévia qualificação				30/ago/18	52 224,11		52 224,11	52 224,11	52 224,11
PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS													
Konica Minolta Unipessoal, Lda.	Alugar equipamentos, cópia, impressão, e digitalização para o Município de Caminhá	20/mar/15	84 800,00	Ajuste directo				20/ago/15	7 856,91		7 856,91	59 446,47	59 446,47
Clifincora - Centro de Enfermagem e Serviços Médicos	Prestação de serviços de medicina no trabalho	17/abr/15	22 800,00	Ajuste directo				19/ago/15	3 166,65		3 166,65	21 578,75	21 578,75
Maria Fernanda & Manuel Porto, Lda.	Prestação serviços mista tráfico local	16/abr/15	102 300,00	Ajuste directo				02/jul/15	1 591,98		1 591,98	102 300,00	102 300,00
Vodafone Portugal, S.A.	Aquisição serviços comunicação voz e transmissão de dados	09/ago/15	103 555,00	Ajuste directo				29/ago/15	22 479,96		22 479,96	103 555,00	103 555,00
Luságua	Prestação de serviços de recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos, fomento, manutenção e limpeza de contentores e limpeza urbana município de Caminhá	17/ago/15	4 570 244,96	Concurso público	2025	24/nov/15		27/mar/16	220 620,95		220 620,95	1 210 510,15	1 210 510,15
ESRI Portugal - Sistemas e Informação Geográfica, S.A.	Aquisição de licenciamento global de software SIG, manutenção e apoio técnico e formação	24/nov/15	44 850,00	Ajuste directo				18/mar/16	14 950,00		14 950,00	44 850,00	44 850,00
Energética - Academia de formação e consultoria Lda.*	Aquisição de licenciamento Microsoft com direitos de atualização	04/ago/15	74 975,00	Ajuste directo				23/ago/16	24 548,65		24 548,65	74 975,00	74 975,00
Balinho Coelho - Sistemas de Escritórios, Lda.*	Alugar equipamentos informáticos/assistência para os estabelecimentos de ensino do Município de Caminhá/instituições	25/fev/16	23 970,00	Ajuste directo				19/mar/16	7 324,09		7 324,09	21 892,35	21 892,35
Medidata.Net	Contrato de manutenção de licenças software tipo sigma e apoio técnico	30/mar/16	70 126,33	Ajuste directo				22/ago/16	23 375,44		23 375,44	70 126,32	70 126,32
Libware - Tecnologias de Informação e etc., Lda.*	Extensão de garantia dos sistemas GIB, GEAD e MUSEITE	09/jun/16	22 090,00	Ajuste directo				13/abr/17	14 700,00		14 700,00	22 090,00	22 090,00
Konica Minolta Unipessoal, Lda.	Sistema de modernização de processos de digitalização	01/out/16	18 783,47	Ajuste directo				20/jun/17	6 629,45		6 629,45	18 783,47	18 783,47
Empresa de transportes courreios, lda.*	Transportes escolares 2017	05/jan/17	28 985,00	Ajuste directo				22/fev/17	17 337,10		17 337,10	116 344,39	116 344,39
Marco Brinde II - Sociedade por quotas, Lda.*	Aquisição serviços de impressão de tabelas para outdoors e aluguer de estandes - 2017	02/fev/17	28 985,00	Ajuste directo				07/ago/17	4 634,07		4 634,07	15 523,45	15 523,45
Audis Stage, Lda.*	Apelo técnico e logístico de som e luz para pequenos eventos	10/fev/17	22 950,00	Ajuste directo				24/ago/17	7 650,02		7 650,02	19 125,04	19 125,04
Gráfica do Minho, Lda.	Impressão de agendas culturais	14/fev/17	12 600,00	Ajuste directo				31/jul/18	3 600,00		3 600,00	10 782,00	10 782,00
Marco Claudio Torres Lima	Apelo técnico e logístico de som e luz para pequenos eventos	20/fev/17	12 000,00	Ajuste directo				24/mar/17	1 000,00		1 000,00	12 000,00	12 000,00
Motivos e memórias unipessoal, Lda.*	Aquisição e desenvolvimento de ações de programação cultural - projeto "valorização dos caminhos de Santiago"-caminho português da costa	20/fev/17	40 700,00	Ajuste directo				31/ago/17	15 669,50		15 669,50	40 700,00	40 700,00

1/3



MUNICÍPIO DE CAMINHÁ

Eridade	Contrato				Visto do Tribunal de Contas			Pagamentos na gerência			Pagamentos acumulados		
	Objeto	Data	Valor	Modalidades de adjudicação	N.º do registro	Data	Trabalhos Normais	Trabalhos especiais	Total	Trabalhos Normais	Trabalhos especiais	Total	Ok
Procontrol - Ricardo José Magalhães Dias	Desinfecto/esterilização em edifícios e espaços públicos.	07/mar/17	8 560,00	Ajuste directo			1 947,26		1 947,26			8 677,03	
Procontrol - Ricardo José Magalhães Dias	Elaboração de Projecto de execução das unidades de intervenção 1, 2 e 3 - Santa Educadora do Planalto para a regeneração urbana de Caminhá	31/mar/17	54 660,00	Ajuste directo			27 230,00		27 230,00			30 730,00	
Estêves, Braga e Almeida, Lda*	Aluguer de autocarros 51 lugares	31/mar/17	20 000,00	Ajuste directo			5 600,00		5 600,00			19 600,00	
Wire Maze - Sistemas de Informação, S.A	Aquisição de novo canal de internet e serviços ao município	13/abr/17	21 343,00	Ajuste directo			8 537,20		8 537,20			14 940,10	
Herculano Filipe Mendo Franco de Almeida	Assessoria Jurídica	13/abr/17	54 000,00	Ajuste directo			18 000,00		18 000,00			31 600,00	
Jardins e Limpas Filiz, sociedade unipessoal, Lda*	Serviços de limpeza nos edifícios da nova biblioteca e museu municipal	25/mar/17	11 680,00	Ajuste directo			5 605,00		5 605,00			11 745,00	
Laurinda Corujera Araújo	Limpeza e manutenção do edifício administrativo	13/jun/17	20 340,00	Ajuste directo			11 885,00		11 885,00			20 340,00	
Sabreg - Medições de Seguros S.A.	Aquisição de seguros	20/jun/17	74 587,06	Ajuste directo			40 271,95		40 271,95			68 032,10	
Laurinda Corujera Araújo	Prestação de serviços para limpeza das instalações das piscinas municipais - Vila Praia de Ancora	22/fev/17	15 120,00	Ajuste directo			12 600,00		12 600,00			15 120,00	
Procontrol - Ricardo José Magalhães Dias	Desinfecto/esterilização em edifícios e espaços públicos.	07/mar/18	8 950,00	Ajuste directo			6 917,42		6 917,42			8 917,42	
Costumes Positivos Unipessoal, Lda	Fornecimento de gás/óleo de aquecimento para estabelecimentos de ensino do concelho de Caminhá	06/jan/18	20 220,00	Ajuste directo			10 009,60		10 009,60			10 009,60	
Digitale - Sociedade de comunicação e imagem, Lda*	Assessoria nas áreas marketing	18/jan/18	18 000,00	Ajuste directo			18 000,00		18 000,00			18 000,00	
Herde e Troféus, Lda.	Recrutamento monitores nas piscinas municipais de Vila Praia Ancora - 2018	19/jan/18	69 500,00	Ajuste directo			69 499,98		69 499,98			69 499,98	
António Pedro C.M. Guandú	Prestação de serviços de mecânico	19/jan/18	13 463,88	Ajuste directo			13 463,88		13 463,88			13 463,88	
Márcio Claudio Torres Lima	Apoio técnico e logístico de som e luz para pequenos eventos	29/jan/18	12 000,00	Ajuste directo			11 000,00		11 000,00			11 000,00	
DSTELCOM, S.A	Estudo viabilidade implementação de rede telecomunicações de alta velocidade em fibra ótica no concelho de Caminhá	30/jan/18	57 000,00	Ajuste directo			5 700,00		5 700,00			5 700,00	
Minicom - Gestão de Infr-Estruturas de Telecomunicações ENI	Pontos de interesse municipal ligação fibra ótica concelho de Caminhá	16/fev/18	53 617,50	Consulta prévia			53 617,50		53 617,50			53 617,50	
Maria Fernanda & Manuel Ponto, Lda.	Prestação serviços mestre liffage local - Ferry boat	12/mar/18	37 200,00	Ajuste directo			26 628,67		26 628,67			26 628,67	
As Corporate, Lda.	Apoio logístico e técnico à produção de espetáculos no Teatro Valséres	06/abr/18	16 000,00	Consulta prévia			9 000,00		9 000,00			9 000,00	
Audio Sligo, Lda.	Apoio logístico e técnico à produção de espetáculos amador dos Bombeiros Voluntários de Vila Praia Ancora	04/mai/18	22 950,00	Consulta prévia			13 387,53		13 387,53			13 387,53	
Valma de Laurinda Araújo Unipessoal, Lda.	Limpeza e manutenção de espaços municipais e eventos culturais	04/mai/18	14 219,00	Consulta prévia			7 107,67		7 107,67			7 107,67	
Microforest - Produtos Silvestres, Lda.	Apoio técnico para execução de fogo controlado no âmbito da prevenção de fogos florestais	22/mai/18	19 011,60	Ajuste directo			8 231,80		8 231,80			8 231,80	
Carlos Teixeira, Nób Gomes e Associados SROC,Lda.	Certificação legal de contas	04/jun/18	26 700,00	Consulta prévia			5 191,67		5 191,67			5 191,67	
Coordenada Decimil - Associação de Naveiros Salvadores	Nadadores salvadores - Ano 2018	09/jun/18	25 198,59	Consulta prévia			25 198,59		25 198,59			25 198,59	
RIS 2048, Lda.	Serviço de suporte para equipamento HP e manutenção de software HP instalado no Município de Caminhá	05/jul/18	13 100,00	Consulta prévia			13 100,00		13 100,00			13 100,00	
Gráfica VilaVidense - Artes Gráficas, Lda	Impressão de agendas culturais	17/jul/18	11 305,00	Consulta prévia			1 615,00		1 615,00			1 615,00	
Clãncora - centro de enfermagem serviços médicos	Prestação de serviços de medicina no trabalho	14/ago/18	35 655,00	Ajuste directo			3 961,76		3 961,76			3 961,76	

MUNICÍPIO DE CAMINHA

6

Entidade	Contrato				Voto do Tribunal de Contas		Data do primeiro pagamento	Pagamentos na gerência		Pagamentos acumulados		Op. err. vícios
	Objecto	Data	Valor	Modalidades de adjudicação	N.º de pagamento	Data		Trabalhos Normais	Revisão de lançamentos	Trabalhos Normais	Revisão de lançamentos	
Seguradoras Unidas, S.A.	Aquisição de serviços de seguros	15/04/18	199.894,44	Concurso público			15/04/18	12.632,50		12.632,50		12.632,50
RIS 2048, Lda.	Aquisição licenciamento Microsoft OV Governo	10/02/18	27.628,80	Consulta prévia			27/02/18	73,87		73,87		73,87
Aquisição de bens												
Petróleos de Portugal - Petrotgal S.A.	Fornecimento de combustível a granel - Gás propano para piscinas de Vila Praia de Ancora	12/04/15	180.120,00	Concurso público			25/04/15	52.686,37		52.686,37		180.120,00
Gasel - Carlos da Veiga Fernandes & Filhos, Ld.*	Gasóleo para beneficiação da rede viária florestal	27/04/16	13.465,93	Ajuste directo			28/04/16	2.749,21		2.749,21		3.824,75
Inforportugal- Sistemas de informação e conteúdos	Fornecimento de ortofotomapas 1:2000 - Elaboração de cadastro das infraestruturas existentes nos sistemas	03/01/17	32.990,00	Ajuste directo			21/01/17	6.596,00		6.596,00		32.990,00
João Coimbra, Ld.*	Fornecimento de combustíveis e lubrificantes para ferry-boat	05/01/17	44.294,00	Ajuste directo			21/01/17	11.801,29		11.801,29		41.315,06
Carbus - Veículos e Equipamentos, Ld.*	Aquisição de autocarro usado	16/01/18	45.000,00	Consulta Prévia			21/02/18	38.745,00		38.745,00		38.745,00
MarcoBande II	Impressão de folhas para outdoors e alçugar de estruturas	02/03/18	29.895,00	Consulta Prévia			10/03/18	4.634,07		4.634,07		4.634,07
João Gavinho, Ld.*	Aquisição de combustíveis e consumíveis para ferry boat	24/07/18	55.394,39	Ajuste directo			19/08/18	38.089,99		38.089,99		38.089,99
Total								2.069.807,16	0,00	2.069.807,16	0,00	4.179.465,92

TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS – CÓDIGO POCAL 8.3.4

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES – DESPESA – CÓDIGO POCAL 8.3.4.1

DOCUMENTO EM ANEXO CONSTITUÍDO POR 2 PÁGINAS NUMERADAS DE 1 A 2

TRANSFERÊNCIAS CAPITAL – DESPESA – CÓDIGO POCAL 8.3.4.2

DOCUMENTO EM ANEXO CONSTITUÍDO POR 1 PÁGINA NUMERADA

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES – RECEITA – CÓDIGO POCAL 8.3.4.4

DOCUMENTO EM ANEXO CONSTITUÍDO POR 1 PÁGINA NUMERADA

TRANSFERÊNCIAS CAPITAL – RECEITA – CÓDIGO POCAL 8.3.4.5

DOCUMENTO EM ANEXO CONSTITUÍDO POR 1 PÁGINA NUMERADA

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES - DESPESA

CNC

Período : 2018/01/01 - 2018/12/31

Ano : 2018

Página : 1

Disposições Legais	Entidade Beneficiária	Finalidade	Classific. Económica	Transferências Efectuadas	Observações
al. ff), do n.º1, do art.º33 da Lei 5/2013	GAF - GABINETE SOCIAL DE ATENDIMENTO À FAMÍLIA		040001	2.000,00	
al. hh), do n.º1, do art.º33 da Lei 5/2013	ANABELA COSTA FERNANDES PEREIRA		040001	107,04	
al. hh), do n.º1, do art.º33 da Lei 5/2013	ANDREIA CRISTINA MORENO		040802	1.671,00	
al. hh), do n.º1, do art.º33 da Lei 5/2013	BEATRIZ MARTINS MEIRA NGVO		040802	1.671,00	
al. hh), do n.º1, do art.º33 da Lei 5/2013	BRUNO MIGUEL PEREIRA		040802	1.671,00	
al. hh), do n.º1, do art.º33 da Lei 5/2013	CRISTIANA GERALES LIMA		040802	1.671,00	
al. hh), do n.º1, do art.º33 da Lei 5/2013	IARA ALEXANDRA MATOS FREANDA		040802	1.671,00	
al. hh), do n.º1, do art.º33 da Lei 5/2013	INES RAFAELA COSTEIRA PIRES		040802	1.671,00	
al. hh), do n.º1, do art.º33 da Lei 5/2013	JOANA DOS SANTOS		040802	1.671,00	
al. hh), do n.º1, do art.º33 da Lei 5/2013	MARTA ALEXANDRA LIMA PORTUGAL MOTA		040802	1.671,00	
al. hh), do n.º1, do art.º33 da Lei 5/2013	VALTER LUCIANO FERNANDES VALEDARES MCREIRA		040802	1.671,00	
al. l), do n.º1, do art.º33 da Lei 5/2013	FREGUESIA ARGELA		04050102	8.112,57	
al. l), do n.º1, do art.º33 da Lei 5/2013	FREGUESIA DE DEM		04050102	11.755,59	
al. l), do n.º1, do art.º33 da Lei 5/2013	FREGUESIA DE RIBA ÂNCORA		04050102	11.509,60	
al. l), do n.º1, do art.º33 da Lei 5/2013	FREGUESIA DE SEIXAS		04050102	20.804,84	
al. l), do n.º1, do art.º33 da Lei 5/2013	FREGUESIA DE VILA PRAIA ANCORÁ		04050102	37.594,34	
al. l), do n.º1, do art.º33 da Lei 5/2013	FREGUESIA DE VILAR DE MOURGOS		04050102	16.464,36	
al. l), do n.º1, do art.º33 da Lei 5/2013	FREGUESIA DE VILE		04050102	8.749,94	
al. l), do n.º1, do art.º33 da Lei 5/2013	FREGUESIA DE ÂNCORA		04050102	12.819,78	
al. l), do n.º1, do art.º33 da Lei 5/2013	FREGUESIA LANHELAS		04050102	11.625,71	
al. l), do n.º1, do art.º33 da Lei 5/2013	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ARGAS - BAIXO, CIMA E S. JOÃO		04050102	12.800,00	
al. l), do n.º1, do art.º33 da Lei 5/2013	UNIÃO FREGUESIAS DE CAMINHA (MATRIZ) E VILARELHO		04050102	20.721,87	
al. l), do n.º1, do art.º33 da Lei 5/2013	UNIÃO FREGUESIAS DE GONDAR E ORBACÉM		04050102	14.197,18	
al. l), do n.º1, do art.º33 da Lei 5/2013	UNIÃO FREGUESIAS DE MOLEDO E CRISTELO		04050102	16.700,11	
al. l), do n.º1, do art.º33 da Lei 5/2013	UNIÃO FREGUESIAS DE VENADE E AZEVEDO		04050102	20.650,66	
al. o), do n.º1, do art.º33 da Lei 5/2013	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO MINHO LIMA - CIM ALTO MINHO		04050104	24.262,88	
al. u), do n.º1, do art.º33 da Lei 5/2013	A SELVA DOS ANIMAIS DOMÉSTICOS - ASSOCIAÇÃO PROTECTORA ANIMAIS DE CAMINHA		040001	45.000,00	
al. u), do n.º1, do art.º33 da Lei 5/2013	ACAPO - ASSOCIAÇÃO DOS CEGOS E AMBLIOPES DE PORTUGAL		040001	720,00	
al. u), do n.º1, do art.º33 da Lei 5/2013	ADRI MINHO - ASS. DESENV. RURAL INTEGRADO VALE DO MINHO		040001	5.000,00	
al. u), do n.º1, do art.º33 da Lei 5/2013	AGRUPAMENTO ESCOLAS SIDÓNIO PAIS		040001	69.396,00	
al. u), do n.º1, do art.º33 da Lei 5/2013	ANCORA- PRAIA FUTEBOL CLUBE		040001	12.475,00	
al. u), do n.º1, do art.º33 da Lei 5/2013	ASSOCIAÇÃO AMIGOS CAMINHO SANTIAGO VIANA CASTELO (ARCS - VIANA)		040001	1.800,00	
al. u), do n.º1, do art.º33 da Lei 5/2013	ASSOCIAÇÃO BANDEIRA AZUL EUROPA		040001	980,00	
al. u), do n.º1, do art.º33 da Lei 5/2013	ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES FLORESTAIS DO VALE DO MINHO		040001	52.699,78	
al. u), do n.º1, do art.º33 da Lei 5/2013	ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA JUVENTUDE VILA PRAIA		040001	8.050,00	
al. u), do n.º1, do art.º33 da Lei 5/2013	ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE CAMINHA		040001	42.056,58	
al. u), do n.º1, do art.º33 da Lei 5/2013	ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE VILA PRAIA DE ANCORÁ		040001	55.548,27	
al. u), do n.º1, do art.º33 da Lei 5/2013	ASSOCIAÇÃO MOLEDENSE INSTRUÇÃO E RECREIO		040001	2.700,00	
al. u), do n.º1, do art.º33 da Lei 5/2013	ASSOCIAÇÃO SOCIAL CULTURAL E DESPORTIVA DE VILE		040001	350,00	
al. u), do n.º1, do art.º33 da Lei 5/2013	ASSOCIAÇÃO TRIATLO DE CAMINHA		040001	2.500,00	
al. u), do n.º1, do art.º33 da Lei 5/2013	ATLÉTICO CLUBE DE CAMINHA		040001	4.625,00	
al. u), do n.º1, do art.º33 da Lei 5/2013	C.A.C. - CLUB ANDEBOL CAMINHA		040001	3.450,00	
al. u), do n.º1, do art.º33 da Lei 5/2013	CENTRO CULTURAL DESPORTIVO ANCORENSE		040001	6.600,00	
al. u), do n.º1, do art.º33 da Lei 5/2013	CLUBE COLUMBOTILO ASAS DE PERRINCHÃO		040001	150,00	
al. u), do n.º1, do art.º33 da Lei 5/2013	CLUBE DE PRATICANTES DE KARATÉ DE CAMINHA		040001	1.350,00	
al. u), do n.º1, do art.º33 da Lei 5/2013	ETNOGRÁFICO VILA PRAIA ANCORÁ		040001	18.000,00	
al. u), do n.º1, do art.º33 da Lei 5/2013	FEDERAÇÃO DE TRIATLO PORTUGAL		040001	5.000,00	
al. u), do n.º1, do art.º33 da Lei 5/2013	FREGUESIA DE DEM		040001	5.000,00	
al. u), do n.º1, do art.º33 da Lei 5/2013	FUNDAÇÃO SERRALVES		040001	25.000,00	
al. u), do n.º1, do art.º33 da Lei 5/2013	GRUPO DE DANÇAS E CANTARES GENUINOS DA SERRA D'ARGA		040001	8.000,00	
al. u), do n.º1, do art.º33 da Lei 5/2013	GRUPO DESPORTIVO CULTURAL VENADE		040001	4.375,00	
al. u), do n.º1, do art.º33 da Lei 5/2013	GRUPO MOTARD VILAR MOURGOS		040001	1.500,00	
al. u), do n.º1, do art.º33 da Lei 5/2013	JUCAMINHA		040001	4.400,00	
al. u), do n.º1, do art.º33 da Lei 5/2013	KRISALIDA - ASSOCIAÇÃO CULTURAL DO ALTO MINHO		040001	16.250,00	
al. u), do n.º1, do art.º33 da Lei 5/2013	LANHELAS FUTEBOL CLUBE		040001	4.625,00	
al. u), do n.º1, do art.º33 da Lei 5/2013	MUNICÍPIO DA MATA		040001	662,51	
al. u), do n.º1, do art.º33 da Lei 5/2013	MUNICÍPIO DE VIANA DO CASTELO		040001	10.278,78	
al. u), do n.º1, do art.º33 da Lei 5/2013	NAUTIMINHO - ASSOCIAÇÃO NAUTICA DO MINHO		040001	8.207,00	
al. u), do n.º1, do art.º33 da Lei 5/2013	ORPEÃO DE VILA PRAIA ANCORÁ		040001	5.000,00	

27

Disposições Legais	Entidade Beneficiária	Finalidade	Classific. Económica	Transferências Efectuadas	Observações
al. u), do n.º1, do art.º33 da Lei 5/2013	RANCHO POLCLÓRICO DA CASA DO POVO DE BARBEITA		040701	7.000,00	
al. u), do n.º1, do art.º33 da Lei 5/2013	SOCIEDADE COLUMBOFILA ANCORENSE		040701	200,00	
al. u), do n.º1, do art.º33 da Lei 5/2013	SOCIEDADE COLUMBOFILA NGLEDO DO MINHO		040701	200,00	
al. u), do n.º1, do art.º33 da Lei 5/2013	SOCIEDADE DE INSTRUÇÃO E RECREIO ANCORENSE		040701	500,00	
al. u), do n.º1, do art.º33 da Lei 5/2013	SOCIEDADE MUSICAL BANDA LANHELENSE		040701	13.500,00	
al. u), do n.º1, do art.º33 da Lei 5/2013	SPORTING CLUBE CAMINHENSE		040701	26.711,50	
al. u), do n.º1, do art.º33 da Lei 5/2013	SURF CLUBE PRAIA DE ANÇORA		040701	1.358,00	
al. u), do n.º1, do art.º33 da Lei 5/2013	TURISMO DO PORTO E NORTE DE PORTUGAL, E.R.		040701	10.300,00	
al. v), do n.º1, do art.º33 da Lei 5/2013	ANA MARIA LIMA MACIEL ALVES		040802	482,69	
al. v), do n.º1, do art.º33 da Lei 5/2013	ANTÓNIA LUISA SIMÕES RIBEIRO DA SILVA		040802	151,74	
al. v), do n.º1, do art.º33 da Lei 5/2013	Adelia Maria Fernandes Carvalho		040802	440,00	
al. v), do n.º1, do art.º33 da Lei 5/2013	CARLA SOFIA CAMPOS VERDE		040802	300,00	
al. v), do n.º1, do art.º33 da Lei 5/2013	CLARA SOFIA BARBOSA PEREIRA RODRIGUES		040802	488,50	
al. v), do n.º1, do art.º33 da Lei 5/2013	EDER TEIXEIRA MONTEIRO		040802	102,40	
al. v), do n.º1, do art.º33 da Lei 5/2013	ELIANA MARTINS GONÇALVES		040802	600,00	
al. v), do n.º1, do art.º33 da Lei 5/2013	ELISABETE VILA VERDE CARVALHO FARIA		040802	111,36	
al. v), do n.º1, do art.º33 da Lei 5/2013	FERNANDO JOSE LAMEIRA DA COSTA MACIEL		040802	142,58	
al. v), do n.º1, do art.º33 da Lei 5/2013	JOAO LUIS AZEVEDO PEREIRA		040802	336,19	
al. v), do n.º1, do art.º33 da Lei 5/2013	JOAO MANUEL VICENTE MONTEIRO		040802	205,44	
al. v), do n.º1, do art.º33 da Lei 5/2013	JOSE EMILIO DA SILVA LOURENCO		040802	61,85	
al. v), do n.º1, do art.º33 da Lei 5/2013	JOSÉ MANUEL CORREIA ARAÚJO		040802	45,60	
al. v), do n.º1, do art.º33 da Lei 5/2013	LEANDRO JOAQUIM DUARTE FERREIRA		040802	843,92	
al. v), do n.º1, do art.º33 da Lei 5/2013	MANUEL RAIMUNDO VALADARES PRESA		040802	522,95	
al. v), do n.º1, do art.º33 da Lei 5/2013	MARIA ALBERTINA LOPES ALVES		040802	269,18	
al. v), do n.º1, do art.º33 da Lei 5/2013	MARIA DA GRAÇA FERNANDES		040802	60,40	
al. v), do n.º1, do art.º33 da Lei 5/2013	MARIA DE FÁTIMA DE CAMPOS VERDE AFONSO		040802	400,00	
al. v), do n.º1, do art.º33 da Lei 5/2013	MARIA LURDES B.AMORIM VASCONCELOS		040802	19,34	
al. v), do n.º1, do art.º33 da Lei 5/2013	MARIA OLIVIA RIBEIRO DE PASSOS		040802	604,74	
al. v), do n.º1, do art.º33 da Lei 5/2013	Maria Manuela Silva Lagoa Serro		040802	380,00	
al. v), do n.º1, do art.º33 da Lei 5/2013	NADIA GHITÁ		040802	840,00	
al. v), do n.º1, do art.º33 da Lei 5/2013	ODETE ZAIDA SIMÕES REINO FERNANDES		040802	600,00	
al. v), do n.º1, do art.º33 da Lei 5/2013	PAULA ALEXANDRA FERNANDES SANTOS		040802	604,34	
al. v), do n.º1, do art.º33 da Lei 5/2013	PEDRO MIGUEL AMORIM DE ARAUJO		040802	400,00	
al. v), do n.º1, do art.º33 da Lei 5/2013	Patricia Pereira Garcia		040802	350,00	
al. v), do n.º1, do art.º33 da Lei 5/2013	SANDRA SILVA CONCEIÇÃO		040802	242,68	
al. v), do n.º1, do art.º33 da Lei 5/2013	SARA GISI GARCIA		040802	337,87	
al. v), do n.º1, do art.º33 da Lei 5/2013	SILVIA CRISTINA ALVES BARBOSA PEREIRA		040802	200,00	
al. v), do n.º1, do art.º33 da Lei 5/2013	SOFIA PATRICIA BARROS SOARES		040802	553,11	
al. v), do n.º1, do art.º33 da Lei 5/2013	SUSETE MARIA AGOSTINHO CASTRO		040802	486,20	
al. v), do n.º1, do art.º33 da Lei 5/2013	SÓNIA SUSANA GONÇALVES CORREIA		040802	544,19	
al. v), do n.º1, do art.º33 da Lei 5/2013	TERESA DE JESUS DA SILVA MACIEL RACHAO		040802	510,00	
			Total ...	769.951,16	

TRANSFERÊNCIAS CAPITAL - DESPESA
CMC

Período : 2018/01/01 - 2018/12/31

Ano : 2018
Página : 1

Disposições Legais	Entidade Beneficiária	Finalidade	Classific. Económica	Transferências Efectuadas	Observações
al. 1), do n.º1, do art.º33 da Lei 5/2013	FREGUESIA ARGELA		08050102	31.222,30	
al. 1), do n.º1, do art.º33 da Lei 5/2013	FREGUESIA DE RIBA ÂNCORA		08050102	32.983,40	
al. 1), do n.º1, do art.º33 da Lei 5/2013	FREGUESIA DE RIBA ÂNCORA		080701	6.000,00	
al. 1), do n.º1, do art.º33 da Lei 5/2013	FREGUESIA DE SEIXAS		08050102	15.337,48	
al. 1), do n.º1, do art.º33 da Lei 5/2013	FREGUESIA DE VILA PRAIA ÂNCORA		08050102	24.423,35	
al. 1), do n.º1, do art.º33 da Lei 5/2013	FREGUESIA DE VILAR DE MOURGOS		08050102	17.164,47	
al. 1), do n.º1, do art.º33 da Lei 5/2013	FREGUESIA DE VILE		08050102	17.459,36	
al. 1), do n.º1, do art.º33 da Lei 5/2013	FREGUESIA DE ÂNCORA		08050102	32.322,27	
al. 1), do n.º1, do art.º33 da Lei 5/2013	FREGUESIA LANHELAS		08050102	21.500,00	
al. 1), do n.º1, do art.º33 da Lei 5/2013	UNIÃO FREGUESIAS DE CAMINHA (MATRIZ) E VILARELHO		08050102	37.731,18	
al. 1), do n.º1, do art.º33 da Lei 5/2013	UNIÃO FREGUESIAS DE GONDAR E ORBACÉM		08050102	40.876,29	
al. 1), do n.º1, do art.º33 da Lei 5/2013	UNIÃO FREGUESIAS DE MOLEDO E CRISTELO		08050102	21.361,12	
al. 1), do n.º1, do art.º33 da Lei 5/2013	UNIÃO FREGUESIAS DE VENADE E AZEVEDO		08050102	18.804,91	
			Total ...	317.186,13	

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES - RECEITA

CMC

Período : 2018/01/01 - 2018/12/31

Ano : 2018

Página : 1

Disposições Legais	Entidade Financiadora	Finalidade	Classific. Económica	Transferências Orçadas	Transferências Obtidas	Observações
Lei 114/2017, de 29 dezembro	AGENCIA PARA O DESENVOLVIMENTO E COESÃO, IP		06030601	135.000,00	44.287,96	
Lei 114/2017, de 29 dezembro			06030199	350.000,00	20.416,20	
Lei 114/2017, de 29 dezembro	COMISSÃO NACIONAL PROMOÇÃO DIREITOS PROTEÇÃO CRIANÇAS E JOVENS					
Lei 114/2017, de 29 dezembro	DIRECÇÃO REGIONAL EDUCAÇÃO DO NORTE		06030199	350.000,00	185.760,95	
Lei 114/2017, de 29 dezembro	DIRECÇÃO GERAL AUTARQUIAS LOCAIS		06030101	5.181.018,00	5.181.018,00	
Lei 114/2017, de 29 dezembro	DIRECÇÃO GERAL AUTARQUIAS LOCAIS		06030102	233.451,00	228.614,00	
Lei 114/2017, de 29 dezembro	DIRECÇÃO GERAL AUTARQUIAS LOCAIS		06030103	175.341,00	180.179,00	
Lei 114/2017, de 29 dezembro	FUNDO FLORESTAL PERMANENTE		06030699	1,00	6.500,00	
Lei 114/2017, de 29 dezembro	INSTITUTO DE GESTÃO FINANCEIRA DA SEGURANÇA SOCIAL		06030601	135.000,00	23.857,17	
			Total ...	6.559.811,00	5.870.632,28	

TRANSFERÊNCIAS CAPITAL - RECEITA
CMC

Período : 2018/01/02 - 2018/12/31

Ano : 2018
Página : 1

Disposições Legais	Entidade Financiadora	Finalidade	Classific. Económica	Transferências Orçadas	Transferências Obtidas	Observações
Lei 114/2017, de 29 dezembro	AGENCIA PARA O DESENVOLVIMENTO E COESÃO, IP DIRECÇÃO GERAL AUTARQUIAS LOCAIS		10030001	3.248.150,00	963.179,41	
Lei 114/2017, de 29 dezembro			10030101	575.669,00	575.669,00	
			Total ...	3.823.819,00	1.538.848,41	

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]
[Handwritten mark]



ENDIVIDAMENTO – CÓDIGO POCAL 8.3.6

EMPRÉSTIMOS – CÓDIGO POCAL 8.3.6.1

DOCUMENTO EM ANEXO CONSTITUÍDO POR 1 PÁGINA NUMERADA

OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS – CÓDIGO POCAL 8.3.6.2

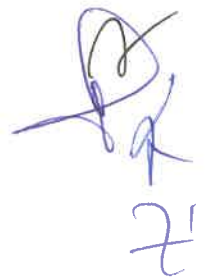
DOCUMENTO EM ANEXO CONSTITUÍDO POR 13 PÁGINAS NUMERADAS DE 1 A 13

Ano 2018																			
Emprestimos	Caracterização do empréstimo	Data da aprovação pela comissão de controle do empreendimento	Data de contratação do empreendimento	Prazo do contrato	Anos decorridos	Valor do TC		Finalidade do empréstimo	Custal		Taxa de juro		Encargos do ano			Emprestimo do ano vencidos e não pagos	Dadas em 31 de dezembro 2018	Cheques e dep.	
						Numero de registro	Data		Contratado	Utilizado	Inicial	Atual	Amortizado	Junho	Outros encargos				Total
Curto prazo																			
Abertura de crédito em cc		23/fev/18	2/mar/18	1 ano	1 ano			Dificuldades de liquidação	434.500,00	434.500,00	0,43%	0,43%	434.500,00	765,26	435.265,26	435.265,26			
								Total	434.500,00	434.500,00			765,26	435.265,26	435.265,26				
Médio e longo prazos																			
9015001581/2870019		30/Set/04	22/Nov/04	20 Anos	14 anos	2854	03.Fev.05	Financiamento Projetos PPI (N)	739.895,00	708.446,72	0,80%	0,80%	43.032,16	95,01	43.095,17	301.395,97	259.365,71		
9015001520/8670019		29/Abr/05	24/Mai/05	20 Anos	13 anos	1531	23.Jun.05	Financiamento Projetos PPI (I)	1.065.135,81	1.028.530,69	0,60%	0,0%	61.193,18	6,30	61.201,48	458.947,72	397.754,54		
9015001521/8870019		29/Abr/05	24/Mai/05	20 Anos	13 anos	1530	23.Jun.05	Financiamento Projetos PPI (N)	725.210,00	725.210,00	0,80%	0,0%	43.038,95	6,30	43.046,85	322.767,94	279.749,39		
PREDE - parte de Estado		20/jan/09	6/abr/09	10 Anos	9 anos	688	31/mar/09	Prog. de Reg. Estr. de Div. do Estado (PREDE)(N)	1.000.000,00	1.000.000,00	1,28%	1,28%	200.000,00	3.621,67	203.621,67	300.000,00	100.000,00		
Contrato mp - BPI		18/dez/09	22/jan/10	20 Anos	9 anos	119	1/fev/10	Financiamento Projetos PPI (N)	3.400.000,00	2.372.500,00	1,18%	1,18%	139.722,08	21.089,40	159.811,48	1.713.652,51	1.574.030,43		
Contrato mp - BPI		16/abr/10	25/mar/10	20 Anos	8 anos	739	2/jun/10	Financiamento Projetos PPI (N)	2.250.000,00	485.000,00	1,20%	1,18%	26.944,44	3.974,20	30.918,64	343.541,61	316.597,17		
PAEL		28/fev/12	16/nov/12	14 anos	6 anos	1682	11/abr/13	Programa de apoio a economia local (N)	2.281.698,83	2.281.698,83	2,32%	2,10%	164.809,88	36.916,99	200.727,85	1.566.663,97	1.400.875,11		
Contrato mp - CCAMN		27/abr/18	25/jun/18	20 anos		1828	9/ago/18	Investimentos Colocados (N)	1.180.630,25	139.862,71	1,34%	1,34%		127,71	127,71		139.862,71		
								Total	12.642.000,89	8.739.610,75			877.739,37	64.339,98	742.650,86	5.006.006,62	4.468.153,09		
								Total geral	43.877.409,69	9.174.016,75			1.112.219,37	68.582,34	24,60	1.177.616,11	6.008.009,62	4.468.153,06	

(I) - Nos termos do n.º 6 do art.º 19 da Lei n.º 55-6/2004

ENTIDADE		OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS		DATA	ANO	PAGINA
CMC	Período : 2018/01/02 a 2018/12/31			2019/04/04	2018	1
COD. CONTA	TERCEIRO	DESIGNAÇÃO	SALDO INICIAL		SALDO FINAL	
			DEBITO	CREBITO	DEVEDOR	CRETOR
22		FORNECEDORES		9.926.027,60		11.776.082,93
22.1		Fornecedores c/corrente		2.282.928,75		4.221.036,86
	10	PINHEIRO & SANTOS, LDA.		3.226,96		3.472,34
	10011	ELENA MARIA VARELA ALONSO		1.200,00		
	10014	VEDIGONÇALVES - VEDAÇÕES, LDA		11.648,10		11.688,69
	10015	LURAMED SERVIÇOS MEDICOS E DE ENFERMAGEM, LDA		12.000,00		12.000,00
	10022	LUIS MAURICIO - CASA DOS LEDS, LDA		1.943,40		
	10023	PALCOS E BASTIDORES UNIPessoal, LDA		4.498,00		
	10024	CARLOS SA RIBEIRO, LDA		24.249,45		
	10039	SINGULAR PLURAL - LER, ARTE E COMUNICAÇÃO, UNIPessoal LDA				53,00
	10100	CUNHA BASTOS - SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES ELECTRICAS, CIVIS E OBRAS PUBLICAS		1.842,80		
	10105	GLOBAL NOTICIAS - MEDIA GROUP, SA		418,20		914,30
	10107	H. B. BRANCO - SOLUÇÕES INTEGRADAS, UNIPessoal LDA		6.137,70		6.444,59
	10110	MARIA PUREZA SILVA SOUSA		200,00		
	10112	GENERIC STUFF, LDA				492,00
	10120	CINEBOX, LDA.		4.489,50		13.653,00
	10123	AST - ALTITUDE SOLUÇÕES TOPOGRAFICAS, LDA		553,50		553,50
	10127	ACONTECIMAX UNIPessoal LTD		6.150,00		
	10136	FUNDACION "FERIAS Y EXPOSICIONES DE OURENSE"				600,00
	10137	ANTONIO MANUEL RAMOS PAZ DO VALE		250,00		
	10140	LUÍS MINA LDA.		974,04		
	10147	O CANTINHO DA MARISA - MARISA REGINA DE SÁ CASTRO		49,00		181,07
	10153	RUI CARVALHO DESIGN, LDA.		14.034,30		
	10156	ESCOLA PROF. AGRICULTURA E DESENV. RURAL PTL				1.020,00
	10177	SIMAO PEDRO VILA VERDE VASCONCELOS		323,26		
	10181	NUNO MACEDO GOMES UNIPessoal, LDA		963,09		1.059,03
	10186	AS CORPORATE, LDA		41.143,50		69.187,50
	10214	WENATURE - ECOTOURISM AND NATURE TECHNOLOGIES, LDA.		18.037,95		
	10219	ESTEVEZ, BRAGA E ANDREIA, LDA		5.412,00		5.712,00
	10224	ADEMINHO - ASSOCIAÇÃO DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DO ALTO MINHO INTERIOR		3.823,76		3.415,30
	10229	WIRE MAZE - SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, S.A.		10.500,76		7.875,56
	10230	ELECTRO RADIO COMERCIAL		98,00		
	10232	ROI VALADARES, UNIPessoal, LDA		586,13		
	10247	AYSA - PROD. E EQUIP. PARA INDUSTRIA E CONSTRUÇÃO, LDA		2.865,90		
	10250	JANZ - CONTAGEM E GESTAO DE FLUIDOS		1.101,22		
	10258	FUTURVIDA - FABRICAÇÃO DE VEICULOS ESPECIAIS, LDA		25.584,00		
	10260	AUTO RENO MINHO - COMÉRCIO AUTOMÓVEIS, LDA.		27.950,00		
	10263	ALFREDO ALBERTO PEREIRA LOPES ALVES		922,50		1.537,50
	10280	RUTE ALEXANDRA DOMINGUES GUERREIRO		402,00		
	10290	ACENTRAL FOLQUE CENT. GALEGO DE MUSICA POPULAR - NOENTE PARADISE S.L		200,00		200,00
	10293	BLISQ CREATIVE, LDA		156,21		4.784,70
	10311	ART'ENCENA - ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE ANIMAÇÃO E TEATRO		2.000,00		
	10313	ANTONIO MANUEL Mouro CARDOSO		2.350,00		
	1032	REPSOL COMBUSTIVEIS, S.A.				11.097,50
	10330	EXPERBALADE - UNIPessoal, LDA		1.623,60		
	10344	PRESTIBEL - EMP. DE SEGURANÇA, SA				110,70
	10357	ALQUILER DE MESAS SILLAS Y LONA - MONICA GANDARA DE LA MOTA		250,00		250,00
	10358	LAMAS MOVEDIÇAS - ASSOCIAÇÃO CULTURAL RECREATIVA E DESPORTIVA				1.360,00
	10363	FOXPRO - SISTEMAS PROFISSIONAIS DE SOM E LUZ		1.845,00		2.460,00
	10366	PROTEK - MARCOS CARVALHO RIBEIRO, UNIPessoal		101,48		350,56
	10368	GALP POWER, S.A.				56.017,02
	10371	MARIO SERGIO LAGES UNIPessoal, LDA		6.703,50		14.575,50
	10379	B.P.L. BALEIRA PESCAS, LDA		2.180,00		
	10387	NUNO MIGUEL OLIVEIRA MARTINS DE ABREU		984,00		984,00
	10388	MARIO LOGISTICA E DISTRIBUIÇÃO, SA		246,00		
	10391	PARENTESIS & SÍLABAS - LDA		178,15		60,45
	10392	INSTITUTO POLITECNICO DE VIANO DO CASTELO		121,19		
A TRANSPORTAR ...				252.518,15		232.109,81

ENTIDADE		OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS	DATA	ANO	PAGINA	
CMC	Período : 2018/01/02 a 2018/12/31		2019/04/04	2018	2	
COD. CONTA	TERCEIRO	DESIGNAÇÃO	SALDO INICIAL		SALDO FINAL	
			DEBITO	CREDITO	DEVEDOR	CREDOR
		TRANSPORTE ...		252.518,15		232.109,81
	10395	COSTUMES POSITIVOS UNIPessoal, LDA				2.298,44
	10398	JOSE ANTONIO DURAES ARAUJO		92,25		
	10403	PLUMAPAPEL - COMERCIO DE PAPEL, LDA		502,95		1.645,13
	10413	EMPATIA - ARQUEOLOGIA, CONSERVAÇÃO E RESTAURO, LDA		7.380,00		243,54
	10414	BALADAS E AVENTURAS - ASSOCIAÇÃO				500,00
	10425	RAZÃO - INVESTIGAÇÃO E AÇÃO EM MARKETING, LDA.		507,72		
	10426	ALMA RURAL UNIPessoal, LDA		676,50		
	10427	ARABOT HI-PI, LDA		1.485,80		1.485,80
	10454	DSTELECOM, S.A				63.099,00
	10457	MANUEL CUNHA DIAS				721,19
	10458	ASSUNTOS E SIMBOLOS UNIPessoal, LDA				436,54
	10465	SOFIA CASTRO MACIEL - MCS CUTTING				302,11
	10471	MACEDO & MACEDO, LDA				241,14
	10483	CHOCOLATE COM PIMENTA - PEDRO JORGE PEIXOTO LAGO SOUSA				405,90
	10499	TECIDOS PINHEIRINHOS, LDA				223,25
	10501	DE MI PARA SI PROMOÇÃO DE EVENTOS, LDA				3.013,50
	10503	TOP - INFORMÁTICA, LDA				3.075,00
	10505	A. CRUZ - DESIGN STUDIO				984,00
	10514	QUIMIÂNCORA UNIPessoal, LDA.				3.174,19
	10542	FUNDAÇÃO INATEL				455,00
	10551	HUGO PEDRO SILVA E COSTA RODRIGUES				250,00
	10560	HIGILETHES				359,93
	10562	GRÁFICA VILAVERDENSE - ARTES GRÁFICAS, LDA.				6.076,20
	10565	PURPLESYMBOL UNIP, LDA				354,24
	10571	J.BORDADOS, LDA				4.612,50
	10573	JMR - MOVETS E CARPINTARIA, UNIPessoal, LDA				369,00
	10574	LUPA DESIGN COMUNICAÇÃO E IDEIS, UNIPessoal, LDA				885,60
	10575	LERTAS - ASSOCIAÇÃO CULTURAL				2.950,00
	10576	DECADAS DE SONHO, UNIPessoal, LDA				4.046,70
	10577	GENIUS PODIUM - SOCIEDADE DE CONSULTADORIA, PROJETOS E PERITAGENS TECNICAS, LDA				861,00
	10582	ISW - INTELLIGENT SERVICES AND WORKS, LDA				965,55
	10583	4 KITCHEN - FORMIFRI GROUP				3.390,54
	10584	CASA AMIL - COISAS JANOTAS, LDA				60,35
	10587	EXITO REGIE PUBLICITAIRE				1.000,00
	10588	PAULO JORGE VILAÇA MARTINS				1.082,40
	10593	LUSOINFO II MULTIMEDIA, S.A.				2.798,93
	10600	EDEN SPRINGS, S.A.				36,91
	10604	H.P. PIZARIAS LDA.				272,49
	10608	TINTA DA CHINA, LDA.				5.300,00
	10609	EDUARDO MANUEL SALAVISA BLANC DE SOUSA				650,00
	10616	SIRILANKA ESPETÁCULOS, LDA				3.075,00
	10617	EPRALIMA ENSINO PROFISSIONAL				148,50
	1145	AREAL EDITORES		307,50		
	117	ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE VILA PRAIA DE ANCORA		2.656,80		4.913,85
	12	CAMITINTAS - COMÉRCIO DE TINTAS E FERRAMENTAS, LDA.		9.541,12		2.801,18
	125	ASSOCIAÇÃO NORTE CULTURAL - ORQUESTRA REGIONAL DO NORTE		2.000,00		2.000,00
	126	MOVIGLOBAL - NORBERTO FERNANDES, LDA.		1.050,42		
	132	GRAFINAL - ARTES GRÁFICAS, LDA.		1.353,00		2.706,00
	140	SERRAÇÃO RODRIGUES, LDA.		9.521,43		8.185,65
	147	CAPITOLINA - SUPERMERCADOS		210,97		329,02
	151	MARINDE - ELECTRONICA MARITIMA E INDUSTRIAL				209,10
	154	JORNAL O CAMINHENSE		246,00		
	155	C.BARROS, LDA		1.457,35		3.735,59
	16	ALIPIO DIAS & IRMÃO, LDA.		659,32		187,62
	161	LIVRARIA BERTRAND				66,69
	1733	RESTAURANTE FONTE NOVA - ROSA MARIA SOUSA PIRES				262,50
		A TRANSPORTAR ...		292.167,28		379.356,58



ENTIDADE		OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS	DATA	ANO	PAGINA	
CMC	Período : 2018/01/02 a 2018/12/31		2019/04/04	2018	3	
COD. CONTA	TERCEIRO	DESIGNAÇÃO	SALDO INICIAL		SALDO FINAL	
			DEBITO	CREDITO	DEVEDOR	CREADOR
		TRANSPORTE ...		292.167,28		379.356,58
	1741	COVA DA ONÇA - DOMINGUES & GONCALVES, LDA		234,00		
	1775	SEREIA DA GELFA - EMPREENDIMENTOS TURISTICOS, LDA		639,60		
	1787	NELITA - COSTA, FREITAS, MARTINS & Cª. LDª.		234,50		
	1789	ADELINA FERNANDA MACIEL SALES GOMES				87,50
	179	AVIC - AUTOCARROS E VIAGENS IRMÃOS CUNHA, LDA.		325,00		360,50
	180	CENTRO SOCIAL E CULTURAL VILA PRAIA DE ANCORÁ		755,22		938,11
	185	SERMARCO - INDÚSTRIA DE SERRALHARIA LDA		131,73		182,28
	1869	LAVANDARIA SREIA - MARIA ADELAIDE RIOS VELOSO				147,60
	187	ANTÓNIO MATOS, LDA.		35.979,17		19.657,13
	1870	COSTA & SÁ, LDA.		80,07		51,71
	1873	PETROLEOS DE PORTUGAL - PETROGAL S.A.		14.032,95		11.494,71
	189	VIDRARIA JOMI				1.155,70
	19	MÁRIO GONÇALVES, LDA.		2.756,91		772,70
	196	SOMAD - COMÉRCIO DE MADEIRAS E DERIVADOS, LDA.		3.039,44		1.733,74
	197	LUSOESTRADA, LDA				553,50
	206	GRUPNOR - GRUPO PORT.ELEVADORES NORTE, LDA.		1.401,71		9.140,87
	211	IVO FERNANDES, LDA		2.729,37		2.583,00
	2139	AUGUSTO NORBERTO PINHEIRO ALVES DE CARVALHO				319,80
	216	VALORMINHO - VALORIZAÇÃO E TRATAMENTO DE RESID.SOLIDOS, SA		163.500,64		174.193,08
	2167	EDUARDO MANUEL ALVES GONÇALVES		133,10		
	218	IMPRESA MUNICIPALISTA				199,88
	2240	JOÃO MATOS, LDA		436,16		
	227	RESTAURANTE REMO - SILVA & OLIVEIRA, LDA.		650,00		1.207,00
	228	CASA S.JOSE - MARIA ADELINA ESTEVES BRANCO NUNES				276,75
	2282	GRACIANO AFONSO QUESADO		1.709,95		3.968,87
	2322	ROCONORTE - WANDE & WANDE, LDA.				2.750,00
	2437	GUARDA NACIONAL REPUBLICANA		673,00		26.639,98
	2557	AUTOCÁVADO, LDA				90,32
	2583	SOCIEDADE PORTUGUESA DE AUTORES		17.655,64		23.387,14
	2727	SEGURADORAS UNIDAS, S.A.		368,77		1.849,27
	273	CHICOLINHA - COMERCIO DE TEXTÉIS, LDA.		80,00		
	275	CUNHA AMORIM & RIBEIRO, LDª				2.862,06
	2773	PROSPORT - ROCHA, MOREIRA, PINTO & SOARES, LDA		608,85		
	2793	MANUEL DA SILVA PEREIRA E FILHOS LDA		2.521,50		3.886,80
	2821	ASSOCIATION PORTUGAISE CULTURELLE & SOCIALE		3.000,00		3.000,00
	2947	ELECTRO-CÓI, LDA		403,44		449,57
	2954	VIA VERDE PORTUGAL		12,30		12,30
	3004	AGRUPAMENTO ESCOLAS SIDÓNIO PAIS		1.833,30		
	3156	BRICANTEL - COM. MATERIAL ELECTRICO DE BRAGANÇA, LDA		1.732,46		2.991,00
	3361	IEP - INSTITUTO ELECTRONICO PORTUGUES		1.992,60		4.059,00
	348	IGAP - INSTITUTO GESTÃO ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA		175,00		
	3507	MEADELA PEÇAS				2.825,54
	358	ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE CAMINHA				6.457,50
	359	ASSOCIAÇÃO NACIONAL MUNICIPIOS PORTUGUESES		9.597,13		14.467,81
	3694	TOBOR - ACESSÓRIOS PARA A INDÚSTRIA, LDA.		60,18		
	3698	FERNANDO NEIVA DA ROCHA		416,80		
	3699	FEIREXPO - LOGÍSTICA DE FEIRAS E EXPOSIÇÕES, S.A.				3.104,52
	3702	SUMINISTROS NAVALES SANTA TECLA, S.L				67,05
	377	DIAMANTINO LOURENÇO RODRIGUES DE BARTOLO		1.120,00		
	38	CTT - CORREIOS DE PORTUGAL, SA / SERVIÇOS CONTABILIDADE E FINANÇAS				1.563,71
	3880	HANNA INSTRUMENTS PORTUGAL - INSTRUMENTOS DE CONTROLE, LDA		1.282,89		
	39	EMPRESA DE TRANSPORTE COURENSE, LDA		3.160,00		4.760,00
	3910	TECNOPHONE - JOSE LUIS SAMPAIO SANTOS MACEDO				85,00
	394	STAND MOTO LIZ - CASTILHO, OLIVEIRA & C.LDA		114,02		356,88
	3943	TABACARIA GOMES - MANUEL GOMES E GUSTAVO GOMES LDA				50,00
	398	CAMINHA 2000 (JORNAL DIGITAL REGIONAL) - LUIS C.SANTOS ALMEIDA		150,00		
	399	IMPORQUÍMICA - INDÚSTRIA PORTUGUESA DE PRODUÇÃO QUÍMICA, LDA.		848,85		
		A TRANSPORTAR ...		568.743,53		714.096,46

ENTIDADE		OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS		DATA	ANO	PAGINA
CMC				2019/04/04	2018	4
		Período : 2018/01/02 a 2018/12/31				
COD. CONTA	TERCEIRO	DESIGNAÇÃO	SALDO INICIAL		SALDO FINAL	
			DEBITO	CREDITO	DEVEDOR	CREDOR
		TRANSPORTE ...		568.743,53		714.096,46
	4135	NORTEL - EQUIP. HOTELEIROS, LDA		554,98		554,98
	4153	SOPREM - NORTE COMERCIO E INDUSTRIA DE MADEIRAS LDA		16.395,00		5.113,17
	4168	RIS 2048 - SISTEMAS INFORMÁTICA E COMUNICAÇÃO,LDA.		577,21		21.596,34
	4185	GERMACAR, LDA		4.242,70		331,39
	4190	MÁQUINAS E FERRAMENTAS - JOSÉ CARLOS COUTINHO, LDA.		420,36		484,99
	4206	REALVITOR - VIAGENS E TURISMO		438,00		438,00
	4230	MINHAVENTURA - ACTIVIDADES DE ANIMAÇÃO TURISTICA, LDA.				3.966,75
	4248	ASSOCIAÇÃO RECREATIVA CULTURAL "OS BRAVOS DE S. VICENTE"				1.400,00
	4250	FLUIDRA COMERCIAL PORTUGAL		95,55		
	4268	ARMANDO ALBINO RODRIGUES MARTINS		18,61		
	43	LUÍS ANTÓNIO DA CUNHA & IRMÃO, LDA.		2.990,93		4.653,21
	4318	ARCADA NOVA - CORREIO DO MINHO				68,88
	4331	MANUEL ANTÓNIO PEREIRA DA COSTA		922,50		
	4341	ROLIMA - BOBINAGEM DE MOTORES, LDA		1.729,50		
	437	ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA MUNICÍPIOS COM CENTRO HISTÓRICO		302,00		631,00
	438	SOCIEDADE MUSICAL BANDA LANHELENSE				3.000,00
	4431	IRMÃOS JÁCOME,LDA.		4.312,38		2.119,29
	4589	ANCORPEÇAS - COMÉRCIO DE ACESSÓRIOS AUTO, LDA.		857,61		41,35
	4604	METALOCAMINHA - METALMECANICA, LDA.		1.532,01		668,18
	4704	PETROPNEUS - ANTÓNIO R.OLIVEIRA AMARAL & FILHO, LDA.		1.906,65		2.376,71
	4717	JOÃO PIRES & FILHO, LDA				336,00
	4747	PADARIA ROSINHA - ROSA MARIA MONTES VAZ		61,50		150,00
	4764	A NOSSA TERRA - DIRENOR,LDA.		6.063,90		3.247,20
	481	PASTELARIA CAMINHENSE		92,40		286,00
	4845	GRAFICARTE - PRINTSHOP ARTES GRÁFICAS,LDA				276,75
	4942	TSF - RADIO NOTÍCIAS, SA		4.477,20		
	501	AQUAMATIC (NORTE), S.A.		1.092,24		
	504	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE CAMINHA				2.455,50
	506	CAMPÃO,S.A.		1.048,12		
	5111	LIBWARE - TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E DOC., LDA		9.040,50		239,85
	515	ASSOCIAÇÃO BANDEIRA AZUL EUROPA		2.450,00		1.990,00
	5196	FRUTARIA CAMINHA - FERNANDO ANTÓNIO RIBEIRO GONÇALVES				240,00
	523	RESIDENCIAL ARCA NOVA				3.136,00
	5286	KONICA MINOLTA BUSINESS SOLUTIONS PORTUGAL, UNIPessoal LDA		10.305,84		12.792,00
	53	ARCA NOVA - NUNO DE SANTA MARIA FERNANDES, UNIP.,LDA.				37,80
	5440	FÁBRICA METALÚRGICA DA GANDRA, LDA		778,00		480,55
	5443	SOFIA MARTINS APONSO - ELECTROTEC		1.418,19		1.810,71
	5483	JOÃO JOSÉ MACHADO PACHECO - SERRALHARIA DO CALVÁRIO		590,40		10,02
	5533	PALCOS SR - ORGANIZAÇÕES DE EVENTOS, LD*		4.698,60		12.435,30
	5555	J. CABRAL, LDA - EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS		197,93		197,93
	5667	OFFICEMATICA - COMERCIO E ASSISTENCIA A EQUIPAMENTO ESCRITORIO E INFORMÁTICA, LD		11.584,94		1.771,14
	5678	ORLANDO JOSE GONÇALVES AIRES		15.478,32		19.260,57
	568	Caixa Credito Agrícola Mutuo do Noroeste, Crl				22,45
	5699	EVENTOS - DAVID MARTINS				9.495,60
	57	A GRAFICA DO MINHO - HUMBERTO LIMA,LDA.		5.630,94		
	575	CRISQUIMICA - CRISTIANO MIGUEL CUNHA CORREIA		3.405,64		
	577	ALBERGARIA QUIM BARREIROS-BUGALHO & BARREIROS, SOC.HOTELEIRA LDA.				611,00
	5805	CONFIAUTO - INDUSTRIA COMERCIO AUTOMOVEIS, SA				628,42
	586	MARTINS & LOPES,LDA		4,92		104,91
	5881	CAMINHAEQUI		287.287,33		410.879,12
	59	DROGARIA NOVA - BARROS & LIMA, LDA.		26,45		
	5922	BRANCO & BRANCO - SERVIÇOS ELECTRICOS, LDA		308,08		502,38
	5947	METALÚRGICA ARVORENSE LDA		735,54		590,40
	5981	FUTURDESGASTE		838,37		
	5999	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO MINHO LIMA - CIM ALTO MINHO		126.802,62		183.064,71
	6056	ABREU & DELGADO, LDA		735,12		735,12
		A TRANSPORTAR ...		1.101.192,61		1.429.328,13

71

ENTIDADE		OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS	DATA	ANO	PAGINA	
CMC	Período : 2018/01/02 a 2018/12/31		2019/04/04	2018	5	
COD. CONTA	TERCEIRO	DESIGNAÇÃO	SALDO INICIAL		SALDO FINAL	
			DEBITO	CREDITO	DEVEDOR	CREADOR
		TRANSPORTE ...		1.101.192,61		1.429.328,13
	6069	DOMINGOS DA SILVA TEIXEIRA, S.A.		29.513,85		
	6079	CONSELHO DIRECTIVO BALDIOS FREGUESIA RIBA ANCORÁ		1.328,40		3.211,14
	6107	SAMBIENTAL - LIMPEZA DE SANEAMENTO, LDA		11.927,92		19.230,26
	6165	TOPGIM - MATERIAL DESPORTIVO E DE LAZER				593,73
	6179	AREA ALTO MINHO		738,00		4.000,00
	6212	EL DUQUE - ESPECTÁCULOS EQUESTRES-OLGA BURGOS CHAMORRO		54.000,00		54.000,00
	6265	MARCO CLÁUDIO TORRES LIMA		1.906,50		
	6276	TRIBUTUBOS,LDA		7.534,35		8.738,67
	6282	EQUILIBRIUM - LABORATÓRIO CONTROLO DE QUALIDADE E PROCESSOS, LDA		2.582,66		4.335,26
	6303	MOTO JOANINHA - JOÃO MANUEL FONTAÍNS FERNANDES		470,83		241,01
	638	JORGE JOSE CERQUEIRA FERNANDES		442,80		
	6481	PALETE DE EMOCÕES - PROMOÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS, LDA		3.075,00		
	6509	TURISMO DO PORTO E NORTE DE PORTUGAL, E.R.				1.500,00
	6611	VIANACER - PRODUTOS ALIMENTARES, LDA				361,28
	664	HOTEL MEIRA - HERDEIROS DE SIMÃO MEIRA, LDA.		3.718,50		4.603,00
	680	CAPITANIA PORTO DE CAMINHA		6.168,06		
	6803	SOMA MATOSINHOS - SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE, S.A.		2.567,93		3.051,91
	6814	ED - BANDEIRAS E MASTROS, LDA				129,15
	6815	VIALIMPA DE LAURINDA ARAÚJO UNIPessoal, LDA.		5.811,75		123,00
	6850	GRUPO VENDAP		6.654,30		1.574,40
	6885	FRANCISCO ANTONIO ROCHA VAZ				4.230,99
	691	OVNITUR - VIAGENS E TURISMO,LD.		8.923,75		8.090,00
	70	BELTRÃO COELHO "MINHO"				818,97
	703	MEDIDATA NET		8.148,70		
	7101	SOINCA - Sociedade Industrial de Cucujães, S.A.		2.146,35		2.146,35
	7116	HOTEL TURISMO DO MINHO				500,00
	7166	VIALIVRE, S.A		68,29		68,29
	7174	CONTENOR PORTUGAL,SA				118,08
	7204	ALVARO MARTINEZ CARRERO - RESTAURANTE O COUTO		2.241,00		2.241,00
	7280	JOSE DOMINGOS CARDOSO RODRIGUES				384,38
	7318	RESTAURANTE FOZ DO ANCORÁ - ANTÓNIO JOSÉ DE OLIVEIRA PERALTA		180,00		310,00
	7360	ALFREDO BARROSO, LDA		33.191,55		
	7441	EP - EQUIPAMENTOS DE PROTECÇÃO / ELIAS MANUEL FONTAINHAS PRESA		2.533,35		335,80
	7508	DOMINGOS ALMEIDA RIBEIRO		350,00		
	7511	RESIDENCIAL SÃO PEDRO - MARIA OLÍVIA DO REGO MARTINS VIEIRA		2.825,00		
	7564	RESTAURANTE MURALHA DE CAMINHA - MURALHA SOMBRIA TURISMO E RESTAURAÇÃO, LDA.		570,00		1.264,00
	7579	EDP COMERCIAL - COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA,S.A.		1.892,35		2.207,64
	7590	NORBERTO HENRIQUE DA SILVA RIBEIRO		1.000,00		
	7597	AUDIO STAGE, LDA		19.618,52		27.198,34
	7618	BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.				121,73
	7708	PADARIA DE DEM - PAULO NUNO LOUREIRO GONÇALVES		18,00		
	7719	REFER PATRIMÓNIO - ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO IMOBILIÁRIA, S.A.				3.403,78
	7784	YING DINGYOU - LOJA DA AMIZADE		26,95		
	7845	ASSOCIAÇÃO CULTURAL MITO DO HOMEM PLANTADO - TEATRO DE MARIONETAS DE MANDRAGORA		3.555,00		
	7857	AURELIO PEINADO VILAR		4.000,00		4.000,00
	7874	MULTITENDAS - COMERCIO E ALUGUER DE TENDAS, LDA		23.203,95		9.611,01
	7937	TELFOR - COMÉRCIO DE TEXTÉIS, LDA		12.669,00		5.996,25
	7983	JOSÉ MANCIO COSTA, UNIPessoal, LDA.		38,17		58,33
	7994	DIMACER - COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS, LDA		904,20		
	8033	EDP - SERVIÇO UNIVERSAL, SA				32.285,90
	8041	MARIA DE LURDES COELHO CARREIRA AMARO		128,00		128,00
	8052	SAGILAB - LABORATÓRIO ANÁLISES TÉCNICAS, SA		1.418,82		3.992,01
	820	RÁDIO LUZ - JOÃO VALENTE UNIPessoal,LDA.		39.950,40		68.529,92
	8212	VIANAS, SA		787,20		492,00
	8255	ELEVATrans PRE-FABRICADOS, S.A.		32.527,35		6.682,18
		A TRANSPORTAR ...		1.442.549,36		1.720.235,89

ENTIDADE		OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS		DATA	ANO	PAGINA
CMC				2019/04/04	2018	6
		Período : 2018/01/02 a 2018/12/31				
COD. CONTA	TERCEIRO	DESIGNAÇÃO	SALDO INICIAL		SALDO FINAL	
			DEBITO	CREDITO	DEVEDOR	CREDOR
		TRANSPORTE ...		1.442.549,36		1.720.235,89
	83	A.D.S.E - DIRECÇÃO GERAL PROTECÇÃO SOCIAL FUNCIONÁRIOS AG.ADMIN.PÚBLICA		12.535,71		14.472,62
	830	RESTAURANTE ANCORA MAR		400,00		
	84	VODAFONE PORTUGAL - COMUNICAÇÕES PESSOAIS,S.A.		3.929,31		4.620,50
	8425	VALDEMAR ANTÓNIO PORTO ALVES DE CASTRO		350,00		600,00
	8441	SPORMEX - EVENTS & EXHIBITIONS,LDA.		1.660,50		
	8444	Sociveda - Comercialização Produtos Arame, Sa				399,75
	8450	FARRA FANFARRA, ASSOCIAÇÃO CULTURAL		6.000,00		
	8454	MARTINS & FILHOS, S.A. EMPREITEIROS		3.099,60		4.649,40
	8461	LUSÁGUA SERVIÇOS AMBIENTAIS, S.A.		519.594,25		912.686,24
	8469	PATIO ANIMADO - ASSOCIAÇÃO CULTURAL				4.000,00
	8495	DROGARIA AUGUSTO BERNARDO & HENRIQUES, LDA		1.654,15		1.665,93
	8536	NORTALUGA - VENDA E ALUGUER DE EQUIPAMENTO		23.584,52		5.380,52
	8657	ANTONIO FRANCISCO ROCHA SOUTULHO		6.088,50		
	866	MARIA DA CONCEIÇÃO RODRIGUES AMORIM FREIRE				2.143,00
	8765	LUIS MAURICIO Giestas Gonçalves - INST.ELETRICAS SOC.UNIPESSOAL,LDA.		4.797,00		
	8821	WEE WORLD ENTERTAINMENT EVENTS		1.722,00		
	8823	MARCOBRINDE II - SOCIEDADE POR QUOTAS, LDA.		7.526,45		
	883	MINHOBRINDE - AGENCIA DE PUBLICIDADE,LDA		1.217,57		2.723,58
	8904	SANTOS CARVALHO & ASSOCIADOS, SROC,S.A.		10.694,87		
	8925	TAKE FILM - PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS, UNIPESSOAL LDA.		3.394,80		2.091,00
	8928	Rádio Alto Minho - Sociedade De Informação Regional, Lda		1.845,00		2.152,50
	8947	OVAVA ENGENHARIA, LDA.		1.511,06		787,20
	8950	INTEGRAL - SERVIÇOS INTEGRAIS DE SEGURANÇA,LDA		14.339,34		19.777,17
	9016	ENOR - ELEVAÇÃO E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS, LDA.				221,40
	9027	RESTAURANTE PALADAR - LIDIA MARIA VASCONCELOS DE LIMA RODRIGUES		21,40		355,80
	9087	EXIBIRANCORA - LIMPEZA E JARDINS UNIPESSOAL,LDA.		2.169,72		
	9126	RESTAURANTE "O CLOBE" - ALBINA LUÍS DA CUNHA FERNANDES		1.887,00		640,50
	9137	CIAB - TRIBUNAL ARBITRAL DE CONSUMO		1.775,00		3.550,00
	9156	TOMI WORLD LDA				5.217,01
	9158	Alius Vetus - Associação Cultural, História e Património		1.800,00		1.800,00
	9165	PÉDEXUMBO - ASSOCIAÇÃO PARA A PROMOÇÃO DE MÚSICA E DANÇA		3.380,00		6.000,00
	919	AVIC - ANTÓNIO DOS PRAZERES DA SILVA & FILHOS LDA.		7.140,00		6.605,00
	9261	REDE2048 - SISTEMAS INFORMATICOS E COMUNICACOES LDA		6.553,44		
	9296	MASSEIRA BAR - TIAGO CUNHA, LDA.		225,00		
	9300	REINA PIRES, LDA				138,00
	9307	RAINHO & NEVES - ARTES GRAFICAS		10.081,08		10.081,08
	9409	PIANO B - COMÉRCIO E MANUTENÇÃO DE PIANOS, LDA.		1.660,50		3.505,50
	9434	ABREU E PEDRA - HIGIENE E BEM ESTAR, LDA		425,47		1.517,22
	9437	KRISALIDA - ASSOCIAÇÃO CULTURAL DO ALTO MINHO		1.250,00		3.750,00
	9439	MOTODIESEL - JORGE M. L. MEIRA		780,41		
	9442	FUNDAÇÃO SERRALVES				2.938,72
	9453	LUBRILIXA - LUBRIFICANTES E ACESSORIOS P/AUTOMOVEIS E CAMIOES, UNIP. LDA				203,98
	9466	EMPRESA DIARIO DO MINHO, LDA				2.099,05
	9484	PEÇASLIMIA - COMERCIO DE PEÇAS E ACESSORIOS DE AUTOMOVEIS, LDA		5.000,20		8.656,09
	9507	SEMANÁRIO ALTO MINHO - MINIUS PUBLICAÇÕES, LDA				2.460,00
	9508	INSONORIDADE - PRODUÇÕES DE ESPETACULOS MUSICAIS, LDA		15.750,15		15.750,15
	9531	PATRICK ALVES ESTEVES		922,50		
	9575	LAZARA - AUTOCARES		9.080,00		3.730,00
	9584	SERAFIM DA SILVA JERONIMO E FILHOS, LDA				428,95
	9607	E.Q.NEOQUIM, S.L.		609,00		
	9614	CARLOS MARTINS, UNIPESSOAL, LDA		1.510,39		1.510,39
	9627	MIND - SOFTWARE MULTIMÉDIA E UNDUSTRIAL, S.A.				3.844,06
	9628	ÁGUAS DO NORTE, S.A.		111.168,26		1.416.437,14
	9641	AMAVICAL - MAQUINAS E FERRAMENTAS, LDA				78,23
		A TRANSPORTAR ...		2.251.683,51		4.199.903,57

ENTIDADE		OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS			DATA	ANO	PAGINA
CMC		Período : 2018/01/02 a 2018/12/31			2019/04/04	2018	7
COD. CONTA	TERCEIRO	DESIGNAÇÃO	SALDO INICIAL		SALDO FINAL		
			DEBITO	CREDITO	DEVEDOR	CREDOR	
		TRANSPORTE ...		2.251.683,51		4.199.903,57	
	9661	MINHO BUS - TRANSPORTES DO MINHO, LDA				1.525,00	
	9676	JP PRODUÇÕES, LDA		16.851,00		10.701,00	
	9757	HOTEL PORTA DO SOL - AMAZING SLEEP ATIVIDADES HOTELEIRAS, UNIPESSOAL, LDA		654,00		124,00	
	9771	MARATONAS DE LEITURA - CONSULTORES EDITORIAIS, UNIPESSOAL LDA				615,00	
	9776	JOSÉ LUIS LEITE UNIPESSOAL, LDA.		2.643,73		987,70	
	9808	SMARTSTEP - SISTEMAS DE MOBILIDADE INTEGRADOS, LDA		3.318,54		428,04	
	9843	PAGINAUTENTICA - PUBLICAÇÕES LDA		2.152,50			
	9849	GAPSPORT - ARTIGOS DE DESPORTO, UNIPESSOAL		345,35			
	9859	CALVOLIMA, LDA		1.551,63		2.960,59	
	9891	PADRÃO POSITIVO, LDA.		1.451,74			
	9940	VJR - COMERCIO E REPRESENTAÇÕES, LDA				116,63	
	9956	CORO SINFONICO INES DE CASTRO - ASSOCIAÇÃO ECO DOS PASSADOS		2.000,00		2.000,00	
	9962	EXPM, LDA		276,75		1.099,69	
	9988	RADIO CULTURAL DE CERVEIRA - R.C.C. COOPERATIVA DE RADIODIFUSAO, C.R.L.				575,64	
22.3		Acordos Pagamento		7.479.256,54		6.486.456,02	
22.3.005		AGUAS NORTE 2015 - CP		551.405,76		535.577,18	
22.3.006		AGUAS NORTE 2015 - MLP		1.059.874,82		500.436,88	
22.3.009		AGUAS NORTE 2017 - CP		1.173.595,18		2.112.808,60	
22.3.010		AGUAS NORTE 2017 - MLP		4.694.380,78		3.337.633,36	
22.8		Fornecedores - Facturas em recepção e conferência		163.842,31		1.068.590,05	
22.8.002		Fornecedores conta corrente agregada		162.644,15		255.924,74	
	10	PINHEIRO & SANTOS, LDA.				3.327,73	
	10022	LUIS MAURICIO - CASA DOS LEDS, LDA				3.075,00	
	10153	RUI CARVALHO DESIGN, LDA.		6.014,70			
	1032	REPSOL COMBUSTIVEIS, S.A.		3.939,06		1.733,94	
	10368	GALP POWER, S.A.		88.294,52			
	10430	TRIU - TECNICAS DE RESIDUOS INDUSTRIAIS E URBANOS, SA				411,92	
	10435	ISM-TECH, LDA				830,25	
	10514	QUIMIÂNCORA UNIPESSOAL, LDA.				51,83	
	10532	CARLOS TEIXEIRA, NOE GOMES E ASSOCIADOS SROC, LDA				912,25	
	10582	ISW - INTELLIGENT SERVICES AND WORKS, LDA				1.531,35	
	10658	ELENA MARIA VARELA ALONSO				1.000,00	
	12	CAMITINTAS - COMÉRCIO DE TINTAS E FERRAMENTAS, LDA.		306,00			
	140	SERRAÇÃO RODRIGUES, LDA.		285,36			
	155	C.BAERGS, LDA				402,65	
	16	ALIPIO DIAS & IRMÃO, LDA.				313,76	
	180	CENTRO SOCIAL E CULTURAL VILA PRAIA DE ANCORÁ		92,25			
	187	ANTÓNIO MATOS, LDA.				479,70	
	2111	LAURINDA CORUJEIRA ARAÚJO		2.084,85			
	216	VALORMINHO - VALORIZAÇÃO E TRATAMENTO DE RESID.SOLIDOS, SA				18.939,85	
	2282	GRACIANO AFONSO QUESADO		261,84		38,13	
	2437	GUARDA NACIONAL REPUBLICANA				65,91	
	2514	NAUTIGAS - COMERCIO E INDUSTRIA DE ARTIGOS, LDA				340,12	
	2583	SOCIEDADE PORTUGUESA DE AUTORES				128,36	
	2727	SEGURADORAS UNIDAS, S.A.				13.993,90	
	2891	DOMINGUES & IRMÃO, LDA.				230,00	
	29	MEO - SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES E MULTIMÉDIA, S.A.		52,36		52,36	
	3156	BRICANTEL - COM. MATERIAL ELECTRICO DE BRAGANÇA, LDA		1.608,48		1.174,77	
	3361	IEP - INSTITUTO ELECTRONICO PORTUGUES		49,20		442,80	
	3411	FREGUESIA DE VILAR DE MOUROS		7.967,45			
	3507	MEADELA PEÇAS		418,20		229,52	
	36	MARIA TERESA BRAGA CERQUEIRA				15,00	
	360	COMPANHIA SEGUROS LUSITÂNIA, S.A.		383,16		383,16	
	3692	SCHMIT+SOHN ELEVADORES		410,93			
	38	CTT - CORREIOS DE PORTUGAL, SA / SERVIÇOS CONTABILIDADE E FINANÇAS		11.257,65		6.133,39	
		A TRANSPORTAR ...		9.885.611,30		10.763.730,53	

ENTIDADE		OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS	DATA	ANO	PAGINA	
CMC	Período : 2018/01/02 a 2018/12/31		2019/04/04	2018	8	
COD. CONTA	TERCEIRO	DESIGNAÇÃO	SALDO INICIAL		SALDO FINAL	
			DEBITO	CREDITO	DEVEDOR	CREADOR
		TRANSPORTE ...		9.885.611,30		10.763.730,53
	394	STAND MOTO LIZ - CASTILHO, OLIVEIRA & C.LDA				68,50
	4185	GERMACAR, LDA				147,61
	4256	UNIFARDAS - CONFECCÃO S.A.				1.948,32
	43	LUÍS ANTÓNIO DA CUNHA & IRMÃO, LDA.				86,17
	4589	ANCORPEÇAS - COMÉRCIO DE ACESSÓRIOS AUTO, LDA.		112,16		5,63
	4604	METALOCAMINHA - METALMECANICA, LDA.		1.696,58		
	4704	PETROPNEUS - ANTÓNIO R.OLIVEIRA AMARAL & FILHO, LDA.				163,81
	481	PASTELARIA CAMINHENSE				110,40
	506	CAMIPÃO,S.A.				541,88
	5286	KONICA MINOLTA BUSINESS SOLUTIONS PORTUGAL, UNIPessoal LDA				2.558,40
	5443	SOFIA MARTINS AFONSO - ELECTROTEC				806,72
	5667	OFFICEMATICA - COMERCIO E ASSISTENCIA A EQUIPAMENTO ESCRITORIO E INFORMATICA, LD		178,39		
	577	ALBERGARIA QUIM BARREIROS-BUGALHO & BARREIROS, SOC.HOTELEIRA LDA.		235,00		
	5770	CLIANCORA - CENTRO ENFERMAGEM E SERVIÇOS MÉDICOS				990,44
	5901	FREGUESIA DE RIBA ÂNCORA		10.733,17		
	5909	FREGUESIA DE ÂNCORA		3.544,64		
	5999	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO MINHO LIMA - CIM ALTO MINHO				10.703,15
	6107	SAMBIENTAL - LIMPEZA DE SANEAMENTO, LDA				11.271,51
	6214	STERICYCLE PORTUGAL, LDA				352,72
	624	MARIA CELESTE COSTA DA FONTE VERDE LIRIO		4.516,88		4.310,00
	6298	CERVMUSIC - PROMOÇÃO EVENTOS MUSICAIS		9.225,00		
	638	JORGE JOSE CERQUEIRA FERNANDES				251,64
	6527	PINGO DOCE - DISTRIBUIÇÃO ALIMENTAR, S.A.		3,08		
	680	CAPITANIA PORTO DE CAMINHA		51,69		
	6803	SUMA MATOSINHOS - SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE, S.A.				433,29
	7564	RESTAURANTE MURALHA DE CAMINHA - MURALHA SOMBRIA TURISMO E RESTAURAÇÃO, LDA.		75,00		320,00
	7579	EDP COMERCIAL - COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA,S.A.				676,01
	7648	J.LARA, FILHO & COMPANHIA LDA		30,70		
	8052	SAGILAB - LABORATÓRIO ANÁLISES TÉCNICAS, SA				203,57
	8461	LUSÁGUA SERVIÇOS AMBIENTAIS, S.A.		4.690,16		31.387,89
	8793	UNIÃO FREGUESIAS DE VENADE E AZEVEDO		2.544,00		
	9087	EXIBIRANCORA - LIMPEZA E JARDINS UNIPessoal, LDA.				2.078,70
	916	M. D. J. - RIBAS, LDA.		91,64		
	9263	CEVAL - CONFEDERAÇÃO EMPRESARIAL DO ALTO MINHO		1.000,00		
	9300	REINA PIRES, LDA		168,00		
	9398	FERNANDO RUI RIBEIRO FONTAINHAS DE OLIVEIRA		135,00		
	9484	PEÇASLIMIA - COMERCIO DE PEÇAS E ACESSORIOS DE AUTOMOVEIS, LDA		187,05		31,97
	9568	PROCONTROL - RICARDO JOSE MAGALHAES DIAS				610,86
	9628	ÁGUAS DO NORTE, S.A.				128.702,94
	9849	GAFSPORT - ARTIGOS DE DESPORTO, UNIPessoal				924,96
22.8.003		Fornecedores - compras		1.198,16		812.665,31
23		EMPRÉSTIMOS OBTIDOS		5.006.009,62		4.468.133,06
23.1		Em moeda nacional		5.006.009,62		4.468.133,06
23.1.1		De curto prazo		676.261,44		569.126,79
23.1.1.1		Empréstimos bancários		676.261,44		569.126,79
23.1.1.1.1		CAIXA GERAL DEPOSITOS		147.266,02		147.373,49
23.1.1.1.1.02		9015/001581/287/0019		43.034,59		43.125,48
23.1.1.1.1.03		9015/001820/987/0019		61.193,03		61.201,32
23.1.1.1.1.04		9015/001821/887/0019		43.038,40		43.046,69
23.1.1.1.2		BANCO BPI,SA		164.186,56		156.944,44
23.1.1.1.2.02		CONTRATO EMP. C. PRAZOS		137.242,12		130.000,00
23.1.1.1.2.03		EMPRESTIMO CP BPI		26.944,44		26.944,44
23.1.1.1.3		ESTADO - DIRECCAO GERAL TESOURO E FINANÇAS		200.000,00		100.000,00
23.1.1.1.4		ESTADO - DIRECCAO GERAL TESOURO E FINANÇAS - PAEL		164.808,86		164.808,86
23.1.2		De médio e longo prazo		4.329.748,18		3.899.006,27
		A TRANSPORTAR ...		10.602.289,04		12.345.209,72

Handwritten signature and initials in blue ink, including a large 'Z' at the bottom.

ENTIDADE		OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS		DATA	ANO	PAGINA
CMC	Período : 2018/01/02 a 2018/12/31			2019/04/04	2018	9
COD. CONTA	TERCEIRO	DESIGNAÇÃO	SALDO INICIAL		SALDO FINAL	
			DEBITO	CREDITO	DEVEDOR	CREDOR
		TRANSPORTE ...		10.602.289,04		12.345.209,72
23.1.2.1		Empréstimos bancários		4.329.748,18		3.899.006,27
23.1.2.1.1		CAIXA GERAL DE DEPOSITOS		935.865,51		788.494,15
23.1.2.1.1.11		9015/001581/287/0019		258.361,28		215.238,23
23.1.2.1.1.14		9015/001820/987/0019		397.754,69		336.553,22
23.1.2.1.1.15		9015/001821/887/0019		279.749,54		236.702,70
23.1.2.1.2		BANCO BPI		1.893.007,56		1.734.583,16
23.1.2.1.2.01		CONTRATO EMP. M.L.PRAZOS		1.576.410,39		1.444.930,43
23.1.2.1.2.02		EMPRESTIMO M.L.P. BPI		316.597,17		289.652,73
23.1.2.1.3		CAIXA CREDITO AGRICOLA				139.862,71
23.1.2.1.3.01		EMPRESTIMO C.N.				139.862,71
23.1.2.1.8		ESTADO-DIRECÇÃO GERAL TESOURO E FINANÇAS		100.000,00		
23.1.2.1.9		ESTADO-DIRECÇÃO GERAL TESOURO E FINANÇAS - PAEL		1.400.875,11		1.236.066,25
24		ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS		508.306,91		422.132,75
24.2		Retenção de impostos sobre rendimentos		33.340,43		28.279,28
24.2.1		Trabalho dependente		30.916,00		26.928,00
24.2.2		Trabalho independente		2.424,43		1.351,28
24.4		Restantes impostos				26,71
24.4.1		Imposto de selo				26,71
24.4.1.7		IMPOSTO DE SELO/REFORÇO CAUÇÃO-EMPREITADAS				26,71
24.5		Contribuições para a Segurança Social		474.543,64		393.040,76
24.5.1		CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES		120.332,96		81.271,99
24.5.1.1		CGA-DESCONTO DO PESSOAL		22.946,88		22.090,73
24.5.1.2		CGA-ENCARGOS DA AUTARQUIA		97.386,08		59.181,26
	2019	CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES		97.386,08		29.410,17
	413	INSTITUTO DE GESTÃO FINANCEIRA DA SEGURANÇA SOCIAL				29.771,09
24.5.2		ADSE		255.071,15		296.983,28
24.5.2.1		ADSE-DESCONTOS DO PESSOAL		8.680,72		8.174,57
24.5.2.2		ADSE-ENCARGOS DA AUTARQUIA		246.390,43		288.808,71
	83	A.D.S.E - DIRECÇÃO GERAL PROTECÇÃO SOCIAL FUNCIONÁRIOS		246.390,43		288.808,71
		AG.ADMIN.PÚBLICA				
24.5.3		IGFSS		99.139,53		14.785,49
24.5.3.1		IGFSS-SEGURANÇA SOCIAL FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS		13.345,36		12.515,65
24.5.3.2		IGFSS-SEGURANÇA SOCIAL-REGIME GERAL		2.276,08		2.034,11
24.5.3.3		IGFSS-SEGURANÇA SOCIAL-OUTROS		243,89		235,73
24.5.3.4		IGFSS - ENCARGOS DA AUTARQUIA		83.274,20		
	413	INSTITUTO DE GESTÃO FINANCEIRA DA SEGURANÇA SOCIAL		83.274,20		
24.7		TAXAS		422,84		786,00
24.7.1		CERTIFICADO REGISTO CIDADÃOS DA UE		422,84		786,00
26		OUTROS DEVEDORES E CREDORES		6.638.080,39		5.593.849,23
26.1		Fornecedores de imobilizado		5.568.629,95		5.188.509,40
26.1.1		Fornecedores de imobilizado, c/c		1.217.921,32		858.905,92
	10	PINHEIRO & SANTOS, LDA.				609,77
	10022	LUIS MAURICIO - CASA DOS LEDS, LDA		4.579,20		9.439,02
	10100	CUNHA BASTOS - SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES ELECTRICAS, CIVIS E OBRAS PUBLICAS		7.044,68		1.835,16
	10142	ESPAÇOS, S.A		10.397,43		4.662,68
	10218	JUSTBIT - SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES E GESTÃO INDUSTRIAL, LDA.		7.679,87		
	10266	LARUS - ARTIGOS PARA CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTOS, LD.		6.765,66		
	10271	ANTONIO MANUEL GOMES CARVALHO		50.000,00		
	10275	ITEN SOLUTIONS - SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, SA		9.026,97		5.412,49
	10401	ASTILLEROS EL PASAJE, S.L. - CONSTRUCCION Y REPARACION DE BARCOS		1.032,00		1.032,00
	10413	EMPATIA - ARQUEOLOGIA, CONSERVAÇÃO E RESTAURO, LDA				5.842,50
	10454	DSTELECOM, S.A				33.270,93
	10466	CARBUS - VEICULOS E EQUIPAMENTOS, LDA.				16.605,00
	10592	EDUBOX, S.A.				19.950,60
	1145	AREAL EDITORES		1.353,00		
		A TRANSPORTAR ...		15.538.222,94		16.765.008,89

ENTIDADE		OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS	DATA	ANO	PAGINA	
CMC	Período : 2018/01/02 a 2018/12/31		2019/04/04	2018	10	
COD. CONTA	TERCEIRO	DESIGNAÇÃO	SALDO INICIAL		SALDO FINAL	
			DEBITO	CREDITO	DEVEDOR	CREDOR
TRANSPORTE ...				15.538.222,94		16.765.008,89
	12	CAMITINTAS - COMÉRCIO DE TINTAS E FERRAMENTAS,LDA.		1.489,53		
	128	FERTECNICA - JOSE FERNANDO MIRANDA COSTA, LDA.		3.237,98		3.237,98
	140	SERRAÇÃO RODRIGUES, LDA.		1.628,52		
	161	LIVRARIA BERTRAND		1.105,08		1.066,08
	187	ANTÓNIO MATOS,LDA.		4.271,53		209,37
	1870	COSTA & SÁ, LDA.				754,06
	19	MÁRIO GONÇALVES, LDA.		2.797,76		3.873,08
	197	LUSOESTRADA, LDA		1.653,86		
	2373	SOCIEDADE ALBINO MATOS FERNANDES - ENGENHARIA & CONSTRUÇÃO,LDA.		70.412,88		43.095,87
	2636	ROCHA & ALVES, LDA.		14.553,96		14.553,96
	275	CUNHA AMORIM & RIBEIRO,LDª		2.074,15		3.863,43
	2773	PROSPORT - ROCHA,MOREIRA,PINTO & SOARES,LDA		3.856,05		
	2793	MANUEL DA SILVA PEREIRA E FILHOS LDA		33.861,44		71.418,50
	3156	BRICANTEL - COM. MATERIAL ELECTRICO DE BRAGANÇA, LDA		3.183,24		896,67
	3702	SUMINISTROS NAVALES SANTA TECLA, S.L		1.656,00		1.656,00
	3913	MARIO R.C.PINTO, LDA		3.493,20		
	3938	ILHAPOR-LINHAS DE TRANSMISSÃO E PROPULSÃO LDA		2.583,00		2.583,00
	40	VIVEIROS JUCA		4.142,25		
	4038	FLWS SYSTEMS - SISTEMAS DE MEDIÇÃO E FLUIDOS, LDA.				4.489,50
	4153	SOPREM - NORTE COMERCIO E INDUSTRIA DE MADEIRAS LDA		10.172,88		2.848,68
	4156	ESRI PORTUGAL - SISTEMAS E INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA, S.A.		18.388,50		
	4168	RIS 2048 - SISTEMAS INFORMÁTICA E COMUNICAÇÃO,LDA.		6.544,83		740,46
	43	LUÍS ANTÓNIO DA CUNHA & IRMÃO, LDA.		1.964,31		
	4604	METALOCAMINHA - METALMECANICA, LDA.		2.433,24		
	4810	ANCORNET,LDA		1.499,37		
	4970	SINALARTE - INDÚSTRIA DE SINALIZAÇÃO, LDA				2.755,87
	5348	CONSTRUÇÕES REPOIENSE UNIPessoal, Ldª		22.143,38		
	5483	JOÃO JOSÉ MACHADO PACHECO - SERRALHARIA DO CALVÁRIO				861,00
	6066	PROASOLUTIONS.PT - ARQUITECTURA, GESTÃO ACESSIBILIDADES E MOBILIDADE,LDA.		11.003,58		
	607	BOAVENTURA & BOAVENTURA, LDA		580.266,48		238.019,09
	6079	CONSELHO DIRECTIVO BALDIOS FREGUESIA RIBA ANCORA		3.745,35		
	6276	TRIBUTUBOS,LDA		7.604,79		
	6284	COVSA CONSTRUCCIONS, OBRAS E VIAS, S.A				2.060,96
	6985	PREDILHETES - CONSTRUÇÕES UNIPessoal, LDA		728,02		728,02
	7087	TERRAGES - NOVAS TECNOLOGIAS PARA GESTÃO AGRO-FLORESTAL E AMBIENTE, LDA				3.154,95
	7101	SOINCA - Sociedade Industrial de Cucujães, S.A.		3.192,47		5.610,65
	7174	CONTENUR PORTUGAL,SA		2.091,00		
	74	MANUEL SILVA PEREIRA				140.358,87
	7449	DTE - INSTALAÇÕES ESPECIAIS, S.A.				11.258,77
	7890	AMADEV PALHARES - INSTRUMENTOS MUSICAIS UNIPessoal, LDA				1.736,00
	7994	DIMACER - COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS, LDA		712,17		
	8048	PRIMUS LEAN - ENGENHARIA & CONSTRUÇÃO, LDA		50.271,52		62.281,15
	8144	NORMATICA				4.807,15
	8212	VIANAS, SA				867,89
	8224	EXTRUPLAS - RECICLAGEM, RECUPERAÇÃO E FABRICO DE PRODUTOS PLASTICOS, LDA		7.440,27		1.362,84
	8454	MARTINS & FILHOS, S.A. EMPREITEIROS		86.064,13		1.549,80
	8650	TERRA & PEDRA - TERRAPLANAGENS LDA		45.728,40		45.728,40
	8765	LUIS MAURICIO GIESTAS GONÇALVES - INST.ELETRICAS SOC.UNIPessoal,LDA.		36.914,34		
	9064	AMC CONSTRUÇÕES, LDA		18.589,27		70.083,04
	9261	REDE2048 - SISTEMAS INFORMATICOS E COMUNICOES LDA		3.159,01		
	9432	UTM, SL		790,00		
	9614	CARLOS MARTINS, UNIPessoal, LDA		664,02		
	9748	ENÉRGICA - ACADEMIA DE FORMAÇÃO E CONSULTORIA, LDA.		30.196,07		
A TRANSPORTAR ...				16.646.530,77		17.513.519,98



ENTIDADE		OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS		DATA	ANO	PAGINA
CMC	Período : 2018/01/02 a 2018/12/31			2019/04/04	2018	11
COD. CONTA	TERCEIRO	DESIGNAÇÃO	SALDO INICIAL		SALDO FINAL	
			DEBITO	CREDITO	DEVEDOR	CREDOR
		TRANSPORTE ...		16.646.530,77		17.513.519,98
26.1.3	9867	ERESERV - MOBILIARIO URBANO UNIPessoal, LDA		2.289,03		2.289,03
	9890	NAUTITEJO - COMERCIO DE ARTIGOS NAUTICOS, UNIPessoal LDA		1.721,18		1.721,18
	9992	EXOTIKVALOR - ENGENHARIA E AMBIENTE, LDA		7.724,47		7.724,47
		CAU		192.272,92		212.996,95
26.1.3.1		For.Imb.- Valores Monetários - Agregada		192.272,92		212.996,95
	10450	FLORESTA BEM CUIDADA, LDA.				17.919,59
	1140	ANTONIO SERAFIM DIAS GRENHO		2.368,00		2.368,00
	1844	CARLOS JOSE FERNANDES & Cª. LDA		27.401,91		27.401,91
	2373	SOCIEDADE ALBINO MATOS FERNANDES - ENGENHARIA & CONSTRUÇÃO, LDA.		449,03		979,35
	2636	ROCHA & ALVES, LDA.		16.289,78		16.289,78
	2793	MANUEL DA SILVA PEREIRA E FILHOS LDA		4.076,86		8.619,32
	3791	FDO - PROJECTOS, LDA		1.413,50		1.413,50
	4637	C. S. CONSTRUCOES, LDA		313,64		313,64
	5154	AUGUSTO OLIVEIRA FERREIRA & CA., LDA.		6.827,15		6.827,15
	5348	CONSTRUÇÕES REPOIENSE UNIPessoal, Ldª		31.555,50		32.600,01
	5843	GONÇALVES & CACHADINHA, SA		3.999,04		3.999,04
	6	AURÉLIO MARTINS SOBREIRO & FILHOS, SA		1.262,83		1.262,83
	715	CAMARA MUNICIPAL DE CAMINHA		57.132,21		57.132,21
	718	ALVARO DA COSTA MARTINS E IRMÃO, LDA		1.237,27		1.237,27
	739	BAPTISTA & DOMINGOS, LDA		6.751,76		6.751,76
	74	MANUEL SILVA PEREIRA		842,21		4.481,57
	77	BETOMINHO - SOCIEDADE DE CONSTRUÇÃO, SA.		2.355,63		2.355,63
	79	ARMINDO AFONSO, LDA. - CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PÚBLICAS		6.457,42		394,05
	8048	PRIMUS LEAN - ENGENHARIA & CONSTRUÇÃO, LDA		1.928,46		4.651,49
	82	MONTEADRIANO - ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, S.A.		552,93		552,93
	8454	MARTINS & FILHOS, S.A. EMPREITEIROS				3.986,53
	856	JOÃO RODRIGUES AFONSO & CA LDª		432,15		432,15
	9064	AMC CONSTRUÇÕES, LDA		18.625,64		11.027,24
26.1.5		Fornecedores Imobilizado - outros		4.157.865,71		3.996.011,05
26.1.5.1		CaminhaEqui - Curto prazo		504.904,98		605.083,88
26.1.5.2		CaminhaEqui - Médio Longo prazo		3.652.960,73		3.390.927,17
26.1.8		Fornecedores de Imobilizado-Fact. recepção e confe		570,00		120.595,48
	4156	ESRI PORTUGAL - SISTEMAS E INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA, S.A.				19.557,00
	8048	PRIMUS LEAN - ENGENHARIA & CONSTRUÇÃO, LDA				24.102,46
	8210	MICROSOFT IRELAND OPERATIONS, LTD.		570,00		
	9064	AMC CONSTRUÇÕES, LDA				76.936,02
26.2		Pessoal		329,23		329,23
26.2.6		Cauções do pessoal		329,23		329,23
	715	CAMARA MUNICIPAL DE CAMINHA		329,23		329,23
26.3		Sindicatos		1.504,76		1.542,15
26.3.1		STAL		1.027,58		979,09
26.3.5		SINTAP (SINDICATO TRAB. ADMINIST. PUBLICA ENT. FINS PUBLICOS)		477,18		563,06
26.7		Consultores, assessores e intermediários		58.249,72		53.505,00
	10042	ENVIPRIME - CONSULTORIA E ESTUDOS TÉCNICOS DE AMBIENTE E SEGURANÇA, SA		4.744,72		
	9955	ANTÓNIO ALBUQUERQUE CALVÃO - PROJETO ARQUITETURA, LDA.		53.505,00		53.505,00
26.8		Devedores e credores diversos		958.857,30		325.154,62
26.8.1		DEVEDORES E CREDITORES DIVERSOS		482.070,18		80.345,25
26.8.1.2		Credores das Administrações Públicas		482.070,18		80.345,25
26.8.1.2.6		Fundo de Apoio Municipal - CP		160.690,50		53.563,50
26.8.1.2.7		Fundo de Apoio Municipal - MLP		321.379,68		26.781,75
26.8.3		DEVEDORES E CREDITORES DIVERSOS				3.088,58
26.8.3.7		RETENÇÃO - DIVIDAS AO ESTADO				3.088,58
	203	TRANSCOLVIA - TRANSP.COLECTIVOS V.CASTELO, LDA.				3.088,58
26.8.4		Credores de transferências das autarquias locais		43.139,74		7.502,24
26.8.4.1		Administração autárquica		43.139,74		7.502,24
26.8.4.1.9		Outros		43.139,74		7.502,24
		A TRANSPORTAR ...		21.551.127,97		21.993.668,35

ENTIDADE		OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS	DATA	ANO	PAGINA	
CMC	Período : 2018/01/02 a 2018/12/31		2019/04/04	2018	12	
COD. CONTA	TERCEIRO	DESIGNAÇÃO	SALDO INICIAL		SALDO FINAL	
			DEBITO	CREDITO	DEVEDOR	CREADOR
		TRANSPORTE ...		21.551.127,97		21.993.668,35
	10171	NAUTIMINHO - ASSOCIAÇÃO NAUTICA DO MINHO		1.625,00		
	10521	CLUBE COLUMBOFILO ASAS DE PERRINCHÃO				50,00
	113	CENTRO CULTURAL DESPORTIVO ANCORENSE		3.462,50		3.462,50
	116	C.A.C. - CLUB ANDEBOL CAMINHA		750,00		
	117	ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE VILA PRAIA DE ANCORÁ		8.475,00		
	2049	SOCIEDADE COLUMBOFILO ANCORENSE		125,00		125,00
	279	SPORTING CLUBE CAMINHENSE		4.037,50		
	2898	JUCAMINHA		1.750,00		1.750,00
	358	ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE CAMINHA		12.000,00		
	403	ATLÉTICO CLUBE DE CAMINHA		1.125,00		
	485	ANCORA-PRAIA FUTEBOL CLUBE		2.625,00		
	5090	SURF CLUBE PRAIA DE ANCORÁ		200,00		200,00
	515	ASSOCIAÇÃO BANDEIRA AZUL EUROPA				1.050,00
	5408	GRUPO DESPORTIVO CULTURAL VENADE		1.125,00		
	637	ARA - ASSOCIAÇÃO CULTURAL RECREATIVA RIBA ANCORÁ		250,00		250,00
	7501	LAMELAS FUTEBOL CLUBE		1.125,00		
	7523	UNIDADE LOCAL DE SAUDE DO ALTO MINHO - VIANA CASTELO		114,74		114,74
	8134	ASSOCIAÇÃO TRIATLO DE CAMINHA		125,00		125,00
	8485	FEDERAÇÃO DE TRIATLO PORTUGAL		2.100,00		
	8652	Desnivel Positivo Associação Desportiva E Recerativa Luso-galaica		375,00		375,00
	9664	ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA JUVENTUDE VILA PRAIA		1.750,00		
26.8.5		DEVEDORES E CREDITORES DE OPERAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS		32.054,30		33.215,74
26.8.5.1		AQUISIÇÃO DE PEÇAS DE PROCEDIMENTOS		6.566,00		6.566,00
26.8.5.1.1		REABILITAÇÃO TEATRO VALADARES		1.845,00		1.845,00
26.8.5.1.2		REQUALIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO PAVILHÃO MUNICIPAL V.P.		1.537,50		1.537,50
	1844	CARLOS JOSE FERNANDES & Cª. LDA		307,50		307,50
	200	ANTONIO ALVES RIBEIRO & FILHOS, LDª		307,50		307,50
	7360	ALFREDO BARROSO, LDA		307,50		307,50
	7393	OPENLINE - PORTUGAL		307,50		307,50
	79	ARMINDO AFONSO,LDA. - CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PÚBLICAS		307,50		307,50
26.8.5.1.3		REQUALI E AMPLIAÇÃO PAVILHÃO MUNICIPAL CAMINHA		922,50		922,50
26.8.5.1.4		BIBLIOTECA MUNICIPAL DE CAMINHA		1.400,00		1.400,00
	1844	CARLOS JOSE FERNANDES & Cª. LDA		200,00		200,00
	7337	CONSTRUÇÕES ARTUR ALVES DE FREITAS II, LDA		200,00		200,00
	7754	FESTA & FESTA S.A		200,00		200,00
	7760	MARTINS E SOARES LDA.		200,00		200,00
	7761	CONDURIL, SA		200,00		200,00
	7765	VILACELOS CONSTRUCOES S.A.		200,00		200,00
	79	ARMINDO AFONSO,LDA. - CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PÚBLICAS		200,00		200,00
26.8.5.1.5		RECOLHA/TRANSP. RSU, FORNC.LAVAGEM CONTENT./LIMPEZA URBANA PRAIA CAMINHA		861,00		861,00
	2788	SUMA - SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE,S.A.		123,00		123,00
	8447	RECOLTE S.A.		123,00		123,00
	8452	ECOMBIENTE - CONSULTORES ENGENHARIA GESTÃO PREATAÇÃO DE SERVIÇOS		123,00		123,00
	8453	HIDURBE - GESTÃO DE RESIDUOS, S.A		123,00		123,00
	8456	CLECE - SUCURSAL EM PORTUGAL, SA		123,00		123,00
	8460	RESTRADAS - REVITALIZAÇÃO DE ESTRADAS DO NORTE, LDA		123,00		123,00
	8461	LUSÁGUA SERVIÇOS AMBIENTAIS, S.A.		123,00		123,00
26.8.5.5		PENHORAS - FINANÇAS/AGENTES EXECUCAO		193,00		6.022,14
	7516	MARIA CLARA PEREIRA BARBOSA BARROSO		193,00		170,00
	8536	NORTALUGA - VENDA E ALUGUER DE EQUIPAMENTO				5.852,14
26.8.5.9		OUTROS		25.295,30		20.627,60
26.8.5.9.1		DESCONTOS DE VENCIMENTOS PARA PENHORAS		436,97		413,91
26.8.5.9.2		ATAM		13,07		13,07
26.8.5.9.3		TRABALHOS POR CONTA DE TERCEIROS		2.588,14		2.588,14
		A TRANSPORTAR ...		21.601.476,75		22.014.185,71

ENTIDADE		OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS		DATA	ANO	PAGINA
CMC	Período : 2018/01/02 a 2018/12/31			2019/04/04	2018	13
COD. CONTA	TERCEIRO	DESIGNAÇÃO	SALDO INICIAL		SALDO FINAL	
			DEBITO	CREDITO	DEVEDOR	CREDOR
TRANSPORTE ...				21.601.476,75		22.014.185,71
26.8.5.9.3.1		MASSA FALIDA S C FELGUEIRAS, LD.*		2.588,14		2.588,14
26.8.5.9.4		EXECUÇÕES FISCAIS - FUNCIONÁRIOS		9,85		9,85
26.8.5.9.4.4		JOÃO FERREIRA		9,85		9,85
26.8.5.9.5		EXECUÇÕES FISCAIS		13.600,53		16.366,27
26.8.5.9.6		SERVIÇOS SOCIAIS TRAB. CAMARA MUNICIPAL		1.220,55		1.236,36
26.8.5.9.9		SERVIÇO ELEIÇÕES		7.426,19		
26.8.9		Credores Diversos - Outros		401.593,08		201.002,81
26.8.9.6		INSPECCÃO ELEVADORES/VÁRIOS				206,27
26.8.9.9		OUTROS CREDITORES DIVERSOS		401.593,08		200.796,54
	10172	JOÃO GABRIEL NEIVA MARQUES		401.593,08		200.796,54
26.9		Adiantamentos por contas de vendas		50.509,43		24.808,83
26.9.2		Por conta de venda de imoveis		50.509,43		24.808,83
TOTAL ...				22.078.424,52		22.260.197,97

Handwritten signature or initials in blue ink.

VOLUME V | INSTRUÇÃO TRIBUNAL DE CONTAS





Índice

ANEXOS À INSTRUÇÃO (RESOLUÇÃO N.º 6/2003 – 2ª SECÇÃO)	1
GUIA DE REMESSA – ANEXO II	2
NORMAS DE CONTROLO INTERNO E SUAS ALTERAÇÕES	3
RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA	4
SÍNTESE DAS RECONCILIAÇÕES BANCÁRIAS – ANEXO IV	5
MAPA DE FUNDOS DE MANEIO – ANEXO V	7
RELAÇÃO DE EMOLUMENTOS NOTARIAIS E CUSTAS DE EXECUÇÕES FISCAIS – ANEXO VI	24
RELAÇÃO DE ACUMULAÇÃO DE FUNÇÕES – ANEXO VII	25
RELAÇÃO NOMINAL DE RESPONSÁVEIS – ANEXO VIII	27
MAPA DAS PARTICIPAÇÕES DA ENTIDADE – ANEXO I	29



ANEXOS À INSTRUÇÃO

RESOLUÇÃO N.º 6/2013 – 2ª SECÇÃO


7'

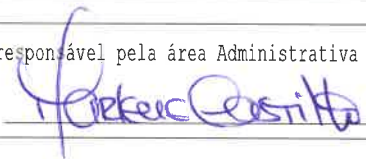
GUIA DE REMESSA

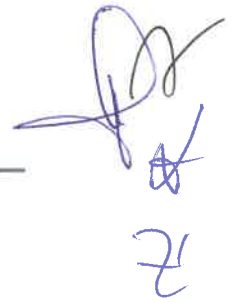
DOCUMENTO CONSTITUÍDO POR 1 PÁGINA NUMERADA

GUIA DE REMESSA
MUNICIPIO DE CAMINHA
Envia à Direcção Geral do Tribunal de Contas os documentos constitutivos da conta de gerência relativa ao período de 2 de JANEIRO a 31 de DEZEMBRO de 2018

Nº do Doc.	DESIGNAÇÃO
1	Balanço
2	Demonstração de Resultados
3	Controlo Orçamental da Despesa
4	Controlo Orçamental da Receita
5	Fluxos de Caixa
6	Contas de Ordem
7	Operações de Tesouraria
8	Caracterização da Entidade
9	Contratação administrativa
10	Empréstimos
11	Relatório de Gestão
12	Acta da reunião em que foi discutida e votada a conta
13	Norma de controlo interno e suas alterações
14	Síntese das Reconciliações Bancárias
15	Relação Nominal dos Responsáveis
16	Parecer e certificação legal nos termos da Lei n.º 2/2007 de 15 de Janeiro

O Dirigente responsável pela área Administrativa e Financeira

Assinatura 



NORMAS DE CONTROLO INTERNO E SUAS ALTERAÇÕES – POCAL 2.9

DOCUMENTO CONSTITUÍDO POR

MANUEL DE PROCEDIMENTOS, NUMERADO DE 1 A 33

MANUAL DE PROCEDIMENTOS – PARTE FINANCEIRA, NUMERADO DE 1 A 24

2



Manual de Procedimentos



[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

ÍNDICE

LISTA DE REFERÊNCIAS	2
CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS	3
CAPÍTULO II - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS	4
CAPÍTULO III - FUNCIONAMENTO DE SERVIÇOS	4
SECÇÃO I - Atendimento	4
SECÇÃO II - Comunicações	5
CAPÍTULO IV - TRAMITAÇÃO DOCUMENTAL	6
SECÇÃO I - Disposições gerais	6
SECÇÃO II - Correio recebido	6
SECÇÃO III - Correio expedido	9
SECÇÃO IV - Documentos e procedimentos internos	10
SECÇÃO V - Celebração e arquivo de contratos	11
CAPÍTULO V - REGIME DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA	12
SECÇÃO I - Disposições gerais	12
SECÇÃO II - Fundos de maneo	12
SECÇÃO III - Aquisição de bens e serviços e locação	13
SECÇÃO IV - Empreitadas de obras públicas	15
CAPÍTULO VI - FUNDOS COMUNITÁRIOS E OUTROS FINANCIAMENTOS	20
CAPÍTULO VII - PROCEDIMENTOS DE NATUREZA ECONÓMICO-FINANCEIRA	20
SECÇÃO I - Documentação de índole financeira	20
SECÇÃO II - Execução orçamental	21
SECÇÃO III - Património	23
SECÇÃO IV - Gestão das disponibilidades	24
SECÇÃO V - Análise contabilística	27
CAPÍTULO VIII - PESSOAL	28
SECÇÃO I - assiduidade e pontualidade	28
SECÇÃO II - Trabalho extraordinário	30
SECÇÃO III - Dispensas	30
SECÇÃO IV - Férias	31
SECÇÃO V - Faltas	31
SECÇÃO VI - Regime de desempenho de funções	32
SECÇÃO VII - Sistema de avaliação do desempenho	32
SECÇÃO VIII - Período de descanso	32
CAPÍTULO IX - DISPOSIÇÕES FINAIS	33



LISTA DE REFERÊNCIAS

REFERÊNCIA	DESIGNAÇÃO
DAF	Divisão Administrativa e Financeira
DOPPGU	Divisão de Obras Particulares, Planeamento e Gestão Urbanística
ECAD	Entidade Competente para Autorizar a Despesa (ou para adjudicar)
FEP	Ficha de Execução do Projecto
GAP	Gabinete de Apoio à Presidência
PPI	Plano Plurianual de Investimentos
SCAP	Secção de Contabilidade, Aprovisionamento e Património
SEGATL	Secção de Expediente Geral, Arquivo, Taxas e Licenças

9



MANUAL DE PROCEDIMENTOS

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 1.º

1. As presentes normas visam disciplinar e homologar todos os procedimentos promovidos pelos serviços municipais, funcionando como um instrumento efectivo de orientação ao desempenho das actividades administrativas e financeiras.
2. É ainda propósito deste normativo estabelecer um conjunto de regras definidoras de políticas, métodos e procedimentos de controlo dos actos de administração, a fim de assegurar o cumprimento dos preceitos legais e regulamentares aplicáveis.

ARTIGO 2.º

1. Compete às chefias das divisões, dentro da respectiva unidade orgânica, implementar o cumprimento das normas definidas no presente documento e dos preceitos legais em vigor.
2. Nas divisões cujas chefias não se encontrem providas, as funções referidas no número anterior serão exercidas por funcionário designado por Vereador a quem tenham sido delegado competências na respectiva divisão.
3. A chefia da Divisão Administrativa e Financeira (DAF) deverá acompanhar a aplicação das presentes normas nos serviços municipais, comunicando no final de cada trimestre à presidência o grau de respeito pelas mesmas e a necessidade de eventuais ajustamentos ou novas regulamentações, competência esta extensiva a todo o pessoal dirigente e superiores hierárquicos.

ARTIGO 3.º

1. Compete aos titulares de um cargo de chefia designar quem os substitui em situações de ausência, falta ou impedimento, ficando esta designação sujeita a concordância de superior hierárquico.
2. O exercício das funções em substituição abrange os poderes delegados ou subdelegados e deverão respeitar a estrutura hierárquica de funcionamento.

ARTIGO 4.º

O serviço de cada secção/sector desenvolve-se de acordo com as instruções dadas pelo respectivo responsável, o qual dirigirá o trabalho a executar e promoverá o ambiente mais adequado ao exercício das funções a desenvolver, em conformidade com as instruções recebidas dos seus superiores.



ARTIGO 5.º

É ao responsável pela secção/sector que compete responder por tudo o que aconteça no local de trabalho que dirige, designadamente no que respeita às regras de funcionamento estabelecidas e a eventuais atrasos no desenvolvimento das várias tarefas a executar.

ARTIGO 6.º

As presentes normas são aplicáveis a todos os serviços da autarquia.

CAPÍTULO II

DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

ARTIGO 7.º

As competências delegadas pela Câmara Municipal na presidência constarão do *ANEXO I* ao presente normativo.

ARTIGO 8.º

As competências delegadas pela presidência nos vereadores e por estes no pessoal dirigente expressam-se através de despachos que constituirá o *ANEXO II* às presentes normas.

CAPÍTULO III

FUNCIONAMENTO DE SERVIÇOS

SECÇÃO I

ATENDIMENTO

ARTIGO 9.º

1. Os funcionários com funções de atendimento estarão sempre identificados através do nome e categoria profissional, devendo apresentar-se asseados e de traje cuidado, procedendo ao atendimento com o propósito de colaborar na resolução dos problemas colocados pelos munícipes.
2. O atendimento ao público por parte dos serviços faz-se das 8 horas e 30 minutos às 15 horas e 30 minutos, com intervalo das 12 horas e 30 minutos às 13 horas e 30 minutos.
3. Quando o atendimento se fizer em horário diferente ao expresso no número anterior, deverá o mesmo ser divulgado por edital.



[Handwritten signature and initials]
Z'

ARTIGO 10.º

1. A marcação de contactos com os vereadores ou os chefes de divisão far-se-á sempre através nos núcleos de apoio, com indicação prévia dos assuntos a tratar.
2. A presidência utiliza marcação autónoma, segundo metodologia definida por este órgão.

ARTIGO 11.º

Sempre que o funcionário que proceder ao atendimento não puder, de imediato, resolver a pretensão do munícipe, deverá acompanhar o procedimento até à sua resolução final, mantendo o interessado informado da situação do processo sempre que a mesma se altere.

ARTIGO 12.º

É proibida a deslocação dos funcionários do atendimento, sob qualquer pretexto, sem que sejam devidamente substituídos.

SECÇÃO II

COMUNICAÇÕES

ARTIGO 13.º

O serviço de comunicações funcionará, ininterruptamente, todos os dias úteis, entre as 8 horas e 30 minutos e as 16 horas e 30 minutos.

ARTIGO 14.º

1. A instalação de equipamentos de comunicações está sujeita a apreciação prévia da chefia da DAF, carecendo o acesso telefónico ao exterior de autorização da presidência.
2. A atribuição dos números de telefone é da competência da chefia da DAF.

ARTIGO 15.º

1. Sempre que se torne imprescindível comunicar, dever-se-á seleccionar o meio mais económico para o fazer.
2. O responsável por cada secção/sector garantirá a utilização mínima dos meios de comunicação, sem que seja colocada em causa a eficiência dos respectivos serviços.

ARTIGO 16.º

Competirá ao chefe da DAF proceder ao acompanhamento da evolução dos custos de utilização de cada equipamento de comunicação, informando a presidência sempre que a sua evolução mereça preocupação e aconselhe a introdução de novas medidas de utilização.

[Handwritten mark]



CAPÍTULO IV

TRAMITAÇÃO DOCUMENTAL

SECÇÃO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 17.º

1. Os suportes de comunicação administrativa escrita, de natureza interna e externa, devem sempre identificar os funcionários e agentes ou titulares dos órgãos subscritores dos mesmos e a qualidade em que o fazem.
2. A identificação faz-se mediante assinatura ou rubrica, com indicação da data, cargo, nome e referência à competência, quando delegada.

ARTIGO 18.º

1. Na redacção dos documentos (formulários, ofícios, minutas de requerimentos, avisos, convocatórias, certidões e declarações), em especial na comunicação com os cidadãos, deve usar-se linguagem simples, clara, concisa e significativa, sem siglas, termos técnicos, expressões reverenciais ou intimidatórias.
2. As minutas e os modelos de requerimentos devem incluir instruções de preenchimento simples e suficientes.

ARTIGO 19.º

1. Todos os documentos de circulação interna ou externa devem ser formatados na DAF, após consulta às chefias das divisões que promovem a sua utilização, para definição dos conteúdos dos mesmos.
2. A aprovação de todos os documentos compete à presidência e expressa-se por despacho em informação que fundamente utilidade da sua implementação, a elaborar pela chefia da DAF.

SECÇÃO II

CORREIO RECEBIDO

ARTIGO 20.º

1. Toda a correspondência dirigida ao município é confidencial até à sua primeira distribuição.
2. Todos os documentos que contenham elementos empresariais ou pessoais, são classificados de "reservados", não sendo admitida a sua divulgação a não ser por determinação judicial.



[Handwritten signature and initials]

ARTIGO 21.º

1. O registo de toda a correspondência recebida far-se-á no próprio dia em que é entregue no município.
2. Toda a correspondência é obrigatoriamente registada e classificada, segundo o competente plano, na Secção de Expediente Geral, Arquivo, Taxas e Licenças (SEGATL).
3. O disposto no número anterior não se aplica aos requerimentos relativos a processos de licenciamento de obras particulares e operações de loteamento, cujo registo é feito no Sector de Apoio Administrativo e Arquivo da Divisão de Obras Particulares, Planeamento e Gestão Urbanística (DOPPGU) e às facturas ou documentos equivalentes, que são registadas na Secção de Contabilidade, Aprovisionamento e Património (SCAP).

Artigo 22.º

1. Todos os dias úteis haverá uma distribuição da correspondência recebida, após o competente registo.
2. Os documentos registados fora da SEGATL, face às suas especificidades, serão tratados e acompanhados pelos serviços de registo sob orientação da chefia da respectiva divisão, nos termos das normas estabelecidas neste normativo, com as necessárias adaptações.

Artigo 23.º

1. Compete à SEGATL proceder à primeira distribuição dos documentos recepcionados, os quais serão previamente despachados por responsável a designar pela presidência e no respeito pelas orientações desta.
2. A entidade referida no número anterior promoverá a primeira distribuição do correio pela vereação e chefias de divisão e dirigirá à presidência os documentos que merecerão orientação e ponderação mais cuidada, dada a sua relevância.
3. Após o despacho referido no número 1., a SEGATL registará o destino de todos os documentos a distribuir pelas entidades atrás citadas, as quais ficarão responsáveis pela sua localização, após recepção dos mesmos efectuada em listagem própria.

Artigo 24.º

1. Os processos em circulação conterão todos os despachos sequenciais que expressem a cada momento os circuitos efectuados, a data em que foram proferidos e a identificação de quem os exarou.
2. Os despachos recairão sobre a primeira folha dos documentos ou, na falta de espaço conveniente, inserir-se-ão em folha que se anexa, na qual se identificará o documento a que se reporta.
3. Nenhum serviço poderá receber qualquer documento que lhe não esteja expressamente dirigido por despacho.



Artigo 25.º

1. A circulação de documentos entre a Presidência, a Vereação ou o Gabinete de Apoio à Presidência (GAP) e as divisões, far-se-á através da chefia da respectiva divisão, salvo procedimentos específicos estabelecidos em diplomas legais ou regulamentos.
2. Os documentos respeitantes a procedimentos (concursos) abertos e atinentes ao regime da despesa pública deverão ser entregues, no próprio dia em que se recepcionam, na SCAP.

Artigo 26.º

Não é permitida a circulação ou o arquivo de documentos ou processos com mais de uma folha, sem que todas se encontrem devidamente numeradas e rubricadas.

Artigo 27.º

1. Todos os documentos, com excepção dos que se limitam a fazer qualquer comunicação ou a sua tramitação seja específica, deverão ser apreciados e informados no prazo máximo de 12 dias, a fim de ser possível dar resposta aos interessados até um mês após a sua recepção.
2. No caso de não ser possível respeitar o determinado no ponto anterior, fica o funcionário que tiver o documento na sua posse no 30º dia (contado seguidamente) posterior à data de entrada obrigado a elaborar um ofício, nesse próprio dia, a remeter ao requerente ou peticionário e a ser subscrito pelo Chefe da Divisão respectiva, dando conta da situação em que o documento se encontra e perspectivando, desde logo, a data da resolução do assunto exposto.
3. Se por qualquer motivo imperativo não for possível a apreciação do documento até 5 dias da data prevista para resolução do assunto definido no ponto anterior, deverá o detentor do documento entregar até àquela data informação detalhada à respectiva Chefia de Divisão, propondo nova data para ultimar o assunto, passando esta a promover nova comunicação ao interessado e a acompanhar todo o processo até à sua resolução.
4. Os prazos fixados nos números anteriores são prazos máximos, devendo os assuntos breves, ou os que pela sua natureza ou imposição legal sejam tidos como urgentes, ser tratados em prazo mais curto.

Artigo 28.º

1. Os documentos serão arquivados:
 - a) No Sector de Apoio Administrativo e Arquivo da DOPPGU, no que respeita aos documentos referentes aos processos de licenciamento de obras particulares e de operações de loteamento;
 - b) Na SCAP, quanto aos documentos financeiros que se apensarão aos respectivos processos contabilísticos;



- c) Na Secção de Pessoal, no que concerne aos documentos reportados à vida profissional dos funcionários do município, os quais se arquivarão nos processos individuais dos respectivos funcionários;
 - d) No GAP, os considerados *reservados* pela presidência;
 - e) No arquivo geral da SEGATL, os que se não referenciam nas alíneas anteriores.
2. Os processos/documentos cujo último acto administrativo que sobre eles recaiu se verificou há mais de dois anos e não se preveja a sua activação, passarão a ser arquivados no Arquivo Geral, cuja organização e funcionamento é da responsabilidade da Divisão Sócio-Cultural.
 3. No que concerne ao arquivamento de processos de licenciamento de obras particulares e de operações de loteamento, o despacho será exarado pela chefia da DOPPGU.
 4. Qualquer documento só será aceite para arquivo se o mesmo contiver despacho expresso nesse sentido.

SECÇÃO III

CORREIO EXPEDIDO

ARTIGO 29.º

1. É obrigatório o registo da correspondência expedida na SEGATL, a qual formará um arquivos de cópias de todos os documentos que saíam da Câmara Municipal.
2. Os ofícios a remeter ao exterior devem ser dirigidos à secção referida no número anterior, com os documentos que lhe dizem respeito e a indicação e rubrica de quem os minutou, até às 15 horas do dia de envio.
3. O registo mencionado no número 1. integra em cada documento uma referência composta por um número de ordem, a sigla da secção que o elaborou e os dois últimos dígitos do ano de envio.

Artigo 30.º

Os ofícios emitidos pelos serviços do município que se destinem exclusivamente a remeter ou solicitar documentos ou informações e a comunicar decisões devidamente expressas em documentos escritos, serão subscritos pelas chefias das respectivas divisões, competindo à presidência, ou vereadores no âmbito das suas competências delegadas, subscrever a restante correspondência.

Artigo 31.º

1. Compete à SEGATL, para além do registo, acompanhar todos os documento a expedir até que sejam colocados no correio.



2. Os documentos remetidos por *correio registado* deverão ter apenas às cópias arquivadas os respectivos talões de registo e a secção referida no número anterior acompanhar a chegada do *aviso de recepção* sempre que a ele houver lugar.

SECÇÃO IV

DOCUMENTOS E PROCEDIMENTOS INTERNOS

ARTIGO 32.º

As comunicações/informações internas prestadas sobre processos administrativos devem ser referenciadas por numeração sequencial dentro do mesmo serviço, identificar este e o respectivo ano.

Artigo 33.º

Dos documentos emitidos apenas pode ser extraído um original, que será rubricado pelo subscritor, devendo nos demais exemplares que venham a ser extraídos ser mencionada a circunstância de se tratar de *cópia* ou *2ª via*, consoante a situação.

Artigo 34.º

1. A emissão de certidões, atestados e outros actos meramente declarativos deve efectuar-se mediante requerimento oral ou escrito, designadamente telefónico, electrónico ou por fax.
2. Nos casos em que o requerimento seja feito oralmente, será lavrado texto do pedido formulado, do qual constem os elementos necessários, que será assinado e datado pelo funcionário que receber o pedido, o qual é registado nos mesmos termos a que se encontra sujeito documento equivalente.
3. Os pedidos de certidões narrativas, devidamente informados, deverão ser entregues ao chefe da SEGATL dentro do prazo de 3 dias após a data do registo de entrada, competindo a este a emissão das respectivas certidões, com excepção para as certidões narrativas referentes a processos de obras particulares e operações de loteamento, as quais são emitidas no Sector de Apoio Administrativo e Arquivo da DOPPGU e subscritas pela respectiva chefia.
4. A emissão de certificações através de cópias de documentos compete à chefia da secção respectiva e deve ser efectuada até ao dia seguinte ao da sua apresentação.

Artigo 35.º

1. Os processos administrativos, seja qual for o seu objecto, apenas poderão ser requisitados pela Presidência, Vereação, Chefias de Divisão e serviços por estas expressamente indicados.



2. Para efeitos de pedido de um processo arquivado, torna-se indispensável o preenchimento de requisição própria, da qual deverá constar sua identificação rigorosa e a data de devolução.
3. O serviço de arquivo solicitará a devolução do processo para arquivo na data de devolução indicada na requisição referida no número anterior.

Artigo 36.º

1. Apenas terão acesso aos documentos em arquivo os funcionários dos respectivos serviços de arquivo e as respectivas chefias de divisão.
2. Junto a qualquer documento que seja arquivado dever-se-á encontrar toda a informação ao mesmo respeitante.

Artigo 37.º

Compete à DAF proceder à leitura diária dos Diários da República ou à sua consulta na *Internet* e, em consequência, remeter às Chefias das Divisões os sumários de todos os diplomas cujo objecto tenha relação com as funções naquelas desenvolvidas.

SECÇÃO V

CELEBRAÇÃO E ARQUIVO DE CONTRATOS

ARTIGO 38.º

A celebração de quaisquer contratos, seja qual for a sua natureza, incluindo contratos-programa e protocolos, é efectuada pela DAF.

ARTIGO 39.º

1. Os originais dos contratos celebrados pelo município são arquivados na DAF, segundo orientação da chefia desta divisão.
2. Compete à chefia da divisão identificada no número anterior remeter cópias dos contratos celebrados aos serviços que lhes devem dar execução e acompanhamento.



CAPÍTULO V

REGIME DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA

SECÇÃO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 40.º

1. Na execução do orçamento do município devem ser respeitados os princípios e regras constantes do POCAL (Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais), assim como todas as orientações de gestão definidas pela Câmara Municipal e pela presidência.
2. Em qualquer acto de contratação pública dever-se-á ter em atenção o preceituado nos diplomas legais aplicáveis e as regras e princípios constantes deste documento.

ARTIGO 41.º

1. O despacho da presidência que permite definir a entidade competente para autorizar a despesa (ECAD) integra o *ANEXO II* que faz parte integrante deste documento.
2. A ECAD define as condições a respeitar na nomeação dos júris ou comissões dos vários procedimentos, os quais terão em atenção que a DAF e a divisão promotora da despesa deverão estar representadas.

ARTIGO 42.º

1. Os processos dos respectivos procedimentos são compostos na SCAP, devendo os sectores técnicos fornecer os cadernos de encargos e as partes técnicas dos programas de concurso.
2. Todos os procedimentos são conduzidos pela SCAP, excepto no que se encontrar definido de forma diversa, que acompanhará os actos necessários até à requisição externa ou celebração do contrato e visto do Tribunal de Contas, se a estes houver lugar.

SECÇÃO II

FUNDOS DE MANEIO

ARTIGO 43.º

1. Para suportar os encargos com pequenas despesas, urgentes e inadiáveis, indispensáveis ao bom funcionamento dos serviços do município, o *ANEXO III* ao presente normativo integra o Regulamento dos Fundos de Maneio aprovado pela Câmara Municipal.
2. Faz parte ainda do anexo referido no número anterior os fundo constituídos e os seus titulares.



[Handwritten signature]
[Handwritten initials]
[Handwritten number 2]

SECÇÃO III

AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS E LOCAÇÃO

ARTIGO 44.º

1. Sempre que se torne necessária a aquisição de bens e serviços ou locação, à frente designado por *aquisição*, os serviços onde se localiza a necessidade deverão dar início ao respectivo procedimento com a emissão da competente requisição interna.
2. O documento referido no número anterior deverá ser submetido a apreciação da Entidade Competente para Autorizar a Despesa (ECAD) após informação de cabimento prestada pela SCAP.
3. Encontrando-se reunidas as condições orçamentais que permitam a aquisição, ou promovidos os actos legais que as criem, a requisição interna será remetida à SCAP para a respectiva tramitação procedimental caso o despacho da entidade competente para autorizar a despesa seja favorável.

ARTIGO 45.º

Compete à SCAP promover todo o procedimento de aquisição até à emissão da requisição externa ou à celebração do competente contrato, dos quais serão enviadas cópias ao serviço requisitante.

ARTIGO 46.º

1. As aquisições de valor superior a € 1.000,00 (mil euros) deverão, sempre que possível, ser precedidas de consulta a mais de um fornecedor de bens ou prestador de serviços, sem prejuízo de procedimentos mais exigentes impostos por lei.
2. A impossibilidade de dar satisfação à orientação mencionada no ponto anterior carece de fundamentação da chefia da divisão requisitante.

ARTIGO 47.º

1. É proibida a recepção de bens ou serviços sem que tenha sido emitida requisição externa ou celebrado contrato, salvo em situações de emergência, que possam pôr em causa o funcionamento de serviços essenciais, cuja regularização se fará de imediato.
2. Não poderão ser emitidas requisições de bens ou serviços que se não integrem nas competências deste município nos termos da lei e não se encontrem consideradas nos seus documentos previsionais.

ARTIGO 48.º

A aquisição de bens que se destinem a representação municipal carece de despacho da Presidência.



ARTIGO 49.º

1. As facturas ou notas de honorários referentes a aquisições ficam sujeitas ao registo de entrada na SCAP, a qual recolherá informação no serviço que emitiu a requisição interna.
2. Da informação referida no número anterior, a prestar no prazo de 5 dias úteis, deverá constar:
 - a) Se os bens ou serviços descritos, assim como os seus valores, conferem com a requisição externa ou o contrato;
 - b) Se os bens ou serviços entregues correspondem integralmente ao que se requisitou e se encontram em perfeito estado de funcionamento;
 - c) Se se encontram reunidas as condições para se poder proceder ao respectivo pagamento.
3. A eventual prestação de garantias nos respectivos procedimentos é verificada pela SCAP.

ARTIGO 50.º

1. A recepção dos bens realizar-se-á no armazém ou no local de destino.
2. É expressamente proibido recepcionar qualquer bem sem que o mesmo venha acompanhado pela competente guia de remessa, salvo se no momento da recepção for entregue a respectiva factura.

ARTIGO 51.º

1. A guia de remessa, se existir, anexar-se-á à respectiva factura no momento da informação referida no artigo 50.º.
2. Competirá à SCAP conferir a factura e promover o seu pagamento dentro dos prazos e critérios fixados para o efeito.

ARTIGO 52.º

As ordens de pagamento emitidas, juntamente com os respectivos cheques nominativos, quando for este o meio de pagamento utilizado, ficarão depositadas na SCAP até ao pagamento, momento em que estes documentos devem ser entregues ao tesoureiro.

ARTIGO 53.º

1. Compete à DAF, através da SCAP, promover as aquisições de bens de uso e consumo corrente, as quais deverão ser consideradas para todos os serviços do município.
2. Para o efeito, deverá, após contacto com as chefias de todas as divisões, o Chefe da DAF definir as quantidades a adquirir em função dos períodos aconselháveis de aprovisionamento, definindo-se, como referência, o ano civil.



3. Estes bens serão guardados em espaço próprio e os seus movimentos de entrada e saída serão devidamente registados e acompanhados na DAF através de requisições subscritas pelas chefias das respectivas divisões.

SECÇÃO IV

EMPREITADAS DE OBRAS PÚBLICAS

ARTIGO 54.º

1. Compete ao chefe da divisão indicada no Plano Plurianual de Investimentos (PPI) a implementação dos actos que permitem a execução dos projectos constantes daqueles planos, nos períodos aí referidos.
2. O cabimento de qualquer valor de um projecto do PPI será obrigatoriamente precedido de Ficha de Execução do Projecto (FEP), a qual conterá como elementos relevantes:
 - a) Código e designação do projecto (conforme se encontra expresso no PPI);
 - b) Descrição sumária da execução/aquisição do projecto;
 - c) Valor previsto para a execução/aquisição com referência ao IVA;
 - d) Dotação inicial, actual e disponível e respectiva apreciação;
 - e) Fontes de financiamento;
 - f) Período previsto de execução;
 - g) Despacho da entidade competente para autorizar a despesa;
 - h) Data e assinatura nos termos do determinado no CPA (Código do Procedimento Administrativo).

ARTIGO 55.º

1. A entidade competente para adjudicar (ECAD), imediatamente após a informação de cabimento dada pela SCAP na informação referida no artigo anterior, poderá autorizar a abertura do competente procedimento, caso aquela informação seja favorável.
2. Caso a informação de cabimento seja negativa, poderá a ECAD promover proposta de modificação do orçamento e do PPI que permita a realização do projecto/acção.

ARTIGO 56.º

1. Após a abertura das propostas, as mesmas deverão ser apreciadas no prazo máximo de 10 dias.
2. Se dada a dimensão da obra, o prazo supracitado for insuficiente, antes do mesmo se esgotar, deverá ser requerido à ECAD a sua prorrogação pelos dias julgados necessários para o efeito.



ARTIGO 57.º

Do relatório fundamentado sobre o mérito das propostas, que compete elaborar à comissão definida nos termos da lei aplicável ou ao serviço requisitante, deverá constar:

- a) Introdução à obra, abordando os seus aspectos mais relevantes;
- b) Apreciação das propostas, na qual se afirmará expressamente que respeitam integralmente o processo do concurso;
- c) Indicação do prazo de execução da obra e sua comparação com o que consta do PPI;
- d) Mapa das propostas;
- e) Fundamentos para determinação da proposta mais vantajosa nos termos dos parâmetros definidos no programa do concurso, referindo se os preços indicados são de aceitar e justificando, se for caso disso, a divergência entre o valor estimado do contrato que serviu para escolha do tipo de procedimento e o valor da proposta;
- f) Caso se torne indispensável reforçar a verba disponível, tendo em atenção o valor da proposta considerada mais vantajosa, deverá ser apresentada, em anexo, propostas de modificação do orçamento e do PPI;
- g) Outros aspectos considerados relevantes.

Artigo 58.º

Após a elaboração o relatório final, deverá a SCAP rectificar o cabimento nos termos do valor da proposta colocada na primeira posição na grelha de classificação e registar o competente compromisso.

Artigo 59.º

Após a elaboração do relatório final e do competente cabimento referidos no artigo anterior, o processo é entregue à entidade competente para efeitos de adjudicação.

Artigo 60.º

Após emissão de requisição externa ou celebração do contrato escrito e registo contabilístico do competente compromisso, será remetida uma cópia daquele documento à chefia da divisão responsável, a qual conduzirá e acompanhará a execução do projecto, competindo à DAF acompanhar a execução financeira do mesmo através da SCAP.

Artigo 61.º

Elaborado o auto de consignação da obra nos termos definidos pelo diploma legal aplicável, será ajustado o plano de trabalhos, sempre que tal se justificar nos termos do mesmo diploma (actualmente o capítulo III do título IV do Decreto-Lei nº 59/99, de 2 de Março), cópia do qual será entregue à SCAP.



Artigo 62.º

1. Os autos de medição, devidamente subscritos pelos serviços de fiscalização da Câmara e pelo representante do empreiteiro, serão elaborados no estrito cumprimento do determinado no processo do concurso, considerando-se mensais e reportados ao último dia de cada mês, se nada se encontrar estipulado em contrário.
2. Serão sempre emitidos autos de medição seja qual for o seu montante.
3. Dentro de 10 dias após a data a que se reporta o auto de medição, será este, com a devida informação, remetido à SCAP, para efeitos de apreciação do ponto de vista orçamental, a elaborar no prazo de dois dias.

Artigo 63.º

Da informação técnica dos autos de medição referida no artigo anterior a remeter à SCAP, para além de outros elementos considerados pertinentes, deverá constar:

- a) Identificação do projecto;
- b) Identificação do adjudicatário;
- c) Prazo contratual de conclusão da obra e data provável da sua conclusão;
- d) Quadro resumo dos autos emitidos;
- e) Sempre que o desvio entre o cronograma financeiro e a sua execução superar 25% do valor acumulado, será prestada informação que fundamente esse desvio;
- f) Deverá ainda constar da informação a afirmação clara de que os trabalhos executados, os materiais aplicados e os preços considerados respeitam integralmente as condições de adjudicação, pelo que o respectivo auto merece ser aprovado e pago.

Artigo 64.º

Da informação a prestar pela SCAP, sobre a informação orçamental dos autos de medição, deve constar:

- a) O valor da adjudicação;
- b) O valor dos autos pagos;
- c) O saldo do projecto;
- d) O valor do auto;
- e) O saldo orçamental do compromisso;
- f) Se o auto deve ser pago face aos valores orçamentais apurados, tendo em conta os pagamentos já efectuados.

Artigo 65.º

A factura referente aos autos de medição é registada na SCAP, onde é junta aos respectivos autos depois de devidamente informados.



Artigo 66.º

1. Os trabalhos a mais necessários à realização da empreitada apenas poderão ser executados depois de aprovados.
2. Os trabalhos referidos no ponto anterior apenas poderão ser aprovados mediante apresentação, à ECAD, de relatório circunstanciado sobre as causas que estiveram na base da sua necessidade a elaborar pela chefia da divisão responsável e do qual fará parte, obrigatoriamente:
 - a) Razões que aconselham a sua execução;
 - b) O seu enquadramento legal, com referência expressa aos preceitos legais que o permitem;
 - c) Novo plano de trabalhos e novo plano financeiro;
 - d) Cabimento orçamental confirmado pela SCAP.
3. O relatório referido no número anterior deverá ter em atenção o determinado no diploma legal aplicável sobre a definição dos trabalhos a mais, reduzindo-os ao mínimo possível.

Artigo 67.º

Os trabalhos indispensáveis ao bom andamento da obra, cuja execução, pela sua natureza, seja inadiável, poderão ser autorizados pela fiscalização, sendo submetida informação elaborada nos termos do artigo anterior à ECAD, no dia útil imediato à decisão.

Artigo 68.º

Para cada empreitada será nomeada, pela chefia da divisão responsável pela execução do projecto, a respectiva fiscalização nos termos definidos no diploma legal aplicável.

Artigo 69.º

Compete à DAF a execução de todos os actos financeiros referentes às empreitadas de obras públicas nos termos destas normas, designadamente no que respeita à revisão de preços, descontos para garantia, prazos de pagamento, adiantamentos ao empreiteiro e respectivos reembolsos e garantias.

Artigo 70.º

1. Encontrando-se a obra concluída, realizar-se-á a competente vistoria para efeitos de recepção provisória.
2. Verificando-se, pela vistoria realizada, que a obra está, no seu todo ou em parte, em condições de ser recebida, a chefia da divisão responsável elaborará o auto de recepção provisória correspondente.



[Handwritten signature and initials]

3. O auto referido no número anterior, depois de visado pela ECAD, e acompanhado dos últimos autos de medição se ainda houver lugar à sua emissão, será remetido à SCAP para os efeitos subsequentes.

Artigo 71.º

No prazo de 20 dias a contar da data do auto de recepção provisória, a SCAP elaborará a conta da empreitada, da qual consta obrigatoriamente:

- a) Uma conta-corrente à qual serão levados, por verbas globais, os valores de todas as medições e revisões ou eventuais acertos das reclamações já decididas e dos prémios vencidos e das multas contratuais aplicadas;
- b) Um mapa de todos os trabalhos executados a mais ou a menos do que os previstos no contrato, com a indicação dos preços unitários pelos quais se procedeu à sua liquidação;
- c) Um mapa de todos os trabalhos e valores sobre os quais haja reclamações, ainda não decididas, do empreiteiro, com expressa referência ao mapa da alínea anterior, sempre que daquele também constem.

Artigo 72.º

Da conta da empreitada elaborada, após a sua aprovação pela ECAD, será remetida cópia pela SCAP ao empreiteiro nos termos definidos legalmente para o efeito.

Artigo 73.º

Caso haja lugar a INQUÉRITO ADMINISTRATIVO nos termos do diploma legal aplicável, os competentes procedimentos deverão ser desencadeados pela SCAP.

Artigo 74.º

1. Concluído o prazo de garantia a chefia da divisão responsável mandará proceder a nova vistoria de todos os trabalhos da empreitada, havendo lugar à emissão do auto de RECEPÇÃO DEFINITIVA da obra se tudo estiver em ordem.
2. Visado pela entidade competente para adjudicar o auto referido no número anterior, será o mesmo remetido à SCAP para restituição dos depósitos de garantia e quantias retidas, extinção da caução e liquidações eventuais.

Artigo 75.º

1. A SCAP deverá promover no 1º trimestre de cada ano a publicação na 2ª série do *Diário da República* da lista de todas as adjudicações de obras públicas efectuadas no ano anterior, nos termos do artigo 275º do Decreto-Lei nº 59/99, de 2 de Março.
2. Deverá ainda a SCAP, nos termos expressos no artigo 276º da lei referida no número anterior, enviar ao Instituto dos Mercados de Obras Públicas e Particulares e do

[Handwritten mark]



Imobiliário, no mês seguinte ao termo de cada semestre, os seguintes elementos informativos:

- a) Identificação dos contratos de obra pública que se celebraram no semestre anterior;
- b) Os elementos constantes do n.º 2 do artigo 34.º da Directiva n.º 93/37/CE, do Conselho.

CAPÍTULO VI

FUNDOS COMUNITÁRIOS E OUTROS FINANCIAMENTOS

Artigo 76.º

Os processos de candidatura a fundos comunitários ou outros fundos de financiamento serão elaborados pelos serviços das áreas em que os projectos a financiar de enquadram, sobre orientação do GAP.

Artigo 77.º

1. Mal se encontre aprovado o financiamento, cópia da decisão de aprovação e peças essenciais do processo deverão ser entregues na SCAP a fim destes serviços acompanharem os respectivos recebimentos.
2. Para a execução do referido no número anterior, a SCAP reunirá todos os documento necessários à solicitação dos respectivos financiamentos, remetendo, de imediato os competentes processos logo que reunidas as condições para tal efeito.

Artigo 78.º

1. Sempre que o desrespeito pelo programa aprovado possa colocar em causa a percepção de todo o financiamento, a chefia da DAF conduzirá directamente todo o processo tendo em vista garantir o cumprimento integral do plano de financiamento.
2. Se eventualmente se colocar em causa o recebimento integral de todo o financiamento, a chefia da DAF, logo que tal seja perceptível, informará a presidência da situação.

CAPÍTULO VII

PROCEDIMENTOS DE NATUREZA ECONÓMICO-FINANCEIRA

SECÇÃO I

DOCUMENTAÇÃO DE ÍNDOLE FINANCEIRA

Artigo 79.º

1. Os documentos de receita poderão ser emitidos fora da DAF, muito embora os recebimentos correspondentes apenas podem ser efectuados na tesouraria.



Handwritten signature and initials

2. A emissão de documentos de despesa apenas pode ter lugar na DAF, nos termos da presente norma e preceitos legais aplicáveis.

Artigo 80.º

As Ordens de Pagamento apenas podem ser executadas depois de se encontrarem subscritas pela presidência e pela chefia da SCAP.

Artigo 81.º

1. O pagamento de quaisquer importâncias a pessoas singulares ou colectivas apenas se deverá efectuar após a apresentação do competente recibo de quitação.
2. Em casos excepcionais, suportados por despacho do chefe da DAF, poder-se-á proceder ao pagamento sem a apresentação do documento referido no número anterior.

SECÇÃO II

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Artigo 82.º

1. Compete aos chefes das divisões gerir as verbas atribuídas no orçamento e no Plano Plurianual de Investimentos (PPI) afectas às mesmas, sob a orientação dos vereadores com competências delegadas nas respectivas áreas municipais.
2. Fica excluída do disposto no número anterior o agrupamento das despesas correntes referente às despesas de pessoal e atinentes aos contratos já celebrados, cujas verbas serão geridas pela chefia da DAF.

Artigo 83.º

A SCAP deverá garantir o cumprimento das normas legais aplicáveis aos diversos processos de contratação pública e dos princípios e regras estabelecidos neste documento, intervindo, sempre que necessário, no sentido de colaborar com todos os outros serviços do município, aconselhando os procedimentos que melhor se adequem às situações que não forem devidamente conduzidas.

Artigo 84.º

1. Os cabimentos a promover no orçamento anual deverão circunscrever-se às despesas estritamente necessárias e conter-se dentro das dotações das respectivas rubricas orçamentais.
2. Se alguma situação imprevista ocorrer, obrigando à elaboração de modificação orçamental, esta deverá ser precedida de informação que fundamente a sua necessidade e imprevisibilidade a submeter a despacho da presidência.

Handwritten number 9



Artigo 85.º

O exercício das competências decorrentes do determinado no n.º 4 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, no que concerne às transferências orçamentais respeitará as normas internas expressas no ANEXO IV ao presente documento.

Artigo 86.º

1. A execução dos projectos constantes do PPI deverão situar-se dentro dos limites aí considerados, devendo reduzir-se ao absolutamente necessário e imprevisível qualquer montante de trabalhos a mais, a submeter à apreciação da presidência.
2. Não poderão ser utilizadas verbas de projectos com valores "a definir", sem que previamente seja assegurado o seu financiamento
3. Relativamente às despesas de natureza permanente e contínua, deverá o chefe da DAF comunicar aos respectivos chefes de divisão os casos que eventualmente façam prever para o exercício em curso exiguidade de dotação, a fim destes tomarem atempadamente as medidas adequadas e oportunas que contenham as despesas nos limites dos valores orçamentados.
4. Será considerada falta grave a realização de qualquer despesa sem que previamente seja emitido o documento competente que permita a aquisição com base na previsão do seu custo. Sempre que este processamento seja de todo impossível, a situação deverá ser regularizada imediatamente após a respectiva aquisição.

Artigo 87.º

1. As alterações e revisões ao Orçamento e ao PPI que forem julgadas necessárias, deverão ser suportadas por propostas subscritas pelos vereadores com competências delegadas nas respectivas áreas.
2. As propostas referidas no número anterior serão fundamentadas com informação elaborada pelas chefias das respectivas divisões, nelas se explicitando quer os reforços, quer as anulações, antes do início do processo de aquisição em apreço, para o que contarão com o apoio burocrático e técnico da DAF.

Artigo 88.º

Para satisfação de deliberações do executivo municipal ou despachos da presidência, competirá ao chefe da DAF supervisionar o orçamento e o PPI, utilizando verbas por cabimentar, com conhecimento prévio da chefia da respectiva divisão.



[Handwritten signature]
[Handwritten mark]

SECÇÃO III

PATRIMÓNIO

Artigo 89.º

1. É obrigatório o inventário patrimonial de todos os bens duradouros e equipamentos propriedade do município, cujo valor de aquisição seja superior a 50 € (cinquenta euros).
2. Cada funcionário é responsável pelos bens e equipamentos que lhe estejam atribuídos, para o que subscreverá documento de posse no momento da sua entrega.
3. Relativamente aos bens e equipamentos colectivos, o dever consignado no número anterior é cometido ao responsável da secção/sector em que se integram.
4. Em Janeiro de cada ano a SCAP enviará, a cada funcionário ou responsável da secção/sector, um inventário patrimonial actualizado da sua responsabilidade, a fim do mesmo ser devidamente subscrito.

Artigo 90.º

Sempre que, por qualquer motivo, um bem ou equipamento deixe de ter utilidade, deve o funcionário a quem o mesmo esteja distribuído comunicar tal facto ao respectivo chefe de divisão, o qual submeterá informação para abate do bem, se assim o entender, à ECAD definida em função do seu valor contabilístico, cujo documento, depois de despachado, será entregue na SCAP para actualização do respectivo inventário.

Artigo 91.º

Deverá ainda manter-se sempre actualizado o inventário dos bens imóveis, do domínio público e do domínio privado, o qual deverá reconciliar-se mensalmente com os registos contabilísticos respectivos.

Artigo 92.º

1. Sempre que, pelo município, seja adquirido um prédio urbano, com excepção de terrenos para construção e venda, deverá a SCAP, logo após a entrega da escritura, desencadear as seguintes acções:
 - a) Promover a sua inscrição matricial e registral em nome do município;
 - b) Requerer junto das entidades competentes, o averbamento da titularidade ou o cancelamento, consoante as circunstâncias, dos contratos de saneamento básico, fornecimento de energia eléctrica e serviço de comunicações telefónicas.
2. As chaves dos bens imóveis do município ficam guardadas na SCAP.

[Handwritten mark]



SECÇÃO IV

GESTÃO DAS DISPONIBILIDADES

Artigo 93.º

Compete ao tesoureiro executar os procedimentos atinentes ao funcionamento da tesouraria no respeito pelas normas legais e regulamentares, sob orientação do Chefe da DAF.

Artigo 94.º

No âmbito da gestão das disponibilidades, compete à tesouraria:

- a) Proceder à arrecadação das receitas;
- b) Promover o pagamento das despesas;
- c) Liquidar os juros moratórios referentes à arrecadação das receitas;
- d) Proceder ao depósito, em instituições bancárias, de valores monetários excedentes em tesouraria, nos termos definidos pelo Chefe da DAF;
- e) Movimentar, em conjunto com a Presidente de Câmara ou vereador com competências delegadas para o efeito, os fundos depositados em instituições bancárias;
- f) Proceder à guarda dos valores entregues na tesouraria, em dinheiro e documentos;
- g) Elaborar balancetes diários de tesouraria;
- h) Elaborar mensalmente as reconciliações bancárias de todas as contas do município.

Artigo 95.º

1. A importância em numerário existente em caixa no momento do seu encerramento diário não deve ultrapassar o valor máximo de € 5.000,00 (cinco mil euros).
2. Em consequência do disposto no número anterior, dever-se-á promover uma aplicação segura dos valores ociosos, competindo ao Chefe da DAF decidir sobre a forma de aplicação, segundo orientação da presidência.

Artigo 96.º

1. Compete à Presidência da Câmara submeter à apreciação do órgão executivo a decisão de abrir contas bancárias tituladas pela autarquia.
2. A utilização dos valores depositados nas contas tituladas pela autarquia é feita, simultaneamente, pelo tesoureiro e pela Presidência da Câmara ou vereador com competência delegada.

ARTIGO 97.º

1. Os cheques serão emitidos na SCAP e apenas às respectivas ordens de pagamento.



2. A ordem de pagamento com o cheque que lhe diz respeito, após estarem devidamente subscritos pela Presidente da Câmara, vereador ou dirigente com competências próprias ou delegadas, serão remetidos à tesouraria para pagamento.

Artigo 98.º

1. Os cheques não preenchidos estão à guarda do chefe da SCAP.
2. Os cheques que venham a ser anulados após a sua emissão, ficam sujeitos a despacho do chefe da DAF para esse efeito, sendo arquivados sequencialmente pela SCAP, após inutilização das assinaturas, quando as houver.

Artigo 99.º

Os talões de depósito dos valores excessivos à guarda da tesouraria nos termos do artigo 96.º das presentes normas, serão preenchidos pela SCAP e visados pelo chefe da DAF, sendo posteriormente entregues ao tesoureiro para o competente procedimento de depósito.

Artigo 100.º

1. A cobrança de receitas municipais por entidades diversas da tesouraria, que não tenham acesso a meios informáticos para emissão da correspondente guia de recebimento, carece de autorização da presidência e é efectuada através da emissão de documento de receita, com numeração sequencial, que indiquem o serviço de cobrança.
2. Os documentos de receita previstos no número anterior, devidamente numerados e sequenciais, serão fornecidos mensalmente, em data fixa, pela SCAP aos serviços que estejam autorizados a realizar as cobranças.
3. Na data indicada nos termos do número anterior, será feita conferência dos documentos de receita distribuídos, sendo devolvidos à SCAP aqueles que tenham sido inutilizados.

Artigo 101.º

As receitas cobradas fora da tesouraria deverão dar entrada nesta no final do próprio dia da cobrança.

Artigo 102.º

1. A Tesouraria manterá permanentemente actualizadas as contas-correntes referentes a todas as instituições bancárias onde se encontrem contas abertas em nome do município.
2. O tesoureiro fará reconciliações bancárias a todas as contas do município reportadas ao último dia de cada mês, as quais serão entregues ao Chefe da DAF até ao dia 10 do mês seguinte.



3. O chefe da DAF designará rotativamente funcionário, que não se encontre afecto à tesouraria nem tenha acesso às respectivas contas-correntes, para confrontar as reconciliações referidas no número anterior com os registos da contabilidade.
4. Quando se encontrem diferenças nas reconciliações bancárias, estas são averiguadas e prontamente regularizadas, se tal se justificar, mediante despacho da presidência, a inserir em informação da chefia da DAF com os adequados fundamentos.

Artigo 103.º

- 1 Após cada reconciliação bancária mensal, o tesoureiro analisa a validade dos cheques em trânsito, promovendo o respectivo cancelamento junto da instituição bancária nas situações que o justifiquem, efectuando-se os necessários registos contabilísticos de regularização.
2. Os actos referidos no número anterior carecem de despacho, nesse sentido, do chefe da DAF.

Artigo 104.º

O estado de responsabilidade do tesoureiro pelos fundos, montantes e documentos entregues à sua guarda é verificado, na presença daquele ou seu substituto, através da contagem física do numerário e documentos sob a sua responsabilidade, a realizar pelos funcionários que para o efeito forem designados pelo chefe da DAF, nas seguintes condições:

- a) Trimestralmente, em dia a fixar pelo chefe da DAF, aleatoriamente e sem aviso prévio;
- b) No encerramento das contas de cada exercício económico;
- c) No final e no início do mandato do órgão executivo eleito ou do órgão que o substituiu, no caso daquele ter sido dissolvido;
- d) Quando for substituído o tesoureiro.

Artigo 105.º

1. São lavrados termos de contagem dos montantes sob a responsabilidade do tesoureiro, assinados pelos seus intervenientes e, obrigatoriamente, pelo Presidente da Câmara, pelo Chefe da DAF e pelo tesoureiro, no início e no final do mandato do órgão executivo.
2. Em caso de substituição do tesoureiro, os termos da contagem serão assinados igualmente pelo tesoureiro cessante.

Artigo 106.º

1. Para efeitos de controlo de tesouraria e do endividamento são obtidos junto das instituições de crédito extractos de todas as contas de que o município é titular.



2. Com a aprovação das Conta de Gerência e sempre que surjam alterações que agravem o montante de endividamento, a chefia da DAF apresentará relatório que analise a sua situação, tendo em atenção os limites fixados na Lei das Finanças Locais.

Artigo 107.º

O tesoureiro responde directamente perante o órgão executivo pelo conjunto das importâncias que lhe são confiadas.

Artigo 108.º

1. O tesoureiro é responsável pelo rigoroso funcionamento da tesouraria nos seus diversos aspectos nos termos das normas aplicáveis.
2. A responsabilidade do tesoureiro cessa no caso dos factos apurados não lhe serem imputáveis e não estiverem ao alcance do seu conhecimento.

Artigo 109.º

1. As ordens de pagamento, rubricadas por quem as emite/confere, só podem ser pagas depois de se encontrarem subscritas pela presidência ou em quem esta delegar as respectivas competências.
2. No momento do pagamento, os documentos referidos no número anterior serão assinados pelo tesoureiro ou por quem o substituir.

Artigo 110.º

1. As ordens de pagamento apenas deverão ser arquivadas, na SCAP, depois de lhes ser apenso o competente recibo de quitação.
2. As excepções à regra mencionada no número anterior apenas poderão ter lugar mediante despacho do Chefe da DAF.

Artigo 111.º

Tendo em atenção que a generalidade dos procedimentos administrativos localizados na tesouraria se relacionam com terceiros, é expressamente proibido divulgar quaisquer dados ou informações no âmbito deste sector da DAF.

SECÇÃO V

ANÁLISE CONTABILÍSTICA

ARTIGO 112.º

1. Até ao 5.º dia de cada mês, a SCAP elaborará o balancete de fornecedores referente ao último dia do mês anterior, o qual deverá ser remetido ao Chefe da DAF;



2. Se a chefia referida no número anterior entender haver motivos que o justifique, deverá apresentar relatório fundamentado à presidência no qual integre os aspectos considerados relevantes.

Artigo 113.º

1. Até ao dia referido no número 1 do artigo anterior, a chefia da DAF, após contacto com as chefias das restantes divisões, apresentará à presidência previsão das receitas e despesas para os três meses seguintes, informando da sua compatibilidade com os valores orçamentais.
2. Do documento referido no número anterior constará uma análise dos desvios verificados no mês anterior entre os montantes previstos e os efectivamente executados.

Artº 114.º

1. A DAF, através da SCAP, deverá acompanhar permanentemente os fluxos monetários de entrada e de saída, assim como os custos e os proveitos, apresentando relatório mensal sobre a sua evolução à presidência da Câmara Municipal até 15 dias após o encerramento do mês anterior.
2. Dos relatórios referidos em 1., os trimestrais deverão conter, nomeadamente:
 - a) Evolução dos registos contabilísticos orçamentais considerando os valores registados em períodos homólogos de anos anteriores e sua compatibilização com as dotações orçamentais;
 - b) Evolução dos registos contabilísticos patrimoniais e sua evolução, tendo em atenção os registos verificados em períodos homólogos de anos anteriores;
 - c) Análise da execução do PPI, com referência expressa aos projectos mais relevantes;
 - d) Apreciação da situação dos empréstimos de curto e médio e longo prazos;
 - e) Apresentação de quadro que explicita a situação dos financiamentos externos aprovados;
 - f) Referência à situação financeira da autarquia e análise da situação da tesouraria.

CAPÍTULO VIII

PESSOAL

SECÇÃO I

ASSIDUIDADE E PONTUALIDADE

ARTIGO 115.º

1. Os funcionários devem comparecer ao serviço durante os períodos de trabalho constantes dos respectivos horários, os quais se encontram afixados na Secção de Pessoal após



aprovação da presidência, e aí comparecer continuamente, não podendo ausentar-se, salvo se autorizados superiormente, sob pena de marcação de falta nos termos da legislação aplicável.

2. O pessoal isento de horário de trabalho não fica dispensado da observância do dever geral de assiduidade nem do cumprimento da duração semanal de trabalho legalmente estabelecida.

ARTIGO 116.º

1. As entradas e saídas são registadas em "relógio de ponto", mediante acto individual efectuado pelo próprio.
2. Os trabalhadores cujo serviço se desenvolver exclusivamente no exterior poderão, por decisão dos chefes de divisão respectivos, ser dispensados da marcação de ponto ou ficar obrigados a esta apenas no início e no final da jornada de trabalho.
3. Após a marcação do ponto, o funcionário deverá dirigir-se, de imediato, para o seu local de trabalho.
4. Sempre que um funcionário, por qualquer motivo, não consiga proceder ao seu registo de assiduidade, deverá contactar, de imediato, a Secção de Pessoal a fim de regularizar a situação.

ARTIGO 117.º

Os registos de assiduidade são estritamente individuais, constituindo falta disciplinar grave a utilização de meios fraudulentos para aquele efeito.

ARTIGO 118.º

A saída do local onde se desenvolve o trabalho apenas é permitida, em caso de necessidade imperiosa e para o tratamento de assuntos cuja resolução só pode ter lugar fora do mesmo e apenas com o funcionário a deslocar, com autorização do responsável pelo respectivo serviço.

ARTIGO 119.º

1. Diariamente será extraída folha de assiduidade, referente ao dia útil anterior, que será entregue na manhã desse mesmo dia ao chefe da respectiva divisão.
2. O chefe da divisão terá três dias para devolver a folha de assiduidade referida no número anterior à Secção de Pessoal com a competente informação, perante a qual esta registará as faltas daí decorrentes.



ARTIGO 120.º

1. Sempre que um funcionário tenha necessidade de faltar ao serviço durante um período limitado de tempo, poderá solicitar alteração ao horário de trabalho para compensação das horas a utilizar.
2. O pedido referido no número anterior carece de aprovação do respectivo chefe de divisão.

SECÇÃO II

TRABALHO EXTRAORDINÁRIO

ARTIGO 121.º

Compete aos chefes de divisão autorizar a realização de horas extraordinárias, procurando-se reduzir ao mínimo indispensável, no estrito cumprimento da lei e dentro dos montantes orçamentados.

ARTIGO 122.º

Apenas poderão ser executados trabalhos em dias de descanso semanal, descanso complementar e feriados com autorização do vereador com competências delegadas na respectiva área, a conceder em petição apresentada pela chefia da divisão.

SECÇÃO III

DISPENSAS

ARTIGO 123.º

Os pedidos de dispensa ao serviço deverão enquadrar-se nos estritos parâmetros legais e serão apreciados e despachados pelos chefes das respectivas divisões.

ARTIGO 124.º

1. As solicitações pontuais de saída para a resolução de assuntos de natureza particular poderão ser autorizadas pelos chefes das respectivas divisões e terão que respeitar as seguintes regras:
 - a) as dispensas não compensadas deverão ser raras e não poderão ultrapassar as duas horas;
 - b) as dispensas superiores a duas horas poderão ser autorizadas desde que seja apresentado horário de compensação do mesmo número de horas e não haja inconveniente para o serviço.
2. A Secção de Pessoal procederá ao controlo das compensações autorizadas.



[Handwritten signature and initials]
71

SECÇÃO IV

FÉRIAS

ARTIGO 125.º

1. Até 28 de Fevereiro, os chefes de divisão apresentarão aos elementos do executivo, no âmbito das suas competências, as propostas de plano de férias dos funcionários afectos aos respectivos serviços, no respeito pela legislação aplicável.
2. A aprovação dos planos é da competência da entidade referida no número anterior, os quais deverão ser remetidos à Secção de Pessoal até 15 de Março.
3. Em princípio, poderá ser tolerada em cada secção/sector uma sobreposição de 12 dias por cada funcionário além de 4.

ARTIGO 126.º

Sempre que, por motivos imperiosos, haja necessidade de alterar os períodos de férias constantes dos planos aprovados, torna-se indispensável a aposição de despacho da entidade referida no artigo anterior em informação/comunicação (consoante o interesse seja da administração ou do trabalhador) devidamente fundamentada.

ARTIGO 127.º

A aprovação do plano de férias não dispensa os funcionários de comunicarem com 3 dias de antecedência, relativamente ao início de cada período de férias, a forma de eventualmente poderem ser contactados.

SECÇÃO V

FALTAS

ARTIGO 128.º

1. A intenção de faltar deve ser participada ao dirigente respectivo, por escrito e antes da ocorrência
2. Não sendo possível ao funcionário participar previamente a falta por escrito, poderá fazê-lo oralmente no próprio dia, devendo, neste caso, apresentar a participação escrita no dia em que regressar ao serviço.

ARTIGO 129.º

As faltas por conta do período de férias não carecem de fundamentação por parte do funcionário, podendo ser autorizadas desde que sejam cumpridos os requisitos enunciados no artigo anterior.

[Handwritten mark]



ARTIGO 130.º

Sempre que dê entrada na Secção de Pessoal atestado médico ou outro documento legalmente admitido, justificativo da situação de doença de um funcionário, será tal facto comunicado no próprio dia ao chefe da divisão onde esse funcionário presta serviço, bem como aos serviços de higiene e segurança no trabalho.

SECÇÃO VI

REGIME DE DESEMPENHO DE FUNÇÕES

ARTIGO 131.º

Não poderão ser atribuídas a qualquer funcionário, de forma predominante e continuada, funções que não sejam compatíveis com o conteúdo funcional da sua carreira.

SECÇÃO VII

SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO

ARTIGO 132.º

1. O processo de avaliação do desempenho respeitará escrupulosamente os prazos legais e visará distinguir os funcionários pelo trabalho que cada qual desenvolve.
2. As menções qualitativas mais elevadas deverão ser atribuída apenas e só aos trabalhadores que, pela sua competência profissional e pelo cumprimento absoluto e escrupuloso dos seus deveres profissionais, se mostraram trabalhadores de excepção.

ARTIGO 133.º

Os actos e procedimentos administrativos inerentes à apreciação do comportamento profissional de cada trabalhador respeitarão os textos legislativos aplicáveis e orientações expressas pela presidência.

SECÇÃO VIII

PERÍODO DE DESCANSO

ARTIGO 134.º

1. Após a marcação do ponto só é permitido um período de descanso até 15 minutos a meio da manhã e a meio da tarde.



[Handwritten signature and initials]
7

2. Nenhum funcionário poderá localizar o período de descanso na primeira ou na última hora de cada período de trabalho, salvaguardando situações excepcionais devidamente autorizadas pelo superior hierárquico.

ARTIGO 135.º

Apenas no período de descanso é permitida a utilização do bar, cujo horário de funcionamento é definido por despacho da presidência da Câmara.

CAPÍTULO IX

DISPOSIÇÕES FINAIS

ARTIGO 136.º

À contagem dos prazos indicados neste normativo aplicam-se as regras definidas no artigo 72.º do Código do Procedimento Administrativo, salvo disposição expressa em contrário.

ARTIGO 137.º

Os anexos ao presente normativo são considerados documentos autónomos que poderão ser actualizados sempre que oportuno.

ARTIGO 138.º

As chefias das divisões, ou quem exercer esta funções, deverá implementar os regulamentos internos julgamos necessários para cumprimento integral dos preceitos deste normativo, os quais ficam sujeitos a homologação da presidência.

ARTIGO 139.º

São revogadas todas as normas aprovadas sobre as matérias reguladas no presente diploma.

ARTIGO 140.º

As presentes normas entram em vigor de forma progressiva, consoante orientação da presidência, a partir do dia 1 de Julho de 2005.

Município de Caminha, 22 de Junho de 2005

A Presidente da Câmara

[Handwritten signature]
Dr.ª Júlia Paula Costa

[Handwritten mark]



MANUAL DE PROCEDIMENTOS - Parte financeira

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 1.º

1. As presentes normas visam disciplinar e homologar todos os procedimentos promovidos pelos serviços municipais, funcionando como um instrumento efectivo de orientação ao desempenho das actividades administrativas e financeiras.
2. É ainda propósito deste normativo estabelecer um conjunto de regras definidoras de políticas, métodos e procedimentos de controlo dos actos de administração, a fim de assegurar o cumprimento dos preceitos legais e regulamentares aplicáveis.

ARTIGO 2.º

1. Compete às chefias das divisões, dentro da respectiva unidade orgânica, implementar o cumprimento das normas definidas no presente documento e dos preceitos legais em vigor.
2. Nas divisões cujas chefias não se encontrem providas, as funções referidas no número anterior serão exercidas por funcionário designado por Vereador a quem tenham sido delegado competências na respectiva divisão.
3. A chefia da Divisão Administrativa e Financeira (DAF) deverá acompanhar a aplicação das presentes normas nos serviços municipais, comunicando no final de cada trimestre à presidência o grau de respeito pelas mesmas e a necessidade de eventuais ajustamentos ou novas regulamentações, competência esta extensiva a todo o pessoal dirigente e superiores hierárquicos.

ARTIGO 3.º

1. Compete aos titulares de um cargo de chefia designar quem os substitui em situações de ausência, falta ou impedimento, ficando esta designação sujeita a concordância de superior hierárquico.
2. O exercício das funções em substituição abrange os poderes delegados ou subdelegados e deverão respeitar a estrutura hierárquica de funcionamento.

ARTIGO 4.º

O serviço de cada secção/sector desenvolve-se de acordo com as instruções dadas pelo respectivo responsável, o qual dirigirá o trabalho a executar e promoverá o ambiente mais adequado ao exercício das funções a desenvolver, em conformidade com as instruções recebidas dos seus superiores.



ARTIGO 5.º

É ao responsável pela secção/sector que compete responder por tudo o que aconteça no local de trabalho que dirige, designadamente no que respeita às regras de funcionamento estabelecidas e a eventuais atrasos no desenvolvimento das várias tarefas a executar.

ARTIGO 6.º

As presentes normas são aplicáveis a todos os serviços da autarquia.

CAPÍTULO II

DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

ARTIGO 7.º

As competências delegadas pela Câmara Municipal na presidência constarão do *ANEXO I* ao presente normativo.

ARTIGO 8.º

As competências delegadas pela presidência nos vereadores e por estes no pessoal dirigente expressam-se através de despachos que constituirá o *ANEXO II* às presentes normas.

...

CAPÍTULO V

REGIME DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA

SECÇÃO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 9.º

1. Na execução do orçamento do município devem ser respeitados os princípios e regras constantes do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), assim como todos os preceitos legais e normas regulamentares aplicáveis, segundo as orientações de gestão definidas pela Câmara Municipal e pela Presidência.
2. A aprovação de encargos decorrentes da contratação pública terão em atenção que as dotações orçamentais são anuais, muito embora não seja de aplicar um regime duodecimal às rubricas do orçamento não utilizadas regularmente durante o exercício económico.
3. Em qualquer acto de contratação pública dever-se-á ter em atenção o preceituado nos diplomas legais aplicáveis e as regras e princípios constantes deste manual.



ARTIGO 10.º

1. O despacho da presidência que permite definir a entidade competente para autorizar a despesa (ECAD) integra o *ANEXO II* que faz parte integrante deste documento.
2. A ECAD define as condições a respeitar na elaboração dos respectivos procedimentos, assim como procede à nomeação dos júris ou comissões necessários aos vários actos administrativos, nos quais o SAP e a divisão promotora da despesa deverão estar representados.

ARTIGO 11.º

1. Os processos dos respectivos procedimentos são compostos no SAP, devendo os sectores técnicos fornecer os cadernos de encargos, as peças desenhadas e as partes técnicas dos programas de concurso quando houver lugar à sua utilização.
2. Todos os procedimentos são conduzidos pelo SAP, excepto no que se encontrar definido de forma diversa, que acompanhará os actos administrativos necessários até à emissão da requisição externa ou celebração do contrato e visto do Tribunal de Contas, se a estes houver lugar.

SECÇÃO II

FUNDOS DE MANEIO

ARTIGO 12.º

1. Para suportar os encargos com pequenas despesas, urgentes e inadiáveis, indispensáveis ao bom funcionamento dos serviços do município, o *ANEXO III* ao presente normativo integra o Regulamento dos Fundos de Maneio.
2. Faz parte ainda do anexo referido no número anterior os fundo constituídos e os seus titulares.

SECÇÃO III

AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS E LOCAÇÃO

ARTIGO 13.º

1. Sempre que se torne necessária a aquisição de bens e serviços ou locação, à frente designado por *aquisição*, os serviços onde se localiza a necessidade deverão dar início ao respectivo procedimento com a emissão da competente requisição interna.
2. O documento referido no número anterior com identificação exaustiva dos bens ou serviços a adquirir, devidamente fundamentado, deverá ser submetido a apreciação da ECAD após informação de disponibilidade orçamental.



[Handwritten signature]
[Handwritten initials]
[Handwritten number 21]

3. Caso a informação de disponibilidade orçamental seja solicitada ao SAP, este prestá-la-á no período de 4 horas, sendo os casos urgentes, devidamente fundamentados, tratados no próprio momento.
4. Encontrando-se reunidas as condições orçamentais que permitam a aquisição, ou promovidos os actos legais que as criem, e sendo o despacho da ECAD favorável, a requisição interna será remetida ao SAP para o registo do competente cabimento orçamental e a respectiva tramitação processual, caso os preceitos legais e regulamentares se encontrem respeitados.

ARTIGO 14.º

1. Compete ao SAP promover todo o procedimento de aquisição até à emissão da requisição externa ou à celebração do competente contrato, o que dará lugar ao registo do competente compromisso orçamental, sendo enviadas cópias daqueles documentos ao serviço requisitante.
2. Caso a disponibilidade orçamental seja insuficiente, compete à divisão requisitante promover os actos necessários à modificação orçamental se a aquisição for imprescindível.

ARTIGO 15.º

1. As aquisições de valor superior a € 1.000,00 (mil euros) deverão, sempre que possível, ser precedidas de consulta a mais de um fornecedor de bens ou prestador de serviços, sem prejuízo de procedimentos mais exigentes impostos por lei.
2. A impossibilidade de dar satisfação à orientação mencionada no ponto anterior carece de fundamentação da chefia da divisão requisitante.

ARTIGO 16.º

1. É proibida a recepção de bens ou serviços sem que tenha sido emitida requisição externa ou celebrado contrato, salvo em situações de emergência, que possam pôr em causa o funcionamento de serviços essenciais, cuja regularização se fará de imediato.
2. Não poderão ser emitidas requisições de bens ou serviços que se não integrem nas competências deste município nos termos da lei e não se encontrem consideradas nos documentos previsionais.

ARTIGO 17.º

A aquisição de bens que se destinem a representação municipal carece de despacho da Presidência.

ARTIGO 18.º

1. As facturas ou documentos equivalentes (ex: notas de honorários), à frente designadas por *facturas*, referentes a aquisições ficam sujeitas ao registo contabilístico no SAP no próprio



- dia em que são recepcionadas no município, devendo ser movimentada a crédito a conta 228 «Fornecedores - Facturas em recepção e conferência».
2. No dia do registo as facturas serão remetidas aos serviços que emitiram as respectivas requisições internas, para ser prestada a informação técnica no prazo de 5 dias úteis.
 3. Da informação referida no número anterior deverá constar:
 - a) Se os bens ou serviços descritos, assim como os seus valores, conferem com a requisição externa ou o contrato;
 - b) Se os bens ou serviços entregues correspondem integralmente ao que se requisitou e se encontram em perfeito estado de funcionamento;
 - c) Se se encontram reunidas as condições para se poder proceder ao respectivo pagamento.
 4. A eventual prestação de garantias nos respectivos procedimentos é verificada pelo SAP.

ARTIGO 19.º

1. O SAP solicitará, por escrito, as informações técnicas referidas no artigo anterior caso as mesmas não sejam entregues no prazo estabelecido, às quais se juntará a respectiva fundamentação para o incumprimento.
2. Caso o SAP não receba resposta ao pedido referido no ponto 1. em 3 dias úteis, deverá o caso ser levado ao conhecimento da presidência.

ARTIGO 20.º

1. A recepção dos bens realizar-se-á no armazém ou no local de destino a indicar na Requisição Interna.
2. É expressamente proibido recepcionar qualquer bem sem que o mesmo venha acompanhado pela competente guia de remessa, salvo se no momento da recepção for entregue a respectiva factura.
3. A guia de remessa, se existir, anexar-se-á à respectiva factura no momento da informação referida no artigo 18.º.

ARTIGO 21.º

1. Recepcionada e apreciada favorável e incondicionalmente a factura, competirá ao SAP conferir este documento no que concerne:
 - a) À sua compatibilidade com a requisição externo ou contrato;
 - b) Ao rigor das operações aritméticas efectuadas;
 - c) À determinação do IVA;
 - d) Ao valor comprometido para o efeito.



[Handwritten signature and initials]

2. Após a conferência da factura, e da rectificação do cabimento e compromisso orçamentais se tal se justificar, o SAP promoverá o competente registo contabilístico, debitando a conta 228 «Fornecedores - Facturas em recepção e conferência» e creditando, em contrapartida, a conta 221 «Fornecedores - Fornecedores, c/c».
3. Com o registo contabilístico mencionado no ponto anterior, o SAP procederá à entrega dos respectivos documentos de despesa ao SC até ao final do dia seguinte ao da recepção referida no ponto 1.
4. Caso a apreciação técnica da factura seja desfavorável, o SAP conduzirá a resolução das questões levantadas com a colaboração do serviço requisitante.

ARTIGO 22.º

1. O SC promoverá a liquidação das facturas no prazo de 5 dias a contar da entrega por parte do SAP, emitindo a Ordem de Pagamento (OP) com o respectivo cheque nominativo, se a ele houver lugar, que ficará depositada na SC à ordem do CDAF.
2. A emissão dos respectivos cheques, para pagamento dos documentos liquidados far-se-á por ordem do CDAF nos termos das decisões tomadas pela presidência.
3. No momento do pagamento, o SC facultará as OP e respectivos cheques à Tesouraria que os devolverá após os competentes registos contabilísticos e assinaturas necessárias.
4. As OP, juntamente com os originais dos documentos que fundamentam os respectivos pagamentos, ficarão arquivadas segundo a sua numeração sequencial, em capas próprias, à responsabilidade do SC, competindo a este serviço a remessa dos cheques para os destinatários.
5. Apenas o Chefe da DAF poderá permitir a junção de cópias dos originais às OP, desde que se indique naquelas cópias o local de arquivo dos respectivos originais.
6. A consulta de qualquer OP ficará sujeita a requisição subscrita pelo responsável do serviço requisitante, a qual substituirá no arquivo aquele documento e seus anexos até à sua devolução.
7. A requisição mencionada no número anterior deverá mencionar a data, o motivo da consulta, o período de consulta e o funcionário responsável pela sua devolução e ficará sujeita a apreciação pelo responsável pelo SC que acompanha o processo até à devolução da OP.

ARTIGO 23.º

1. Compete à DAF, através do SAP, promover as aquisições de bens de uso e consumo corrente, as quais deverão ser consideradas para todos os serviços do município.
2. Para o efeito, deverá, após contacto com as chefias de todas as divisões, o Chefe da DAF definir as quantidades a adquirir em função dos períodos aconselháveis de aprovisionamento, definindo-se, como referência, o ano civil.

[Handwritten mark]



3. Estes bens serão guardados em espaço próprio e os seus movimentos de entrada e saída serão devidamente registados e acompanhados na DAF através de requisições subscritas pelas chefias das respectivas divisões.

SECÇÃO IV

EMPREITADAS DE OBRAS PÚBLICAS

ARTIGO 24.º

1. Compete ao chefe da divisão indicada no Plano Plurianual de Investimentos (PPI) a implementação dos actos que permitam a execução dos projectos constantes daquele plano, nos períodos aí referidos.
2. O cabimento orçamental de qualquer valor de um projecto de execução do PPI a elaborar pelo SAP será obrigatoriamente precedido de Ficha de Execução Financeira (FEF), a qual conterá como elementos relevantes:
 - a) Código e designação do projecto (compatível com a designação expressa no PPI);
 - b) Descrição sumária da execução do projecto;
 - c) Valor previsto para a execução com referência ao IVA e ao montante estimado para efeitos de revisão de preços;
 - d) Dotação orçamental inicial, actual e disponível e respectiva apreciação;
 - e) Fontes de financiamento;
 - f) Período previsto de execução;
 - g) Plano financeiro;
 - h) Despacho da entidade competente para autorizar a despesa;
 - i) Data e assinatura nos termos do determinado no Código do Procedimento Administrativo (CPA).
3. Caso a execução de um investimento não esgote o projecto do PPI em que se integra, a FEF deverá identificar o empreendimento com o código do projecto atrás referido, acrescido de letra sequencial do alfabeto.

ARTIGO 25.º

1. A ECAD, mediante informação de cabimento orçamental favorável, poderá autorizar a abertura do competente procedimento tendo em vista a adjudicação do projecto.
2. Caso a informação de cabimento seja negativa, poderá a ECAD promover proposta de modificação do orçamento e do PPI que permita a realização do projecto/acção.

ARTIGO 26.º



1. Caso a ECAD insira despacho favorável à abertura do competente procedimento, o processo deverá ser remetido ao SAP, juntamente com todas as peças técnicas (nomeadamente caderno de encargos, peças desenhadas e a parte técnica do programa de concurso), a fim deste serviço tomar todas as diligências necessárias à satisfação daquele despacho.
2. O SAP procederá então ao cabimento orçamental, após o que promoverá os actos administrativos necessários nos termos das normas legais e dos regulamentos.

ARTIGO 27.º

1. Após a abertura das propostas, as mesmas deverão ser apreciadas no prazo máximo de 10 dias.
2. Se dada a dimensão da obra, o prazo supracitado for insuficiente, antes do mesmo se esgotar, deverá ser requerido à ECAD a sua prorrogação pelos dias julgados necessários para o efeito.

ARTIGO 28.º

Do relatório fundamentado sobre o mérito das propostas, que compete elaborar à comissão definida nos termos da lei aplicável ou ao serviço requisitante, deverá constar:

- a) Introdução à obra, abordando os seus aspectos mais relevantes;
- b) Apreciação das propostas, na qual se afirmará expressamente que respeitam integralmente o processo do concurso;
- c) Indicação do prazo de execução da obra e sua comparação com o que consta do PPI;
- d) Mapa das propostas;
- e) Fundamentos para determinação da proposta mais vantajosa nos termos dos parâmetros definidos no programa do concurso, referindo se os preços indicados são de aceitar e justificando, se for caso disso, a divergência entre o valor estimado do contrato que serviu para escolha do tipo de procedimento e o valor da proposta;
- f) Caso se torne indispensável reforçar a verba disponível, tendo em atenção o valor da proposta considerada mais vantajosa, deverá ser apresentada, em anexo, proposta de reforço do cabimento ou de modificação do orçamento e do PPI;
- g) Outros aspectos considerados relevantes.

Artigo 29.º

1. Após a elaboração o relatório final, este deverá ser submetido à apreciação da ECAP através do SAP a fim deste rectificar o cabimento nos termos do valor da proposta considerada mais vantajosa.
2. Promovendo a ECAP a adjudicação, o processo será devolvido ao SAP para proceder ao registo do compromisso orçamental e promover os actos administrativos que se seguirem.

Artigo 30.º



Artigo 30.º

1. Após emissão de requisição externa ou celebração do contrato escrito, será remetida uma cópia daquele documento à chefia da divisão responsável, a qual conduzirá e acompanhará a execução do projecto, competindo à DAF acompanhar a execução financeira do mesmo através do SAP.
2. A divisão responsável pela execução do projecto manterá o SAP informado de todas as decisões que se prendam com os aspectos financeiros e administrativos da empreitada, competindo a este serviço zelar pelo cumprimento integral dos preceitos legais e regulamentares aplicáveis.

Artigo 31.º

Elaborado o auto de consignação da obra nos termos definidos pelo diploma legal aplicável, será ajustado o plano de trabalhos, sempre que tal se justificar nos termos do mesmo diploma (actualmente o capítulo III do título IV do Decreto-Lei nº 59/99, de 2 de Março), cópia do qual será entregue no SAP.

Artigo 32.º

1. Os autos de medição, devidamente subscritos pelos serviços de fiscalização do Município e pelo representante do empreiteiro, serão elaborados no estrito cumprimento do determinado no processo do concurso, considerando-se mensais e reportados ao último dia de cada mês, se nada se encontrar estipulado em contrário.
2. Serão sempre emitidos autos de medição seja qual for o seu montante.
3. Dentro de 10 dias após a data a que se reporta o auto de medição, será este, com a devida informação, remetido ao SAP para efeitos de apreciação financeira, a elaborar no prazo de 2 dias.

Artigo 33.º

Da informação técnica dos autos de medição referida no artigo anterior a remeter ao SAP, para além de outros elementos considerados pertinentes, deverá constar:

- a) Identificação do projecto (código e designação);
- b) Identificação do adjudicatário;
- c) Prazo contratual de conclusão da obra e data provável da sua conclusão (havendo afastamento entre estas datas, torna-se indispensável a respectiva fundamentação);
- d) Quadro resumo dos autos emitidos;
- e) Sempre que o desvio entre o cronograma financeiro e a sua execução superar 25% do valor acumulado, será prestada informação que fundamente esse desvio;
- f) Deverá ainda constar da informação a afirmação clara de que os trabalhos executados, os materiais aplicados e os preços considerados respeitam integralmente as condições de adjudicação, pelo que o respectivo auto merece ser aprovado e pago.



21

Artigo 34.º

1. Da informação financeira a prestar pelo SAP mencionada no ponto 3 do artº 32º, deverá constar:
 - a) O valor da adjudicação;
 - b) O valor dos autos pagos;
 - c) O saldo do projecto;
 - d) O valor do auto;
 - e) O saldo orçamental do compromisso;
 - f) Se o auto pode ser pago face aos valores orçamentais apurados, tendo em conta os pagamentos já efectuados.
2. A informação mencionada no ponto anterior fica sujeita a visto da coordenação do SAP, a qual tomará as diligências que aquela informação aconselhar.

Artigo 35.º

1. A factura referente aos autos de medição é registada no SAP, onde é junta aos respectivos autos depois de devidamente informados.
2. O SAP confere a factura nos termos do artº 21º, com as respectivas adaptações, promovendo o competente registo contabilístico na conta-corrente do terceiro (fornecedor), após o que remeterá a factura junta ao respectivo auto de medição para o SC para efeitos de liquidação e pagamento.
3. O SC emitirá a respectiva OP e promoverá os actos administrativos subsequentes conforme se encontra expresso no artº 22º.

Artigo 36.º

1. Os trabalhos a mais necessários à realização da empreitada apenas poderão ser executados depois de aprovados.
2. Os trabalhos referidos no ponto anterior apenas poderão ser aprovados mediante apresentação, à ECAD, de relatório circunstanciado sobre as causas que estiveram na base da sua necessidade a elaborar pela chefia da divisão responsável e do qual fará parte, obrigatoriamente:
 - a) Mapa de medição dos trabalhos previstos, explicitando a quantidade, os preços unitários e os valores totais;
 - b) Razões que aconselham a sua execução;
 - c) O seu enquadramento legal, com referência expressa aos preceitos legais que o permitem;
 - d) Novo plano de trabalhos e novo plano financeiro;
 - e) Verba orçamental disponível para a execução dos respectivos trabalhos.
3. O relatório referido no número anterior deverá ter em atenção o determinado no diploma legal aplicável sobre a definição dos trabalhos a mais, reduzindo-os ao mínimo possível.



Artigo 37.º

1. Aprovados os trabalhos a mais, deverá o processo ser remetido até ao final do dia seguinte ao da aprovação ao SAP a fim de ser efectuado o cabimento e o compromisso orçamentais e reprogramada a execução financeira do projecto.
2. O SAP, promoverá os actos necessários decorrentes da aprovação dos trabalhos a mais, designadamente os que eventualmente decorram da sua apreciação pelo Tribunal de Contas.

Artigo 38.º

Os trabalhos indispensáveis ao bom andamento da obra, cuja execução, pela sua natureza, seja inadiável, poderão ser autorizados pela fiscalização, sendo submetida informação elaborada nos termos do artigo anterior à ECAD, no dia útil imediato à decisão.

Artigo 39.º

Para cada empreitada será nomeada, pela chefia da divisão responsável pela execução do projecto, a respectiva fiscalização nos termos definidos no diploma legal aplicável.

Artigo 40.º

1. Compete à DAF/SCAP a execução de todos os actos financeiros referentes às empreitadas de obras públicas nos termos destas normas e dos preceitos legais aplicáveis, designadamente no que respeita à revisão de preços, descontos para garantia, prazos de pagamento, adiantamentos ao empreiteiro e respectivos reembolsos e garantias.
2. Para efeitos do determinado no número anterior, os serviços técnicos responsáveis pela execução das empreitadas apresentarão todos os elementos necessários à fundamentação dos actos financeiros a implementar, designadamente o cálculo das revisões de preços se a elas houver lugar.

Artigo 41.º

1. Encontrando-se a obra concluída, realizar-se-á a competente vistoria para efeitos de recepção provisória nos termos da legislação aplicável.
2. Verificando-se, pela vistoria realizada, que a obra está, no seu todo ou em parte, em condições de ser recebida, a chefia da divisão responsável elaborará o auto de recepção provisória correspondente.
3. O auto referido no número anterior, depois de visado pela ECAD, e acompanhado dos últimos autos de medição se ainda houver lugar à sua emissão, será remetido ao SAP para os efeitos subsequentes.



Handwritten signature and initials in blue ink.

Artigo 42.º

No prazo de 20 dias a contar da data do auto de recepção provisória, o SAP, com a colaboração dos serviços da divisão que acompanharam a execução da obra, elaborará a conta da empreitada, da qual consta obrigatoriamente:

- a) Uma conta-corrente à qual serão levados, por verbas globais, os valores de todas as medições e revisões ou eventuais acertos das reclamações já decididas e dos prémios vencidos e das multas contratuais aplicadas;
- b) Um mapa de todos os trabalhos executados a mais ou a menos do que os previstos no contrato, com a indicação dos preços unitários pelos quais se procedeu à sua liquidação;
- c) Um mapa de todos os trabalhos e valores sobre os quais haja reclamações, ainda não decididas, do empreiteiro, com expressa referência ao mapa da alínea anterior, sempre que daquele também constem.

Artigo 43.º

Da conta da empreitada elaborada, após a sua aprovação pela ECAD, será remetida cópia pelo SAP ao empreiteiro nos termos definidos legalmente para o efeito.

Artigo 44.º

Caso haja lugar a INQUÉRITO ADMINISTRATIVO nos termos do diploma legal aplicável, os competentes procedimentos deverão ser desencadeados pelo SAP.

Artigo 45.º

1. Concluído o prazo de garantia a chefia da divisão responsável mandará proceder a nova vistoria de todos os trabalhos da empreitada, havendo lugar à emissão do auto de RECEPÇÃO DEFINITIVA da obra se tudo estiver em ordem.
2. Visado pela ECAD o auto referido no número anterior, será o mesmo remetido ao SAP para restituição dos depósitos de garantia e quantias retidas, extinção da caução e liquidações eventuais.

Artigo 46.º

1. O SAP deverá promover no 1º trimestre de cada ano a publicação na 2ª série do *Diário da República* da lista de todas as adjudicações de obras públicas efectuadas no ano anterior, nos termos do artigo 275º do Decreto-Lei nº 59/99, de 2 de Março.
2. Deverá ainda o SAP, nos termos expressos no artigo 276º da lei referida no número anterior, enviar ao Instituto dos Mercados de Obras Públicas e Particulares e do Imobiliário, no mês seguinte ao termo de cada semestre, os seguintes elementos informativos:
 - a) Identificação dos contratos de obra pública que se celebraram no semestre anterior;
 - b) Os elementos constantes do nº 2 do artigo 34º da Directiva nº 93/37/CE, do Conselho.

Handwritten mark or signature at the bottom right corner.



CAPÍTULO VI

FUNDOS COMUNITÁRIOS E OUTROS FINANCIAMENTOS

Artigo 47.º

Os processos de candidatura a fundos comunitários ou outros fundos de financiamento serão elaborados pelo SAP com a colaboração técnica da chefia da divisão em que os projectos a financiar de enquadram, sobre orientação do GAP.

Artigo 48.º

1. Mal se encontre aprovado o financiamento, cópia da decisão de aprovação e peças essenciais do processo deverão ser entregues no SAP a fim deste serviço acompanhar a execução programada e os respectivos recebimentos.
2. Para a execução do referido no número anterior, o SAP reunirá todos os documento necessários à solicitação dos respectivos financiamentos, remetendo, de imediato os competentes processos logo que reunidas as condições para tal efeito.

Artigo 49.º

1. Sempre que o desrespeito pelo programa aprovado possa colocar em causa a percepção de todo o financiamento, a chefia da DAF conduzirá directamente todo o processo tendo em vista garantir o cumprimento integral do plano de financiamento.
2. Se eventualmente se colocar em causa o recebimento integral de todo o financiamento, a chefia da DAF, logo que tal seja perceptível, informará a presidência da situação.

CAPÍTULO VII

PROCEDIMENTOS DE NATUREZA ECONÓMICO-FINANCEIRA

SECÇÃO I

DOCUMENTAÇÃO DE ÍNDOLE FINANCEIRA

Artigo 50.º

1. Os documentos de receita poderão ser emitidos fora da DAF, muito embora os recebimentos correspondentes devam ser entregues na tesouraria diariamente.
2. A emissão de documentos de despesa apenas pode ter lugar na DAF, nos termos da presente norma e preceitos legais aplicáveis.



[Handwritten signature]
[Handwritten initials]
[Handwritten number 21]

Artigo 51.º

1. Sem prejuízo dos preceitos já estabelecidos, caso não seja possível emitir as OP no prazo de 20 dias após o despacho autorizador do pagamento, deverá ser apresentada ao chefe da DAF informação que fundamente o atraso verificado, a qual se pensará à respectiva OP com a apreciação que sobre ela recair.
2. As OP apenas podem ser executadas depois de se encontrarem subscritas pela presidência e assinadas por quem as elaborou, pela chefia da DAF ou em quem este delegar esta competência, que as confere, e pelo tesoureiro.

Artigo 52.º

1. O pagamento de quaisquer importâncias a pessoas singulares ou colectivas apenas se deverá efectuar após a apresentação do competente recibo de quitação.
2. Em casos excepcionais, suportados por despacho do chefe da DAF, poder-se-á proceder ao pagamento sem a apresentação do documento referido no número anterior.

SECÇÃO II

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Artigo 53.º

1. Compete aos chefes das divisões gerir as verbas atribuídas no orçamento e no Plano Plurianual de Investimentos (PPI) afectas às mesmas, sob a orientação dos vereadores com competências delegadas nas respectivas áreas municipais, tendo em atenção que o seu montante global é o limite das despesas a promover no respectivo exercício económico.
2. Fica excluída do disposto no número anterior no que respeita à gestão das verbas orçamentais o agrupamento das despesas correntes referente às despesas de pessoal e atinentes aos contratos já celebrados, cujas verbas serão geridas pela chefia da DAF.

Artigo 54.º

1. A SCAP deverá garantir o cumprimento das normas legais aplicáveis aos diversos processos de contratação pública e dos princípios e regras estabelecidos neste documento, intervindo, sempre que necessário, no sentido de colaborar com todos os outros serviços do município, aconselhando os procedimentos que melhor se adequem às situações que não forem devidamente conduzidas.
2. Sempre que o chefe da DAF apurar que a evolução das utilizações das dotações orçamentais das várias divisões coloca em causa o montante das despesas a suportar até ao final do exercício económico em curso, deverá interrogar a respectiva chefia de divisão para que apresente fundamentação que suporte ser a dotação orçamental disponível suficiente.

[Handwritten number 21]



3. Caso seja entendido que a dotação orçamental disponível é insuficiente para suportar as despesas do próprio ano, a chefia da divisão em causa elaborará informação que justifique a imprescindibilidade de todas as despesas assumidas até ao momento, mencione fundamentadamente o montante mínimo indispensável para o corrente exercício e indique dentro do orçamento da própria divisão verbas disponíveis para eventual transferência.
4. A informação referida no número anterior apreciada favoravelmente pelo Vereador do pelouro, receberá informação complementar do Chefe da DAF sobre o enquadramento orçamental da proposta de transferência de verbas, após o que será submetida a despacho da presidência.

Artigo 55.º

1. Os cabimentos a promover no orçamento anual deverão circunscrever-se às despesas estritamente necessárias e conter-se dentro das dotações das respectivas rubricas orçamentais.
2. Se alguma situação imprevista ocorrer, obrigando à elaboração de modificação orçamental, esta deverá ser precedida de informação proveniente da chefia da divisão que acompanhe a execução do respectivo orçamento que fundamente a sua necessidade e imprevisibilidade a submeter a despacho da presidência após apreciação do Vereador do pelouro e de parecer do SAP.
3. A informação referida no número anterior deverá integrar os aspectos referido no número 3 do artº 54º.

Artigo 56.º

O exercício das competências decorrentes do determinado no nº 4 do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, no que concerne às transferências de verbas para entidades externas ao Município, respeitará as normas internas expressas no ANEXO IV ao presente documento.

Artigo 57.º

1. A execução dos projectos constantes do PPI deverão situar-se dentro dos limites aí considerados, devendo reduzir-se ao absolutamente necessário e imprevisível qualquer montante de trabalhos a mais, os quais ficarão sujeitos a visto da presidência.
2. Não poderão ser utilizadas verbas de projectos com valores "a definir", sem que previamente seja assegurado o seu financiamento.
3. Relativamente às despesas de natureza permanente e contínua, deverá o chefe da DAF comunicar aos respectivos chefes de divisão os casos que eventualmente façam prever para o exercício em curso exiguidade de dotação, a fim destes tomarem atempadamente as medidas adequadas e oportunas que contenham as despesas nos limites dos valores orçamentados.



[Handwritten signature]
Z!

4. Será considerada falta grave a realização de qualquer despesa sem que previamente seja emitido o documento competente que permita a aquisição com base na previsão do seu custo. Sempre que este processamento seja de todo impossível, a situação deverá ser regularizada imediatamente após a respectiva aquisição.

Artigo 58.º

1. As modificações ao Orçamento e ao PPI que forem julgadas necessárias, deverão ser suportadas por propostas subscritas pelos vereadores com competências delegadas nas respectivas áreas.
2. As propostas referidas no número anterior serão fundamentadas com informação elaborada pelas chefias das respectivas divisões, nelas se explicitando quer os reforços, quer as anulações, antes do início do processo de aquisição em apreço, para o que contarão com o apoio burocrático e técnico da SCAP.

Artigo 59.º

Para satisfação de deliberações do executivo municipal ou despachos da presidência, competirá ao chefe da DAF supervisionar o orçamento e o PPI, utilizando verbas por cabimentar, com conhecimento prévio da chefia da respectiva divisão.

SECÇÃO III

PATRIMÓNIO

Artigo 60.º

1. É obrigatório o inventário patrimonial de todos os bens duradouros e equipamentos propriedade do município, cujo valor de aquisição seja superior a 50 € (cinquenta euros).
2. Cada funcionário é responsável pelos bens e equipamentos que lhe estejam atribuídos, para o que subscreverá documento de posse no momento da sua entrega.
3. Relativamente aos bens e equipamentos colectivos, o dever consignado no número anterior é cometido ao responsável da secção/sector em que se integram.
4. Em Janeiro de cada ano a SCAP enviará, a cada funcionário ou responsável da secção/sector, um inventário patrimonial actualizado da sua responsabilidade, a fim do mesmo ser devidamente subscrito.

Artigo 61.º

Sempre que, por qualquer motivo, um bem ou equipamento deixe de ter utilidade, deve o funcionário a quem o mesmo esteja distribuído comunicar tal facto ao respectivo chefe de divisão, o qual submeterá informação para abate do bem, se assim o entender, à ECAD definida em função do seu valor contabilístico, cujo documento, depois de despachado, será entregue no SAP para actualização do respectivo inventário.



Artigo 62.º

Deverá ainda manter-se sempre actualizado o inventário dos bens imóveis, do domínio público e do domínio privado, o qual deverá reconciliar-se mensalmente com os registos contabilísticos respectivos.

Artigo 63.º

1. Sempre que, pelo município, seja adquirido um prédio urbano, com excepção de terrenos para construção e venda, deverá o SAP, logo após a entrega da escritura, desencadear as seguintes acções:
 - a) Promover a sua inscrição matricial e registral em nome do município;
 - b) Requerer junto das entidades competentes, o averbamento da titularidade ou o cancelamento, consoante as circunstâncias, dos contratos de saneamento básico, fornecimento de energia eléctrica e serviço de comunicações telefónicas.
2. As chaves dos bens imóveis do município ficam guardadas no SAP.

Artigo 64.º

1. O SAP manterá actualizadas permanentemente as fichas do imobilizado.
2. Mensalmente se reconciliarão as fichas e os registos contabilísticos quanto ao montante das aquisições e das amortizações acumuladas.

SECÇÃO IV

GESTÃO DAS DISPONIBILIDADES

Artigo 65.º

Compete ao tesoureiro executar os procedimentos atinentes ao funcionamento da tesouraria no respeito pelas normas legais e regulamentares, sob orientação do Chefe da DAF.

Artigo 66.º

No âmbito da gestão das disponibilidades, compete à tesouraria:

- a) Proceder à arrecadação das receitas;
- b) Promover o pagamento das despesas;
- c) Liquidar os juros moratórios referentes à arrecadação das receitas;
- d) Proceder ao depósito, em instituições bancárias, de valores monetários excedentes em tesouraria, nos termos definidos pelo chefe da DAF de acordo com as normas estabelecidas;



[Handwritten signature]
[Handwritten mark]

- e) Promover transferências de valores em depósito entre contas ou aplicações financeiras conforme determinações do chefe da DAF, no respeito por orientações definidas pela Presidência.
- f) Movimentar, em conjunto com a Presidência da Câmara ou Vereador com competências delegadas para o efeito, os fundos depositados em instituições bancárias;
- g) Proceder à guarda dos valores entregues na tesouraria, em dinheiro e documentos;
- h) Elaborar balancetes diários de tesouraria;
- i) Elaborar mensalmente as reconciliações bancárias de todas as contas do município.

Artigo 67.º

1. A importância em numerário existente em caixa no momento do seu encerramento diário não deve ultrapassar o valor máximo de € 5.000,00 (cinco mil euros).
2. Em consequência do disposto no número anterior, dever-se-á promover uma aplicação segura dos valores ociosos, competindo ao Chefe da DAF decidir sobre a forma de aplicação, segundo orientação da Presidência.

Artigo 68.º

1. Compete à Presidência da Câmara submeter à apreciação do órgão executivo a decisão de abrir contas bancárias tituladas pela autarquia.
2. A utilização dos valores depositados nas contas tituladas pela autarquia é feita, simultaneamente, pelo tesoureiro e pela Presidência da Câmara ou vereador com competência delegada.

ARTIGO 69.º

1. Os cheques, requisitados por determinação da presidência, serão entregues ao Chefe da DAF que encarregará funcionário do SC de os relacionar e controlar nos termos de orientações que entender adequadas.
2. A emissão de cheques para pagamento de OP terá lugar no SC, ficando apensos a estas até ao seu pagamento.
3. As OP com os cheques que lhes dizem respeito, após estarem devidamente subscritos pela Presidência da Câmara, Vereador ou dirigente com competências próprias ou delegadas, serão remetidos à tesouraria para assinatura e pagamento.

Artigo 70.º

1. Os cheques não preenchidos estão à guarda do funcionário referido no nº 1 do artigo anterior, que os manterá devidamente acondicionados e em segurança.

[Handwritten mark]



2. Os cheques que venham a ser anulados após a sua emissão, ficam sujeitos a despacho do chefe da DAF para esse efeito, sendo arquivados sequencialmente no SC, após inutilização das assinaturas, quando as houver.
3. A Tesouraria apurará os cheques referentes a pagamentos efectuados há mais de 6 meses sem tenham sido movimentados procedendo à entrega da respectiva relação ao chefe da DAF, o qual promoverá a sua análise e eventual cancelamento junto da competente instituição financeira dos cheques que justificarem tal acto.

Artigo 71.º

Os talões de depósito dos valores excessivos à guarda da tesouraria, nos termos do artigo 67.º das presentes normas, serão preenchidos pela tesouraria e visados pelo chefe da DAF, após o que se procederá ao competente depósito e respectivo registo contabilístico.

Artigo 72.º

1. As receitas cobradas fora da tesouraria deverão dar entrada nesta no final do próprio dia da cobrança.
2. A cobrança de receitas municipais por entidades diversas da tesouraria, que não tenham acesso a meios informáticos para emissão da correspondente guia de recebimento (GR), carece de autorização da presidência e é efectuada através da emissão de documento de receita, com numeração sequencial, que indiquem o serviço de cobrança.
3. Os documentos de receita previstos no número anterior, devidamente numerados e sequenciais, serão fornecidos mensalmente, em data fixa, pelo SC aos serviços que estejam autorizados a realizar as cobranças.
4. Na data indicada nos termos do número anterior, será feita conferência dos documentos de receita distribuídos, sendo devolvidos ao SC aqueles que tenham sido inutilizados.

Artigo 73.º

1. Os documentos originais que justificam as receitas do Município serão apensos às respectivas GR.
2. Apenas o Chefe da DAF poderá permitir a junção de cópias dos originais às GR, desde que se indique naquelas cópias o local de arquivo dos respectivos originais.

Artigo 74.º

1. A Tesouraria manterá permanentemente actualizadas as contas-correntes referentes a todas as instituições bancárias onde se encontrem contas abertas em nome do município.
2. Os extractos de conta dos bancos serão analisados no prazo de 2 dias pelo SC e entregues, de seguida, na Tesouraria para efeitos de reconciliação.



[Handwritten signature]
[Handwritten initials]
[Handwritten number 71]

3. O tesoureiro fará reconciliações bancárias a todas as contas do município reportadas ao último dia de cada mês, as quais serão entregues ao Chefe da DAF até ao dia 10 do mês seguinte.
4. O chefe da DAF designará rotativamente funcionário, que não se encontre afecto à tesouraria nem tenha acesso às respectivas contas-correntes, para confrontar as reconciliações referidas no número anterior com os registos da contabilidade.
5. Quando se encontrem diferenças nas reconciliações bancárias, estas são averiguadas e prontamente regularizadas, se tal se justificar, mediante despacho da presidência, a inserir em informação da chefia da DAF com os adequados fundamentos.

Artigo 75.º

1. Após cada reconciliação bancária mensal, o tesoureiro analisa a validade dos cheques em trânsito, promovendo o respectivo cancelamento junto da instituição bancária nas situações que se justifiquem, efectuando-se.
2. Os actos referidos no número anterior carecem de despacho, nesse sentido, do chefe da DAF em informação fundamentada da Tesouraria, a qual será remetida ao SC a fim de serem efectuados os necessários registos contabilísticos de regularização.

Artigo 76.º

O estado de responsabilidade do tesoureiro pelos fundos, montantes e documentos entregues à sua guarda é verificado, na presença daquele ou seu substituto, através da contagem física do numerário e documentos sob a sua responsabilidade, a realizar pelos funcionários que para o efeito forem designados pelo chefe da DAF, nas seguintes condições:

- a) Trimestralmente, em dia a fixar pelo chefe da DAF, aleatoriamente e sem aviso prévio;
- b) No encerramento das contas de cada exercício económico;
- c) No final e no início do mandato do órgão executivo eleito ou do órgão que o substituiu, no caso daquele ter sido dissolvido;
- d) Quando for substituído o tesoureiro.

Artigo 77.º

1. São lavrados termos de contagem dos montantes sob a responsabilidade do tesoureiro, assinados pelos seus intervenientes e, obrigatoriamente, pelo Presidente da Câmara, pelo Chefe da DAF e pelo tesoureiro, no início e no final do mandato do órgão executivo.
2. Em caso de substituição do tesoureiro, os termos da contagem serão assinados igualmente pelo tesoureiro cessante.

[Handwritten number 9]



Artigo 78.º

1. Para efeitos de controlo de tesouraria e do endividamento são obtidos junto das instituições de crédito extractos de todas as contas de que o município é titular.
2. Com a aprovação das Conta de Gerência e sempre que surjam alterações que agravem o montante de endividamento, a chefia da DAF apresentará relatório que analise a sua situação, tendo em atenção os limites fixados na Lei das Finanças Locais.

Artigo 79.º

O tesoureiro responde directamente perante o órgão executivo pelo conjunto das importâncias que lhe são confiadas.

Artigo 80.º

1. O tesoureiro é responsável pelo rigoroso funcionamento da tesouraria nos seus diversos aspectos nos termos das normas aplicáveis.
2. A responsabilidade do tesoureiro cessa no caso dos factos apurados não lhe serem imputáveis e não estiverem ao alcance do seu conhecimento.

Artigo 81.º

1. As OP, rubricadas por quem as emite/confere, só podem ser pagas depois de se encontrarem subscritas pela presidência ou em quem esta delegar as respectivas competências.
2. No momento do pagamento, os documentos referidos no número anterior serão assinados pelo tesoureiro ou por quem o substituir.

Artigo 82.º

1. As OP apenas deverão ser arquivadas, no SC, depois de lhes ser apenso o competente recibo de quitação.
2. As excepções à regra mencionada no número anterior apenas poderão ter lugar mediante despacho do Chefe da DAF.

Artigo 83.º

Tendo em atenção que a generalidade dos procedimentos administrativos localizados na tesouraria se relacionam com terceiros, é expressamente proibido divulgar quaisquer dados ou informações no âmbito deste sector da DAF.



[Handwritten signature]
[Handwritten initials]
[Handwritten number 71]

SECÇÃO V
ANÁLISE CONTABILÍSTICA

ARTIGO 84.º

1. Até ao 10.º dia de cada mês, o SC apreciará os extractos de conta corrente dos clientes dos fornecedores e dos restantes devedores e credores com as contas do Município, procedendo às respectivas reconciliações.
2. O SC elaborará também uma análise mensal aos balancetes de todos os devedores e credores não reconciliados, fundamentando os respectivos saldos.
3. Se a chefia da DAF entender haver motivos que o justifique face às análises indicadas nos números anteriores, deverá apresentar relatório fundamentado à presidência no qual integre os aspectos considerados relevantes.

Artigo 85.º

1. Até ao dia referido no número 1 do artigo anterior, a chefia da DAF, após contacto com as chefias das restantes divisões, apresentará à presidência previsão das receitas e despesas para os três meses seguintes, informando da sua compatibilidade com os valores orçamentais.
2. Do documento referido no número anterior constará uma análise dos desvios verificados no mês anterior entre os montantes previstos e os efectivamente executados.

Artº 86.º

1. A DAF, através do SC, deverá acompanhar permanentemente os fluxos monetários de entrada e de saída, assim como os custos e os proveitos, apresentando relatório mensal sobre a sua evolução à presidência da Câmara Municipal até 15 dias após o encerramento do mês anterior.
2. Dos relatórios referidos em 1., os trimestrais deverão conter, nomeadamente:
 - a) Evolução dos registos contabilísticos orçamentais considerando os valores registados em períodos homólogos de anos anteriores e sua compatibilização com as dotações orçamentais;
 - b) Evolução dos registos contabilísticos patrimoniais e sua evolução, tendo em atenção os registos verificados em períodos homólogos de anos anteriores;
 - c) Análise da execução do PPI, com referência expressa aos projectos mais relevantes;
 - d) Apreciação da situação dos empréstimos de curto e médio e longo prazos;
 - e) Apresentação de quadro que explicita a situação dos financiamentos externos aprovados;
 - f) Apreciação das grandezas e coeficientes a respeitar nos termos das leis e regulamento em vigor;

[Handwritten mark]



g) Referência à situação financeira da autarquia e análise da situação da tesouraria.

...

CAPÍTULO IX DISPOSIÇÕES FINAIS

ARTIGO 87.º

À contagem dos prazos indicados neste normativo aplicam-se as regras definidas no artigo 72.º do Código do Procedimento Administrativo, salvo disposição expressa em contrário.

ARTIGO 88.º

Os anexos ao presente normativo são considerados documentos autónomos que poderão ser actualizados sempre que oportuno.

ARTIGO 89.º

As chefias das divisões, ou quem exercer estas funções, deverão implementar os regulamentos internos julgados necessários para cumprimento integral dos preceitos deste normativo, os quais ficam sujeitos a homologação da presidência.

ARTIGO 90.º

São revogadas todas as normas aprovadas sobre as matérias reguladas no presente diploma.

ARTIGO 91.º

As presentes normas entram em vigor, embora a título experimental, a partir do dia 2 de Outubro de 2006.

Município de Caminha, 1 de Outubro de 2006

A Presidente da Câmara

Dr.ª Júlia Paula Costa

9



[Handwritten signature]
[Handwritten initials]
[Handwritten number 21]

LISTA DE REFERÊNCIAS

REFERÊNCIA	DESIGNAÇÃO
DAF	Divisão Administrativa e Financeira
DOPPGU	Divisão de Obras Particulares, Planeamento e Gestão Urbanística
ECAD	Entidade Competente para Autorizar a Despesa (ou para adjudicar)
FEF	Ficha de Execução Financeira
GAP	Gabinete de Apoio à Presidência
GR	Guia de Recebimento
OP	Ordem de Pagamento
PPI	Plano Plurianual de Investimentos
SAP	Serviço de Aprovisionamento e Património
SC	Serviço de Contabilidade
SCAP	Secção de Contabilidade, Aprovisionamento e Património
SEGATL	Secção de Expediente Geral, Arquivo, Taxas e Licenças

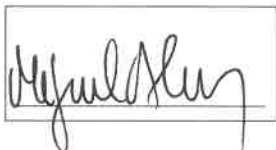
[Handwritten mark]

RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA – POCAL 12.2.9

DOCUMENTO CONSTITUÍDO POR 2 PÁGINAS NUMERADAS DE 1 A 2

ENTIDADE		RESUMO DIÁRIO DE TESOUREARIA Nº. 250							DATA	ANO	PÁGINA
CMC		Data : 2018/12/31							2019/04/04	2018	1
CONTA	CX/BC	DESIGNAÇÃO	ANTERIOR		DO DIA		ACUMULADO		SALDO		
			DÉBITO	CRÉDITO	DÉBITO	CRÉDITO	DÉBITO	CRÉDITO	DEVEDOR	CREADOR	
11		CAIXA	2.129.705,11	2.126.160,29			2.129.705,11	2.126.160,29	3.544,82		
11.1		Caixa	2.128.204,76	2.125.357,94			2.128.204,76	2.125.357,94	2.846,82		
	CX1	CAIXA 1 CAMINHA	1.910.767,08	1.908.650,53			1.910.767,08	1.908.650,53	2.116,55		
	CX2	CAIXA 2 VPA	217.437,68	216.707,41			217.437,68	216.707,41	730,27		
11.8		FUNDO DE MANEIO	1.102,35	802,35			1.102,35	802,35	300,00		
11.8.1		FUNDO DE MANEIO A	200,00	200,00			200,00	200,00			
11.8.1.02		AQUISIÇÃO DE BENS - OUTROS BENS	100,00	100,00			100,00	100,00			
	JP2	FUNDO MANEIO A	100,00	100,00			100,00	100,00			
11.8.1.04		AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - OUTROS	100,00	100,00			100,00	100,00			
	JP4	FUNDO MANEIO A	100,00	100,00			100,00	100,00			
11.8.2		FUNDO MANEIO B	200,00	200,00			200,00	200,00			
11.8.2.02		AQUISIÇÃO DE BENS - OUTROS BENS	100,00	100,00			100,00	100,00			
	DH2	FUNDO MANEIO B	100,00	100,00			100,00	100,00			
11.8.2.04		AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - OUTROS	100,00	100,00			100,00	100,00			
	DE4	FUNDO MANEIO B	100,00	100,00			100,00	100,00			
11.8.3		FUNDO MANEIO C	200,00	200,00			200,00	200,00			
11.8.3.02		AQUISIÇÃO DE BENS - OUTROS BENS	100,00	100,00			100,00	100,00			
	DA	FUNDO MANEIO C	100,00	100,00			100,00	100,00			
11.8.3.04		AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - OUTROS	100,00	100,00			100,00	100,00			
	DAA	FUNDO MANEIO C	100,00	100,00			100,00	100,00			
11.8.4		FUNDO MANEIO	100,00				100,00		100,00		
11.8.4.01		AQUISIÇÃO DE BENS - OUTROS BENS	50,00				50,00		50,00		
	PM1	FUNDO MANEIO	50,00				50,00		50,00		
11.8.4.05		AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - OUTROS	50,00				50,00		50,00		
	PM2	FUNDO MANEIO	50,00				50,00		50,00		
11.8.5		FUNDO MANEIO	100,00				100,00		100,00		
11.8.5.01		AQUISIÇÃO DE BENS - OUTROS BENS	50,00				50,00		50,00		
	EF1	FUNDO MANEIO E	50,00				50,00		50,00		
11.8.5.02		AQUISIÇÃO SERVIÇOS - OUTROS	50,00				50,00		50,00		
	EF3	FUNDO MANEIO E	50,00				50,00		50,00		
11.8.6		FUNDO MANEIO D	100,00	100,00			100,00	100,00			
11.8.6.02		AQUISIÇÃO DE BENS - OUTROS BENS	50,00	50,00			50,00	50,00			
	DI1	FUNDO MANEIO D	50,00	50,00			50,00	50,00			
11.8.6.04		AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - OUTROS	50,00	50,00			50,00	50,00			
	DI3	FUNDO MANEIO D	50,00	50,00			50,00	50,00			
11.8.7		FUNDO MANEIO E	100,00				100,00		100,00		
11.8.7.02		AQUISIÇÃO DE BENS - OUTROS BENS	50,00				50,00		50,00		
	VP1	FUNDO MANEIO E	50,00				50,00		50,00		
11.8.7.04		AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - OUTROS	50,00				50,00		50,00		
	VP3	FUNDO MANEIO E	50,00				50,00		50,00		
11.8.8		FUNDO MANEIO F	102,35	102,35			102,35	102,35			
11.8.8.01		AQUISIÇÃO DE BENS - OUTROS BENS	52,35	52,35			52,35	52,35			
	PPC	FUNDO MANEIO F	52,35	52,35			52,35	52,35			
11.8.8.02		AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - OUTROS	50,00	50,00			50,00	50,00			
	PPJ	FUNDO MANEIO F	50,00	50,00			50,00	50,00			
11.9		TRANSFERENCIAS DE CAIXA	398,00				398,00		398,00		
11.9.2		ARMANDA MARIA	149,00				149,00		149,00		
	TC2	ARMANDA MARIA	149,00				149,00		149,00		
11.9.3		MIGUEL JOSÉ MELO DE SOUSA	149,00				149,00		149,00		
	TC3	MIGUEL SOUSA	149,00				149,00		149,00		
11.9.5		Helena Martins	100,00				100,00		100,00		
	TC5	HELENA MARTINS	100,00				100,00		100,00		
12		DEPÓSITOS EM INSTITUIÇÕES	19.153.084,41	18.117.671,75			19.153.084,41	18.117.671,75	1.035.412,66		
		FINANCEIRAS									
12.1		CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS	15.019.041,73	14.356.718,28			15.019.041,73	14.356.718,28	662.323,45		
12.1.1		Depósitos à ordem:	15.019.041,73	14.356.718,28			15.019.041,73	14.356.718,28	662.323,45		
12.1.1.01		0035/00001363730	13.878.377,86	13.362.337,86			13.878.377,86	13.362.337,86	516.040,00		
	0035/00001363730	CGD	13.878.377,86	13.362.337,86			13.878.377,86	13.362.337,86	516.040,00		
12.1.1.02		0035/00025412431	83.026,55	13.584,40			83.026,55	13.584,40	69.442,15		
	0035/00025412431	CGD	83.026,55	13.584,40			83.026,55	13.584,40	69.442,15		
12.1.1.03		0035/00028742730	1.057.637,32	980.796,02			1.057.637,32	980.796,02	76.841,30		
	0035/00028742730	CGD	1.057.637,32	980.796,02			1.057.637,32	980.796,02	76.841,30		

ENTIDADE		RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA Nº. 250							DATA	ANO	PÁGINA
CMC		Data : 2018/12/31							2019/04/04	2018	2
CONTA	CX/BC	DESIGNAÇÃO	ANTERIOR		DO DIA		ACUMULADO		SALDO		
			DÉBITO	CRÉDITO	DÉBITO	CRÉDITO	DÉBITO	CRÉDITO	DEVEDOR	CREADOR	
TRANSPORTE			17.148.746,84	16.482.878,57			17.148.746,84	16.482.878,57	665.868,27		
12.4		MILLENNIUM - BCP	1.161,60	865,00			1.161,60	865,00	296,60		
12.4.1		Depósitos à ordem:	1.161,60	865,00			1.161,60	865,00	296,60		
12.4.1.01	0033/00049943264	0033/00049943264	1.161,60	865,00			1.161,60	865,00	296,60		
		BCP	1.161,60	865,00			1.161,60	865,00	296,60		
12.5		BANCO PORTUGUES INVESTIMENTO	207.981,32	190.920,89			207.981,32	190.920,89	17.060,43		
12.5.1		Depósitos à ordem:	207.981,32	190.920,89			207.981,32	190.920,89	17.060,43		
12.5.1.01	0010/22889850001	0010/22889850001	207.981,32	190.920,89			207.981,32	190.920,89	17.060,43		
		BPI	207.981,32	190.920,89			207.981,32	190.920,89	17.060,43		
12.6		BANCO PORTUGUES NEGOCIOS	116.008,34	116.008,34			116.008,34	116.008,34			
12.6.1		Depósitos à ordem:	116.008,34	116.008,34			116.008,34	116.008,34			
12.6.1.01	0079/03794805101	0079/03794805101	115.949,15	115.949,15			115.949,15	115.949,15			
		BPN	115.949,15	115.949,15			115.949,15	115.949,15			
12.6.1.03	0079/02129551810001	0079/02129551810001	59,19	59,19			59,19	59,19			
		BPN	59,19	59,19			59,19	59,19			
12.8		BANCO SANTANDER TOTTA	3.178.086,40	2.877.047,02			3.178.086,40	2.877.047,02	301.039,38		
12.8.1		Depósitos à ordem:	3.178.086,40	2.877.047,02			3.178.086,40	2.877.047,02	301.039,38		
12.8.1.01	0018/0003.21749908020	0018/0003.21749908020	3.178.086,40	2.877.047,02			3.178.086,40	2.877.047,02	301.039,38		
		BST	3.178.086,40	2.877.047,02			3.178.086,40	2.877.047,02	301.039,38		
12.B		CRÉDITO AGRÍCOLA	630.805,02	576.112,22			630.805,02	576.112,22	54.692,80		
12.B.1		Depósitos à ordem:	630.805,02	576.112,22			630.805,02	576.112,22	54.692,80		
12.B.1.01	0045/40251001466	40251001466	630.805,02	576.112,22			630.805,02	576.112,22	54.692,80		
		SICAM	630.805,02	576.112,22			630.805,02	576.112,22	54.692,80		
TOTAL DE DISPONIBILIDADES			21.282.789,52	20.243.832,04			21.282.789,52	20.243.832,04	1.038.957,48		
DOCUMENTOS			18.293,29				18.293,29		18.293,29		
DOTAÇÕES ORÇAMENTAIS			17.148.670,73	16.816.311,22			17.148.670,73	16.816.311,22	332.359,51		
DOTAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS			1.806.691,14	1.100.093,17			1.806.691,14	1.100.093,17	706.597,97		









Handwritten signature in blue ink, consisting of a stylized name and the number '7' below it.

SÍNTESES DAS RECONCILIAÇÕES BANCÁRIAS

Instituições bancárias		Saldo 31.Dez.2018	Saldo Contabilístico	Observações
Banco	nº conta			
Caixa Geral Depósitos	00001363730	758 871,89 €	516 040,00 €	1
Caixa Geral Depósitos	00025412431	69 442,15 €	69 442,15 €	1
Caixa Geral Depósitos	00028742730	153 199,75 €	76 841,30 €	1
Millennium BCP	00049943264	346,60 €	296,60 €	1
Banco BPI	22889850001	17 045,02 €	17 060,43 €	1
Banco BIC	3794805101	0,00 €	0,00 €	1
Banco BIC	2129551810001	0,00 €	0,00 €	1
Banco Santander Totta	000321749908020	307 313,08 €	301 039,38 €	1
Crédito Agrícola	40251001466	46 094,13 €	54 692,80 €	1
		TOTAL	1 035 412,66 €	

(1) - Reconciliação efetuada e justificadas as divergências

Município de Caminha, 27 de março de 2019

A Chefe da Divisão Finanças e Administração

Marlene Castilho



Handwritten signature and initials in blue ink, located in the top right corner of the page.

MAPAS DE FUNDOS DE MANEIO

PAK
zi

Município de Caminha

Fundo de Maneio A

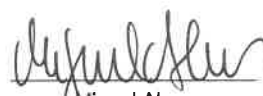
Gerência			De 1 de janeiro 2018 até 31 de dezembro 2018
Titular do Fundo de Maneio			Presidente da Câmara Municipal
Dotação orçamental			02 02 25 99 - <i>Aquisição de Serviços/Outros</i>
Valor do Fundo			Cem euros (100,00 €) - Desp. n° 1/2018-PCM, de 5 janeiro
Data da constituição			8.Janeiro.2018 (constituído através da NTL n° 66)
Ordens de pagamento			Obs.
N°	Data	Valor	
632	20/mar/18	12,45 €	
1151	17/mai/18	18,35 €	
1843	13/ago/18	85,60 €	
2265	27/set/18	72,70 €	
2627	14/nov/18	3,20 €	
Total		192,30 €	

Município de Caminha, 27 de março de 2019

A Chefe da Divisão Finanças e Administração


Marlene Castilho

O Presidente da Câmara


Miguel Alves

Município de Caminha			Fundo Maneio C
Gerência			De 1 de janeiro 2018 até 31 de dezembro 2018
Titular do Fundo de Maneio			Vereador em regime de permanência - Liliana de Sousa Ribeiro
Dotação orçamental			02 01 21 - <i>Aquisição de Bens/Outros</i>
Valor do Fundo			Cem euros (100,00 €) - Desp. n° 1/2018-PCM, de 5 janeiro
Data da constituição			8.Janeiro.2018 (constituído através da NTL n° 67)
Ordens de pagamento			Obs.
N°	Data	Valor	
850	11/abr/18	17,90 €	
1194	24/mai/18	19,50 €	
2067	31/ago/18	88,51 €	
2264	28/set/18	51,85 €	
2309	3/out/18	85,00 €	
2511	30/out/18	87,73 €	
2716	26/nov/18	69,20 €	
3024	28/dez/18	75,30 €	
Total		494,99 €	

Município de Caminha, 27 de março de 2019

A Chefe da Divisão Finanças e
Administração



Marlene Castilho

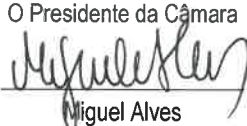
O Presidente da Câmara


Miguel Alves

Município de Caminha			Fundo Maneio
Gerência			De 1 de janeiro 2018 até 31 de dezembro 2018
Titular do Fundo de Maneio			Chefe da Divisão Financeira e Administração - Marlene Sofia Vieira Castilho
Dotação orçamental			02 02 09 - Aquisição de Bens/Comunicações
Valor do Fundo			Cinquenta euros (50,00 €) - Desp. nº 1/2018-PCM, de 5 janeiro
Data da constituição			8.Janeiro.2018 (constituído através da NTL nº 70)
Ordens de pagamento			Obs.
Nº	Data	Valor	
602	13/mar/18	1,17 €	
1341	6/jun/18	9,80 €	
2262	23/out/18	1,23 €	
Total		12,20 €	

Município de Caminha, 27 de março de 2019

A Chefe da Divisão Finanças e
Administração

 Marlene Castilho

O Presidente da Câmara

 Miguel Alves

Município de Caminha

Fundo Maneio

Gerência			De 1 de janeiro 2018 até 31 de dezembro 2018
Titular do Fundo de Maneio			Chefe Divisão de Ambiente, Economia, e Serviços - Angelina Maria Pereira Cunha
Dotação orçamental			02 02 25 99 - <i>Aquisição de Serviços/Outros</i>
Valor do Fundo			Cinquenta euros (50,00 €) - Desp. n° 1/2018-PCM, de 5 janeiro
Data da constituição			8.Janeiro.2018 (constituído através da NTL n° 69)
Ordens de pagamento			Obs.
N°	Data	Valor	
575	20/abr/18	43,73 €	
1011	16/mai/18	49,20 €	
1482	10/jul/18	29,50 €	
2271	28/set/18	39,30 €	
2406	17/out/18	5,10 €	
2506	30/out/18	41,44 €	
2708	27/nov/18	22,00 €	
2782	6/dez/18	49,20 €	
2810	12/dez/18	49,80 €	
Total		329,27 €	

Município de Caminha, 27 de março de 2019

A Chefe da Divisão Finanças e
Administração

Marlene Castilho

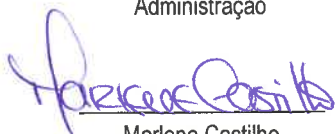
O Presidente da Câmara

Miguel Alves

Município de Caminha			Fundo Maneio D
Gerência			De 1 de janeiro 2018 até 31 de dezembro 2018
Titular do Fundo de Maneio			Chefe Divisão da Educação, Cultura, Ação Social, Turismo e Desporto - Angelina Maria Esteves
Dotação orçamental			02 01 21 - <i>Aquisição de Bens/Outros</i>
Valor do Fundo			Cinquenta euros (50,00 €) - Desp. n° 1/2018-PCM, de 5 janeiro
Data da constituição			8. Janeiro.2018 (constituído através da NTL n° 72)
Ordens de pagamento			Obs.
N°	Data	Valor	
576	13/mar/18	21,00 €	
1091	10/mai/18	31,62 €	
1390	15/jun/18	11,80 €	
1481	4/jul/18	36,90 €	
1736	30/jul/18	46,56 €	
1837	9/ago/18	39,90 €	
2171	18/set/18	35,76 €	
2263	28/set/18	35,76 €	
2507	31/out/18	49,20 €	
2709	5/dez/18	5,83 €	
Total			314,33 €

Município de Caminha, 27 de março de 2019

A Chefe da Divisão Finanças e
Administração


Marlene Castilho

O Presidente da Câmara


Miguel Alves

Município de Caminha

Fundo Maneio D

Gerência			De 1 de janeiro 2018 até 31 de dezembro 2018
Titular do Fundo de Maneio			Chefe Divisão da Educação, Cultura, Ação Social, Turismo e Desporto - Angelina Maria Esteves
Dotação orçamental			02 02 25 99 - Aquisição de Serviços/Outros
Valor do Fundo			Cinquenta euros (50,00 €) - Desp. n° 1/2018-PCM, de 5 janeiro
Data da constituição			8.Janeiro.2018 (constituído através da NTL n° 72)
Ordens de pagamento			Obs.
N°	Data	Valor	
576	13/mar/18	4,80 €	
1736	30/jul/18	13,05 €	
1837	9/ago/18	9,15 €	
2507	31/ago/18	23,20 €	
2709	5/dez/18	13,05 €	
Total		63,25 €	

Município de Caminha, 27 de março de 2019

A Chefe da Divisão Finanças e
Administração

Marlene Castilho

O Presidente da Câmara

Miguel Alves

Município de Caminha			Fundo Maneio F
Gerência			De 1 de janeiro 2018 até 31 de dezembro 2018
Titular do Fundo de Maneio			Presidente da CPCJ
Dotação orçamental			02 02 25 99 - <i>Aquisição de Serviços/Outros</i>
Valor do Fundo			Cinquenta euros (50,00 €) - Desp. N°3/2018, de 22 de janeiro
Data da constituição			25.janeiro.2018 (constituído através da NTL n° 305)
Ordens de pagamento			Obs.
N°	Data	Valor	
480	19/mar/18	3,40 €	
Total		3,40 €	

Município de Caminha, 27 de março de 2019

A Chefe da Divisão Finanças e
Administração

Marlene Castilho

O Presidente da Câmara

Miguel Alves



RELAÇÃO DE EMOLUMENTOS NOTARIAIS E CUSTAS DE EXECUÇÃO FISCAIS

NÃO APLICÁVEL


Z'

RELAÇÃO DE ACUMULAÇÃO DE FUNÇÕES

Relação dos funcionários em situação de acumulação de funções

Município de Caminha

Gerência de 1 de Janeiro até 31 Dezembro de 2018						
Situação na entidade a que respeita a conta				Cargos acumulados funções públicas e/ou privadas		
Nome	Cargo ou Função	Data do provimento	Forma do provimento	Cargo ou função	Regime de acumulação	Data do despacho de autorização
Aurora Maria Insuelas Pereira	Técnico Superior	2-abr-90	C.T.F.P.T.I	Coordenação concelhia da Sociedade Portuguesa de Autores	Atividades privadas	20-mai-09
José Rocha da Silva	Ass. Operacional	1-jun-87	C.T.F.P.T.I	Pesca	Atividades privadas	16-ago-09
José Carlos Esteves Sequeiros	Ass. Operacional		C.T.F.P.T.I	Pesca	Atividades privadas	9-set-10
João António Branco Pinto	Ass. Técnico	15-mai-89	C.T.F.P.T.I	Docente/formador	Atividades privadas	14-jan-11
Abílio José Fernandes Martins	Ass. Operacional	29-jan-07	C.T.F.P.T.I	Pesca	Atividades privadas	6-set-10
Rute Isabel Martins da Silva	Ass. Técnico	21-mar-11	C.T.F.P.T.I	Design gráfico	Atividades privadas	9-ago-12
Miguel Nuno Penteado Costa	Técnico Superior	15-abr-09	C.T.F.P.T.I	Elaboração de projetos	Atividades privadas	29-fev-12
Rui Miguel Silva Costa	Técnico Superior	14-fev-13	C.T.F.P.T.C	Designer gráfico / publicidade	Atividades privadas	1-mai-12
Sérgio Manuel Borlido Cadilha	Técnico Superior	15-abr-09	C.T.F.P.T.I	Trabalhos arqueológicos	Atividades privadas	29-fev-12
João Fernando Valadares dos Santos	Ass. Operacional	29-mar-90	C.T.F.P.T.I	Treinador de remo	Atividades privadas	20-out-12
Marcos Christi Silva Fernandes	Técnico Superior	17-set-12	C.T.F.P.T.I	Formação / consultoria	Atividades privadas	3-jul-13
Maria de Lurdes Coelho Carreira Amaro	Técnico Superior	4-set-95	C.T.F.P.T.I	Atividades artesanais	Atividades privadas	3-jan-13
Rita Cesária Silva da Costa	Ass. Técnico *	2-jul-98	C.T.F.P.T.I	Atividades artesanais	Atividades privadas	31-jan-13
Paula Cristina Valença Dias	Técnico Superior	8-out-12	C.T.F.P.T.I	Psicólogo	Atividades privadas	29-nov-13
Tomásia Cristina Pereira da Cunha	Ass. Técnico	6-mar-12	C.T.F.P.T.I	Formação	Atividades privadas	18-dez-14
Paulo Jorge Temporão Bouças	Ass. Operacional	7-abr-05	C.T.F.P.T.I	Som para eventos sociais	Atividades privadas	4-fev-15
Venâncio José Pinheiro da Silva	Ass. Operacional	2-set-13	C.T.F.P.T.I	Pesca	Atividades privadas	13-ago-15
Pedro Manuel da Cunha Fernandes	Técnico Superior	20-dez-10	C.T.F.P.T.I	Animação turística e associativismo desportivo	Atividades privadas	17-ago-15
Iranete de Sousa e Costa	Ass. Técnico	30-jul-08	C.T.F.P.T.I	Setor de Restauração	Atividades privadas	9-mar-16
José Alexandre Martins da Ascensão Luis	Técnico Superior	16-mar-99	C.T.F.P.T.I	Consultadoria	Atividades privadas	25-jul-16
Ricardo Ausina da Silva	Ass. Operacional	18-dez-08	C.T.F.P.T.I	Monitor desportivo	Atividades privadas	13-abr-17
Fernando Manuel Ribeiro Lopes	Ass. Operacional	21-set-12	C.T.F.P.T.I	Pesca	Atividades privadas	31-out-17
Mónica Alexandra Fernandes Gonçalves	Técnico Superior	4-mai-09	C.T.F.P.T.I	Formação	Atividades privadas	23-mar-18
Márcio Alberto da Silva Rego	Ass. Operacional	11-jul-05	C.T.F.P.T.I	Mecânico	Atividades privadas	17-jan-19

Município de Caminha, 27 de março de 2019

A Chefe da Divisão Finanças e Administração

Marlene Castilho

2

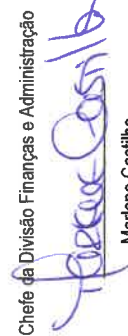
INSTRUÇÃO TRIBUNAL DE CONTAS

Município de Caminha **Relação Nominal dos Responsáveis**

Gerência		1 de Janeiro de 2018 até 31 Dezembro 2018			
Nome	Situação na entidade	Remuneração líquida auferida	Período de responsabilidade	Morada	
Luis Miguel da Silva Mendonça Alves	Presidente	33 408,97 €	01 de janeiro a 11 de novembro, exceto 16 de maio, 04 de julho, 07 de novembro	Rua Pedro Homem de Melo, 239 - 4910 Vila Praia de Âncora	
Guilherme Cesário Lagido Domingos	Vereador em regime de tempo inteiro	28 320,02 €	01 de janeiro a 31 de dezembro, exceto 25 de julho, 03 de outubro e 17 de outubro	Rua Jacob Afonso Martins Pinheiro - 4910 Vila Praia de Âncora	
Liliana de Sousa Ribeiro	Vereador em regime de tempo inteiro	25 493,53 €	01 de janeiro a 31 de dezembro, exceto 02 de maio	Rua Domingos José Gonçalves, 23 - A, 1º Dtrº, 4910-402 Vila Praia de Âncora	
Rui Miguel Rio Tinto Lages	Vereador em regime de tempo inteiro	26 821,99 €	01 de janeiro a 31 de dezembro, exceto 05 de dezembro	Rua Conselheiro Miguel Dantas, 4910-131 Caminha	
Rui António de Oliveira Fernandes	Vereador		17 de outubro, 21 de novembro, 05 de dezembro, 19 de dezembro	Rua da Guarda Vila, 261 - 4910-201 Lanhelas	
José Manuel Martins Presa	Vereador		01 de janeiro a 31 de dezembro, exceto 04 de abril, 22 de agosto e 03 de outubro	Rua do Requeixo, 157, 4910 Vila Praia de Âncora	
Paulo Pinto Pereira	Vereador		01 de janeiro a 31 de dezembro, exceto 13 de junho e 12 de setembro	Rua Domingues José Gonçalves, 23C, 2º Dtrº, 4910 Vila Praia de Âncora	
Liliana Sofia Bourça Silva	Vereadora		1 de janeiro a 31 de dezembro	Rua da Linda - 4910 Âncora	
Manuel Sousa Marques	Vereador		04 de abril, 22 de agosto, 12 de setembro, 03 de outubro	Rua da Baralha, nº 255 - 4910-472 Vila Praia de Âncora	
José Luis Lima	Vereador		13 de junho	Rua da Agueira, nº 311 - 4910-060 Azevedo	

Município de Caminha, 27 de março de 2019

A Chefe da Divisão Finanças e Administração



Marlene Castilho





RELAÇÃO NOMINAL DE FUNÇÕES

Handwritten signature in blue ink, followed by the number 7.

MAPA DAS PARTICIPAÇÕES DA ENTIDADE



- Alínea a)

Participações em entidades societárias										
Entidade participada		Tipo Entidade	CAE	Capital	Participação no final do exercício			Forma de realização do capital		
Denominação	N.I.P.C.				Valor nominal subscrito	%	Valor nominal realizado	Meios monetários (montante)	Em espécie (montante)	Obs.
Caminhaequi S.A.	508607019	Sociedade Anónima	42990	€ 50 000	€ 24 500	49%	€ 24 500	€ 24 500		
Valorminho S.A.	503796328	Sociedade Anónima	38212	€ 900 000	€ 85 500	9,5%	€ 85 500	€ 85 500		
Águas Noroeste	509436595	Sociedade Anónima	37002	€ 70 000 000	€ 563 190	0,805%	€ 563 190	€ 563 190		
Polislitoral Norte	508829569	Sociedade Anónima		€ 26 100 000	€ 2 923 200	11,20%	€ 622 200	€ 622 200		

- Alínea b) – Não aplicável
- Alínea c) – Não aplicável
- Alínea d) – Não aplicável
- Alínea e) – Não aplicável
- Alínea f) – Não aplicável

[Handwritten signature]
[Handwritten mark]

VOLUME VI | CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **MUNICÍPIO DE CAMINHA** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 58.548.814 euros e um total de fundos próprios de 17.159.303 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 1.516.771 euros), a demonstração de resultados e os mapas de execução orçamental, que evidenciam um total de 16.800.453 euros de despesa paga e um total de 17.132.812 euros de receita cobrada, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras, que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos possíveis das matérias referidas nos números 1 a 4 da secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do MUNICÍPIO DE CAMINHA em 31 de dezembro de 2018, o seu desempenho financeiro e a execução orçamental relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL).

Bases para a opinião com reservas

1. O Município de Caminha ainda não implementou procedimentos que permitam assegurar um controlo sistemático e regular da existência, avaliação de capacidade de uso e valorização contabilística das imobilizações corpóreas e dos bens de domínio público, bem como assegurar uma adequada correspondência entre os registos matriciais, os registos prediais e os registos financeiros relativos aos imóveis do Município. Tendo em conta estes factos, não nos é possível excluir a existência de erros ou deficiências e quantificar os eventuais efeitos que poderão advir da conclusão destes procedimentos e reconciliações, ao nível das rubricas de imobilizado, amortizações e subsídios ao investimento, com correspondente tradução no valor global do património.
2. Na rubrica “Outros devedores” transita de anos anteriores um saldo de 1.292.700 euros, a haver, do Município de La Guardia, resultante de valores relacionados com o serviço de transporte do Ferryboat, dos quais apenas 194.812 euros estão reconhecidos pelo devedor e considerados no âmbito de um protocolo de acordo extrajudicial. Para os restantes 1.097.888 euros é mantida pelo município a pretensão de exigibilidade, com recurso a processo judicial a aguardar julgamento, havendo, assim, risco de imparidade que não foi considerado e que não nos é possível quantificar.
3. Por não ser possível dispor de demonstrações financeiras confirmadas das empresas participadas, reportadas ao fim do exercício de 2018, não nos é possível identificar e quantificar eventuais ajustamentos ao valor com que se mantêm registadas no balanço, o qual corresponde ao seu custo de aquisição, totalizando 1.295.390 euros, conforme

discriminado no Anexo, não estando, assim, reconhecidos ajustamentos que poderiam resultar do método da equivalência patrimonial, quando aplicável.

4. Existem, transitando de anos anteriores, vários processos judiciais em curso contra o município, envolvendo risco de pagamento de indemnizações, que no seu conjunto representam cerca de 2.125 mil euros, para as quais não existem provisões constituídas, sem que se mostre suficientemente fundamentada a sua generalizada exclusão.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo.

Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

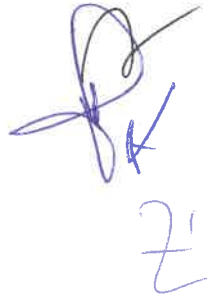
O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e a execução orçamental da Entidade de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL);
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:



- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Porto, 10 de abril de 2019

carlos teixeira, noé gomes,
& associado sroc, lda.

Noé Gonçalves Gomes (ROC n.º 498)

em representação de

CARLOS TEIXEIRA, NOÉ GOMES & ASSOCIADO, SROC, LDA. (N.º 28)